



CÉLIA MARIA FERREIRA REIS ALEMÃO GOMES

Bolseira da Junta Nacional de  
Investigação Científica e Tecnológica

CENAS DA VIDA DE TORRES VEDRAS

( 1900 - 1930 )

Dissertação de Mestrado em História  
dos Séculos XIX e XX (Secção do  
Século XX) apresentada à Faculdade  
de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa

Lisboa

1992

CS 6549 - R-



37638

Ao meu Marido

Aos meus Pais

Aos meus Avós, testemunhas  
destes acontecimentos.

## INDICE

Abreviaturas .....	6
Preâmbulo .....	7
Notas .....	13
Introdução .....	14
1) O Concelho .....	14
2) A Evolução Económica .....	16
3) Aspectos Sociais .....	29
4) A Política .....	32
Notas .....	37
I - A Família .....	42
1) A Família na Sociedade .....	42
2) As Famílias no Concelho .....	42
3) O Namoro .....	47
4) O Casamento .....	61
5) Os Filhos .....	68
6) Relações de Amizade e Vizinhança .....	75
Notas .....	81
II - A Casa .....	92
1) A Questão da Habitação .....	92
2) Aspectos Gerais da Habitação do Concelho .....	92

3) Geografia da Vila .....	94
4) A Arquitectura da Vila .....	96
5) Os Móveis e os Objectos .....	104
Notas .....	108
III - Os Divertimentos e o Lazer .....	111
1) Os Tempos do Lazer .....	111
2) As Casas de Espectáculos e os Elementos Humanos .	113
3) Festas de Sociedade .....	122
a) Bailes e <u>Soirées</u> .....	122
b) O Teatro .....	127
c) O Cinema .....	130
d) As Reuniões .....	135
4) As Distracções na Rua .....	137
5) Os Arraiais .....	140
a) Geografia .....	141
b) Descrição .....	144
c) Participação .....	148
d) Outros Tipos de Festas .....	149
6) Os Bailes Populares .....	150
7) As Feiras .....	152
8) O Carnaval .....	153
9) A Praia .....	156
10) O Café e a Taberna .....	161
11) O Desporto .....	162
12) Outros Aspectos de Todos os Dias .....	169
Notas .....	171
VI - O Vestuário e os Adornos .....	193
1) O Vestuário como Expressão Social .....	193
2) Os Modelos e a Sua Evolução .....	194

3) A Compra e a Confeccão .....	208
Notas .....	214
V - A Alimentação .....	220
1) A Alimentação na Sociedade .....	220
2) Tipos de Alimentos Consumidos no Concelho .....	220
3) As Refeições .....	227
Notas .....	231
VI - A Instrução .....	234
1) A Instrução no País .....	235
2) O Analfabetismo no Concelho .....	235
3) As Escolas e a sua Frequência .....	237
a) As Escolas Existentes .....	237
b) A Frequência .....	247
4) A Vida nas Escolas .....	256
5) Os Resultados .....	258
Notas .....	263
VII - A Salubridade, a Doença e a Morte .....	271
1) A Higiene, a Saúde e a Morte .....	271
2) Aspectos Gerais da Salubridade do Concelho .....	271
3) A Doença .....	275
a) As Doenças mais Frequentes .....	275
b) A Prevenção .....	279
c) A Ida ao Médico .....	279
d) O Hospital .....	284
e) Remédios para a Cura .....	290
4) A Morte .....	293
a) A Morte na Sociedade .....	293
b) A Morte e o Funeral .....	298
c) Os Cemitérios .....	304

Notas .....	307
Conclusão .....	314
Notas .....	319
Anexos .....	320
Idade do Casamento .....	321
Casamentos por Meses .....	324
Nomes de Crianças .....	325
Arraiais no Concelho, em 1900 e 1905 .....	329
Tabernas e Tendas com Venda de Vinho Existentes em 1900 .....	332
Obitos: Total por Idades .....	334
Causas de Morte .....	337
Fontes e Bibliografia .....	339
Fontes .....	339
Fontes Manuscritas .....	339
Fontes Impressas .....	342
Livros .....	342
Periódicos .....	346
Fontes Oraís .....	347
Fontes Iconográficas .....	348
Bibliografia .....	349
Guias .....	349
Estudos .....	349

## ABREVIATURAS

Actas - Actas das Sessões da Câmara Municipal de Torres Vedras

AGCMTV - Arquivo Geral da Câmara Municipal de Torres Vedras

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BMTV - Biblioteca Municipal de Torres Vedras

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

CMTV - Câmara Municipal de Torres Vedras

Folha - A Folha de Torres Vedras

IO - Inventários Orfanológicos

MIP - Ministério da Instrução Pública

Obras - Arquivo das Obras

Tribunal - Tribunal Judicial da Comarca de Torres Vedras

Vinha - A Vinha de Torres Vedras

## PREAMBULO

Desde há muito que a evolução da historiografia tem procurado novos objectos, que ultrapassam a busca e descrição dos factos, mais ou menos longos, para se fixarem na vida concreta do homem: o seu corpo e as suas relações com os seus semelhantes, a terra e o céu. A história ligou-se, desta forma, à antropologia e etnologia, aos terrenos que habitualmente lhes estavam atribuídos, para compreender melhor o ser humano no seu passado.

Foi neste contexto que se desenvolveu a análise da vida quotidiana: dos pequenos gestos, símbolos, formas, maneiras de sentir, de falar, de vestir, de habitar, etc., que exprimem a posição de cada um no interior da sociedade, em cada dia. Ela permite conhecer melhor a vida que já passou porque fornece a visão do pequeno, do que escapa às seriações. É ela, por outro lado, que traduz a evolução lenta dos costumes. A sociedade no seu todo, profundamente dividida por títulos, mas sobretudo por possibilidades económicas e estruturas mentais, também é captada mais profundamente através da análise mais detalhada do seu dia-a-dia.

São, quanto a nós, estes dois factores, a economia pessoal e os costumes sociais ou particulares, que marcam a evolução da vida de cada dia. As possibilidades económicas são determinantes para a manutenção num estado social ou para a mudança para outro, superior, através da aquisição dos seus bens. Estes, além de possibilitarem o conforto pessoal, mostram uma nova posição. Ela

é, no entanto, muitas vezes sujeita à marginalização, devido à chegada tardia e não ao nascimento.

A perda das possibilidades ocasionadas pelo dinheiro, por outro lado, nem sempre leva à descida na hierarquia social atribuída pelos bens que ele proporciona, pois os hábitos, a mostra exterior pode ser mantida. Estamos, neste caso, perante uma influência do meio.

A evolução da sociedade, porém, está ligada «à moda» de cada elemento da vida quotidiana: habitação, vestuário, hábitos, férias, festas, casamentos, funerais, etc. A posição de cada um leva à adopção mais ou menos tardia das novidades. Além disso, a sua assimilação por pessoas de grupos diferentes daqueles a que ela se destinava traduz o desejo de apropriação de um novo «estado».

A par deste interesse pelo estudo do quotidiano, tem-se assistido à vontade de conhecer melhor as realidades dos pequenos espaços. Na verdade, a análise limitada aos fenómenos gerais e à sua teorização esconde, muitas vezes, as assimetrias existentes no todo social. Assim sendo, a historiografia tem-se encaminhado, nos últimos anos, para as monografias regionais e locais, como forma de apreender novas informações, de conhecer melhor a vida dos homens no passado.

Este estudo tem como objecto a vida quotidiana do concelho de Torres Vedras entre 1900 e 1930. Confessamos que a escolha do local obedeceu a razões pessoais. É a terra do nosso passado familiar e onde nascemos e crescemos. À curiosidade de melhor conhecermos as nossas raízes juntou-se também o nosso envolvimento com o meio e a facilidade de movimentos pessoais.

A análise de Torres Vedras, no entanto, oferece-nos muitos outros atractivos, ainda mais fortes do que aqueles. Trata-se de uma terra de provincia, mas onde se misturam os elementos diversos, dos puramente locais aos influenciados pela cidade. De facto, ao nível mais elevado, as pessoas conviviam com Lisboa, mais ou menos assiduamente. Algumas, das mais faladas na economia, sociedade e politica locais, viviam habitualmente na capital, deslocando-se periódicamente ao concelho de Torres Vedras. Tal era o caso das famílias Bacelar de Carvalho, Moura Borges, Botelho de Sequeira, Sampaio, Barros e Cunha, etc. Os que aqui residiam, por seu turno, iam a Lisboa para desenvolverem os seus interesses económicos ou politicos, passando mesmo aí algumas temporadas. Desta forma procedia-se a uma convivência estreita, profundamente influenciadora da vida local.

No outro extremo encontravam-se aqueles que só muito raramente ultrapassavam as fronteiras do municipio ou espaços limítrofes. Eram pessoas ligadas à terra, ao artesanato ou ao pequeno comércio local. Em grande parte, os seus hábitos continuavam os dos saloios. Na realidade, o concelho, não estando integrado na área habitualmente atribuida a esse povo, continuava os seus costumes (1).

O espaço temporal engloba trinta e um anos de grandes alterações a todos os níveis. Foram tempos marcados pela exuberância, no seu inicio, pela guerra e depois por uma nova expansão. Esta foi posteriormente interrompida por uma grave crise, mas fora do nosso limite. Tal cronologia produziu enormes alterações nos hábitos e mentalidades, ocasionadas pelos acontecimentos mundiais, mas também sentidas localmente.

Para atingirmos os objectivos propostos, a análise da vida quotidiana do concelho, escolhemos alguns dos aspectos que nos parecem mais importantes. Assim, depois da introdução, onde descrevemos o espaço escolhido, sob o ponto de vista económico, social e político, passamos a verificar a estrutura familiar e a forma como esta se desenvolvia, já que era sobre ela que se constituía a sociedade. A par dela encontram-se os vizinhos. No total encontra-se o meio humano primordial da vida do dia-a-dia.

Passamos, no segundo capítulo, à casa, ou seja, ao meio físico próprio de cada pessoa.

O interesse pelos divertimentos e lazer justifica-se pelo seu carácter. Eles são, em primeiro lugar, uma interrupção do quotidiano, uma transformação do habitual. Todavia, a periodicidade de grande parte deles insere-os nessa mesma repetição que constitui geralmente a vida de todos os dias. Por outro lado, eles constituem um espaço de sociabilidade.

O quarto capítulo fica dedicado ao vestuário, uma manifestação exterior de cada posição social. Seguem-se-lhe a alimentação e a instrução. Por fim, encontra-se a salubridade, a doença e a morte: faremos a descrição das condições de saúde do concelho e o acesso social possível, bem como a diferença nos últimos momentos da presença na terra.

Depois disto muitas são, ainda, as questões que ficam sem resposta. Aliás, poderemos mesmo dizer que o estudo que fizemos levantou-nos ainda mais perguntas do que nos forneceu informações. Assim, gostaríamos de conhecer melhor a estrutura familiar, as ligações estabelecidas, as preferências e talvez a subalternização de alguns membros do agregado familiar para a manutenção do património; a evolução arquitectónica da totalidade do concelho; a

composição alimentar e as suas implicações na vida e trabalho; os sentimentos perante a morte, o conforto, as diferenças sociais, entre muitos outros temas. As fontes, porém, são mudas em relação à maior parte destes aspectos, já que foram produzidas para uma sociedade que os conhecia. Na realidade, elas foram essencialmente a correspondência da administração e da Câmara Municipal, sobretudo a que era produzida por aqueles que estavam junto das populações, os regedores, e que se dirigiam à autoridade superior, o administrador, pedindo ajuda, os jornais e as entrevistas. Estas, tornadas indispensáveis para cobrir muitos aspectos de outra forma desconhecidas, foram cuidadosamente aproveitadas nos aspectos que não oferecem dúvidas. Outros problemas só poderiam ser apreendidos através de uma análise complexa, que se estenderia desde os testamentos aos registos paroquiais, passando por um levantamento de todas as famílias do concelho, suas actividades, bens, etc., o que seria manifestamente impossível no tempo disponível.

A elaboração deste estudo, pela forma e tempo da sua realização, só foi possível graças à colaboração de muitos amigos que me apoiaram nos momentos mais difíceis. Sendo impossível nomear todos, quero deixar aqui expressa a minha gratidão e o oferecimento de tudo o que a dissertação tiver de melhor. Não posso, no entanto, deixar de mencionar algumas pessoas que mais directamente me auxiliaram.

O senhor Professor Oliveira Marques prontificou-se, desde o primeiro momento em que necessitei, a dar-me a sua ajuda. Foi graças a ele que me dediquei a este estudo e que o consegui levar a bom termo.

Entre toda a minha família, seja-me permitido destacar o meu marido e a minha mãe, que, além da compreensão, me ofereceram todo o trabalho que foi necessário, mesmo à custa do seu sacrifício pessoal.

A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica concedeu-me uma Bolsa de Investigação e aceitou as alterações que as circunstâncias tornaram necessárias; sem ela decerto que não me teria sido possível apresentar esta dissertação.

Os funcionários da Biblioteca Municipal e dos diferentes arquivos onde busquei informações foram também elementos fundamentais para esta escrita, dando-me liberdade para encontrar tudo aquilo de que necessitava.

Agradeço também a todas as pessoas que não se importaram de falar comigo e de contar histórias do seu passado. Uma menção muito especial dirige-se ao Lar de S. José, que me abriu as suas portas desde o primeiro instante. Realço também as pessoas que me emprestam fotografias e outros materiais.

## NOTAS

- <sup>1</sup>) Alberto Pimentel, A Extremadura Portuguesa, II parte, p. 5, e José Paulo Freire (Mário), O Saloio, p. 165. Este último autor escreveu: «Carácter e costumes são os mesmos. A mesma maneira de trajar. A mesma linguagem. Os mesmos sentimentos. Ver um saloio de Loures, de Sintra, de Mafra, ou de Torres, o mesmo é».

## INTRODUÇÃO

### 1) O Concelho

Situado a cerca de meia centena de quilómetros da capital portuguesa, o concelho de Torres Vedras entroncava num sistema de ligações com outras regiões do país: por aqui passavam as estradas que de Lisboa se dirigiam para Peniche, Bombarral e Caldas da Rainha; noutras partes, chegavam as vias que atravessavam Mafra (por S. Pedro da Cadeira) e Arruda dos Vinhos, esta por Dois Portos, onde dava lugar à ligação para Lisboa, via Montachique. Era igualmente atravessado pelo caminho de ferro, a que podia aceder através das suas cinco estações e um apeadeiro (1). Não obstante estas redes de comunicações, os seus habitantes queixavam-se constantemente contra o seu estado, funcionamento, etc., que entravavam parte do movimento possível.

Administrativamente, os trinta primeiros anos do século registaram apenas uma alteração: a criação da freguesia da Silveira, em 1926, retirando o seu espaço de parte da de S. Pedro da Cadeira, de grandes dimensões. Até esse momento contavam-se dezasseis paróquias (2), de desigual tamanho, repartidas por 40.584 hectares, a maior área concelhia da parte norte do distrito de Lisboa.

A sua altitude não era muito elevada, atingindo o pico máximo de 364 metros na serra do Socorro. Algumas partes, no entanto, apresentavam um relevo acentuado, sobretudo a norte. Era também

Mapa I - Divisão Administrativa do Concelho: Freguesias



— Limites das Freguesias

— Divisão das Freguesias de S. Pedro da Cadeira e Silveira (1926)

nesta zona, compreendendo as freguesias de A-dos-Cunhados, Matacões, Maxial, Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal, e S. Maria e S. Miguel que predominavam os solos cretácicos, mais pobres. A sul, pelo contrário, em S. Domingos de Carmões, Carvoeira, Dois Portos, Freiria, Runa, S. Pedro da Cadeira, S. Pedro e S. Tiago, S. Mamede da Ventosa e Turcifal, existiam os melhores terrenos, quase todos de formação jurássica (\*).

Esta geografia possibilitava o aproveitamento quase total do solo. Em 1915 verificava-se que apenas 23,8 % do total não se encontravam cultivados, sendo 23,8 km<sup>2</sup> de incultos e 33 km<sup>2</sup> de baldios, situados no litoral (freguesias de A-dos-Cunhados e S. Pedro da Cadeira), na zona das serranias (Maxial, Monte Redondo e Carvoeira) e nas grandes extensões das charnecas do Ramalhal, bastante povoadas de pinhal (\*).

A população de Torres Vedras cresceu sempre ao longo do primeiro terço do século XX, mas foi a década de 20 que registou maior aumento, 14,4 % - a variação, nas duas décadas anteriores, fora, respectivamente, 9,4 e 7,7 %. No total, o concelho conheceu um crescimento populacional muito mais acentuado do que o total do continente português, já que neste a variação entre os censos, desde 1900, foi 10,6, 1,3 e 13,1 %.

As alterações encontradas na população de Torres Vedras ficaram a dever-se, essencialmente, ao aumento do número de famílias, atendendo a que o número médio de pessoas de cada uma dessa estruturas mostrou uma tendência para a diminuição nos dez anos que medearam entre os censos de 1920 e 1930.

O concelho atraía, por outro lado, pessoas de outras províncias, sobretudo Trás-os-Montes e Beira Alta, em tempo de

fainas agrícolas (2). Em contrapartida, escasseavam os emigrantes que daqui saíam.

## 2) A Evolução Económica

A agricultura predominava no concelho, como atesta a distribuição da sua população: mais de metade de todos os que se declaravam com actividade empregavam-se neste sector, atingindo 74,6 %, em 1900, e 64,1 %, em 1930. Por outro lado, a percentagem de todas as pessoas que dependiam daqueles trabalhos também ultrapassava os 75, no último ano do século XIX, para baixar só até 62,5, no final do período em estudo. A indústria só ocupava entre 11,7 e 8,2 %, estes últimos em 1930, indicando, pois, uma diminuição. O comércio e todos os outros sectores tinham uma percentagem ainda mais reduzida.

Apesar de estes números se referirem à totalidade do município, e, de facto, de a agricultura ser aí dominante, a distribuição das produções agrícolas encontrava variações. Para as analisar, quer em relação ao aproveitamento do solo, quer dos seus produtos, recorreremos às estatísticas elaboradas pela administração do concelho, em 1903 - embora sob risco de erro, já que as informações da época eram geralmente deformadas. Os resultados podem ser observados nos gráfico I e quadro I.

S. Domingos de Carmões destacou-se por ser o espaço com melhor aproveitamento dos seus terrenos, passando mesmo dos 100 %, em consequência da coexistência de várias culturas, quer

I - AREA OCUPADA NAS FREGUESIAS (%) EM 1903

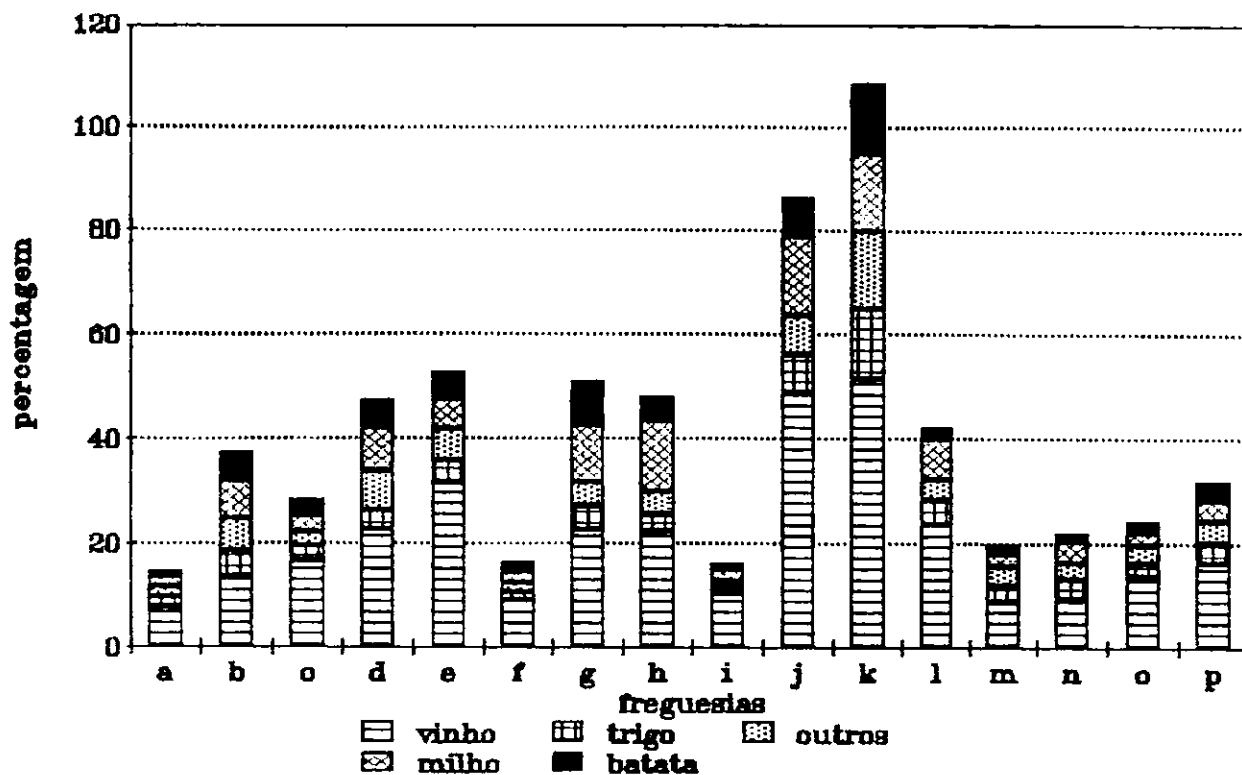
Freguesias	vinho	trigo	milho	batata	feijão	centeio	cevada
A-dos-Cunhados	7,7	1,8	1,9	1,9	0,3	0,2	0,2
Carvoeira	13,4	4,9	6,3	7,1	1,0		1,0
Dois Portos	16,5	2,7	2,7	3,0	0,4		0,4
Freiria	22,4	3,7	7,5	8,2	1,1		0,7
Matacães	31,2	4,5	5,9	5,9	0,7		0,7
Maxial	8,8	1,7	1,7	2,3	0,3		0,3
Monte Redondo	22,5	4,4	4,5	11,0	1,6		1,1
Ponte do Rol	22,2	3,2	4,3	13,5	1,1		0,5
Ramalhal	10,3	1,1	1,2	2,4	0,3		
Runa	48,7	7,3	7,6	15,2	1,5		2,3
S. D. Carmões	51,2	13,6	15,1	15,1	2,3		2,1
S. Mamede	23,4	4,7	3,9	7,8	1,2		0,3
S. Maria	8,6	3,2	3,7	2,3	0,3	0,3	0,4
S. P. Cadeira	9,1	4,1	3,1	4,1	0,5		0,6
S. Pedro	13,7	2,5	3,3	2,5	0,4	0,1	0,2
Turcifal	16,2	4,0	4,0	4,0	1,0		0,8
<b>TOTAL</b>	<b>14,7</b>	<b>3,2</b>	<b>3,5</b>	<b>4,4</b>	<b>0,6</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>

I - Continuação

Freguesias	aveia	chicharo	fava	grão	azeite	total
A-dos-Cunhados	0,2		0,2	0,1	0,2	14,7
Carvoeira		0,8	1,1	0,7	1,1	37,4
Dois Portos		0,4	0,4	0,2	1,6	28,3
Freiria		0,7	1,1	0,4	1,5	47,3
Matacães	0,6	0,4	0,4	0,3	2,2	52,8
Maxial	0,2	0,2	0,2	0,1	0,7	16,5
Monte Redondo	0,5	0,7	1,1	1,1	2,5	51,0
Ponte do Rol		0,5	1,1	0,5	1,1	48,0
Ramalhal	0,1	0,1	0,3	0,1	0,3	16,2
Runa			1,5	0,8	1,8	86,7
S. D. Carmões		1,5	3,0	1,5	3,0	108,4
S. Mamede			0,2	0,2	0,5	42,2
S. Maria	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	19,9
S. P. Cadeira		0,1	0,3	0,1		22,0
S. Pedro	0,1	0,2	0,4	0,4	0,5	24,3
Turcifal		0,3	0,4	0,4	0,8	31,9
<b>TOTAL</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,3</b>	<b>0,7</b>	<b>28,8</b>

Fonte: AGCMTV, Mapas de Produções.

I - AREA CULTIVADA EM 1903  
(sobre a superfície total)



a) A-dos-Cunhados

i) Ramalhal

b) Carvoeira

j) Runa

c) Dois Portos

k) S. Domingos de Carmões

d) Freiria

l) S. Mamede da Ventosa

e) Matacães

m) S. Maria e S. Miguel

f) Maxial

n) S. Pedro da Cadeira

g) Monte Redondo

o) S. Pedro e Santiago

h) Ponte do Rol

p) Turcifal

simultâneas, quer em períodos sucessivos. Runa seguia-se-lhe com mais de 80 %, mas todas as outras paróquias tinham menor densidade de ocupação do solo: Matacães contava com uma percentagem de 52,8 da sua área cultivada, Monte Redondo 51, Ponte do Rol 48,0, etc. A-dos-Cunhados, Ramalhal e Maxial, justamente as freguesias onde se situavam alguns dos maiores incultos, foram as que apresentaram números mais baixos.

Em todo o lado dominava o vinho. A área que lhe estava reservada, no concelho, atingia 14,7 % de toda a sua superfície, contra apenas 4,4 % da batata, 3,5 % do milho, 3,2 % do trigo, e a pequena dimensão de outras espécies, variando, as que se encontravam nas estatísticas, entre 0,1 e 0,7 %. Entre todas, o centeio era a menos difundida. A sua produção mostrava-se diminuta, distribuída apenas por três freguesias. A aveia, um pouco mais apetecida, também não se cultivava em todo o concelho. O chicharo, por outro lado, só não se produzia em três paróquias. No extremo contrário, o feijão tornava-se, entre «as mais pequenas», a mais cultivada, devido à sua importância na alimentação local. Surpreendentemente, o azeite surge com uma área de produção grande, atendendo a que algumas fontes informavam que era importado do Ribatejo, na sua quase totalidade.

Geograficamente, no entanto, verificavam-se grandes diferenças. Era em A-dos-Cunhados que o vinho ocupava menor área, apenas 7,7 %, subindo para 8,6 % em S. Maria e S. Miguel e 8,8 % no Maxial, etc. A segunda destas freguesias, no entanto, cultivava mais trigo e milho do que algumas mais vinhateiras, sendo também uma das poucas onde se encontrava o centeio.

No extremo oposto, S. Domingos de Carmões era a de maior superfície dedicada à vinha, mas também uma das que possuíam

maiores áreas de cereais. Runa, pelo contrário, a primeira em batata, reservava também espaço importante para os cereais, leguminosas e azeite. Matacães, A distância, seguia os seus passos, o mesmo sucedendo com a Ponte do Rol e Monte Redondo.

S. Pedro da Cadeira, produzindo pouco vinho, dedicava-se sobretudo à batata e trigo, e menos ao milho; outras culturas, como o feijão, cevada e fava também tinham aqui um espaço relativamente importante.

Depois do vinho, apenas a batata canalizava receitas externas para o concelho, já que era o principal produto exportado, seguida, de longe, pelos legumes (\*). Quanto aos cereais, a sua produção quase nunca se mostrava suficiente para o consumo local, tendo de importar de fora, quer das fábricas de Lisboa, quer de outras regiões.

Mas o vinho impunha-se, de facto, na economia de todo o concelho e da região que o circundava. O município de Torres Vedras centrava uma região que, adaptando o nome de «torreana» (7), era a mais importante zona vinhateira portuguesa, onde os vinhedos, seguidos, ou quase, cobriam a mais vasta superfície do país (8). Por isso mesmo, a história de Torres Vedras, no primeiro terço do século XX, ficou ligada à do vinho português: as crises e prosperidades deste, sobretudo as que se verificaram no Sul do país, identificaram-se com aquelas que os torreenses experimentaram. Por outro lado, os viticultores locais encontraram-se também no centro das discussões que envolviam o produto, advogando soluções, quer nos comícios aqui realizados, quer nos jornais que publicavam e mesmo, a um nível mais alargado, na Associação de Agricultura e na Federação de Sindicatos Agrícolas do Centro de Portugal. Dada, pois, esta envolvência,

passemos à análise da evolução do produto e das questões que ela colocava (9).

Os anos de 70 e 80 do século XIX foram de grande prosperidade, em consequência da enorme procura de vinhos da região para serem lotados com os estrangeiros, sobretudo franceses, em déficit devido à filoxera. Os preços subiram e a área plantada de vinha aumentou cerca de 50 % (10), atingindo cerca de metade de toda a superfície do concelho.

Aquela epifítia, reconhecida no concelho após 1883, interrompeu este movimento. Ela espalhou-se rapidamente, já que o meio preventivo mais eficaz, o sulfureto de carbono, tinha contra si a natureza do solo, demasiado argiloso para uma acção eficaz. Além disso, as cepas morriam aqui mais depressa do que noutras zonas, uma vez que a casta dominante, a tinta miúda, se mostrava especialmente vulnerável (11).

O primeiro momento foi de desânimo, chegando algumas vinhas a serem convertidas em campos de cereais (12), mas a reconstrução começou cedo, com plantas americanas. Em 1891 um conhecedor afirmava: «É pasmoso o movimento de restauração vitícola em todo o termo de Torres, sendo principalmente de notar as pequenas plantações disseminadas, signal seguro de que o pequeno proprietário e o terceiro vão entrando confiadamente na lucta» (13).

Desta forma o vinho voltou a ser a principal produção do Torres Vedras. A plantação cresceu sempre: se em 1903, de acordo com as informações da autoridade administrativa, a área ocupada por vinhas correspondia a quase 15 %, em 1915, segundo os cálculos de Campos Pereira, ela era de 21000 hectares (14), ou seja, cerca de 60 % de todo o município, correspondendo a cerca de 6 % de

todo o espaço que em Portugal continental estava destinado à mesma cultura (15) - embora este número possa estar exagerado, (16); é provável que, posteriormente, a ocupação do solo pela cepa tenha aumentado ainda, tal como sucedeu no resto do País e mesmo na vizinha Mafra (17).

A produção de vinho, por outro lado, apesar das oscilações naturais, em consequência de causas próprias de cada ano, passou de 2387762 litros em 1890, para 23533300 em 1904 (18) e 49105100 em 1923 (19), ano que reconhecemos, neste período, como o mais fértil (20). No total ela correspondeu a uma percentagem de 5 a 7 % de todo o produto nacional (21).

Este crescimento e o seu escoamento, porém, vieram colocar alguns problemas, já que ele não foi exclusivo de Torres Vedras. Na realidade, integrou-se num movimento semelhante, verificado não só em Portugal, mas também nos outros países vinícolas. Por esta razão, os déficits causados pela filoxera, no século XIX, tornaram-se excessivos, a partir destes últimos anos: a produção tornou-se demasiada para os mercados existentes. Além disso, os portugueses encontravam contra si a concorrência de alguns países melhor colocados, sobretudo a França, Espanha e Itália. Portugal, ao contrário destes, não tinha tratados de comércio, em consequência da política proteccionista seguida. Assim sendo, os vinhos, para encontrarem compradores, eram vendidos a um preço excessivamente baixo. Apenas os anos em que, por razões naturais, a produção se mostrava diminuta, traziam algum alívio aos viticultores. Vejamos, em traços gerais, esta evolução.

O novo século surgiu entre grandes dificuldades por falta de compra do vinho. Só em 1902 a situação sofreu alterações, porque as irregularidades meteorológicas facilitaram a invasão do mildio.

A colheita foi pequena e a procura do produto, e respectivo preço, aumentaram.

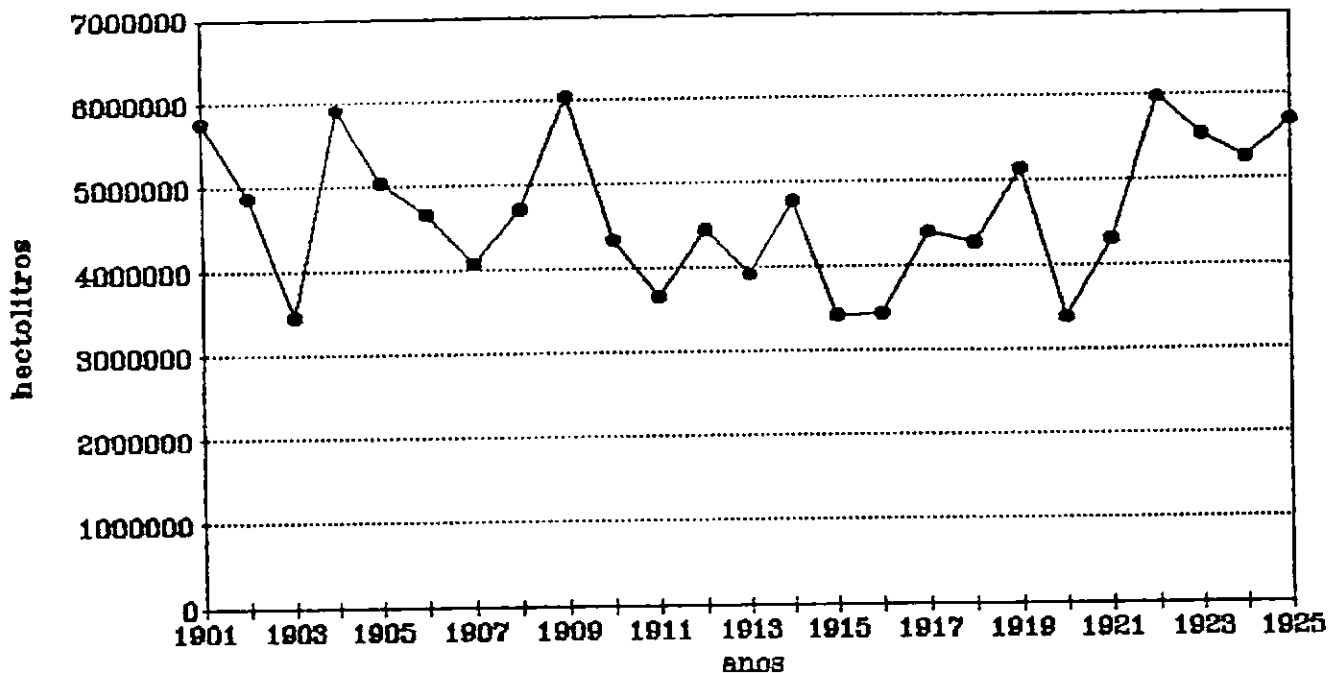
Em 1904 as colheitas voltaram a ser grandes, invertendo novamente a situação. Os preços voltaram a ser ínfimos, devido ao excesso das massas vinícolas existentes, afectando toda a vida local: a falta de dinheiro impedia o arrendamento das terras e a contratação de trabalhadores, que entravam, por sua vez, no sistema da crise. A retração da vida comercial era o passo seguinte.

Só em 1910 é que se notou uma alteração provocada pela pequena produção de outros países estrangeiros. Porém, foi apenas em 1915 que se sentiu uma modificação mais geral, devido ao grande ataque de mildio, ao facto de as vinhas francesas ficarem abandonadas em consequência da guerra e de as colheitas em Itália e Espanha também escassearem. Por isso, muitos comerciantes franceses apareceram em algumas regiões portuguesas, Torres Vedras inclusive, na busca de vinhos carregados de tinta e álcool, mas neutros, para os seus lotes, a troco de bons preços. As vendas aumentaram, num movimento que há muitos anos não se encontrava.

A situação manteve-se ao longo da guerra, apesar de a produção não descer, tendo até sofrido um acréscimo em 1917 e nos anos seguintes. Nem tudo foram, porém, facilidades. A falta de vasilhame revelou-se uma constante, bem como a escassez de transportes.

O ciclo das dificuldades foi retomado depois da guerra. O início dos anos 20 marcaram-se por uma crise internacional, reflectida no mercado vinícola, renovada no final da mesma década. As razões eram sempre as mesmas: grandes colheitas que ocasionavam stocks em demasia.

## II - PRODUÇÃO VINICOLA CONCELHO DE TORRES VEDRAS



Fonte: Vinha Portuguesa, Outubro, 1927, p. 5.

Para os viticultores e analistas a eles ligados, as soluções passavam por quatro pontos essenciais: existência de mercados, externos e internos, os primeiros conseguidos graças a tratados de comércio a realizar e os segundos pela abolição dos impostos de barreira e consumo à entrada de Lisboa e Porto, e pelo combate às falsificações; a utilização das massas vinicas como aguardente, possibilitada pelo afastamento da concorrência do álcool industrial, ou seja, pela proibição da sua entrada no país; a restrição das plantações nos terrenos propícios ao cultivo de cereais; a continuação da exportação de parte do produto do Sul, no caso, de Torres Vedras (??) lotado com o produzido no Douro, com o nome genérico de vinho do Porto. Estas questões, levantadas constantemente por todo o país, foram também uma realidade em

Torres Vedras. As reuniões de viticultores foram muitas, juntando-se-lhes algumas idas a Lisboa, em protesto contra as medidas dos governos e para apoiar as decisões do colégio dos produtores de vinho; alguns dos mais importantes faziam ouvir a sua voz na Associação Central da Agricultura Portuguesa; a Câmara Municipal e Sindicatos Agrícolas não se cansavam de enviar representações; os jornais locais ocupavam grande parte do seu espaço com estas reivindicações e com acusações contra os governantes que não cuidavam dos interesses vinícolas.

Os resultados, porém, quase nunca se fizeram sentir, ou foram contrários ao pretendido. Assim, a importação de álcool industrial foi, por vezes, permitida em Portugal; os tratados de comércio só tiveram efeito na segunda década do século, depois de celebrados com a Alemanha e a França; restringiram-se as plantações, mas de forma imperfeita: nas quotas inferiores a 50 metros e nos leitos de alguns rios, entre os quais o Sizandro, ou seja, deixando possibilidades de plantações a muitas regiões, mas proibindo-as em Torres Vedras; fechou-se a barra do Douro, tirando um mercado importante aos vinhos do concelho.

Concelho essencialmente agrícola, como acabamos de verificar, a indústria assumia um papel muito pouco importante na economia local, no final do século XIX, excepto no que toca ao abastecimento de produtos essencialmente artesanais. De facto, a situação, segundo o inquérito de 1890 mas comum até 1900, correspondia essencialmente a pequenas unidades movidas pelo vento, força hidráulica e pela mão humana, contando-se apenas uma máquina locomóvel em todo o município, situada na única moagem conhecida (?). Quanto aos estabelecimentos, eles dividiam-as

entre uma mina, pedreiras, fornos de cal, alambiques de alcool, alabardeiros, alfaiatarias, sapateiros, fogueteiros, funileiros, fiação e tecelagem de lã, marcenarias, moinhos de vento e a referida moagem, odreiros, ourivesaria e relojoaria, padarias, serrações de madeira, serralharias, tanoarias e uma tipografia (24).

A maior parte destas oficinas nunca ultrapassou o estágio de pequena indústria. Algumas actividades, no entanto, alargaram-se, particularmente a metalúrgia, com António Hipólito e Francisco António da Silva, a moagem e a cerâmica.

António Hipólito inciou as suas actividades industriais com uma pequena latoaria, em 1900. A partir de 1905 foi, sucessivamente, introduzindo mecanismos mais aperfeiçoados (25), mas, sobretudo, deu início ao fabrico de pulverizadores (26), base a partir da qual se tornou uma peça importante para a tecnologia agrícola, local e nacional. Das suas oficinas saíram, mais tarde, prensas, pulverizadores, caldeiras de destilação, bombas para vinho, cosedores, carros e muitos mais produtos, mesmo os necessários a fábricas de conservas de peixe (27). Em 1927 o seu mercado estendia-se pelo menos até ao Porto (28) e em 1929 esteve presente na Exposição de Sevilha.

Tal como este industrial, Francisco António da Silva começou por uma pequena latoaria, que trespassara da antiga patroa (29). Evoluindo e alargando-se igualmente à área da fundição, o seu trabalho tornou-se concorrente daquele, com fabrico de produtos dedicados à agricultura, com particular incidência na tecnologia vinícola.

Estas duas casas tornaram-se, sem dúvida, o expoente da metalurgia local, no período que estamos a estudar. A seu lado, as

# A INDUSTRIAL

Serralheria mecânica e civil — Fundição de metais

OFICINAS MOVIDAS A VAPOR

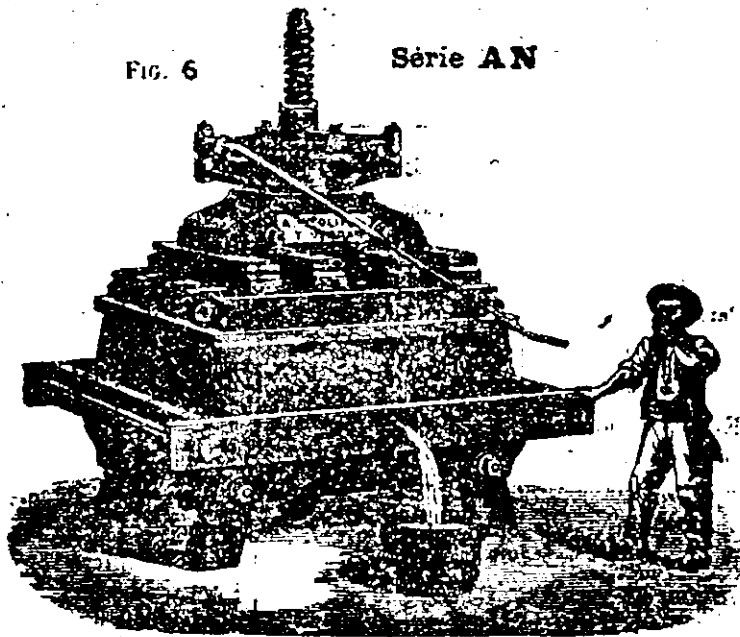
(CASA FUNDADA EM 1900)



Artigos vinícolas, agrícolas, Prensas Marmontier e Mabile, Pulverizadores, Caldeiras de destilação, Bombas para vinho, Manufactura de prensas, cosedores, carros, charriots e mais ferramentas para fábricas de conserva de peixe, Tubagem em ferro, cobre, latão e borracha, etc.

FIG. 6

Série AN



PREÇOS ESPECIAIS AOS REVENDEDORES

**ANTONIO HIPOLITO**

R. Serpa Pinto, 55 a 57, — Torres Vedras

Figura 1 - A indústria de António Hipólito cresceu devido aos produtos destinados à viti-vinicultura.

inúmeras oficinas existentes proviam às necessidades quotidianas de cada pequeno espaço em que se inseriam, sem facultar os instrumentos mais aperfeiçoados à actividade económica dominante no concelho. E, de facto, não podemos deixar de realçar o facto daquelas duas indústrias - e mais tarde a de Francisco Xavier Damião, também iniciada por uma latoaria, na Ribaldeira, em 1924 - terem crescido amparadas a esse mesmo tipo de trabalho.

A indústria moageira situava-se a uma enorme distância deste sector. De facto, destacava-se no panorama do concelho apenas por ser mecanizada, mas o seu número foi sempre limitado. Na primeira década do século existiu apenas um destes estabelecimentos, em 1916 foram registadas dois e em 1920 três (3º). No final do período em estudo já só se contava, novamente, um. Mas eram todas fábricas de pequenas dimensões, com influência muito limitada, no geral só à localidade em que se situavam (todas na vila, excepto uma em Dois Portos). De resto, eram os muitos moinhos de vento, espalhados por todo o concelho, que satisfaziam as necessidades das populações.

As informações de 1930 referem sete cerâmicas, empregando 46 operários, em todo o concelho. É provável que alguns destes estabelecimentos fossem mecanizados, uma vez que em 1917 se verificava a existência de uma cerâmica com caldeira de procedência estrangeira, com potência de 35 H.P., provavelmente de António Augusto Cabral, um dos vultos «industriais» mais proeminentes na Torres Vedras do primeiro terço do século (31). As outras muitas referências a cerâmicas parecem dedicadas a pequenas unidades.

A electricidade, outro dos sectores mecanizados, teve papel muito limitado, já que entre 1912 e 1925 só existiu na vila,

explorada pela Sociedade Progresso Industrial (empresa local que começara a sua actividade pela exploração mecânica de debulhas de trigo e enfardamento de palhas). Neste último ano é que este benefício se estendeu à Ponte do Rol, devido à iniciativa de alguns membros dessa aldeia, e em 1930 a Santa Cruz.

A extracção de minerais seguiu um rumo de sucesso menor. A única mina explorada no concelho parece ter cessado a sua actividade antes do final do século XIX, já que o seu produto, o calcário betuminoso, tinha contra si a concorrência das betonilhas, superiores em qualidade e mais baratas (32). Apesar do grande número de minas descobertas e registadas na Câmara Municipal, a maior parte de carvão de pedra, ferro e petróleo, não se procedeu à sua exploração. Apenas em 1908 é que uma companhia inglesa e a Companhia Petrolífera Portuguesa fizeram sondagens para reconhecer a existência desta última substância, mas foram todas infrutíferas, talvez pela falta de capital (33). O grande número de pedreiras nunca atingiu o cunho de verdadeiras explorações industriais.

Se o «tecido industrial» era ténue, o mesmo não se poderá dizer das actividades comerciais, quer por grosso, quer de retalho.

Este último sector ocorria em todo o concelho, nos inúmeros estabelecimentos existentes. Além deles, o concelho contava com as feiras de S. Vicente, S. Pedro e Nova, na vila, do Mato, no Turcifal, e S. Miguel, em Runa, todas tradicionais. Na década de 20 começaram a funcionar também em S. Mamede da Ventosa, ligando-se às suas festas anuais, e no Ramalhal.

Alguns destes eventos tinham um carácter específico. Assim, a feira de S. Vicente destinava-se ao fornecimento de porcos, vindo grande número de varas do Alentejo. As do Mato e de S. Miguel, pela sua proximidade às vindimas, forneciam muitos utensílios para este trabalho e para as adegas. A última estava também especializada em gado vacum (34). No entanto em todas elas era vendida uma grande variedade de objectos, por comerciantes que se deslocavam de outras terras.

Como complemento do comércio existiam ainda os mercados. A vila tinha um semanal, destacando-se, no entanto, o do terceiro Domingo de cada mês, por ser dedicado à venda do gado. Na década de 20 começaram a realizar-se alguns outros nas freguesias rurais.

O comércio por grosso desenvolvia-se essencialmente ligado ao vinho, vendido para fora do concelho. A par dele, todavia, comercializavam-se também frutas, cereais e muitos outros produtos (35). A sua importância determinou, na década de 20, a abertura de algumas agências bancárias na vila, substituindo, desta forma, a simples utilização dos correspondentes locais. Assim, o Banco Espírito Santo escolheu Torres Vedras para uma das suas primeiras sucursais, em 1920, seguido, algum tempo depois, pelo Banco Nacional Ultramarino, também com uma das suas primeiras agências no continente, e pelo Banco de Portugal. Existia, além delas, uma casa bancária formada por elementos da localidade.

### 3) Aspectos Sociais

Se, como vimos, grande parte da população estava ocupada com as actividades agrícolas, não podemos inferir que todos detinham



Figura 2 - Armazéns de Abel Pereira da Fonseca, na Avenida Tenente Valadim.

posições semelhantes. A posse da terra, na realidade, implicava diferenciações entre os grandes e pequenos proprietários.

Entre os primeiros encontravam-se pessoas que, provavelmente, nem foram contabilizadas como tal pelos agentes recenseadores, por terem a sua actividade dominante no comércio, indústria ou profissões liberais. Apontemos alguns casos. Justino Xavier da Silva Freire, grande proprietário na Maceira (Vimeiro), um dos principais elementos nas reivindicações agrícolas, membro activo da Associação Central de Agricultura Portuguesa, era médico; Joaquim Pedro Marques Sobrinho, outro possuidor de grandes extensões, diversificava as suas preocupações também pela indústria, sendo o proprietário da única fábrica de moagem que aqui existiu durante muitos anos, e pelo comércio de grande número de produtos. Os membros da família Bastos, com quinta em Fernandinho, entregavam-se ao comércio na sede do concelho. Em grande parte dos casos, no entanto, eram pessoas cuja função se encontrava exclusivamente na terra. A maior parte vivia no concelho, embora se encontrassem também alguns membros da capital ou de outras localidades, que aqui se deslocavam frequentemente e até tinham posições de destaque na vila política e social, como era o caso das famílias Moura Borges, Bacelar de Carvalho, Barros e Cunha, Sampaio, etc.

Todavia, com poucas excepções, a grande propriedade não era aqui muito extensa, abrangendo, em média, 18000 hectares (36).

No outro ponto da escala encontravam-se as muitas pequenas propriedades. Na realidade, a terra estava muito dividida, o que tinha também tendência para aumentar, sendo cada vez maior o número de pequenos proprietários (37). Quanto aos seus membros, a posse da terra não passava, quase sempre, de um complemento no

sustento da família, tendo que utilizar uma parte do seu tempo no trabalho a soldo.

Na falta da terra havia, para muitos, a solução do aforamento - que já no século XIX tendia a diminuir pela remissão de muitos foros (36) -, mas sobretudo o arrendamento ou a parceria - esta geralmente de vinha -, com os mesmos intentos: o complemento do rendimento.

Os simples assalariados, não dispendo de outra fonte de receita senão do seu trabalho, tinham a sua vida ainda mais ao sabor das intempéries económicas, variando entre a prosperidade e grande oferta de trabalho, com consequentes salários elevados, e as crises, com falta de emprego e mais dificuldades (37).

Exceptuando alguns comerciantes, artesãos e professores, não deveriam existir nas aldeias quaisquer elementos desligados da agricultura. Era, de facto, na vila que eles se concentravam, embora o seu número também não fosse elevado. Encontravam-se essencialmente nas repartições, profissões liberais e actividades comerciais. A indústria, por seu lado, ocupava também poucas pessoas. Foi talvez por esta razão que as reivindicações dos operários e as lutas de classes nunca se fizeram aqui sentir verdadeiramente. De facto, só em 1916 é que se notou um leve indício de movimento, com manifestações de trabalhadores agrícolas, sobretudo na zona de S. Domingos de Carmões, Carvoeira, Dois Portos e Runa, mas pelo restabelecimento das habituais sextas e merendas no Verão, o que lhes foi prontamente concedido (38). Além dele apenas se conhece a vontade dos empregados de comércio constituírem um núcleo de defesa dos interesses da sua classe, em 1911 (39), portanto no rescaldo da implantação da República; é provável que não tivesse sido efectivada, já que em 1915 ocorreu

outra reunião de caixeiros para tratarem da organização da classe (42). No ano seguinte os marceneiros exigiram aumento de ordenado, mas viram as suas reivindicações serem imediatamente atendidas (43). Os operários de tanoaria da viúva de António da Silva chegaram a programar uma greve para exigirem o mesmo, mas o entendimento com a patroa pôs imediatamente fim a esses planos (44). Sendo, desta forma, limitadas as questões, o administrador pôde informar o Governo Civil, em 1917, que no concelho não havia movimentos sociais de classe, nem mesmo sobre a forma de reivindicações (45).

#### 4) A Política

O século começou dentro dos parâmetros políticos habituais. O poder estava repartido entre dois partidos políticos, progressista e regenerador, que o dividiam entre si, em períodos de acordos, de oposição e de sucessão. Era apenas entre eles, de facto, que se estruturava a política local, com maior expressão na dominação da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia. Encontrava-se, por outro lado, coordenada pelos caciques da terra, dirigidos por Aleixo Cesário de Sousa Ferreira, advogado, do partido regenerador, e António Agostinho da Silva Henriques ou Manuel Francisco Marques, ambos proprietários, pelos progressistas. Entre todos, só este último levantava grandes problemas políticos e oposição (46), sobretudo em 1905, quando levou à dissolução da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia, por ambas as eleições terem fugido ao seu controlo, e foi apontado como causador de perseguições, vinganças e manobras sobre as autoridades.

Apenas os viticultores se opunham, por vezes, a esta situação. As suas críticas dirigiam-se contra os sucessivos governos, porque as suas decisões nunca favoreciam o desenvolvimento agrícola e, sobretudo, vinícola. Surgiu, por isso, em Torres Vedras, a ideia de fazer eleger deputados independentes dos partidos e totalmente consagrados à defesa da agricultura. Em 1900 houve campanha para esta eleição, mas não teve seguimento, o mesmo sucedendo em 1901, quando a lista apresentada integrava alguns republicanos. Esta questão voltou a colocar-se em 1904, mas é quase certo que a candidatura indigitada, de Oliveira Feijão, director da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, não chegou às urnas.

Apesar de, neste momento, a Maçonaria contar com oficinas em Torres Vedras (11), ainda não se revelava a sua influência na vida política local. É provável, no entanto, que estivesse ligada ao emergir do Partido Republicano, cujos votos também começaram a ser contados nesta altura. Torna-se, por outro lado, notável a coincidência entre a fundação de uma nova loja, em 1905 (12), e a estruturação deste partido no concelho.

Foi, de facto, só em Dezembro de 1905 que se instituiu a primeira comissão municipal republicana, sediada em Dois Portos, e devida a Faustino Policarpo Timóteo. Após esta data, começaram a verificar-se algumas iniciativas de propaganda, através de comícios, que nem sempre chegaram a realizar-se. A organização começou a ser maior depois de Janeiro de 1907, com a constituição da comissão municipal republicana, sediada na vila, e de paroquiais em algumas freguesias. Seguiram-se as conferências, os comícios e a propaganda na Folha de Torres Vedras, que se tornou no órgão oficioso do partido, no concelho. Após 1908, o

partido entrou numa fase mais aguerrida, apesar das outras formações políticas o tentarem afastar, mesmo através de actos de força, com a proibição de comícios, roubo de bandeira do Centro Alexandre Braga, etc.

Impusera-se, entretanto, o governo de João Franco, que cedo canalizou contra si as oposições dos políticos torreenses, sobretudo pelas suas resoluções vinícolas: as restrições da barra do Douro e da plantação de novas vinhas, ambas lesivas para os interesses locais. Os apoios propagandísticos do governo, através da criação de um Centro Nacionalista e da publicação de O Português, chegaram tarde, já depois do regicídio.

Não obstante, esta nova formação política passou desde então a contar para o controle da vida política local, agora totalmente invertida em relação ao que se verificava até 1905. Já não se opunham dois partidos que acordavam entre si, mas quatro, aguerridos, representando três interesses opostos - uma vez que progressistas e regeneradores tentaram continuar com as soluções anteriores. Foi entre elas que se dividiu a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia e mesmo as Juntas de Paróquia, até então menos expostas.

A implantação da República levou à imediata suspensão dos membros políticos locais, desde a autoridade administrativa aos regedores, Câmara Municipal, juntas de paróquia, Misericórdia, etc. Todavia, a adesão de muitos monárquicos foi imediata (17), tendo alguns adquirido novamente lugares no concelho, provocando desentendimentos. Em Runa, por exemplo, notavam-se desinteligências na Junta de Paróquia, atribuídas aos republicanos «de fresca data» que a compunham (18).

Os métodos utilizados e vividos também continuaram os do regime político anterior, com «arranjinhos políticos» imediatamente verificados (31), a posição dos caciques nas manobras dos seus interesses e dos das suas clientelas, as abstenções, compras de votos e chapeladas.

Mas esta imposição republicana não se fez sem grandes oposições, desde os seus primeiros momentos, por parte de muitos monárquicos que se manifestaram nas campanhas de propaganda contra a República (32), na destruição de bandeiras e em revoltas. Por estas razões, o administrador afirmava, em 1912, que o concelho era muito monárquico e reaccionário e que já por várias vezes os povos das freguesias tinham vindo à vila em atitudes revolucionárias (33).

Apesar de não exclusivamente, muitas das pessoas que se opuseram aos republicanos eram sacerdotes, que além de participarem nestes actos também se serviam do altar para manifestações contra o novo regime. Na realidade, a questão da Igreja foi aqui, como por todo o lado, fulcral na luta, já que ambas as partes se mostraram intransigentes. Assim, enquanto os padres assumiam aquelas atitudes, os adeptos da nova situação governativa intentaram contra a vida religiosa e os hábitos das populações. Logo em 1911 interditaram a tradicional procissão dos Passos, em Torres Vedras (34); muitas festas religiosas e funerais católicos foram proibidos, enquanto alguns padres não puderam continuar a utilizar a igreja (35); em Dois Portos o administrador tentou transformar uma capela em escola, apesar de não necessitar dessas instalações, o que provocou a ira e revolta dos seus habitantes (36); na mesma freguesia também houve tentativa de

acabar com a procissão dos Passos, sendo depois as suas imagens destruídas (37), etc.

A evolução política e temporal trouxe a Torres Vedras as suas próprias alterações. Cada novo regime fazia mudar as pessoas que detinham o poder local e atraía a si a contestação dos seus opositores. Na década de 20, porém, o desapontamento com a situação, as crises e a instabilidade, tinha também aqui os seus seguidores. Desta forma, os monárquicos passaram a dominar a vereação a partir de 1922 (38). Outros grupos de conservadores advogavam a transformação através dos processos políticos da Nação, findando as divisões partidárias para dar lugar a uma união em torno dos interesses do país (39). A Associação Regionalista, criada em 1924, era a prefiguração desse novo regime, já que os seus filiados esqueciam as suas posições políticas para defenderem a Ordem e o Bem da terra (40).

Perante estas ideias, o movimento do 28 de Maio de 1926 foi imediatamente aceite por muitos torreenses. Apesar de algumas oposições, a Ditadura encontrou adeptos que a fizeram frutificar.

## NOTAS

- <sup>1</sup>) O apeadeiro da Feliteira só foi inaugurado em 1905.
- <sup>2</sup>) As freguesias de S. Miguel e de S. Tiago encontravam-se agregadas, há muitos anos, respectivamente às de S. Maria e S. Pedro.
- <sup>3</sup>) Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica. Elementos de Informação Económica, vol. VIII, Concelho de Torres Vedras, pp. 7-12.
- <sup>4</sup>) José Manuel Carvajal Telles da Silva, O Concelho de Torres Vedras. A Crise Vinícola e a Solução Cooperativista..., pp. 16-17.
- <sup>5</sup>) AGCMTV, Boletins de Estatística Agrícola, 1917 e 1918.
- <sup>6</sup>) AGCMTV, Notas de Preços e Salários, Mapa Estatístico do Concelho de Torres Vedras e Boletins de Estatística Agrícola, Registo da Correspondência da Administração para o Governo Civil, 1914 a 1916, p. 227.
- <sup>7</sup>) Não há, no entanto, unanimidade em relação ao espaço geográfico da «região torreana». Ferreira Lapa, na década de 60 do século XIX, considerava-a como abrangendo os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Mafra («Relatório...», in Memória..., p. 2). Segundo F. d'Almeida e Brito, em 1887, a extensa região conhecida pelo nome de Torres devia ser composta pelos municípios de Torres Vedras, Alenquer e parte dos de Mafra, Lourinhã, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, ou seja, a zona que possuía terrenos iguais ou de natureza semelhante e tinha a tinta miúda como casta dominante; na mesma época, todavia, considerava-se um espaço mais limitado, quase restrito aos dois primeiros concelhos (A Vinha Portuguesa, Junho, 1887, p. 177). Em 1931, Jaime Batalha Reis descreveu a região como abrangendo Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã, Bombarral, Sobral, Alenquer e Mafra (Gazeta de Torres, 11 de Janeiro de 1931).

- 8) F. d'Almeida e Brito, op. cit.. Cincinnato da Costa também se referiu à importância desta região em «Les Vignobles et les Vins», in B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, Le Portugal au Point de Vue Agricola, p. 395.
- 9) Estas questões e a análise que se segue foram captadas, na sua maior parte, nos jornais de Torres Vedras; pelo seu grande número não indicaremos cada uma das fontes. Foram também importantes as actas da Câmara Municipal, a sua correspondência e o Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa.
- 10) Paulo de Moraes, Inquérito Agrícola, p. 129.
- 11) A Vinha Portuguesa, Maio, 1887, p. 134, Outubro, 1888, p. 313.
- 12) Idem.
- 13) Ibidem, 1891, p. 234.
- 14) José de Campos Pereira, A Propriedade Rústica em Portugal, p. 138.
- 15) Cálculos feitos tendo em conta o quadro de Campos Pereira, ibidem, p. 231.
- 16) Veja-se nota 20.
- 17) Amadeu Rebello, O Concelho de Mafra, p. 27.
- 18) AGCMTV, Mapas de Produções.
- 19) José Manuel Carvajal Telles da Silva, op. cit., p. 36.
- 20) A produção de 808500 hectolitros, indicada por José de Campos Pereira para o ano de 1915, parece-nos manifestamente exagerada, uma vez que tanto as informações do administrador (AGCMTV, Mapas de produções), como as do autor referido na nota anterior consideram que ela rondaria os 200000 hectolitros.
- 21) José Manuel Carvajal Telles da Silva, op. cit., p. 26, A Vinha Portuguesa, 1927, p. 5, Boletim do Ministério da Agricultura, ano 3, 3ª série, nº 12, Dezembro de 1934.
- 22) Torres Vedras encontrava, de facto, um dos seus melhores mercados no Douro. Vinha, 10 de Setembro de 1908.

- 23) Vol. IV, p. 48.
- 24) Idem.
- 25) Casa Hipólito S.A., Notícia Histórica Sobre a Casa Hipólito, Ltda.
- 26) Idem. Refira-se que ele foi, mais tarde, o inventor de uma torneira obturadora de pulverizadores, de grande vantagem para os seus utilizadores.
- 27) Anúncios no Ecoss de Torres, Junho, 1917 e O Torreense, Novembro, 1919.
- 28) AGCMTV, Registo de Correspondência Externa da Administração, 1925 a 1927, p. 455.
- 29) Folha, 25 de Janeiro de 1908.
- 30) AGCMTV, Registo da Correspondência da Administração para o Governo Civil, 1914 a 1916, p. 246 e 1919 a 1920, nº 80.
- 31) António Augusto Cabral veio para Torres Vedras como professor. Cedo, porém, se tornou uma figura importante na vida económica e política local. Como industrial começou por uma tipografia, alargando-se depois à serração. Em 1911 foi um dos homens que formaram a Sociedade Progresso Industrial, que adjudicou o fornecimento de energia eléctrica à vila. Mais tarde dedicou-se à moagem e cerâmica.
- 32) Inquérito Industrial de 1890.
- 33) Júlio Vieira, Torres Vedras Antiga e Moderna, p. 21.
- 34) Folha, 30 de Setembro de 1900.
- 35) José da Silva Alemão Jr.
- 36) Paulo de Moraes, op. cit., p. 338.
- 37) José Manuel Carvajal Telles da Silva, op. cit., p. 32.
- 38) Paulo de Moraes, op. cit., p. 338.
- 39) Veja-se, por exemplo, Folha, 18 de Abril de 1901 e Vinha, 25 de Junho de 1903.
- 40) AGCMTV, Livro de Editais, 1897 a 1916, pp. 104-104 vo.
- 41) Folha, 19 de Fevereiro de 1911.

- 42) Vinha, 25 de Novembro de 1916.
- 43) Ibidem, 6 e 20 de Janeiro de 1916.
- 44) Ibidem, 1 de Março de 1917.
- 45) Governo Civil de Lisboa, Correspondência, 1917.
- 46) A evolução da política até 1910 já foi por nós estudada na comunicação «Partido Republicano e Política Local em Torres Vedras antes do 5 de Outubro», apresentada ao Congresso «A Vida da República Portuguesa, 1890-1990».
- 47) A oficina Triângulo, nº 5, do Rito Francês, filial da loja Elias Garcia, nº 184, de Lisboa, esteve activa de 1898 a 1909, ano em que se transformou na loja Regeneração, nº 292. A. H. de Oliveira Marques, Dicionário de Maçonaria Portuguesa, Vol. II, p. 1431.
- 48) A loja Triângulo, nº 69, do Rito Escocês Antigo e Aceite, filial da loja Marquês de Pombal, nº 252, de Lisboa, que existiu de 1905 a 1908. Contribuiu para a fundação da loja Regeneração. Idem.
- 49) Folha, 13 de Novembro de 1910.
- 50) Ibidem, 8 de Dezembro de 1910.
- 51) Ibidem, 13 de Novembro de 1910.
- 52) AGCMTV, Registo de Correspondência Interna, 1911. Os livros de correspondência da administração do concelho são, de facto, a melhor fonte para a apreensão das oposições, uma vez que aí se encontram descrições e pedidos de esclarecimento por parte do Governo Civil, cartas ao delegado que seguiam junto dos presos e que indicavam a causa da prisão, mandados de captura a fazer pelos regedores, etc.
- 53) AGCMTV, Registo de Correspondência Externa da Administração, 1911 a 1914, p. 12 vº.
- 54) Folha, 19 de Fevereiro de 1911.
- 55) Vinha, 18 de Março de 1915.
- 56) Ibidem, 23 e 30 de Julho de 1914.

- 87) Governo Civil de Lisboa, Correspondência, 1921, «Auto de Investigação sobre os Acontecimentos ocorridas na Freguesia de Dois Portos, Concelho de Torres Vedras, Distrito de Lisboa, em Onze de Março de Mil Novecentos e Vinte e Um».
- 88) O Torreense, 19 de Novembro de 1922.
- 89) Esta posição era essencialmente defendida pelos editores do jornal «A Nossa Terra».
- 90) Idem.

Mapa II

Localidades  
Referidas no  
Texto



## I - A FAMÍLIA

### 1) A Família na Sociedade

É em família que se estrutura a vida da maior parte dos membros de cada sociedade: o nascimento acontece no seio de um destes agregados, o crescimento é influenciado por ele, a fase adulta fica marcada pela constituição de um novo núcleo familiar, o qual acompanha o indivíduo até ao fim da vida ou é substituído por outro. A vida familiar apresenta-se, assim, como o primeiro elo de toda a sociedade, além do mais marcante de todos.

A formação e o desenvolvimento familiar, no entanto, obedecem a padrões mais alargados: os do grupo social em que cada cada conjunto se insere. As práticas, traduzidas na escolha do parceiro, no tipo de relação desenvolvida, em diferentes cerimónias, na realidade, são expressão de uma vivência condicionada pela sociedade.

### 2) As Famílias no Concelho

As famílias do concelho de Torres vedras, nos primeiros trinta anos do século XX, eram essencialmente de tipo nuclear: o conjunto familiar integrava apenas o casal e os seus filhos. Na realidade, era costume generalizado cada casamento dar início a uma nova composição familiar: os noivos saíam de casa de seus pais formarem outro lar, independente. Ai nasciam e eram criados os filhos, em maior ou menor número, até à idade de, por sua vez,

saiem de casa, para o trabalho ou para constituirem uma nova família.

As estatísticas evidenciam-nos esta realidade. Segundo os seus números, existia uma total homogeneidade entre o número médio de pessoas em cada fogo e em cada família - excepto em 1900, quando, de resto, a diferença foi pequena -, como se pode observar no quadro II.

II - Número Médio de Pessoas por Fogo e Família  
no Concelho de Torres Vedras

anos	número total		número médio	
	fogo	família	fogo	família
1900	8013	8020	4,4	4,4
1911	8676	8676	4,5	4,5
1920	9248	9248	4,5	4,5
1930	(1)	11142	-	4,3

Fonte: Censo da População..., 1900, 1911, 1920, 1930.

Acontecia porém que, segundo a comissão recenseadora de S. Pedro da Cadeira, em 1920, «Há também a circunstancia de muitas famílias viverem em comum isto é formando um só fogo...» (2). Este facto não pôde ser comprovado por falta de elementos, sendo possível que a sua existência fosse localizada, ou mesmo temporária.

Aquilo que os testemunhos orais nos dão a conhecer, por outro lado, é que não era estranha a permanência de um jovem casal na casa dos pais (3), trabalhando muitas vezes para a mesma estrutura económica (4).

A presença de pessoas que extravasavam o núcleo familiar também era frequente. Em 1899, apenas um ano antes da data

inicial deste estudo, na freguesia de S. Maria, encontrámos 34 fogos onde, a par do marido, esposa e filhos, viviam mães, sogros, irmãos, netos, sobrinhos e um tio (5). O facto de estas pessoas terem sido inscritas no rol de confessados prova-nos que a sua estadia era constante. Além destas, quatro expostos viviam igualmente em casas de família - infelizmente não podemos afirmar se eram vistos como elementos constitutivos de um lar ou apenas serviçais, por falta de indicações. A estas observações há que juntar o facto de se encontrarem serviçais em algumas casas. No mesmo ano e freguesia, 16 fogos tinham um ou vários criados. Em três delas, todas de comerciantes, permaneciam também os caixeiros. Este tipo de permanência deve ter sido vulgar nas casas onde o seu trabalho era necessário, sem que levasse a qualquer tipo de assimilação à família; era a casa materna que sobrelevava a estadia profissional. Um exemplo desse facto: os filhos de José Augusto Forcada, de Fernandinho, aldeia da freguesia de S. Mamede da Ventosa, viviam na Freiria, em casa do cunhado, como empregados no seu estabelecimento. A sua roupa, porém, era tratada na casa dos pais, sendo uma das irmãs que, semanalmente se deslocava para a trazer da localidade onde residiam (6).

A deslocação periódica de elementos de um núcleo familiar para outro, tendo ambos uma raiz comum, era também comum. Assim, Maria de Jesus Policarpo e Maria dos Anjos Augusta Forcada viajavam a miúdo para casa de suas tias, em terras vizinhas, quando o seu trabalho era aí necessário (7).

Destas notas resulta a conclusão da natural existência de vários tipos de famílias (8). Ao lado dos isolados e das famílias indeterminadas, alguns núcleos acolhiam casais de pais e filhos, ou de outras pessoas «sózinhas», para viverem em comum. A todos

estes, porém, sobrepunham-se os lares constituídos apenas pelo casal e seus filhos. A afirmação que fizemos no início deste capítulo mantém-se, por isso, válida.

Nos primeiros onze anos do século ficou patente o aumento do número médio de pessoas em cada agregado, passando de 4,4, segundo o censo de 1900, para 4,5, de acordo com a medição de 1911. Esse número manteve-se entre este ano e 1920, para diminuir para 4,3 na década seguinte.

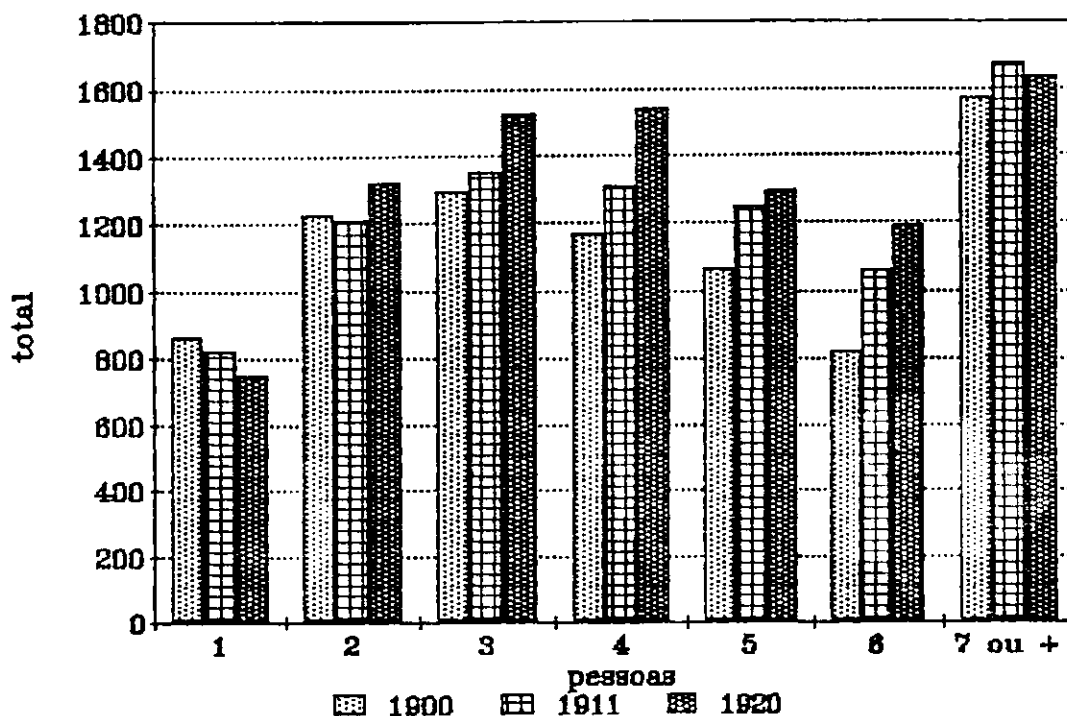
Traduzindo esta impressão geral, verificamos que, ao longo dos trinta e um anos que estamos a estudar, a tendência foi para que, de forma semelhante ao que sucedia no resto do continente português, as pessoas vivendo isoladas - certamente solteiras ou viúvas, diminuisse - quadro III e gráfico III.

III - Taxa de Variação da Composição das Famílias do Concelho de Torres Vedras e do Continente Português (%) (\*)

anos	Torres Vedras			Continente		
	1900/ 1911	1911/ 1920	1900/ 1920	1900/ 1911	1911/ 1920	1900/ 1920
1	-4,6	-9,2	-13,4	-1,2	-10,8	-11,8
2	-1,2	9,1	7,8	3,9	1,2	5,2
3	4,6	12,8	18,0	7,5	4,1	11,9
4	12,1	17,5	31,6	10,0	5,1	15,7
5	17,1	3,7	21,4	12,7	4,4	17,7
6	28,9	12,0	44,3	29,5	5,9	37,2
7 ou mais	6,2	-2,2	3,8	7,8	-5,3	2,2

Fontes: Censo da População..., 1890, 1900, 1911, 1920.

### III - PESSOAS POR FAMÍLIA



Fonte: Censo da População..., 1900, 1911, 1920.

As famílias torreenses de duas pessoas - essencialmente constituídas por um casal sem filhos (1º) -, por outro lado, diminuíram entre 1900 e 1911, ao contrário das suas congéneres do resto do território continental, mas nos nove anos seguintes registaram um acréscimo mais significativo do que estas.

Os agregados mais numerosos, sete ou mais pessoas, aumentaram 6,2 % nos primeiros onze anos do século, mas o seu número diminuiu nos nove anos que se seguiram a 1911. Não obstante esse facto, constituíram sempre o grupo com maior número de efectivos, o que foi uma particularidade do concelho de Torres Vedras em relação ao espaço com o qual o estamos a comparar.

O conjunto das famílias médias - no geral 1 a 3 filhos - cresceu continuamente a partir de 1900, chegando a ser quase metade de todos os agregados torreenses. Destaque-se, porém, que,

como se pode observar no quadro III, entre 1911 e 1920 as famílias de cinco pessoas já se encontravam em decadência.

Em resumo, depois de uma tendência para a constituição de famílias numerosas, no final do século XIX (11), o decorrer das duas primeiras décadas da centúria de 1900 trouxe consigo a apetência por agregados mais pequenos. Embora com um crescimento diferente, este fenómeno integrou-se nas correntes gerais do continente português. Não é possível, infelizmente, avaliarmos a razão destes factos. Todavia eles devem ter uma realção directa com a subida das taxas de nupcialidade registadas e o decréscimo da natalidade, sobretudo em alguns anos, como 1915 e 1919.

## 2) - O Namoro

A escolha do cônjuge não obedecia a um padrão unificado. A imposição familiar era comum, quer entre os mais abastados (12), quer entre mais pobres. Entre estes últimos, cite-se o caso de Nazaré da Conceição, de Vila Facaia que, em 1915, apesar de apaixonada por um orfão de poucos meios, foi induzida, pela família, ao casamento com outro pretendente mais abastado - o que ela fez, apesar de fugir logo em seguida (13).

Era o amor, no entanto, que fazia as escolhas, na maior parte dos casos (14). Mas, agora, a rejeição familiar sentia-se frequentemente sobre pessoas de todas as categorias sociais, das consideradas mais elevadas até às mais humildes. Entre os primeiros encontramos o caso de duas famílias, vistas pelos coevos como das mais distintas do concelho, que se opunham ao casamento dos seus filhos, levando a que estes fugissem juntos para Santa Cruz - no que foram infelizes, já uma tragédia interrompeu as suas

vidas (13). Entre os menos «distintos», as informações são diversas: um rapaz de 28 anos raptou a namorada de 16, em Runa, porque a mãe lhe batera e ela queria casar (14); Maria da Assunção suicidou-se em 1903 devido a sérios argumentos que tivera com os pais, por causa de um namoro, segundo o regedor do Turcifal (15); Maria de Jesus, do Sarge, fingiu-se doente, com ataques, crises nervosas, etc., e só a ameaça de uma operação, no hospital, a levou a desmascarar-se: tratava-se de uma representação para que a mãe não se opusesse a certas inclinações do seu coração (16).

Algumas vezes a repulsa provinha de outras pessoas, com efeitos quase tutelares, e não dos pais. Assim, João Pereira Sá Coutto opôs-se à continuação do namoro de uma sua criada com Manuel Soares, moleiro (17).

O caso de Maria dos Anjos Alves Forcada é diferente: o seu namoro foi contrariado durante muito tempo, atendendo a que só tinha 15 anos; quando atingiu a idade que os pais julgaram oportuna, foi-lhe permitido namorar com aquele com quem trocava conversa, mais ou menos oculta, e correspondência havia muito tempo.

As rejeições pessoais também não faltavam, podendo levar a actos de violência, característicos da época, como veremos à frente: Jesuína das Dores, de Varatojo, apanhou uma navalhada de Inácio Caetano por não corresponder aos seus amores (18); Sebastião Batalheiro, da Caixaria, disparou três tiros contra uma rapariga da Orjariça pela mesma razão (19).

O início da relação formal coincidia, entre a «élite» (20), com a cerimónia do pedido da mão: alguém da família do noivo, ou algum seu amigo, pedia a escolhida em casamento para o seu

mandatário (23). Algumas vezes essa cerimónia era acompanhada por um jantar, como aconteceu com o pedido de Maria José Bacelar de Carvalho para um oficial do exército (24). Esta prática não era, contudo, generalizada. O caso do médico da Ribaldeira, no final do período que estamos a estudar, é sintomático: apesar de a noiva ser neta de uma figura política importante no meio, filha de pessoas com algumas posses, ele achou preferível falar pessoalmente com os pais da sua escolhida em vez de usar terceiras pessoas. No entanto o acto também foi festejado com uma reunião e um «finíssimo chá», na casa dos pais da noiva (25).

Entre os outros grupos sociais, o noivo limitava-se, igualmente, a pedir autorização ao pai da noiva, ou, na sua falta, à mãe, para casar com a sua filha (26).

Em qualquer nível, quando os nubentes eram menores e ambos os progenitores já tinham falecido, a autorização era concedida por um conselho de família.

Não nos foi possível encontrar qualquer referência ao namoro da «élite». É provável que, pelo seu estatuto e, sobretudo, na vila, as suas maneiras obedecessem a um padrão convencional, de encontros e passeios fiscalizados, com visitas só depois do noivado (27). No espaço rural, porém, as relações eram menos rígidas. Citando dois casos, o do já referido médico da Ribaldeira e o de um comerciante de Dois Portos, noivo da filha de um importante proprietário da mesma freguesia, verifica-se que, mesmo entre os mais proeminentes, o namoro se processava à porta ou varanda, de forma semelhante à dos mais humildes. Só depois de firmado um compromisso mais sério é que o pretendente entrava em casa da rapariga (28).

Na vila, além deste modelo, o jardim, sobretudo nas suas partes mais recônditas, era um dos locais preferidos pelos namorados. É assim que se entende que, a propósito da inauguração da luz eléctrica, em 1912, se escrevesse:

«A menina que namora  
E que adora a negridão  
Do Jardim da Graça adora  
Em não tendo escuridão  
la apostar que até chora...» (27).

O acto essencial do encontro consistia na conversa. O pedido de um beijo pelo namorado mostrava-se também frequente, embora nem sempre fosse correspondido, quer porque as vizinhas se encontravam à espreita (30), quer porque beijar assinalava um grande compromisso (31).

As relações sexuais também eram uma constante e a concepção por mulheres não casadas estava omnipresente, não parecendo afectar grandemente a sociedade. Em 1901, em sete freguesias que analisámos (32), 54 crianças baptizadas (8,7 %) eram filhas de pais não casados, 25 das quais de pai incógnito. Depois de 1913, e até 1930 - com excepção dos anos de 1926 a 1928 - os registos civis anotaram entre 92 e 195 casos cada ano, o que, traduzido em números percentuais, se situou entre 14,2 e 21,7 % (33). O nascimento fora do casamento encontrava-se, deste modo, em crescimento, seguindo a tendência observada em muitos países no pós-guerra (34).

Muitas destas relações tinham por base a esperança de união matrimonial. Assim Maria da Nazaré, de 18 anos, queixou-se de José Pedroso Sécio, seu vizinho, porque a seduzira e engravidara com

falsas promessas de casamento (33). Mais afortunadas, muitas noivas encontravam-se grávidas quando casavam (34).

Outras vezes, o casamento realizava-se já depois de os filhos nascerem. Desde que o pai quisesse, tornava-se possível que, neste acto, os filhos ficassem reconhecidos como legítimos. Ao todo, foram 10 os casos em 1901, 13 em 1913, 15 em 1919 e 10 em 1930. A maior parte destas crianças era de pouca idade (37), até 2 meses. A excepção vai para 1919, quando a maior parte dos reconhecidos tinha mais de um ano.

Entre os casos de reconhecimento dos filhos no acto de casamento dos pais encontramos vários irmãos com idades diferenciadas, o que nos leva à conclusão de que seus pais, apesar de não casados, mantinham uma relação muito estreita, provavelmente de coabitação. Esta mostrava-se, aliás, prática corrente, pelo menos em algumas localidades. Segundo o testemunho de D. Maria Costa, contavam-se como muitos os casais que se «amigavam» na Abrunheira - freguesia do Ramalhal -, sendo sua avó que, com sacrifício, os incentivava a casar. É provável também que o reconhecimento dos filhos pelos pais no acto de baptismo - 22 casos em 1901, nas sete freguesias que verificámos - seja consequência da mesma coabitação, mas não o podemos afirmar definitivamente por falta de provas.

### 3) - O Casamento

O casamento não escolhia idades. O anúncio publicado num jornal local é sugestivo a esse respeito: «Senhora de 64 annos, solteira, possuidora de alguns bens que lhe garantem a sua sustentação e demais necessidades domésticas, deseja contrahir

casamento com qualquer cavalheiro, filho de boa família, e que a estime bastante, recebendo da sua parte as maiores provas de affecto e estima» (3º).

A análise dos registos paroquiais e civis leva-nos à mesma conclusão. A média de idades dos primeiros casamentos foi sempre bastante alta, entre os 26 e os 28 anos para os homens, nos quatro anos que escolhemos para amostra, superior à média nacional (3º); a das mulheres, sempre mais baixa, variou entre 23 e 25 anos, com maior incidência para a primeira destas idades. Estas médias, próximas das verificadas na Europa Ocidental (4º), homogeneizam, no entanto, grandes discrepâncias, induzindo-nos em erro. O quadro que apresentamos em anexo confirma-nos esse facto: a idade do noivo variava entre 18 e 65 anos e a da noiva entre 14 [a idade mais baixa, encontrada uma única vez, sob licença especial por a idade mínima legal ser 16 anos (4º)], e 75 anos.

Dadas, pois, estas grandes alterações, consideramos ser muito mais interessante verificar a idade mais corrente para o casamento. Esta foi bastante mais baixa, situando-se, para os homens, entre os 23 e os 26 anos, enquanto as mulheres casaram preferentemente entre os 20 e 22 anos.

As mulheres tinham, na generalidade, menos, 2 e 4 anos do que os seus maridos. Não rareavam, porém, os casos em que a esposa nascera primeiro, verificando-se, em alguns casais, uma diferença etária muito grande.

A maior parte das pessoas que contraíam matrimónio no concelho eram, naturalmente, solteiras. A percentagem dos divorciados que voltaram a casar foi insignificante, enquanto a dos viúvos, não alcançando, nem de longe, a daquele grupo, foi

relativamente importante. Entre estes note-se, sobretudo, a diferença de 1919 em relação aos outros anos, particularmente entre os homens. Dado que, neste ano, grande parte das pessoas que casaram nesse estado aí permaneciam apenas desde o ano anterior, é

#### IV - Estado Civil dos Cônjuges

ano	Número					Percentagem				
	Sol.	Viu.	Div.	S/ind.	Total	Sol.	Viu.	Div.	S/ind.	Total
1901	223	16		4	243	91,8	6,6		1,6	100,0
1913	221	14			235	94,0	6,0			100,0
1919	284	62			346	82,1	17,9			100,0
1930	278	23	2	1	304	91,4	7,6	0,7	0,3	100,0

#### NOIVA

1901	215	22		6	243	88,5	9,1		2,5	100,0
1913	228	7			235	97,0	3,0			100,0
1919	310	35	1		346	89,6	10,1	0,3		100,0
1930	288	14	2		304	94,7	4,6	0,7		100,0

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos Paroquiais, Casamentos, 1901, Livros de Registo Civil, Casamentos, 1913, 1919, 1930.

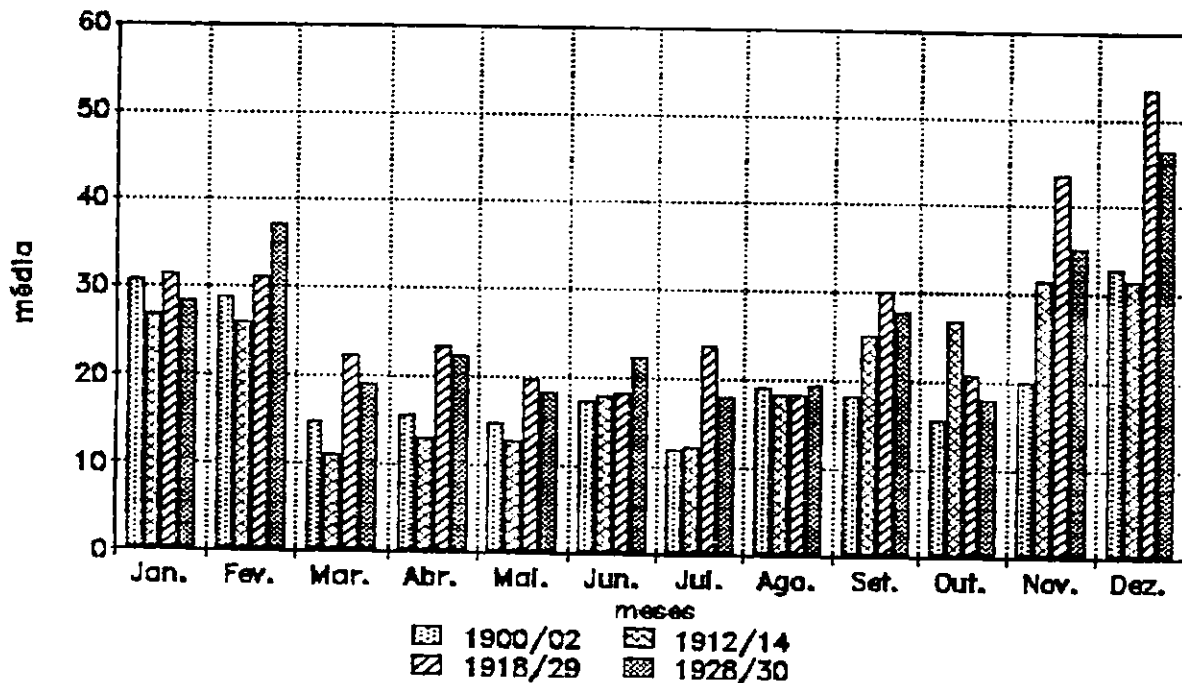
#### V - CASAMENTO APOS A VIUVEZ - ANOS (\*)

ano	NOIVO						s/ind	total
	1º	2º	3º	4º	+5º			
1913	6	2		2	4		14	
1919	48	8	2	1	3		62	
1930	8	3	3		9		23	
ano	NOIVA						s/ind	total
	1º	2º	3º	4º	+5º			
1913	2	1	2		2		7	
1919	18	5	4	1	6	1	35	
1930	2	2	4		5	1	14	

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo Civil, Casamentos, 1913, 1919, 1930.

provável que ele não fosse mais do que a tentativa de reconstituição de famílias, após a epidemia de gripe pneumónica do ano anterior.

IV - CASAMENTOS POR MESES  
MÉDIAS DOS TRIÊNIOS



Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos Paroquiais, Casamentos, 1900, 1901, 1902 (16 freguesias), Livros de Registo Civil, Casamentos, 1912, 1913, 1914, 1918, 1919, 1920, 1928, 1929, 1930.

Os torreenses que casaram nos primeiros trinta anos deste século escolheram preferentemente o Inverno para a realização desse acto, como nos demonstra o gráfico IV, onde se encontra a média de quatro triénios (43). De facto, apesar de algumas alterações conjunturais, Dezembro foi, nestes quatro períodos, o mês preferido para a realização dos casamentos, seguindo-se-lhe Novembro (excepto nos primeiros três anos em análise). Os meses

de Janeiro e Fevereiro, com algumas variações, foram, depois, os que registaram maior percentagem.

Em 1912/14 muitos noivos escolheram Outubro para as suas núpcias. Este mês, no entanto, não era, geralmente, dos mais apetecidos, sendo ultrapassado por Setembro. Os meses de Primavera e Verão, embora com pouca homogeneidade, registaram muito menos casamentos.

As razões para esta preferência encontram-se, em nossa opinião, na economia local. Região agrícola, e sobretudo vinícola, por excelência, é possível que estes factos fossem resultado do comércio e das fainas anuais. Era depois da vindima e da feitura do vinho que apareciam os compradores deste produto; na Primavera, o mercado parava, esperando os prenúncios da colheita seguinte; a venda de vinho no Verão só era significativa quando se pensava que as colheitas seriam fracas e os stocks dos comerciantes estavam esgotados. As estações e as crises influíam também na vida dos que nada possuíam e trabalhavam como assalariados: depois da vindima, em que todos os braços eram escassos, seguia-se a poda e a empa, três das actividades que mais trabalho garantiam. Ao longo do ano as vinhas necessitavam, ainda, de muitos mais trabalhos, mas estes só eram feitos convenientemente se a compra do vinho desse disponibilidade para tanto. O Inverno era ainda a época das sementeiras, enquanto as colheitas, no Verão, exceptuando as da batata, destinavam-se essencialmente a auto-consumo, não trazendo disponibilidades monetárias imediatas.

O dia escolhido poderia, no entanto, obedecer também a tradições locais. Nas Carreiras eram frequente estas cerimónias quando o ciríio da terra ia a Santa Quitéria (\*\*).

Marcado o dia do casamento, era, segundo a lei republicana, o conservador do registo civil que determinava a hora para o mesmo (45). Esse facto poderá ter levado a que, por exemplo em A-dos-Cunhados, em 1930, grande parte destes actos tivesse tido lugar às 11 horas da manhã (46). Dado, porém, que a mesma lei exigia a aquiescência dos noivos, julgamos que o horário escolhido, na maioria dos casos, não deve ter andado longe do desejado por aqueles, pelo que passamos a analisá-lo.

#### VI - HORARIO DO CASAMENTO

Horas	NUMERO			PERCENTAGEM		
	1913	1919	1930	1913	1919	1930
antes das 8 horas	4	1	6	1,7	0,3	2,0
8 - 9 horas	2	10	2	0,9	2,9	0,7
9 - 10 "	9	15	3	3,8	4,3	1,0
10 - 11 "	22	17	6	9,4	4,9	2,0
11 - 12 "	25	20	40	10,6	5,8	13,2
12 - 13 "	45	51	37	19,1	14,7	12,2
13 - 14 "	54	53	34	23,0	15,3	11,2
14 - 15 "	31	77	86	13,2	22,3	28,3
15 - 16 "	27	54	51	11,5	15,6	16,8
16 - 17 "	11	32	25	4,7	9,2	8,2
17 - 18 "	3	8	9	1,3	2,3	3,0
18 - 19 "	1	6	4	0,4	1,7	1,3
19 - 20 "			2			0,7
20 ou mais horas	1	2	2	0,4	0,6	0,7
s/ indicação			1			0,3
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>346</b>	<b>304</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos Paroquiais, Casamentos, 1901 (16 freguesias), Livros de Registo Civil, Casamentos, 1913, 1919, 1930.

O meio do dia, particularmente entre as 13 e as 15 horas, era o período preferido para o casamento (47), como é possível constatar no quadro VI. As outras horas imediatamente antecedentes e subsequentes seguiram-se em percentagem. Aconteceram, todavia, alguns casamentos a horas muito matinais e outros muito tardios. O general Saturno Augusto e D. Aurora Marrecas Ferreira casaram às 2 horas da manhã (48); Filipe Augusto Ribeiro, primeiro aspirante de Finanças de uma repartição de Fazenda em Lisboa, e D. Ermelinda da Nazaré Alves às 5 horas (49); Herculano Mendes e sua prima Maria Eugénia Lobo Mendes uma hora mais tarde (50). Ainda durante o período republicano encontramos alguns casamentos de madrugada: em 1913 um às 2 horas (51), um às 3 e um às 4; em 1919, um às 2,30; em 1930, um às 3,30, outro às 5 horas (52). O contrário, isto é, o casamento depois do sol posto também sucedia, tendo, em 1913, sido realizado um à meia-noite.

Nos últimos onze anos que precederam a obrigatoriedade do registo civil do casamento (53), foram apenas oito os matrimónios realizados na administração do concelho, sem passarem pela Igreja (54). Depois de 1 de Abril de 1911, a união oficial passou a ser aquela que o conservador do registo civil sancionasse. Apesar disso, os enlaces religiosos continuaram a ser uma regra quase geral. Para muitos católicos (55), estes representavam a sacralização do acto de união sendo, por consequência, os únicos válidos. Isso mesmo é possível de entender a partir da história de Nazaré da Conceição, de Vila Facaia, e de sua família: embora por razões amorosas, como já referimos, depois da cerimónia civil recusou-se a ir viver com seu marido enquanto não fosse à igreja,

alegando que não se considerava legalmente casada, e os familiares atenderam-a (26).

Aceitar, no entanto, esta prática como universal induz-nos em erro. Alguns católicos consideravam que, apesar de casarem apenas perante as autoridades civis, estavam tão unidos como os outros. Assim, admitimos que Gervásio Félix, da Loubagueira, era católico, uma vez que desejou baptizar o seu filho; a sua vontade, no entanto, foi de casar apenas civilmente, só ratificando a união na igreja para poder realizar o mesmo baptizado (27). Albino Botelho consorciou-se com Belmira Santos, em 1930, apenas ao civil, adiando o matrimónio católico por um ano porque este exigia mais tempo e era mais caro (28). Nos registos civis que consultámos também encontramos referências, nos respectivos averbamentos, a casamentos pela Igreja realizados muitos anos depois, alguns nas vésperas da morte. Estes casos fazem-nos pensar que, até aí, essas pessoas, apesar de religiosas, terão vivido casadas civilmente mas em paz com a sua consciência.

Nos casos em que a vontade determinava a realização das duas cerimónias, estas completavam-se. O casamento civil antecedia o religioso, podendo ter lugar no mesmo dia ou nos dias seguintes. O primeiro caso era mais frequente. Entre muitos outros, podemos apontar alguns exemplos: D. Alice Xavier, de Runa, casou ao civil, na casa de seu cunhado, com Manuel Almeida Lopes; os noivos e convidados dirigiram-se depois à igreja paroquial, onde a sua união foi abençoada (29). Alberto Gomes Pedreira e D. Maria Adelaide Fivelim Costa também receberam o oficial do registo civil em casa dos pais da noiva; partiram em seguida para a Quinta do Infesto, propriedade da família do noivo, em cuja capela se realizou o acto religioso (30). O caso de D. Teresa Amália

Figueira Freire foi semelhante: casou, por procuração - o noivo encontrava-se em S. Tomé -, na conservatória de registo civil da vila e depois na capela da Quinta da Maceira, para onde se dirigiu com os convidados (61). Maria de Jesus Policarpo com António Ferreira e Maria dos Anjos Augusta Forcada com António Henriques Fernandes, de poucas posses, dirigiram-se a S. Mamede e aí casaram na conservatória, após o que se encaminharam para a igreja da mesma freguesia (62). As núpcias de Afonso Avelino Pedreira Vilela realizaram-se em dois dias porque a noiva morava em Alenquer: o registo teve lugar em sua casa e, no dia seguinte, o religioso na terra da noiva (63).

Quando a morada dos noivos se encontrava longe da igreja, o trajecto fazia-se, geralmente, a pé (64); alguns, com mais sorte, tinham a possibilidade de ir no carro de algum familiar ou amigo. Foi o caso de Alice Augusta, que pôde viajar de Fernandinho a S. Mamede na camioneta de um seu irmão. O mesmo não se deveria passar com a «élite», uma vez que encontramos, por vezes, a referência a trens (65), e mesmo a automóveis (66).

As noivas mais abastadas vestiam de branco no dia do seu casamento (67). Esta possibilidade estava negada às nubentes de famílias pouco abastadas, as quais usavam um vestido vulgar, sempre que possível novo, mas raramente branco (68).

Os que pretendiam uma cerimónia mais requintada decoravam a Igreja a seu gosto, atapetando-a e enchendo-a de flores, como foram os casos de D. Maria da Nazaré Xavier, D. Adelaide Júlia Antunes Vilela e D. Maria do Carmo d'Almeida Carvalhosa (69). Essa cerimónia implicava também a contratação de músicos que tocassem durante a mesma: nos casamentos das duas primeiras noivas

nomeadas, o maestro Francisco Xavier de Melo tocou harmónio; no de D. Graziela Emilia Geralda Silveira foi sua irmã que tocou órgão (70).

Terminado o acto, era usual uma refeição, almoço, lanche ou jantar, mais ou menos íntima, geralmente em casa dos pais da noiva. O almoço que se seguiu ao consórcio de D. Júlia Costa com Leonildes Cunha foi íntimo (71). Já o jantar que o proprietário runense, António Francisco Xavier, fez servir após do casamento de sua filha, D. Maria da Nazaré Xavier, contou com a presença de numerosos (cinquenta e cinco) convidados (72). 80 pessoas, das 500 que assistiram ao consórcio de Raquel Alves, foram convidadas para um copo de água em casa de sua mãe (73). Também foi a mãe de D. Maria da Conceição Silva que ofereceu um lauto jantar quando esta casou com João Serra (74). Por ocasião da união do falecido conde de Sampaio com D. Júlia Pinheiro Barbosa o repasto, com a mesma proveniência, consistiu num «lunch» (75).

Esta regra não era, todavia, geral, existindo um sem número de excepções. Foi em casa dos pais do noivo que foi servido o almoço íntimo aquando do casamento de Júlio Vieira com D. Júlia Larcher Roxo (76). Joaquim Xavier Vieira é que ofereceu o jantar quando se casou (77). Outras vezes eram os padrinhos que ofereciam uma refeição: foram os casos de D. Mariana Mesquita com João Gomes e D. Maria da Purificação Estevinha com José Lopes (78). Por ocasião do matrimónio da irmã de Alvaro Martins, médio militar, o «lunch», íntimo, teve lugar em casa deste (79). Os familiares e pessoas da intimidade de D. Ermelinda da Nazaré Alves e Filipe Augusto Ribeiro (este de Lisboa), deliciaram-se, à tarde, com um jantar no Hotel Natividade - a cerimónia tinha sido realizada às 5 horas da manhã (80). Eurico José Climaco Pinto e D. Maria da

Conceição Alves escolheram o Hotel Miramar, em Santa Cruz, para o seu almoço - o casamento tivera lugar na Silveira (81). Para celebrar as núpcias de António dos Santos Duarte, da freguesia de S. Pedro da Cadeira, com Sara Ferreira da Silva, de Torres Vedras, o copo de água, oferecido pelos pais da noiva, na sua casa, entremeou as duas cerimónias, uma vez que o acto perante o conservador do registo civil tivera lugar na mesma casa e a união só foi sacralizada nessa tarde, na igreja matriz a que pertencia o noivo (82). José Napoleão Jr. e D. Maria da Purificação Alves também realizaram o banquete de casamento, um copo de água em casa dos pais da noiva, entre as duas cerimónias, porque só sacralizaram a união, na igreja, à meia-noite (83).

Por vezes eram oferecidas duas refeições em vez de uma. Depois de D. Adelaide Júlia Antunes Vilela e Mário Augusto Teixeira Dinis terem contraído matrimónio, foi oferecido um copo de água em casa da mãe da noiva, findo o qual, depois de trocadas as toilettes, todos partiram para Torres Vedras; aí, às 6 horas, foi oferecido um lauto jantar (84). Depois da cerimónia civil de D. Ema Betâmio de Almeida e Augusto Gregório de Miranda Jr., na Ribaldeira, em casa da mãe da noiva, foi servido um almoço no mesmo local; de tarde realizou-se o sacramento religioso em Matacães, terra do noivo, findo o qual foi oferecido um jantar pelos seus pais (85).

Mesmo entre os mais pobres era usual a realização de uma refeição (86). Na Abrunheira, segundo o testemunho de D. Maria Costa, era sua avó que, desgostosa por ver que tantos casais se uniam sem passarem pela Igreja, contribuía com a sua própria criação para a boda, incentivando-os, desta forma, ao casamento.

A comemoração alargava-se, por vezes, a outras práticas. Após o enlace civil de António Ferreira Jr. e Isabel da Conceição foram distribuídos bolos caseiros pelas testemunhas e assistentes (87); pelas núpcias do filho de António Pancadares, em 1926, foi deitado mais fogo do que numa festa, segundo a opinião do regedor do Maxial (88).

No dia do casamento daqueles que recebiam os convidados em sua casa era costume expôr os presentes, sendo comum as colunas dos jornais referirem que na corbeille da noiva se viam prendas de valor, artísticas, belas, etc. As ofertas eram variadas, consistindo em elementos para uso pessoal ou da casa: jóias, écharpes, charuteiras, caixas para pó de arroz, jarros, bandejas, copos, garrafas para toilette, pratos, salvas e outros objectos semelhantes. O noivo e a noiva também se presenteavam reciprocamente, sobretudo com jóias: nos três casos de que temos descrição, as noivas ofereceram abotoaduras em ouro e os noivos brincos (89). Os testemunhos negam-nos a oferta de presentes entre os mais pobres (90).

Muitas vezes, porém, os noivos partiam para a lua-de-mel ou para a sua nova casa logo a pós a cerimónia de casamento, sem que qualquer refeição fosse partilhada com a família e convidados. Foram os casos de Fernando Carreira Bacelar e D. Laura Amélia Fivelim Machado, João Ferreira Rijo e D. Laura Costa, Joaquim Rodrigues da Silva Jr. e D. Henriqueta França, José Nunes de Chaves e D. Maria José Ferreira Pinto, Jacinto Custódio Rodrigues e D. Adelaide Augusta Maldonado, entre muitos outros (91). Este facto não estava relacionado com a sua situação económica ou profissional, já que, dentro do grupo que assim procedia, encontramos proprietários, sendo alguns dos mais importantes do

concelho, comerciantes, farmacêuticos, empregados de comércio, aspirante de finanças, etc.

A ida para casa depois da cerimónia ou da boda era a opção mais generalizada entre os elementos de fracas posses, mas não deixava de ser também comum entre os mais abastados. Tal aconteceu com o proprietário António dos Santos Duarte (72), o comerciante de S. Domingos de Carmões João Dionísio da Silva (73), o farmacêutico João Afonso da Silva e Sousa, que foi, primeiro, com sua esposa, visitar seus pai e tio ao Sobral de Monte Agraço, (74), etc.

A lua-de-mel fora da localidade ou da residência, por um ou vários dias, era, no entanto, um facto generalizado entre aqueles que tivessem dinheiro. Os locais variavam. Mário Augusto Teixeira Dinis e D. Adelaide Júlia Antunes Vilela passaram a lua-de-mel no Sirol, aldeia da freguesia de Dois Portos, antes de se retirarem para sua casa, em Guimarães (75); Júlio Vieira e a sua noiva escolheram a Ericeira para passarem alguns dias (76). Para Caldas da Rainha foram Rodrigo Simões Costa e D. Maria José de Magalhães (77), José Nunes de Chaves e D. Maria José Ferreira Pinto (78), Herculano Mendes e D. Maria Eugénia Lobo (79), entre outros. Muitos foram para a praia mais apreciada na região, Santa Cruz: José Joaquim de Miranda e D. Gracinda da Luz Silva (100), Alberto Gomes Pedreira e D. Maria Adelaide Sales Costa (101) escolheram esta opção. Lisboa e Sintra foram outros dos lugares preferidos: Francisco Pedro Xavier e a sua desposada foram passar o dia à capital (102), enquanto Guilherme Augusto das Chagas e D. Augusta dos Santos Alves, João de Sousa e D. Guilhermina das Dores Ribeiro, etc., passaram aí alguns dias (103). O casal João Inácio Silva/D. Maria da Conceição Rodrigues escolheu Sintra para passar

o dia (194), o mesmo fazendo D. Maria da Purificação Marques, a qual seguiu depois, com seu marido, Raul de Carvalho, para a casa deste, em Lisboa (195). Ernesto José Barbosa Marques e D. Júlia da Conceição Gomes também se dirigiram à mesma vila no dia do seu enlace, passando o resto da lua-de-mel em Lisboa (196). O abastado proprietário António Teixeira de Figueiredo levou a noiva a Lisboa e aos Estoris (197), enquanto um seu congénere, Francisco Cristovão Baptista Gancho, foi para o norte do País (198).

As propriedades familiares chegaram a ser, igualmente, ponto de destino dos recém-desposados: a Quinta da Portucheira para João Ferreira Rijo e D. Laura Costa, a da Almiara para D. Maria José da Cunha Santos e Artur Pedreira Bruno (199), uma casa no Vimeiro para Daniel da Luz Rodrigues e D. Maria de Jesus Santos (200).

As testemunhas do acto do casamento são, por costume, designadas como padrinhos (201) sem que esta palavra tenha o sentido mais profundo que adquire no baptizado. Daí que ela não seja encontrada nos registos paroquiais. A República, no entanto, introduziu a possibilidade de, quem o desejasse, poder ser considerado padrinho (202). Apesar de muitas pessoas não assumirem tal denominação, talvez porque ela introduzisse alguma carga de responsabilidade, de qualquer tipo, ela foi aceite pela maior parte das testemunhas - quadro VII.

O número de testemunhas presentes em cada casamento variou consoante as circunstâncias. Em 1901, exceptuando 23 casos (203), intervieram sempre 2 «padrinhos». Estes, no entanto, tanto puderam ser dois elementos do mesmo sexo - que foi sempre o sexo masculino - como dois de sexos diferentes. Os números foram respectivamente 112 e 109 casos.

## VII - Padrinhos (114)

ano	sim	não	s/ind.
1913	153	71	11
1919	237	74	38
1930	234	25	45

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo Civil, Casamentos, 1913, 1919, 1930.

A lei civil alterou estes números, mandando que o número de pessoas presentes fosse superior. Pelo Código do Registo Civil eram necessárias quatro testemunhas (115), tendo o número diminuindo depois para duas, pela lei de 10 de Julho de 1912 (116). Acontecendo, porém, que muitas das testemunhas presentes não sabiam escrever, o mesmo sucedendo com os noivos e até com os seus progenitores, o número dos que ficavam inscritos nos registos era muito superior (117). Os casamentos realizados em casa também faziam subir o número das testemunhas presentes (118). Deste modo, ele variou entre 2 e 6 em 1913, num casamento realizado em casa, onde 2 declararam querer ser consideradas padrinhos; em 1919, o total de testemunhas subiu para 8 (4 dos quais padrinhos), num enlace realizado no posto do registo civil do Maxial; em 1930 dois registos anotaram 7 nomes, sendo um realizado em casa e outro na conservatória (não há indicação da sua vontade). Na maioria das vezes, no entanto, aqueles que testemunhavam eram em número de 2 ou 3.

Entre os que recusavam a designação de padrinhos avultavam aqueles que, parece-nos, eram apenas chamados como testemunhas por serem as pessoas que se encontravam mais próximas do local de

casamento. Surgem-nos, de facto, repetidas vezes as mesmas pessoas a assinar: o mais chamado, em 1919, na vila, foi um escrevente das execuções fiscais, enquanto em S. Pedro da Cadeira foram duas senhoras cujo apelido nos faz suspeitar serem parentes próximas do conservador do registo civil local. Outras mulheres e alguns logistas também surgem repetidas vezes nos registos desta freguesia. O mesmo sucedeu em S. Mamede, onde uma senhora, igualmente com o mesmo apelido do conservador, e a professora da terra foram as testemunhas. Em 1930 repetiram-se acontecimentos semelhantes.

Perante tais factos não podemos deixar de nos interrogar sobre a possibilidade de serem indiciadores da poucas preocupações para com a cerimónia: quem casava não se importava com quem iriam ser as testemunhas. Notemos, contudo, que estes factos não ocorreram em todo o concelho, sendo, provavelmente, os usos locais que os determinavam.

Os chamados a confirmar o acto, desde que escolhidos pelos nubentes, eram, frequentemente, pessoas muito próximas, mesmo familiares - pais, irmãos, tios, etc. Além destes, nota-se uma estreita relação entre as profissões de muitos noivos e as dos homens que lhes serviram de testemunha (117). O quadro VIII mostra-nos essa proximidade, nos anos de 1901, em todo o concelho, e entre 1911 e 1920, na freguesia de S. Pedro e Santiago. Não analisamos os dados fornecidos pelo registo civil porque, como já verificámos, o padrão era diferente. Na confecção do referido quadro repetimos o noivo sempre que tinha duas testemunhas do sexo masculino, ambas com profissões próximas da sua mas diferentes uma da outra.

VIII - RELAÇÃO ENTRE PROFISSÕES, NOIVO/PADRINHO

profissões	1901	1911/1920
agricultor/fazendeiro	1	2
alfaiate/alfaiate	1	
barbeiro/barbeiro		1
carpinteiro/carpinteiro	1	
caseiro/proprietário	1	
caseiro/trabalhador (1.º)	1	
cocheiro/cocheiro	1	
comerciante/comerciante		3
empregado comercial/comerciante		2
escriturário/escrivão		1
escrivão/escrivão		1
fazendeiro/fazendeiro	1	3
fazendeiro/lavrador	1	
fazendeiro/proprietário	2	
fazendeiro/trabalhador	2	6
general/tenente coronel	1	
guarda gado/pastor	1	
industrial/industrial		1
lavrador/fazendeiro	3	
marítimo/marítimo		1
moiral de gado/moiral de gado		1
moleiro/moleiro	1	
pastor/pastor		2
pedreiro/carpinteiro		1
proprietário/caseiro		1
proprietário/fazendeiro		4
proprietário/proprietário	5	11
proprietário/trabalhador		2
sapateiro/sapateiro	1	1
soldado/sargento	1	
taberneiro/taberneiro	1	
tanoeiro/tanoeiro	1	
trabalhador/agricultor		
trabalhador/caseiro	2	2
trabalhador/fazendeiro	12	11
trabalhador/lavrador	8	
trabalhador/proprietário	25	26
trabalhador/seareiro	1	
trabalhador/trabalhador	83	43

Fontes: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo Paroquial, Casamentos, 1901, Célia M. F. Reis e Eduardo J. M. Frutuoso, Análise Social, Demográfica e das Mentalidades, a Partir dos Registos Paroquiais da Freguesia de S. Pedro e Santiago de Torres Vedras (a partir de 11 de Abril de 1911 a 31 de Dezembro de 1920).

A escolha de uma pessoa do mesmo grupo social sobrepunha-se a todas as outras. Os trabalhadores escolhiam preferentemente os

seus iguais, os proprietários convidavam outro proprietário, etc. A ligação ao estrato social um pouco superior, embora dentro do mesmo campo de actividades, foi também uma constante, embora de forma não tão pronunciada. Assim, encontramos caseiros, lavradores ou proprietários a testemunharem os consórcios dos trabalhadores, em número significativo. Já uma relação entre dois estratos em que um representa uma posição mais baixa não é tão relevante: os casos de proprietários/lavradores ou trabalhadores foram em número muito menor.

Desconhecemos, infelizmente, a vida dos casais mais abastados e da <élite>. Entre os mais pobres, a vida de cada dia marcava-se pela labuta intensa, para angariação dos meios necessários à vida. Assim, não raramente a esposa auxiliava o marido, não só nas suas pequenas propriedades, mas também nos trabalhos à jorna (121), lavando roupa (122), etc.

As questões familiares, por outro lado, também não faltavam, numa sociedade em que a violência era uma constante do quotidiano. Entre outros muitos casos, Mateus Andrade, do Amial, andando constantemente embriagado, provocava zaragatas e maçtrava a mulher, que se via frequentemente obrigada a ficar fora de casa, com os cinco filhos de tenra idade (123).

## 5) Os Filhos

Era em casa que nascia a quase totalidade das crianças. O parto era assistido por uma parteira da terra, simples curiosa do ofício, apesar de, muitas vezes, possuir verdadeira intuição para a tarefa (124).

A vila devia contar com uma profissional, habilitada pela escola médica de Lisboa, desde 1901, pois nesse ano Belmira Brígida da Conceição Valéria, moradora em Torres Vedras, fez-se inscrever na administração do concelho (125). Foi talvez esta presença que levou as autoridades a tentarem impedir a actividade das curiosas, como se percebe pelo facto de Maria da Boa-Hora ter sido chamada à administração, em 1902, a fim de lhe ser comunicado que não poderia continuar como parteira por não ter habilitações (126). O cargo de parteira oficial, porém, só foi criado em 1903, sendo nomeada Guiomar Trindade (127). As suas funções eram semelhantes às dos facultativos do concelho, sendo obrigada a assistir a todas as pessoas que solicitassem os seus trabalhos, mesmo de fora da vila. Por esta razão, quando, em 1930, Maria Quitéria se recusou a estar presente num parto, foi castigada pela Câmara (128). A parteira oficial também podia receber as parturientes em sua casa, conforme o anúncio publicado nos jornais (129); infelizmente não nos é possível saber se alguma aproveitou esta possibilidade.

Os honorários, porém, impossibilitavam muitas vezes o chamamento. Maria de Jesus, mulher de um carpinteiro sem grandes recursos, não conseguiu pagar mais do que 40\$00, dos 70\$00 que lhe devia pela sua assistência - o que levou a que a parteira se recusasse a estar num segundo parto (130). Por esta razão as curiosas, de que falámos acima, continuaram a encontrar clientes. Ainda em 1930 a Parafuja assistiu a alguns partos (131).

Algumas vezes o momento do nascimento obedecia a práticas supersticiosas. No Maxial a parturiente colocava o chapéu do marido na cabeça e as ceroulas ou calças nos ombros; tratava-se de

um vestígio dos ritos de encobrimento, para causar os espíritos causadores do mau parto ou febre puerperal (132).

Depois do nascimento era tratada a entrada da criança no mundo exterior. Tal como os casamentos raramente eram feitos perante o administrador do concelho, também eram raras as crianças registadas na administração sem passar pela pia baptismal. Desde 1900 e antes da introdução do registo civil obrigatório, tal aconteceu apenas 6 vezes, 2 em cada ano, entre 1909 e 1911 (133). Significativamente tratava-se de filhos de homens ligados à causa republicana e laica.

Neste contexto, o baptismo exercia a função de primeiro registo, o que custou a transformar nos primeiros tempos da República: alguns registos civis assinalavam datas de nascimento erradas para fugir às sanções da lei não cumprida. Nas notas dos baptizados entre 1911 e 1920, em S. Pedro e Santiago, encontra-se várias vezes «Esta criança foi registada civilmente como tendo nascido a ... para evitar a multa» (134).

O baptismo era ministrado principalmente a crianças muito novas. Em 1901, nas sete freguesias que analisámos, a maior parte dos neófitos tinha menos de três meses, acontecendo a maior incidência até aos dois primeiros meses. Este facto continuou a verificar-se: na freguesia de S. Pedro e Santiago, entre 1911 (depois de 1 de Abril) e 1920, sucedeu o mesmo, embora aqui se tenha verificado um considerável número de crianças com idade superior a 1 ano (135). O quadro IX comprova-nos esta observação.

Na cerimónia de baptizado, entre as pessoas de Fernandinho, era rara a presença da mãe. A criança era levada ao colo da parteira, acompanhada do pai e dos padrinhos (136). Na Abrunheira

IX - Idade de Baptismo

ano idade	Número		Percentagem	
	1901	1911/20	1901	1911/20
menos de 1 mês	153	221	24,7	18,3
1 a 2 meses	194	287	31,3	23,8
2 a 3 "	92	157	14,8	13,0
3 a 4 "	71	84	11,5	7,0
4 a 5 "	30	76	4,8	6,3
5 a 6 "	22	39	3,5	3,2
6 a 7 "	17	42	2,7	3,5
7 a 8 "	16	33	2,6	2,7
8 a 9 "	7	27	1,1	2,2
9 a 10 "	3	17	0,5	1,4
10 a 11 "	3	13	0,5	1,1
11 a 12 "	7	15	1,1	1,2
mais de 1 ano	3	194	0,5	16,1
s/ indicação	2		0,3	

Fontes: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo Paroquial, Nascimentos, 1901, Célia M. F. Reis e Eduardo J. M. Frutuoso, op.cit.

acontecia muitas vezes que as mães ficavam a trabalhar enquanto D. Joana, preocupada com a vida espiritual dos mais pequenos, é que os levava à Igreja para serem baptizados (137).

Muitos dos baptizados tinham um fato especial para o efeito, não raramente branco (138). Na Abrunheira, D. Joana fazia vestidos de chita barata para ser utilizada na cerimónia (139). Não podemos, no entanto, generalizar sobre esta total utilização de fatos de baptizado, já que alguns testemunhos nos dão conta do facto de muitas mães não os vestirem a seus filhos (140).

Depois da cerimónia, muitos pais ofereciam uma refeição (141). Quando o farmacêutico da Feliteira, Rodrigo Costa, fez

baptizar sua filha, além de jantar houve também um baile em que participaram 44 pessoas (142). Entre os mais pobres, a situação variava. Muitas vezes havia uma refeição comemorativa do acto, geralmente destinada apenas aos pais e padrinhos (143).

Ao contrário do casamento, era nos baptizados que os padrinhos intervinham como testemunhas de grande responsabilidade. A eles cabia parte da educação do afilhado (144), bem como a sua sustentação em casos de necessidade. É, a este respeito, esclarecedora a situação de um conto de Natal integrado num periódico local: numa situação aflitiva, a mãe lembrou que a madrinha de seu filho não o presenteara, como aos outros afilhados, com o pão em massa para fazer filhotes (145).

Os padrinhos eram, geralmente, um elemento de cada sexo, embora não em todos os casos, sendo a função desempenhada, por vezes, por dois homens. Muito frequente era também a escolha de Nossa Senhora para madrinha do neófito. Neste caso era necessário que uma pessoa, geralmente um homem, a representasse na cerimónia, surgindo aquele nos registos como tocando com a coroa, o diadema, etc. Nossa Senhora aparece-nos por vezes com um dos seus atributos - Nossa Senhora da Boa-Hora, da Nazareth, do Rosário, da Conceição, da Piedade, do Sobreiro, ou outros -, embora, na maior parte dos casos, fosse pedida a sua intervenção sem qualquer especificação.

Entre 1911 e 1920, nos registos de baptismo na paróquia de S. Pedro e Santiago, vila de Torres Vedras, verificou-se uma grande repetição dos nomes de algumas pessoas como padrinhos. Este fenómeno atingiu sobretudo a família Sobreiro, a mesma do então pároco, nos seus diversos membros (258 vezes nesses 9 anos). O

facto tem uma explicação lógica: era frequente muitos pais chegarem à Igreja com vontade de baptizar os seus filhos mas sem trazerem qualquer testemunha (146). Neste caso, servia quem estivesse mais próximo (147), tal como podia acontecer em relação aos casamentos.

Esta verificação leva-nos a considerar que a questão dos padrinhos era pouco relevante para muitas pessoas. Mais uma vez, porém, não podemos generalizar este acontecimento. Pelo contrário. O facto de os padrinhos se preocuparem com lembranças a oferecer aos afilhados (148) denota uma escolha prévia. Além disso os paraninfos encontravam-se frequentemente entre as pessoas da família, avós, tios, irmãos, etc., o que contrasta com a hipótese do descuido na sua escolha ter sido universal.

Maria foi, neste período, o nome mais vulgar para as raparigas: 112 das 321 crianças do sexo feminino baptizadas nas sete freguesias que estudámos, em 1901, tinham este nome. No primeiro trimestre de 1930, essa relação subiu para 146/259 - apesar de agora nos aparecerem em conjunção com o segundo nome, o que não sucedia nos registos paroquiais. Nenhuma outra denominação apresentava comparação: Gertrudes, aquele que aparece em segundo lugar, em 1901, só foi escolhido 12 vezes. Luísa e Alice foram nomes para 8 meninas cada. Rosa contou-se menos uma vez e Júlia e Beatriz 6 vezes. Todos os outros nomes mostraram-se ainda menos usados, havendo uma grande variedade atribuída uma única vez. No último ano em estudo, depois de Maria não se encontrava qualquer destaque.

Entre os elementos do sexo masculino nenhum nome teve a popularidade de Maria. José, o mais apetecido, foi dado a 62 dos

297 rapazes baptizados, em 1901; António, que se lhe seguiu, a 42 e Francisco a 27. João, Joaquim, Manuel e Luís seguiram-se por ordem decrescente. Em 1930, António foi o mais usado, 43 crianças. Os cinco nomes que se tinham seguido, em 1901, continuaram a ser os mais atribuídos.

Na escolha do nome intervinha, de forma assaz importante, o próprio nome dos pais, 27 casos, em 1901, dos avós, 67 vezes e, sobretudo, dos padrinhos 155 crianças (147). A estes números somam-se 116 nomes comuns a vários destes familiares. Em 1930 aconteceu um fenómeno semelhante, sendo frequente, porém, a criança reunir um nome de cada familiar.

No concelho, quase todas as crianças eram criadas em casa. Os anúncios nos jornais, no entanto, patenteiam-nos a existência de amas e, provavelmente, a sua utilização, dada a continuação destes anúncios. Além disso, se, eventualmente, as mães do concelho não entregavam os seus filhos para serem criados por outras pessoas, acontecia que algumas recebiam crianças de outras localidades, como Lisboa (150), para serem criados com o seu leite, alimentando os seus filhos a papas e açorda (151).

Entre os menos ricos, a infância, de que a escola se encontrava frequentemente afastada, era o início do período de trabalho. As crianças encarregavam-se assiduamente do cuidado dos irmãos - por vezes com resultados funestos, como o que sucedeu no Ramalhal em 1900, quando uma criança morreu queimada (152) -, do pastoreio de alguns animais e, no caso das raparigas, da lida doméstica (153). Cedo, também, se transitava para casas de patrões. Luísa de Jesus, com 12 anos, já era criada de António

Nunes (154). A filha da mendiga Maria de Jesus Leal foi servir para Lisboa com 13 anos e, pelo menos nos três anos que se seguiram, a mãe nunca mais soube dela apesar de dizer que tinha mandado escrever para colher informações (155)

Da vida familiar, sobretudo entre as classes mais humildes - aquelas para os quais possuímos algumas fontes -, não estava ausente a violência, quer dos pais para com os filhos - entre outros casos podemos citar o de Gertrudes da Conceição Franco que costumava espancar barbaramente os seus filhos (156) -, quer destes para com os seus progenitores, depois de passarem a adolescência. Num dos muitos exemplos, António Rodrigues, do Ramalhal, queixou-se contra os filhos, Gregório Rodrigues e Luís António, que o ameaçaram de morte, tendo-o já, o último, ferido com uma cadeira (157).

#### 6) Relações de Amizade e Vizinhança

Augusto Eliseu de S. Boaventura, profundo conhecedor das realidades do concelho, escreveu em 1905, numa carta aberta ao administrador: «Fôra de Torres Vedras o trabalhador e o operário, não que seja má a sua índole, mas porque contam como certa com a impunidade, têm um só pensar: "rachar a cabeça ao seu semelhante, desrespeitar o seu semelhante, invadir a propriedade do seu semelhante". (...) E, como o cacete de ponteaguda choupa, ou com a fouce roçadoura de afiado gume, instrumentos que V. Ex<sup>a</sup> ainda não proibiu nas freguezias ruraes [158], e as vezes com a traiçoeira navalha de ponta e mola, entregam-se a toda a casta de desordens, de insultos, de esperas e de vinganças, e ora se espanca um

desgraçado até o deixar pelos caminhos como por morto, logo se invade a propriedade alheia (e vá lá alguém reprehendel-os), agora se insulta e se ameaça, allí se fere lança a sisania entre os povos que a miudo se desafiam e espancam...» (159).

No mesmo ano, o redactor de um jornal local apontava uma situação semelhante: o concelho tinha chegado ao último estado de desmoralização e o respeito pela autoridade tinha desaparecido; as queixas na administração eram constantes, mas as prisões nem sempre se mantinham, o que levava a que muitos preferissem fazer justiça à sua maneira do que recorrer à oficial (160).

Estas duas descrições correspondem ao que se verificava ao longo de todo o espaço concelhio. A correspondência enviada pelos regedores ou cabos chefes das localidades está recheada de episódios de ofensas e violências: assassinios, ferimentos, pancadaria, roubos, palavras impróprias eram uma constante por todo o lado. Vejamos: em 1900 deram entrada em juízo, 388 queixas de homicídios e agressões físicas (5 dos quais por violação), a que se somaram 13 casos de tentativas ou ameaças de morte (e mais 7 mortes ou atropelamentos acidentais). Os roubos foram 58, um dos quais com ameaças de morte, já contabilizada anteriormente. Muitas vezes estas concorrências foram acompanhados de insultos, mas as ofensas à moral pública, sem outros problemas, foram 28 (161). Não possuimos, infelizmente, o registo de todos os casos que passaram pela administração e cujos autores foram repreendidos sem irem a juízo, porque os números seriam muito superiores (162).

Estas acções, excepto os assaltos, situavam-se em dois níveis: de um lado, a discórdia entre vizinhos e conhecidos, do outro a rivalidade entre comunidades.

O primeiro era, sem dúvida, o mais frequente. Quer por velhas rixas, quer devido a acções momentâneas, a violência era assídua em todas as aldeias. Todos os objectos serviam: os paus que os homens costumavam usar, foices roçadouras - de que pareciam andar sempre acompanhados - facas, navalhas, pedras ou ou próprios membros do corpo. Note-se, porém, que nem as próprias autoridades locais escapavam aos atractivos da violência, sendo elas que, muitas vezes, provocavam desordens e brigas. Assim, um grupo de cabos de freguesia da Ponte do Rol tentou entrar a cavalo na assembleia de voto reunida da igreja de S. Pedro, na vila, atacando depois, a pau, um dos guardas (163). António Gomes e sua esposa, perante as ameaças de morte recebidas de de uns vizinhos, queixaram-se ao cabo-chefe de Varatojo; segundo os mesmos, o referido cabo não só não fez caso como até os incitou (164).

Além destas acções, a ofensa pessoal era uma constante. As palavras variavam: Candida Palhetos, da Freixofeira, afirmava a outras pessoas que Beatriz da Conceição era uma «matrafona» e uma «sarulha da esquina» (165); José Filipe, dos Casais da Recomeira, chamou «maçónico e marôto» ao regedor da Freiria (166); Maximina Rodrigues Calado utilizou as palavras «coirão, bêbada e relaxada» para se dirigir a Luisa Roque do Vale (167). As obscenidades, proferidas em plena rua, eram também muitas, ofendendo aqueles que as ouviam. Em 1917 os moradores da rua de Carcavelos queixaram-se contra Augusta Ramira que as pronunciava em altas vozes, impossibilitando os outros moradores de assomarem às suas janelas (168).

As rivalidades entre as aldeias mostravam-se também comuns. Os arraiais e as feiras, ou outros momentos propícios aos ajuntamentos, acabavam frequentemente em cenas de pancadaria entre

comunidades. Mas não se viam como as únicas oportunidades: aproveitava-se qualquer ocasião que se apresentasse. Para a festa da Ponte do Rol, em 1902, estavam previstas desordens, provocadas pelos rapazes da Gondruzeira, combinados com os de Casalinhos, contra os da terra. Aliás, aqueles já andavam a desafiar os ponterrolenses há mais tempo (169). Em Olheiros, segundo o chefe da localidade, «São frequentes as provocações que allí se dão pelos rapazes da Paul que em desforra de uma agressão feita por João André morador no casal dos mattos velhos aa Manoel Pereira (o Sardo)...» (170). Os povos da Asseisseira chegavam a ir às portas dos habitantes da Aboboreira para os insultar e desafiar (171). Entre Montengrão e a Estrada não havia mais paz (172).

A repressão a estas acções, quer pelo mau exemplo das próprias autoridades, quer porque a violência falava mais alto, era quase inexistente. Como escreveu Artur Paulo Rodrigues, numa carta ao administrador, «Aqui mata-se, esfolia-se, etc, etc; sem respeito algum pela lei, porque o regedor é o primeiro a confessar que tem medo. Em geral nunca ha testemunhas...» (173). O substituto do regedor do Turcifal tinha uma ideia semelhante: «nesta terra desrespeita-se a autoridade com uma facilidade eistaurdinaria não parece senão que temos em africa a lidar com pretos» (174).

Entre a «élite», a ofensa, frequente por questões políticas, assumia uma forma mais subtil. Aqui eram sobretudo os jornais que serviam como suporte para as contestações e ataques. Dado que na vila existiam, quase sempre, dois periódicos, era neles que os grupos rivais escreviam as respostas e contra-respostas às acções dos arguidos. Assim, em 1905, o ataque dos elementos da oposição ao partido progressista local, sobretudo ao seu chefe local,

Manuel Francisco Marques, em A Folha de Torres Vedras, e a refutação do mesmo, em A Vinha de Torres Vedras, alargaram-se durante semanas. Em 1908 aqueles dois jornais e ainda O Português contenderam-se por outras questões de política local. Os redactores de O Torreense e do Ecos de Torres disputaram as suas posições, em 1919 e 1920, de forma semelhante.

Estas pessoas não se coíbiavam, no entanto, de desagrar as ofensas que recebiam de forma mais violenta, embora não tão frequente. Júlio Vieira resolveu dar uma bengalada a quem perseguia seu pai, o que lhe valeu uma semana de cadeia (173); depois de uma violenta troca de palavras, a que não foram estranhas as querelas políticas, dois cavalheiros, dos mais conhecidos da vila, dedicaram-se, uma noite de 1923, a cenas de pugilato (174). Os duelos, por outro lado, tão frequentes noutras localidades, deviam ser aqui uma raridade, já que apenas detectámos um, à pistola, em 1922, na alameda dos Cucos: bateram-se dois elementos «da nossa melhor sociedade», um morador na vila e o outro nos arredores, sem que houvesse ferimentos ou reconciliação (177).

As relações de vizinhança não se processavam, porém, unicamente pela negativa: as amizades também existiam e se faziam sentir. Entre os distintos, e de acordo com as fontes de que dispomos, a partida de alguém era um momento especial para as pessoas das suas relações expressarem a sua estima, ao reunirem-se na gare para se despedirem. Estes factos eram frequentes, de segundo com as notícias dos jornais. Outro momento especial eram as homenagens: estas podiam acontecer num momento importante da vida de alguém - por exemplo a formatura de António Freire (178)-,

ou servir de ajuda em ocasião de perseguição - quando o administrador do concelho Augusto de S. Boaventura se encontrou em dificuldades, provocadas pelo cacique Manuel Francisco Marques, foi-lhe feita uma festa (177).

## NOTAS

- 1) No censo de 1930 não foram publicados dados relativos aos fogos.
- 2) AGCMTV, caixa «Demografia», Documentos sobre o Censo de 1920.
- 3) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Deolinda Maria Onofre Gomes, D. Maria Costa, etc.
- 4) Foi o caso de Jacinto Botelho: casou em 1930 e foi viver para casa dos pais, sendo os seus rendimentos postos em comum com os do resto da família.
- 5) Rol dos Confessados da freguesia de S. Maria, 1899. A presença dos pais, viúvos, de um dos cônjuges, foi-nos confirmada por D. Maria dos Anjos Augusta Forcada e D. Maria de Jesus Policarpo.
- 6) Informação prestada por D. Maria dos Anjos Augusto Forcada.
- 7) Testemunho daquelas duas senhoras.
- 8) Os cinco tipos de famílias habitualmente reconhecidos são: 1 - isolados; 2 - todos os agregados não incluídos nas restantes categorias; 3 - casais, com ou sem filhos, solteiros, viúvos e divorciados com filhos; 4 - Idem com parentes, desde que estes não formem um casal; 5 - agregados de dois casais co-residentes. Robert Rowland, «Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada», in Ler História, nº 3, 1984, p. 16.
- 9) Calculada a partir da fórmula  $\frac{n-x}{n} * 100$   
sendo x a primeiro ano em análise e n o último.
- 10) Esta observação é confirmada pelo rol de confessados a que já fizémos referência.
- 11) As taxas de variação da composição das famílias, em Torres Vedras, entre 1890 e 1900 foram:

1 pessoa	....	3,9 %
2	"	.... 2,5 %
3	"	.... 3,2 %
4	"	.... 9,2 %
5	"	.... 14,1 %
6	"	.... 5,6 %

7 ou mais " .... 22,7 %.

- 12) Testemunho de José da Silva Alemão Jr.
- 13) Vinha, 13 de Julho de 1915.
- 14) Confirmado por diversas testemunhas, como D. Maria dos Anjos Alves Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo, dr. Moita, etc.
- 15) A Folha, 22 de Fevereiro de 1903. Não nos foi possível descobrir qual foi a tragédia, porque o artigo se encontra interrompido.
- 16) Ibidem, 1 de Junho de 1902.
- 17) AGCMTV, Correspondência, caixa 17.
- 18) Folha, 15 de Fevereiro de 1903.
- 19) AGCMTV, Correspondência, caixa 18.
- 20) Folha, 18 de Junho de 1911.
- 21) Gazeta de Torres, 29 de Dezembro de 1929.
- 22) Designação adoptada, na época, para designar as famílias mais proeminentes.
- 23) São várias as referências a esta cerimónia. Cite-se, a título de exemplo, o pedido de D. Madalena Ferreira Guimarães para Alberto Macieira, in Folha, 18 de Março de 1900.
- 24) Vinha, 30 de Julho de 1908.
- 25) Gazeta de Torres, 24 de Agosto de 1930.
- 26) D. Maria de Jesus Policarpo.
- 27) A. H. de Oliveira Marques, Portugal, da Monarquia para a República, p. 653.
- 28) Dr. Francisco Brites Moita, José da Silva Alemão Jr., D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo.
- 29) Folha, 21 de Julho de 1912.
- 30) D. Maria de Jesus Policarpo.
- 31) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 32) S. Maria e S. Miguel, S. Pedro e Santiago (as duas freguesias da vila), A-dos-Cunhados, S. Domingos de Carmões, Freiria,

Dois Portos e Carvoeira. Nesta escolha procurámos abranger as diversas áreas geográficas do concelho.

- <sup>33</sup>) Em 1913 foram registados 92 casos e em 1930 os 195 referidos no texto. Este último ano foi também aquele que registou a maior percentagem. A menor relação entre o total de nascimentos e o total de filhos ilegítimos aconteceu, porém, em 1914.
- <sup>34</sup>) Michael Anderson, Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914, p. 18.
- <sup>35</sup>) Folha, 26 de Fevereiro de 1911.
- <sup>36</sup>) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- <sup>37</sup>) Não nos referimos a 1901 por não possuímos as datas de nascimento.
- <sup>38</sup>) Vinha, 12 de Dezembro de 1901. No mesmo anúncio era pedida fotografia do pretendente.
- <sup>39</sup>) A. H. de Oliveira Marques, Portugal..., pp. 24-25.
- <sup>40</sup>) Michael Anderson, op. cit., p. 14.
- <sup>41</sup>) Os decretos com força de lei de 25 de Dezembro de 1910, denominados Leis da Família, determinavam que só podiam casar homens com mais de 18 anos e raparigas com mais de 16 (art. 59). O decreto nº 11719, de 12 de Junho de 1926, possibilitou o casamento a raparigas com mais de 14 anos, com consentimento legal, por motivos ponderosos. Infelizmente não conhecemos a razão para esta autorização.
- <sup>42</sup>) Não integramos elementos relativos a 1901 por, nesse ano, eles serem escassos.
- <sup>43</sup>) Para uma análise mais aprofundada, resolvemos analisar os casamentos em triénios e não apenas nos quatro anos que escolhemos para amostra. Tentámos, sempre que possível, que fosse o ano anterior e posterior a cada um desses anos. Só em 1930, para não avançarmos um ano em relação á data terminal do estudo, resolvemos antecipar um ano.
- <sup>44</sup>) Vinha, 17 de Agosto de 1916.

- 45) Decreto com força de lei de 18 de Fevereiro de 1911 (Código do Registo Civil), art. 213º.
- 46) Sempre que fizemos referência aos casamentos dos anos de 1901, 1913, 1919 e 1930, como elementos estatísticos, utilizamos os livros de registos paroquiais e civis dos respectivos anos, depositados na Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, pelo que nos dispensamos de referir, continuamente, o mesmo facto.
- 47) Lamentamos não possuir elementos relativos a 1901, mas nos registos desse ano não se fizeram menções às horas dos mesmos, excepto em casos muito excepcionais, para os quais era necessária licença.
- 48) Vinha, 25 de Julho de 1901.
- 49) Folha, 1 de Junho de 1902.
- 50) Ibidem, 11 de Junho de 1905.
- 51) Não mencionamos o nome, assim como o não faremos noutras circunstâncias em que a fonte sejam os livros consultados na Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, porque essa foi uma das condições necessárias para que obtéssemos licença para a pesquisa na mesma.
- 52) Colocámos a hipótese de engano por parte do conservador, deixando de indicar o horário conforme a determinação da lei para utilizar a designação corrente. Neste caso seriam 14 horas, 15, etc. Esta possibilidade poderia ser corroborada pelo facto de não vir mencionada a urgência para celebração do acto antes do nascer ou depois do pôr do sol (art.º 88). Acontecendo porém que estes actos foram poucos e que noutros, também celebrados de noite, não foi também apontada a urgência do mesmo, acabámos por refutar a hipótese e aceitar aquelas horas como verdadeiras.
- 53) Decretos com força de lei de 25 de Dezembro de 1910 e de 18 de Fevereiro de 1911. O registo civil tornou-se obrigatório a partir de 1 de Abril de 1911.

- 54) Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livro para o Assento dos Casamentos dos Não Catholicos do Concelho de Torres Vedras, 1878 a 1911.
- 55) Não falamos de outras religiões porque estas eram quase inexistentes em Torres Vedras (Censo da População..., 1900). Não encontramos mesmo qualquer referência às suas práticas.
- 56) Vinha, 13 de Julho de 1915.
- 57) AGCMTV, Correspondência, caixa 5.
- 58) Gostaríamos de saber qual o preço de cada uma das cerimónias, mas foi-nos impossível conseguir essa informação.
- 59) Folha, 30 de Junho de 1912.
- 60) Ibidem, 7 de Julho de 1912.
- 61) Ibidem, 30 de Julho de 1911.
- 62) Testemunhos das próprias.
- 63) Vinha, 23 de Agosto de 1917.
- 64) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada e D. Maria de Jesus Policarpo.
- 65) Vinha, 8 de Outubro de 1914.
- 66) Ibidem, 11 de Julho de 1912.
- 67) José da Silva Alemão Jr e dr. Francisco Brites Moita.
- 68) Informação das dos dois senhores referidos na nota anterior e ainda de D. Maria de Jesus Policarpo e D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 69) O Português, 1 de Dezembro de 1908, 15 de Julho de 1909 e Vinha, 17 de Agosto de 1916.
- 70) O Português, 15 de Fevereiro de 1910.
- 71) Folha, 7 de Setembro de 1902. A palavra <íntimo> alarga-se, neste caso, à presença de diversas pessoas estranhas à família mas das relações pessoais dos noivos. Já na união do tenente Schiappa de Azevedo com D. Noémia Martins, irmã de Alvaro Martins, de que falaremos adiante, o <lunch> íntimo

contou quase unicamente com a presença de familiares chegados.

- 72) O Português, 1 de Dezembro de 1908 e Folha, 22 de Novembro de 1908.
- 73) Gazeta de Torres, 16 de Dezembro de 1928.
- 74) Folha, 9 de Agosto de 1903.
- 75) Ibidem, 18 de Março de 1906.
- 76) Ibidem, 7 de Outubro de 1900.
- 77) Vinha, 4 de Novembro de 1915.
- 78) Ibidem, 4 de Junho de 1914 e Folha, 9 de Agosto de 1903.
- 79) Folha, 25 de Agosto de 1907.
- 80) Ibidem, 1 de Junho de 1902.
- 81) Correio de Torres, 23 de Maio de 1926.
- 82) Vinha, 27 de Setembro de 1917.
- 83) Ecoss de Torres, 17 de Fevereiro de 1921.
- 84) O Português, 15 de Julho de 1909.
- 85) Vinha, 9 de Setembro de 1915.
- 86) Testemunhos de D. Maria dos Anjos Alves Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo e D. Maria Costa.
- 87) Folha, 11 de Junho de 1905.
- 88) AGCMTV, Correspondência, caixa 22.
- 89) O Português, 1 de Dezembro de 1908, 15 de Julho de 1909 e 15 de Fevereiro de 1910.
- 90) D. Maria de Jesus Policarpo, D. Maria dos Anjos Augusta Forcada e D. Maria Costa.
- 91) Folha, 10 de Agosto de 1902, 13 de Dezembro de 1903 e 29 de Maio de 1904, O Torreense, 1 de Maio de 1921.
- 92) Vinha, 27 de Setembro de 1917.
- 93) Ibidem, 17 de Dezembro de 1914.
- 94) Folha, 9 de Novembro de 1902.

- 95) O Português, 15 de Julho de 1909 e Vinha, 8 de Julho de 1909.
- 96) Folha, 7 de Outubro de 1900.
- 97) Idem.
- 98) Ibidem, 29 de Maio de 1904.
- 99) Ibidem, 11 de Junho de 1905.
- 100) Ibidem, 4 de Abril de 1909 e Vinha, 1 de Abril de 1909.
- 101) Vinha, 11 de Julho de 1912.
- 102) Ibidem, 18 de Março de 1915.
- 103) Ibidem, 25 de Abril de 1918.
- 104) Ibidem, 18 de Julho de 1918.
- 105) Ibidem, 16 de Outubro de 1913.
- 106) O Português, 15 de Abril de 1909.
- 107) Correio de Torres, 26 de Setembro de 1926.
- 108) Vinha, 18 de Setembro 1919.
- 109) Ibidem, 8 de Outubro de 1914.
- 110) Ibidem, 28 de Janeiro de 1915.
- 111) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XIX, p. 940.
- 112) Decreto com força de lei de 18 de Fevereiro de 1911, art. 217º.
- 113) Estes 23 casos distribuíram-se assim: 2 vezes o padrinho foi só um homem; 15 vezes foram 2 homens e uma mulher; 2 casamentos tiveram 2 casais de testemunhas; 3 vezes tiveram 3 homens.
- 114) Tomamos em consideração os casamentos onde pelo menos uma pessoa declarava querer ser padrinho, já que a lei determinava que, nos casos em que as testemunhas escolhidas não soubessem assinar, era necessário que um substituto o fizesse por elas. O mesmo teria que acontecer se os próprios noivos não assinassem. Estes dois factos faziam, por vezes, aumentar muito o número de testemunhas presentes e designados

nos registos. De forma nenhuma podemos considerá-las como testemunhas escolhidas pelos noivos.

- <sup>115</sup>) Art. 216 o.
- <sup>116</sup>) Art. 31 o.
- <sup>117</sup>) Decreto de 18 de Fevereiro de 1911, art. 107 o a 109 o.
- <sup>118</sup>) O Decreto de 18 de Fevereiro de 1911 estipulava 7 testemunhas para este caso (art. 215 o), mas a lei de 12 de Julho de 1912 reduziu-as para 4 (art. 32 o).
- <sup>119</sup>) Não analisamos as profissões das noivas porque elas eram quase sempre domésticas. As poucas excepções não possibilitariam qualquer conclusão.
- <sup>120</sup>) Com a designação de trabalhadores integrámos todas as pessoas que se apresentaram como tal e como trabalhadores agrícolas e jornaleiros, por nos parecer que se referem às mesmas tarefas.
- <sup>121</sup>) Informação de D. Maria de Jesus Policarpo.
- <sup>122</sup>) D. Maria Costa.
- <sup>123</sup>) Gazeta de Torres, 12 de Janeiro de 1930.
- <sup>124</sup>) Testemunho do dr. Francisco Brites Moita.
- <sup>125</sup>) AGCMTV, Livro de Matrículas dos Facultativos, Pharmaceuticos, Parteiras, Dentistas e Sangradores deste Concelho, 1874-1903.
- <sup>126</sup>) AGCMTV, Assentos Policiais, 1895 - 1904 (s/páginação). Foi enviado a juízo, em 5 de Julho de 1902, por nesta ocasião ter faltado ao respeito ao administrador.
- <sup>127</sup>) A decisão de criar um partido municipal de parteira habilitada com o curso de alguma das escolas médicas, com o vencimento de 100.000 réis anuais, foi tomada na sessão camarária de 29 de Janeiro de 1903 (Actas das Sessões da Câmara Municipal de Torres Vedras, livro 36, fl. 60 vo. O concurso foi autorizado pelo decreto de 28 de Maio de 1903 e o concurso aberto na sessão de 4 de Junho do mesmo ano (ibidem, fl. 73). A nomeação aconteceu em 6 de Agosto (ibidem, fl. 79).
- <sup>128</sup>) AGCMTV, Vários, caixa 3, nº 4.

- <sup>129</sup>) Vinha, 14 de Março de 1907.
- <sup>130</sup>) AGCMTV, Vários, caixa 3, nº 4.
- <sup>131</sup>) Idem.
- <sup>132</sup>) Costa Belo, «Mediciana Popular no Maxial (Torres Vedras)», p. 10.
- <sup>133</sup>) Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livro para os Assentos de Nascimento dos Não Catholicos do Concelho de Torres Vedras, 1878 a 1911.
- <sup>134</sup>) Célia Maria Ferreira Reis e Eduardo Jorge Miranda Frutuoso, Análise Social, Demográfica e das Mentalidades, a Partir dos Registos Paroquiais da Freguesia de S. Pedro e Santiago de Torres Vedras (a partir de 11 de Abril de 1911 a 31 de Dezembro de 1920), trabalho realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a cadeira de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico no ano lectivo de 1983/84, p. 12.
- <sup>135</sup>) Ibidem, pp. 11-15.
- <sup>136</sup>) D. Belmira Santos e Albino Botelho.
- <sup>137</sup>) Testemunho de D. Maria Costa.
- <sup>138</sup>) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada e D. Maria de Jesus Policarpo. O vestido que se encontrava na loja de João José Baptista, de Dois Portos, quando ocorreu a sua falência, em 1905, também era branco. Vinha, 23 de Março de 1905.
- <sup>139</sup>) Testemunho de sua neta, D. Maria Costa.
- <sup>140</sup>) D. Belmira Santos e Albino Botelho.
- <sup>141</sup>) Alguns exemplos em Folha, 1 de Fevereiro e 2 de Agosto de 1903, Torreense, 18 de Julho de 1920 e 1 de Maio de 1921, etc.
- <sup>142</sup>) Folha, 27 de Setembro de 1903.
- <sup>143</sup>) D. Belmira Santos e Albino Botelho.
- <sup>144</sup>) «Padrinho», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XIX, p. 940.
- <sup>145</sup>) Vinha, 21 de Dezembro de 1916.

- 146) Célia Maria Ferreira Reis e Eduardo Jorge Miranda Frutuoso, op. cit., pp. 30-32.
- 147) Testemunho de Luís Eduardo do Sobreiro no ano lectivo de 1983/84.
- 148) Os presentes podiam ser uns brincos para as raparigas, fato ou sapatos. Informação de Albino Botelho.
- 149) Neste número não integrámos Nossa Senhora. Se vissemos todas as Marias que foram suas afilhadas encontraríamos uma soma muito superior.
- 150) AGCMTV, Correspondência, caixa 8. O mesmo foi-nos dito por D. Maria Costa, cuja mãe, cada vez que dava à luz, recebia crianças de Lisboa para serem criadas com o seu leite.
- 151) D. Maria Costa.
- 152) Vinha, 8 de Março de 1900.
- 153) Testemunhos de D. Maria Costa, D. Maria de Jesus Policarpo, D. Belmira e Albino Botelho.
- 154) AGCMTV, Correspondência, caixa 22.
- 155) Ibidem, caixa 21.
- 156) Ibidem, caixa 8.
- 157) Ibidem, caixa 1.
- 158) O trânsito com paus ferrados, de choupa e outros considerados agressivos foi proibido em 1905, mas só nas ruas da vila. Folha, 5 de Março de 1905.
- 159) Ibidem, 9 de Abril de 1905.
- 160) Vinha, 16 de Fevereiro de 1905.
- 161) AGCMTV, Assentos Policiais, 1895-1904.
- 162) Verificamos que este era um caso usual, porque à margem de muitas das descrições feitas pelos regedores, na sua correspondência, encontramos a nota de <reprehendido>. Foi o caso de José Raimundo, da Filha Boa, que ameaçou Patrício Silvestre, do mesmo local, com uma foíçe roçadoira, dizendo que lhe cortaria uma orelha, além de lhe chamar nomes

ofensivos (AGCMTV, Correspondência, caixa 1), só para indicar um exemplo.

- 163) Vinha, 16 de Fevereiro de 1905.
- 164) AGCMTV, Correspondência, caixa 3.
- 165) Ibidem, caixa 21.
- 166) Ibidem, caixa 20.
- 167) Ibidem, caixa 3.
- 168) Idem.
- 169) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 170) Ibidem, caixa 17.
- 171) Ibidem, caixa 6.
- 172) Gazeta de Torres, 10 e 21 de Outubro de 1928.
- 173) AGCMTV, Correspondência, caixa 5.
- 174) Ibidem, caixa 22.
- 175) Folha, 20 de Maio de 1906.
- 176) O Torreense, 1 de Abril de 1923.
- 177) Ibidem, 26 de Fevereiro de 1922.
- 178) Folha, 26 de Setembro de 1909.
- 179) Ibidem, 15 de Abril de 1906.

## II - A CASA

### 1) A Questão da Habitação

A habitação é, primeiro de que tudo, um abrigo escolhido pelo homem, desde tempos remotos, contra as agruras da Natureza. Ela tem, no entanto, outros quesitos a que deve responder: o da higiene e a da sociabilidade (1).

Estas questões, porém, nem sempre se colocaram na forma reconhecida como mais vantajosa, uma vez que as características económicas de cada família e da sociedade, bem como a sua evolução, ditavam a necessidade de outras escolhas.

Exteriormente, a casa obedece igualmente às teias económicas, mas é também um sinal da geografia e da moda. Assim, o relevo, o clima ou a constituição do solo determinaram tipos específicos de construção, mas os hábitos de cada população não foram menos importantes para o tipo de arquitectura escolhida e sua decoração. A evolução dos gostos e a sua maior ou menor influência num aglomerado, por outro lado, determinou também modificações nas residências.

### 2) Aspectos Gerais da Habitação do Concelho

Cada família dispunha, geralmente, da sua própria casa, de maiores ou menores dimensões e mais ou menos recheio, arrendada, na maior parte dos casos, sobretudo entre os mais pobres. É

provável que, nas aldeias, ela consistisse principalmente em moradias destinadas a uma só família, atendendo às que chegaram aos nossos dias. Na vila, pelo contrário, existiam muitos edifícios de dois andares (figura 3), o que nos faz crer que se destinavam a vários agregados.

Se as condições de habitação eram diferentes ao longo do concelho, algumas pessoas não chegavam sequer a ter a sua própria casa. António Alemão, por exemplo, usava uma adega para morar, em 1902 (2), enquanto João Francisco, trabalhador rural, residia numa taberna, em Runa, juntamente com outras pessoas, tanto adultos como crianças (3).

Noutros casos os anexos do edifício principal podiam ser utilizados como seu prolongamento: os filhos de João Policarpo dormiam na adega, a cerca de 100 metros da residência familiar, porque esta já estava preenchida com os pais, irmãs e avô (4); o pai de Ana Augusta, entrevado, também se encontrava numa dependência da moradia da filha (5).

O concelho caracterizava-se essencialmente pela arquitectura saloia: volumes quadrangulares, com vãos de pequenas dimensões, guarnecidos com pedras, e telhados mouriscos de duas ou quatro águas, rematados por um beiral (6). Na realidade, tratava-se de mais um prolongamento dos aspectos da região que lhe deu nome e que irradiava para além da sua área natural, como salientou Alberto Pimentel (7), embora, para José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, o concelho se situe no início do espaço de transição, onde as características destas construções se vão gradualmente alterando ou perdendo (8). Aqui encontravam-se em



Figura 3 - Casas tradicionais na Rua Por Detrás do Açougue.



Figura 4 - Casa de tipo saloio, de um piso, na Caixaria.



Figura 5 - Casa de tipo saloio de dois pisos, na Caixaria.



Figura 6 - Casa tradicional, com escadas exteriores e telheiro, na Caixaria.



Figura 7 - Casa tradicional, com escadas exteriores mas sem telheiro, em Fernandinho.

duas variantes: edifícios térreos (figura 4) e de dois pisos (figura 5), ambos muito difundidos (\*).

Outras residências salientavam-se antes pela existência de uma escada exterior, no topo da qual se encontrava uma varanda, por vezes também um alpendre, de acordo com os costumes da Estremadura (1º) (figura 6). Esta, porém, não era tão frequente como o patamar, simples (figura 7), quer em habitações já existentes, quer noutras construídas durante o período. O mesmo sucedia, aliás, com as casas mais antigas da região de Lisboa: segundo João Vieira Caldas, o alpendre surgia aqui e acolá, mais como característica estremenha do que local (11) - embora José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro considerem que este tipo de edifícios é também comum à habitação saloia (12).

Internamente mantinham-se os aspectos deste género. A residência era estruturada em torno da «casa de fora», ou casa de jantar, a que se ligavam a cozinha e os quartos - apenas um ou dois, na maioria dos casos - (13). Quando tinha dois pisos, a escada interior também costumava partir deste compartimento.

Não podemos, no entanto, extravasar o modelo indicado para a totalidade do concelho. As varandas de ferro, por exemplo, estavam também muito difundidas pelas habitações dos mais favorecidos.

É provável que as moradias construídas ao longo do tempo fossem introduzindo novos padrões, mas a falta de notícias impedem-nos de os conhecer. Nestas condições, analisámos apenas a vila, já que a existência das plantas, no Arquivo de Obras da Câmara Municipal, nos facilita o estudo. Começaremos, no entanto, por verificar a própria geografia da sede do concelho.

### 3) Geografia da Vila

Torres Vedras era, no início do século, uma vila pequena, de ruas tortuosas. As suas últimas alterações tinham tido lugar no início da década de 90 do século XIX, com a construção das Avenidas Casal Ribeiro - denominada 5 de Outubro depois da implantação da República -, a ligar o Largo da Graça à estação de caminho de ferro, e Tenente Valadim, entre a Rua da Cerca - hoje, 10 de Dezembro - e a artéria atrás referida.

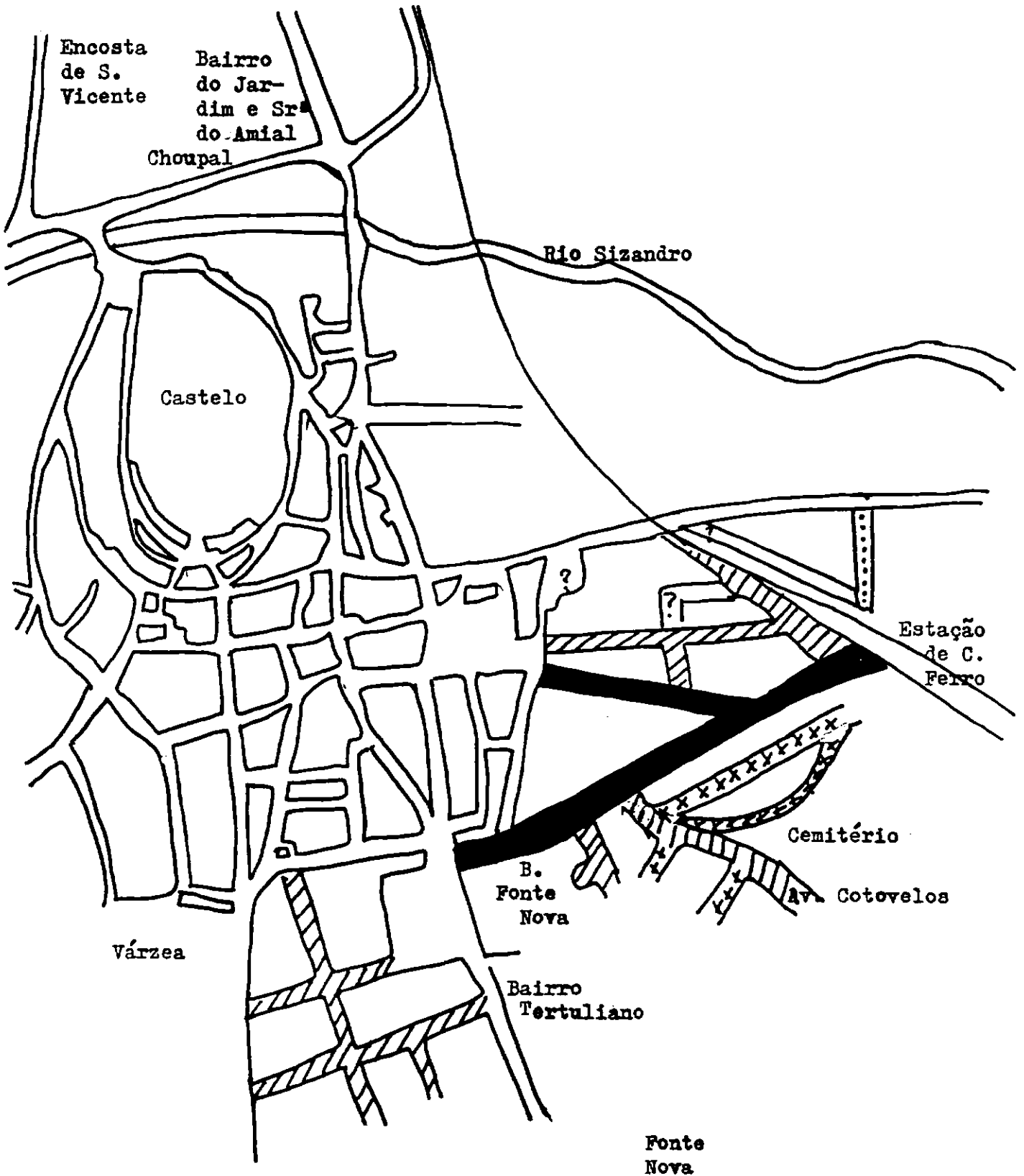
Passaram largos anos antes que a vila pudesse ser acrescentada com novos arruamentos, só interrompidos pela doação da Rua da Electricidade, em 1912, por António Augusto Cabral.

Em 1915 deu-se início ao processo de construção de um novo bairro, a leste do extinto convento da Graça, porque António Freire adquiriu a vasta cerca que fora dessa instituição, esperando que a Câmara auxiliasse na construção das ruas (14). Só na segunda metade da década de 20, no entanto, é que este aglomerado se tornou uma realidade (15).

Em 1918, entretanto, verificou-se ser necessário um novo bairro, tendo várias pessoas reunido particularmente, em casa de António Teixeira de Vasconcelos, e pensado na contracção de um empréstimo para expropriação de terrenos e abertura de uma nova avenida, onde se pudessem desenvolver as construções (16). Essa realização começou a tomar contornos mais definidos em 1919, ano em que a Câmara mandou levantar a planta da nova parte da vila, a erguer entre a Avenida 5 de Outubro e a Fonte Nova (17).

Anos mais tarde, este novo projecto veio a ser objecto de grande polémica, já que o jornal O Torreense contestava o contrato celebrado entre a edilidade e a família Martins para compra das suas propriedades aí situadas. Devido a isto, a referida artéria

Mapa III - A Vila: Evolução dos Arruamentos.



■ Abertos em 1892

? Espaços desconhecidos

▨ Abertas na segunda metade da década de 20?

⋯ 1912

★★ Projectados

iria adquirir uma forma pouco de acordo com os padrões habituais, ganhando até a alcunha de «Avenida dos Cotovelos» (19). Mesmo assim, abriu-se o arruamento, bem como se iniciou a hoje denominada Rua Henriques Nogueira, tendo sido aí edificadas algumas moradias, nos últimos anos em estudo.

Duas novas ruas, junto à estação de caminho de ferro e ligando-a ao novo Mercado Municipal, foram também construídas depois de 1925, ano em que a Câmara Municipal comprou os terrenos (19).

Algumas partes da vila eram avaliadas pela sua classe de habitantes, sendo a do Castelo a mais conhecida, devido à falta de recursos de grande número de pessoas aí residentes (20), e por ser um dos locais de prostituição (21), prolongado pela Rua de S. Miguel (22).

Sucedia, no entanto, que pessoas de diferentes estatutos coabitavam, em geral, nos mesmos arruamentos, sem qualquer distinção. Isso mesmo é possível verificar através da lista de pobres que receberam as esmolas doadas por Rufino Ferreira de Carvalho e distribuídas por Justino Xavier da Silva Freire (23): distribuíam-se indiferentemente por todas as partes da vila, por muitas das ruas onde viviam as pessoas consideradas mais importantes ou ricas. Os róis de confessados, por outro lado, dão-nos a conhecer o mesmo facto (24).

#### 4) A Arquitectura da Vila

Parte das casas da vila de Torres Vedras, ao raiar o novo século, não se afastava do tipo de arquitectura saloia de um ou

dois andares. Tratava-se também de edifícios rectangulares, com telhados de duas ou quatro águas, janelas e portas recortadas por pedras, sem qualquer outro tipo de decoração (figura 8).

Outras residências aproximavam-se deste tipo, embora a altura fosse superior, de dois andares (veja-se figura 3). Encontravam-se também construções de maior volumetria, onde se destacavam a parte superior das cantarias ovais. Comuns eram, por outro lado, as de varandas de ferro, tendo algumas também trapeiras no telhado (figura 9).

Esporadicamente encontravam-se outros elementos, sem, contudo, formarem um tipo: platibandas em vez de beiral, alguns elementos decorativos nas cantaria e frontões, etc.

Os primeiros trinta anos do século fizeram surgir novos edifícios, mas os seus padrões também não foram uniformes. O tempo e as posses dos seus proprietários, na realidade, levaram a uma evolução diferenciada.

Pouco sabemos das construções e reconstruções - estas mais numerosas, como se pode constatar a partir dos pedidos de licenças presentes nas sessões da Câmara Municipal - dos primeiros vinte anos, já que o número de plantas desse período é muito reduzido. Atendendo, no entanto, às características da vila e aos elementos documentais de que dispomos, parece-nos poder concluir que o tipo de arquitectura não se afastava muito da do período anterior. Vejamos, por exemplo, a reconstrução da casa de Filipe Duarte Capote, na Rua Mouzinho de Albuquerque, cujo requerimento data de Abril de 1905 (figura 10). Tratava-se de um edifício largo, marcado pelo grande número de portas e janelas paralelas, onde o facto que mais se destacava era a cercadura oval, na parte



Figura 8 - Casas de tipo saloio, no Largo de Santo António, Torres Vedras.



Figura 9 - Casa da Rua 9 de Abril, Torres Vedras. Destacam-se as varandas e a trapeira.

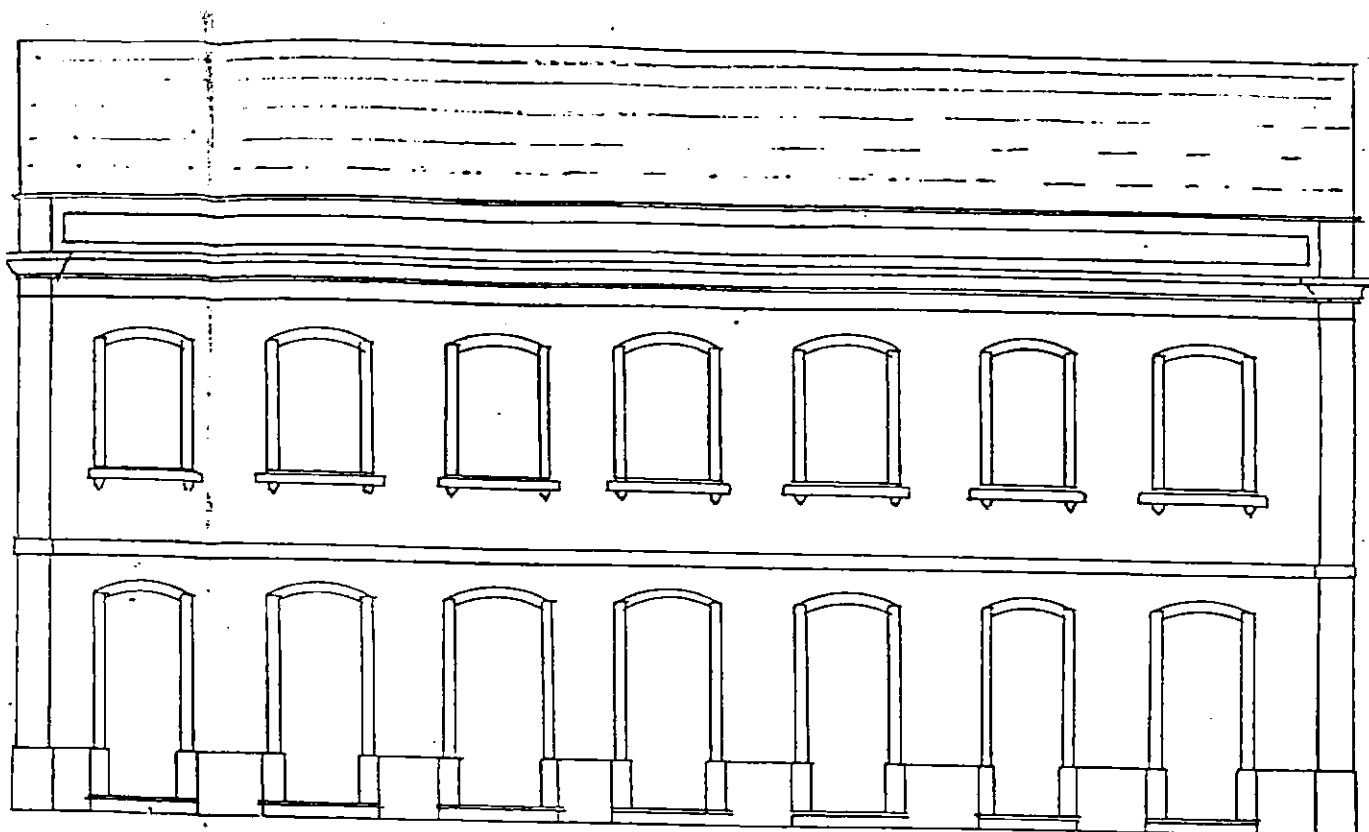


Figura 10 - Casa de Filipe Duarte Capote, reconstruída na Rua  
Mouzinho de Albuquerque, em 1905. Escala 1/100.

superior, e uma ligeira saliência, na parte inferior da cantaria das janelas. O conjunto ficava encimado por uma cornija sobre a qual assentava uma platibanda (25).

O estilo escolhido cinco anos mais tarde por José Martinho Pereira, proprietário, para o prédio que desejava construir na Rua da Horta Nova, era semelhante, apesar da volumetria ser muito inferior e quadrangular, e não se notarem os efeitos decorativos nas cantarias. Uma trapeira lateral também se integrava no tipo das existentes. A transformação do prédio de Domingos Francisco de Lima, em 1919, dotou-o com mais janelas semelhantes às já existentes, alterou o telhado e portas, aplicou a platibanda e dividiu os andares através de um elemento decorativo simples.

Outro tipo de arquitectura que continuou bastante difundido foi o das pequenas edificações de tipo saloio, de um piso, com expressão ao longo de todo o período em estudo. Caracterizavam-se, na maior parte dos casos, pela fachada com quatro elementos: a porta ao meio, ladeada por duas janelas e um rodapé ao longo de toda a construção, como único elemento decorativo (figura 11). Algumas podiam, no entanto, apresentar algumas variações: a falta deste último, a existência de uma só janela, etc.

Como motivos decorativos salientem-se os azulejos que passaram a revestir alguns dos edificios já existentes. Entre outros casos, a firma Fonseca & Lisboa forrou exteriormente o seu prédio em 1907 e a loja Lafaia fez o mesmo no início da década de 10 (26).

As maiores alterações, porém, tiveram lugar na década de 20, traduzindo-se na construção de casas, e na transformação de algumas existentes, segundo novos padrões arquitectónicos. Foram introduzidas platibandas mais elaboradas do que antes, elementos

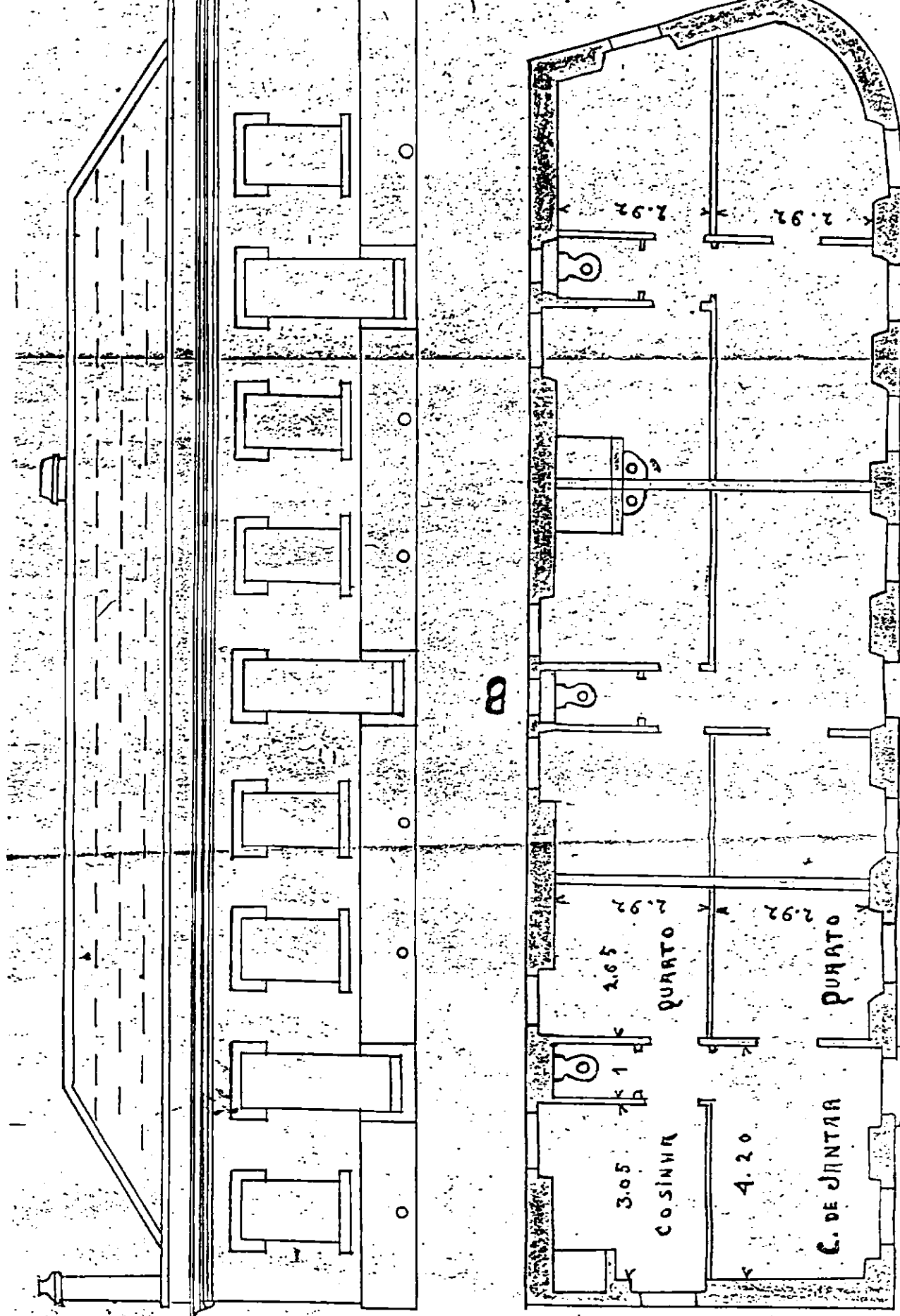


Figura 11 - projecto para um grupo de casas de Mário Galvão, a construir junto à Rua de Carcavelos e Estrada de S. Miguel, Torres Vedras (1928). Escala 1/100.

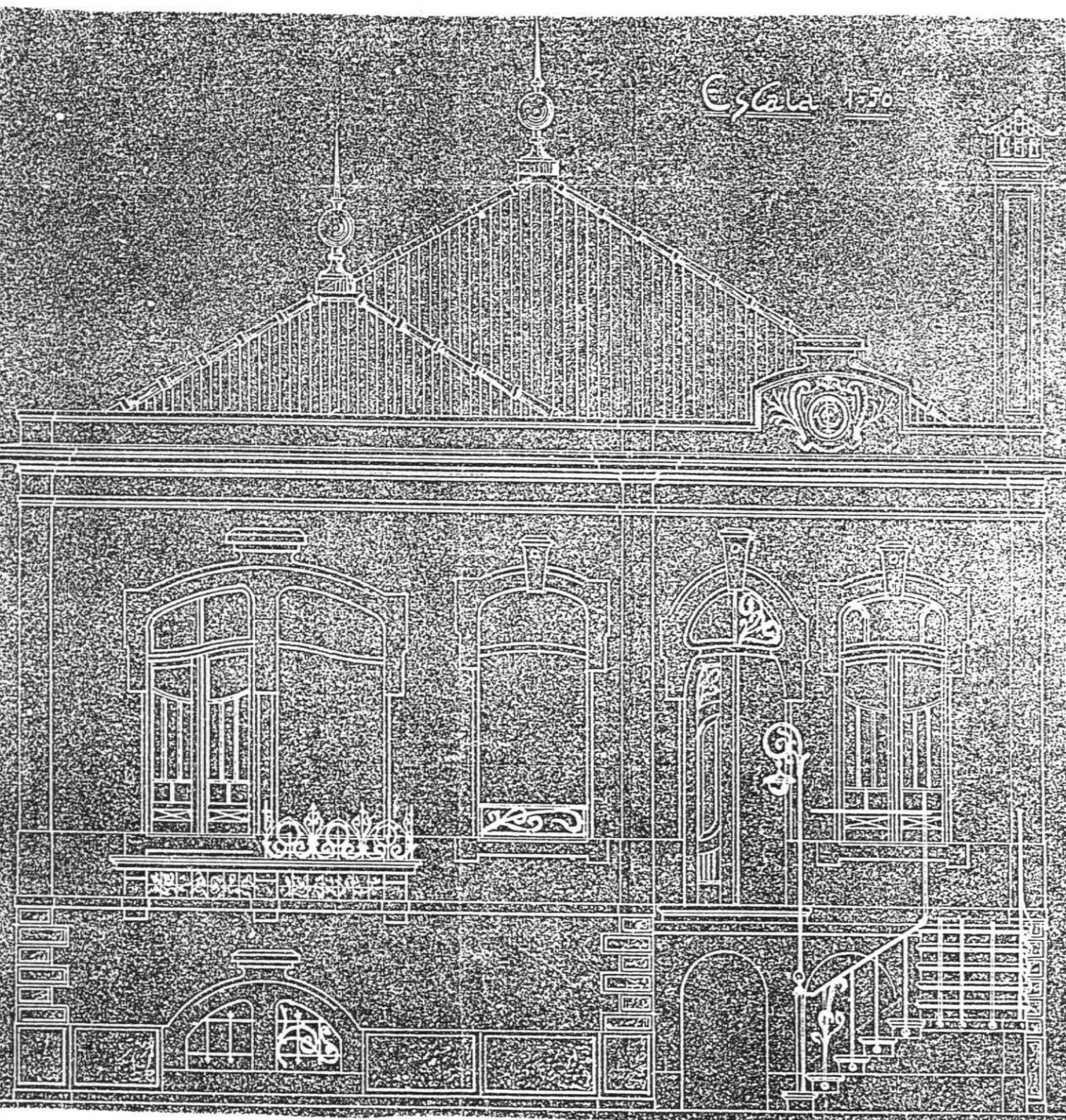
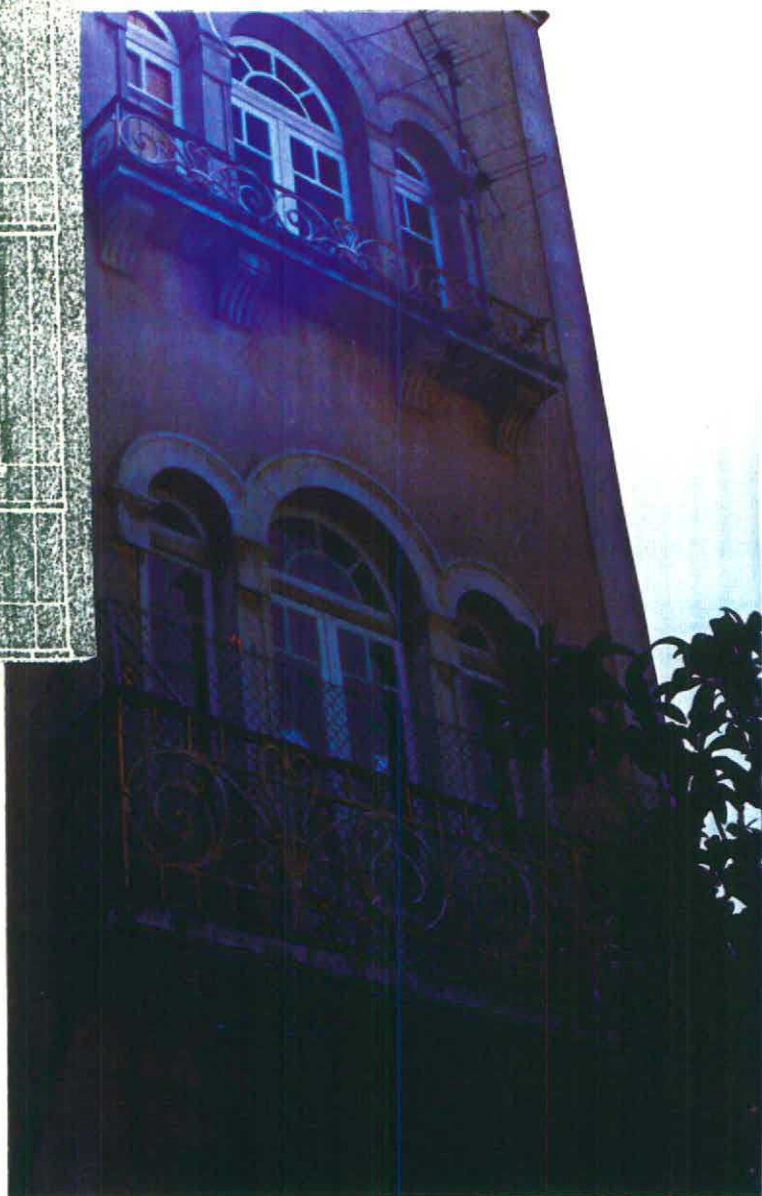
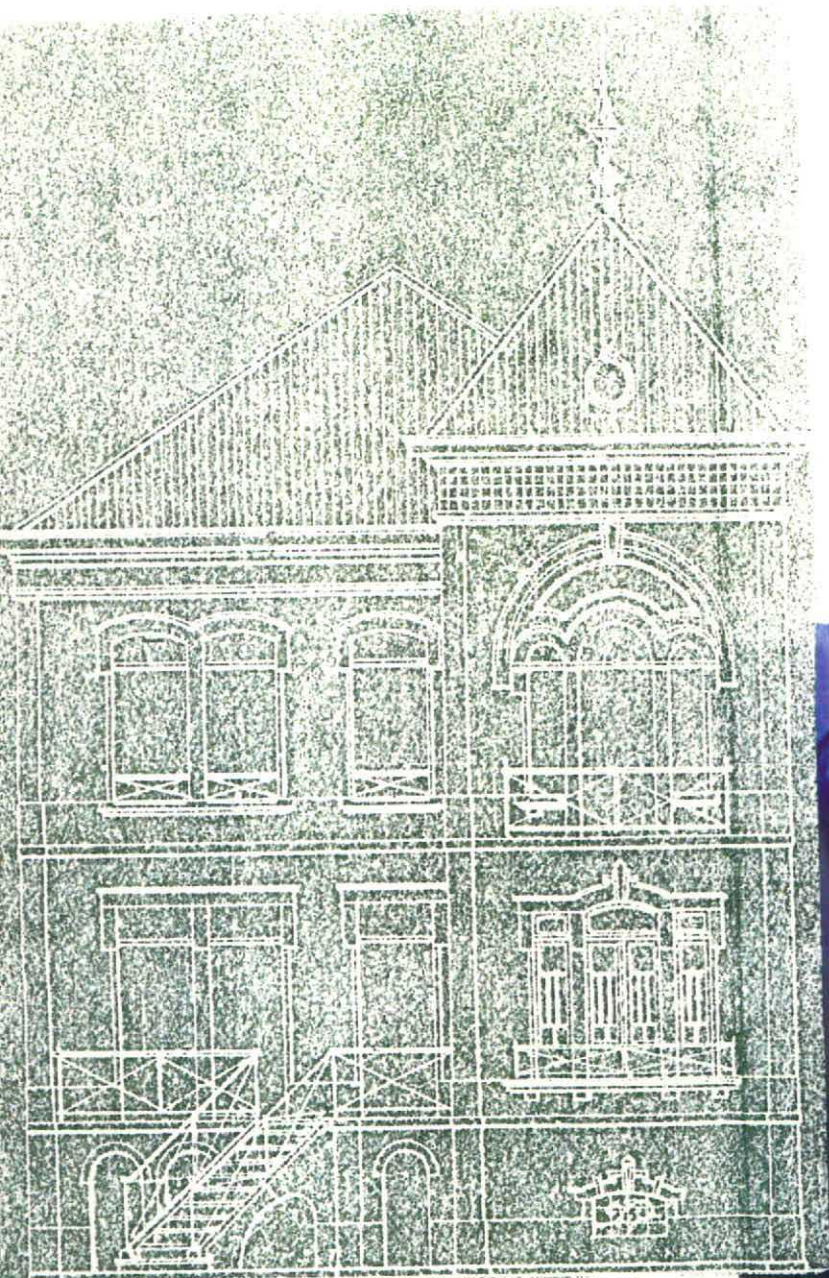
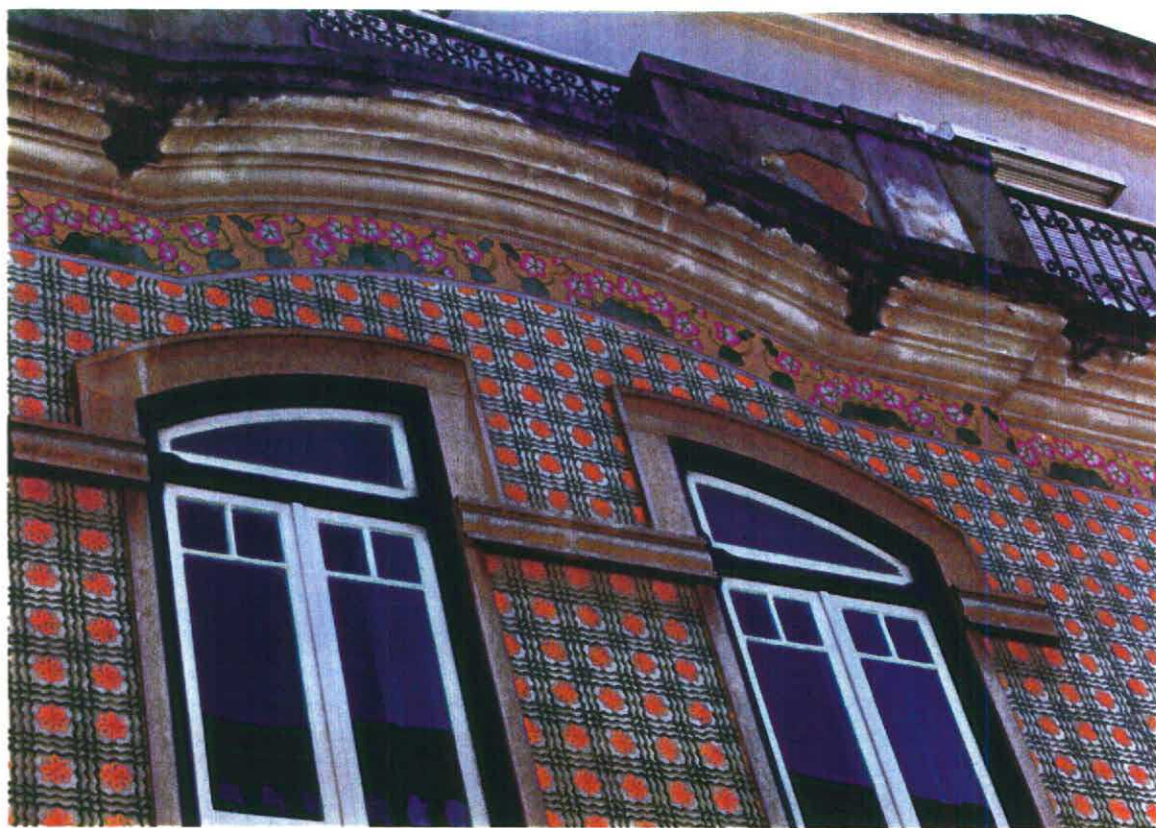


Figura 12 - Projecto para a casa de Francisco Maria de Carvalho,  
na Avenida Tenente Valadim (1920). Escala 1/100.



Figuras 13 e 14 - Casa de António Ferreira Fragata, na Rua Tenente Valadim (1921) Projecto da fachada (escala 1/100) e pormenor dos gradeamentos.



Figuras 15 e 16 - Estabelecimento e habitação de Joaquim Marques dos Reis. Pormenores dos azulejos e da entrada.

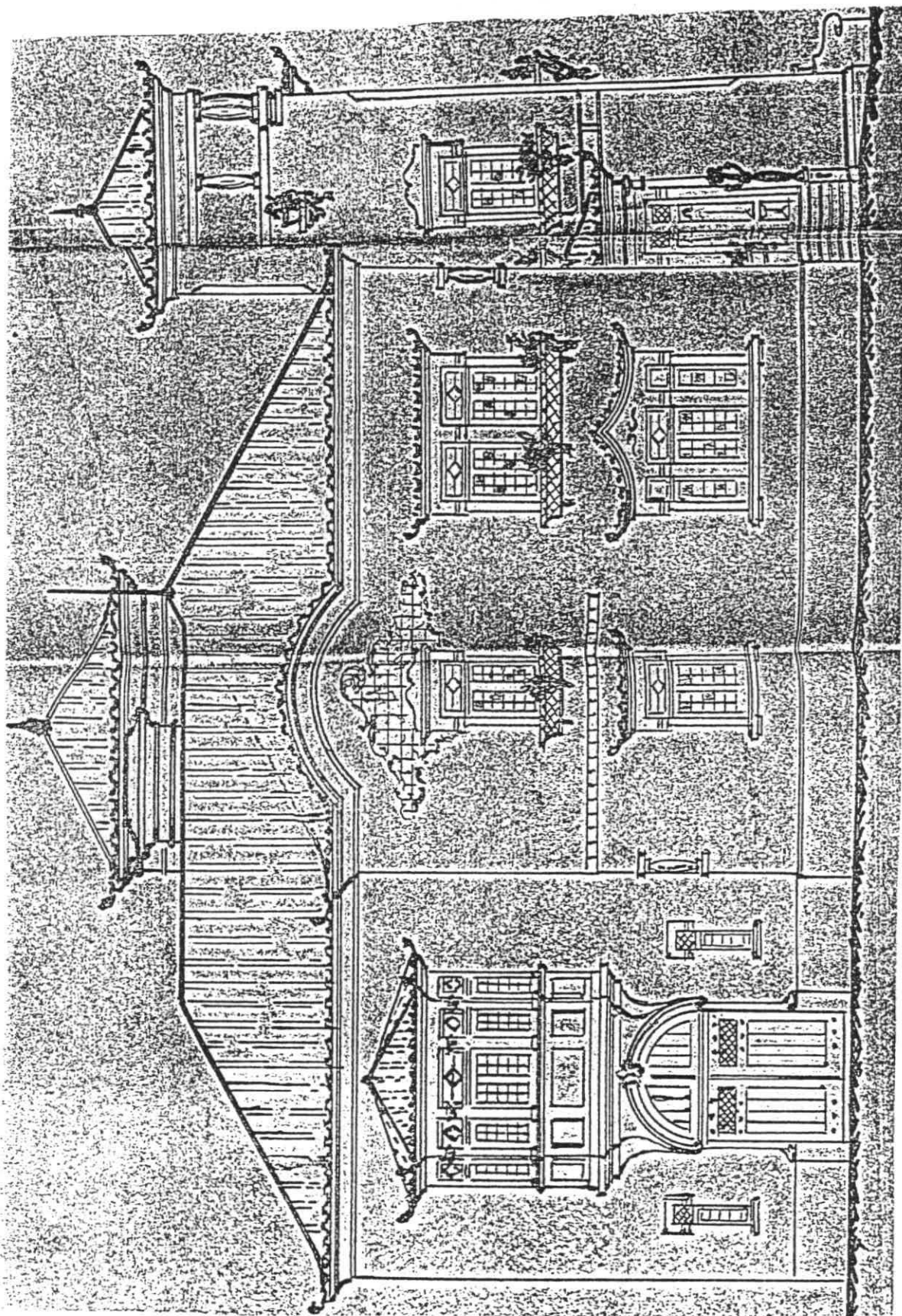


Figura 17 - Projecto para a casa de Carlos Alexandre Capucho, na esquina das Avenidas 5 de Outubro e Tenente Valadim (1926). Escala 1/100.

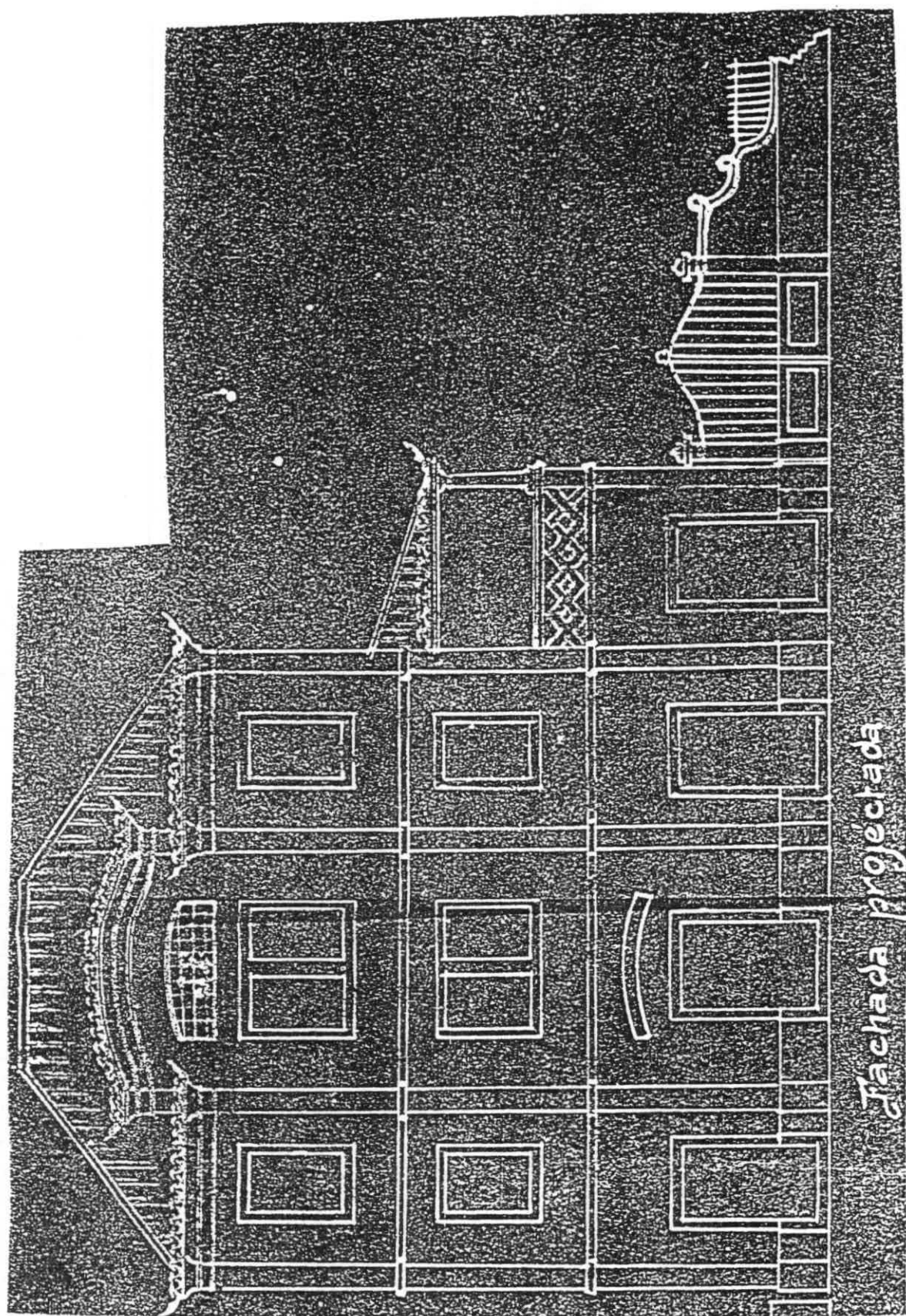


Figura 18 - Projecto de ampliação e transformação do prédio de João Ferreira Jr., junto à Estrada Nacional nº 61 (1929). Escala 1/100.

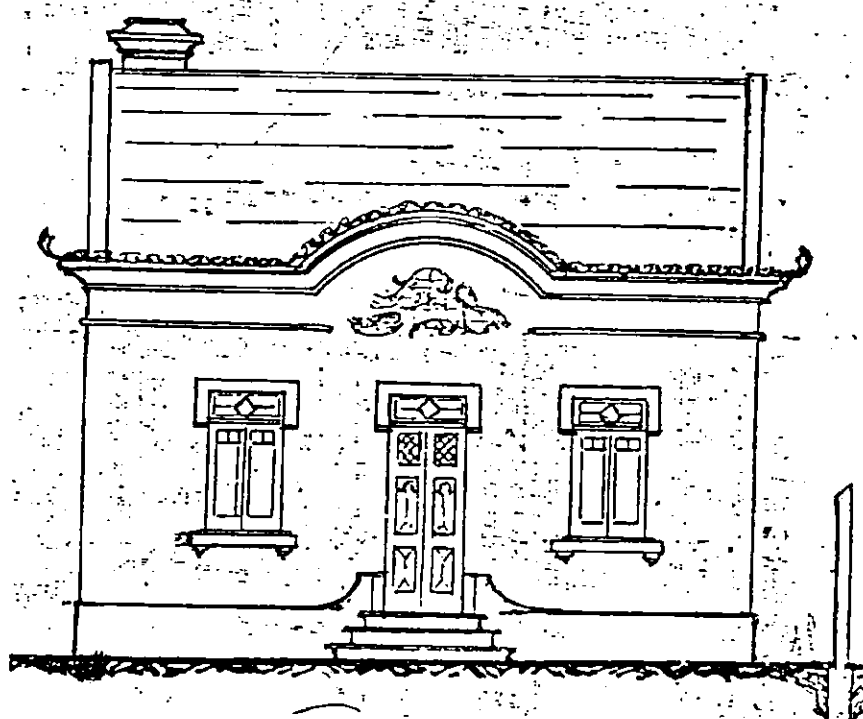


Figura 19 - Projecto para a casa de Tomás Maria do Nascimento, junto ao Largo da Graça (1929). Escala 1/100.

côncavos na parte superior do prédio e outros efeitos decorativos na fachada.

A vivenda de Francisco Maria de Carvalho na Rua Tenente Valadim, com requerimento apresentado numa sessão camarária de Janeiro de 1921, é a primeira que nos surge com uma estética mais elaborada. Tratava-se de um edificio projectado por F. Matias, construtor civil de Caldas da Rainha, com algumas influências de Arte Nova a nível do arranjo dos gradeamentos e mesmo do trabalhador das cantarias e janelas (figura 12). Estes últimos elementos também se revelaram na construção vizinha, do mesmo arquitecto e ano, apesar de ela se destacar antes pela sua dimensão (figuras 13 e 14).

A Arte Nova continuou a mostrar alguns reflexos, sobretudo nos azulejos dos frisos. A residência e estabelecimento de Joaquim Marques dos Reis (reconstruída em 1930 e não feita de início) é, no entanto, o que mais demonstra as características deste tipo, nos azulejos exteriores, trabalhados de ferro e elementos de pedra que se elevavam até ao início do primeiro andar (figuras 15 e 16).

Raul Lino teve também os seus cultores na segunda metade da década de 20. Entre eles, repare-se no projecto de Artur Lopes, de Torres Vedras, para a moradia de Carlos Alexandre Capucho, repleto de telheiros, beirais e azulejos (figura 17). Esta vivenda, no entanto, não chegou a ser construída, já que, depois de começadas as obras, a sua viúva preferiu duas casas de habitação, com estilo mais sóbrio, se bem que tradicional (27). Foi, aliás, este o tipo que se impôs com maior insistência, a partir de então: as residências ficavam marcadas pelos beirais, alguns frisos em azulejaria, alpendres e, no geral, pela harmonia

do conjunto. Mesmo os edifícios mais pequenos começaram a caracterizar-se por estes elementos, nos locais novos, como a Avenida 5 de Outubro - verdadeiramente construída neste período - e Bairros da Fonte Nova e da Graça, quer nos mais antigos (figuras 18 e 19).

Interiormente, a disposição do espaço variava. O rés-do-chão podia ser amplo, destinado a lojas ou armazéns, mas, nos edifícios mais pequenos, dividia-se em apartamentos para habitação.

As residências dos mais abastados caracterizavam-se pelo grande número de divisões, mas não por um padrão homogéneo, já que era a forma arquitectónica que o determinava. Assim, a casa-de-jantar situava-se, na maioria das vezes, junto à cozinha, mas esse facto não se pode considerar geral, já que, por exemplo, uma das de D. Maria de Oliveira Capucho não seguia este preceito. Em qualquer dos casos ela costumava ser separada da sala, marcando, por isso, espaços de convívios diferentes. De facto, o primeiro destes compartimentos ficava, no geral, no centro ou traseiras da moradia, indicando que o acesso era restrito aos elementos mais íntimos da família. A sala, pelo contrário, encontrava-se preferentemente num espaço mais próximo da porta principal, por se tratar de uma área de receber, de acolher pessoas de um círculo social mais alargado.

O lugar do escritório, nos edifícios onde ele existia, era igualmente próximo da entrada, dado que também se destinava à recepção de pessoas. Excepcionalmente, podia ficar ligado ao quarto, com porta de comunicação entre as duas divisões, embora também tivesse saída para o corredor - foi o caso da residência de Joaquim Marques dos Reis.

Os compartimentos mais numerosos eram os quartos, variando, no entanto, a sua totalidade conforme as casas e as necessidades de cada família. Assim, a vivenda de Francisco Maria de Carvalho tinha seis, contando com o que se destinava a criados e se situava junto à cozinha, mas a que foi projectada para Carlos Alexandre Capucho tinha apenas quatro, três a de José Inácio da Silva, etc.

Outro elemento interessante era a preocupação com divisões destinadas a arrumações, engomados, costura, etc. Os sanitários não se mostravam numerosos, no geral um por andar, tendo apenas uma casa de banho, por vezes separada do W. C. A sua posição também era diversificada, tal como sucedia noutros locais (2<sup>o</sup>). A manutenção da pia na varanda continuava a ser um facto, mesmo nas casas destinadas aos menos pobres. Isso mesmo sucedeu num dos edificios que Joaquim Rodrigues Cardoso pretendeu construir na Avenida 5 de Outubro, em 1929. Da mesma forma, a alteração que Joaquim Marques dos Reis fez na sua habitação, em 1930, manteve esta divisão separada das restantes, numa plataforma a que se acedia através da cozinha. Na generalidade dos casos, no entanto, os sanitários passaram para o interior da casa.

Destaca-se também, nas residências destinadas à burguesia, a individualidade de cada compartimento, conseguida através da utilização de um corredor central.

As casas de tipo saloio, essencialmente destinadas aos mais pobres, mostravam uma disposição interior limitada. A parte pequenas excepções, tinham três repartições, a casa de entrada, o quarto e a cozinha. Outras, como as que Mário Galvão mandou construir (figura 11), tinham dois quartos, mas as de António Augusto Simões Costa restringia-se a um. Quase nenhuma dispunha de casa-de-banho no interior - as de Mário Galvão eram um caso

isolado -, embora quase todas pudessem ter um pequeno compartimento destinado a despejos, nas traseiras. Outras vezes existia uma única pia, na cozinha.

Não encontramos, nas fontes consultadas, reflexões sobre os tipos de construções locais, como sucedeu noutros locais (2°). De facto, as preocupações limitaram-se a constatar a falta de casas (3°) e a reconhecer a urgência de obras de saneamento.

Não sabemos se esta realidade ficou a dever-se ao desconhecimento das normas de higiene recomendadas ou à falta de interesse em divulgá-las - note-se que grande parte dos homens que dominavam a imprensa e a política eram proprietários de muitas residências alugadas. De qualquer forma, uma das principais normas de higiene, o pé-direito com mais do que 3 metros (3'), passou a ser uma realidade nas casas construídas durante o período em estudo. As excepções, no entanto, não deixaram de existir: assim, a de Francisco de Sales Costa, na Rua 19 de Dezembro, passou a ter primeiro andar em 1924, mas a sua altura total não ultrapassava os 5,5 metros, o que equivalia a uma medida de 2,75 metros por piso.

As dimensões de cada divisão, por outro lado, variavam, naturalmente, consoante os edifícios. Entre os mais simples, destinados aos menos abastados, a área era, no geral, limitada. Atentemos nos que Júlio Patrocínio Rosa mandou construir em 1926:

Cozinha	3,10 x 3,10 m = 9,60 m <sup>2</sup>
Casa de Entrada	3,10 x 3,10 m = 9,60 m <sup>2</sup>
Quarto	3,10 x 3,10 m = <u>9,60</u> m <sup>2</sup>
Total	27,80 m <sup>2</sup>

Acrescentava-se uma pequena divisão, com pia, nas traseiras.

As moradias que Mário Galvão construiu em 1928 eram maiores (veja-se figura 11), apesar de, entre elas, se destacar a casa de jantar, po onde, como era hábito, se acedia aos outros compartimentos. Vejamos:

Cozinha	3,05 x 2,62 m = 7,99 m <sup>2</sup>
Casa de Jantar	4,20 x 2,62 m = 11,00 m <sup>2</sup>
Quarto	2,65 x 2,92 m = 7,74 m <sup>2</sup>
Quarto	2,65 x 2,92 m = 7,74 m <sup>2</sup>
Sanitário	1,00 x 1,50 m = <u>1,50</u> m <sup>2</sup>
Total	35,97 m <sup>2</sup>

Dois anos depois, António Luis Marques aproveitou um barracão para fazer duas residências mais pequenas do que qualquer uma destas. Mais uma vez, era a casa de entrada que apresentava maiores dimensões:

Cozinha	2,00 x 2,90 m = 5,80 m <sup>2</sup>
Casa de Entrada	4,60 x 2,00 m = 9,20 m <sup>2</sup>
Quarto	2,70 x 2,90 m = <u>7,83</u> m <sup>2</sup>
Total	22,83 m <sup>2</sup>

As casas mais ricas, além do maior número de divisões, tinham, em geral, uma área superior. Vejamos também alguns casos.

A vivenda de José Rodrigues Parreira, erigida em 1925, tinha:

Cozinha	4,00 x 3,50 m = 14,00 m <sup>2</sup>
Dispensa	1,50 x 3,50 m = 5,25 m <sup>2</sup>
Quarto	3,70 x 3,50 m = 12,95 m <sup>2</sup>
Quarto	3,70 x 3,50 m = 12,95 m <sup>2</sup>
Quarto	4,70 x 3,50 m = 16,45 m <sup>2</sup>
Quarto	3,35 x 3,50 m = 11,73 m <sup>2</sup>
Quarto	3,35 x 3,50 m = 11,73 m <sup>2</sup>
Quarto?	3,35 x 3,50 m = 11,73 m <sup>2</sup>

Sala	4,40 x 3,50 m = 15,40 m <sup>2</sup>
Casa de Jantar	5,00 x 3,50 m = 17,50 m <sup>2</sup>
Casa de Banho	2,00?* x 3,50 m = <u>7,00</u> m <sup>2</sup>
Total	136,69 m <sup>2</sup>

\* O projecto não indica esta medida, tendo, por isso, sido calculada por nós.

Era, portanto, uma casa constituída por divisões com áreas relativamente grandes, onde se destacavam a casa de jantar, um quarto e a sala.

Bento Rodrigues mandou construir um prédio, no ano seguinte, destinado a duas habitações, as quais se distribuíram da seguinte forma:

	1º andar	2º andar
Quarto	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>
Quarto	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>
?	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>	2,50x4,20 m = 10,50 m <sup>2</sup>
Quarto	4,20x4,20 m = 17,64 m <sup>2</sup>	4,20x3,50 m = 14,70 m <sup>2</sup>
S. de jantar	4,00x4,20 m = 16,80 m <sup>2</sup>	4,00x3,50 m = 14,00 m <sup>2</sup>
Saleta	2,00x4,20 m = 8,40 m <sup>2</sup>	2,00x3,50 m = 7,00 m <sup>2</sup>
C. Costura	2,20x4,20 m = 9,24 m <sup>2</sup>	2,20x3,50 m = 7,70 m <sup>2</sup>
Cozinha	3,00x4,20 m = <u>12,60</u> m <sup>2</sup>	3,00x4,20 m = <u>12,60</u> m <sup>2</sup>
Total	96,18 m <sup>2</sup>	78,50 m <sup>2</sup>

Entre todos os compartimentos destacava-se um quarto, na frente principal, seguido pela casa de jantar. Os quartos das traseiras, apesar de mais pequenos, eram ainda relativamente grandes.

##### 5) Os Móveis e os Objectos

As habitações dos pobres tinham, geralmente, poucos móveis. Isso mesmo atestam os inventários orfanológicos. Vejamos alguns exemplos.

Um dos casais falecidos em consequência da epidemia de 1918, um pedreiro e esposa que moravam na Costa do Castelo, na vila, com os seus cinco filhos (entre 3 meses e 11 anos), deixaram, no total, além das casas, apenas um leito de ferro para duas pessoas, outro para um só indivíduo, uma cómoda e uma arca velha, ambas de pinho, duas mesas e duas cadeiras da mesma madeira (32). O proprietário da Sarreira que morreu na mesma data deixou, como objectos, apenas uma arca e um caixão (arca grande) de choupo, uma cama de ferro completa, uma banca com aba e gaveta e uma cadeira, ambas de pinho, para uma família que era composta por ele, esposa e 4 filhos, dos 15 aos 27 anos (33). Um sapateiro de Casalinhos de Alfaiata, com dois descendentes, não se mostrava mais rico: uma única cama para casal, uma mesa ordinária, três cadeiras de pau e uma arca (34). O espólio de Carlota de Oliveira, também casada e com dois filhos, constava essencialmente de arcas: três e dois caixões, para apenas uma cama de ferro, duas mesas, duas cadeiras e um banco grande, entre outros objectos de fazer pão e de adega (35).

Vê-se destas relações que, além de escasso, o mobiliário era insuficiente para a família, sobretudo em relação à dormida. Os filhos de José Augusto Forcada, por exemplo, usavam, para dormir, um banco (36). A roupa, na falta de cómoda em muitas casas, conservava-se em arcas; quando não existiam guarda-louças nem armários, a louça colocava-se em prateleiras ao longo da parede, e o alumínio ficava pendurado em pregos presos numa tábua (37). Os

outros objectos também não se conheciam como abundantes: pratos, talheres ou panelas contavam-se também em pequena quantidade.

A melhoria das condições económicas reflectia-se na habitação, de forma a torná-la mais cómoda. Assim, Belmira Santos, podendo dispôr de todo o seu salário ganho como criada, usava-o para comprar os apetrechos necessários à sua futura residência (3ª). Um comerciante do Sirol já dispunha para si, esposa e filha, de uma cama de madeira à francesa, para casal, com colchão e enxergão, uma outra de ferro, um cómoda de casquinha com quatro gavetas, uma mesa de pinho com aba e gaveta, duas malas de madeira, seis cadeiras de choupo, um candeeiro a petróleo com abat-jour de porcelana, um lavatório de ferro, um jarro de vidro, para água, dezoito pratos de louça ordinária, nove copos e cinco garrafas para água, de vidro, e um galheteiro de madeira (3ª). O moleiro Onofre dispunha de muitos objectos e do mobiliário suficiente para todos os seus elementos (4ª).

Os mais abastados, por seu lado, possuíam aquilo de que necessitavam em quantidades suficientes, de qualidade, e mesmo o supérfluo. Anotemos alguns exemplos.

Um dos maiores proprietários do concelho, falecido em 1911, tinha, na sua habitação de Runa, distribuidos por vários compartimentos: 2 aparadores de mogno com pedra, 2 guarda-louças de madeira de fora, 1 mesa de casa de jantar, 2 mesas de sala, 1 mesa de costura, 2 mesa de jogo, 1 mesa redonda de pé de galo, 21 cadeiras de palhinha, 1 sofá, 6 fauteils, 2 canapés, 1 jardineira, 1 piano velho inutilizado, 3 camas de mogno ou outras madeiras, 1 mesa de cabeceira, 1 guarda fato de mogno, 1 cómoda e meia [sic], 1 oratório com santos, entre os quais um de marfim, 1 crucifixo de massa, 7 baús, 2 secretárias, 2 lavatório de pedra, 2 estantes, 5

candeeiros, 2 pares de jarras, 36 chávenas, 12 copos de vinho, 12 copos de água, 24 cálices, 6 garrafas lapidadas, 1 máquina de fazer chá, 1 serviço de louça inglesa, livros, 18 lençóis de linho e algodão, 12 toalhas de mãos, 4 toalhas de mesa, 8 cobertores, 24 guardanapos, 12 talheres completos, , 1 serviço de mesa de metal com 6 peças, 1 carteira de madrepérola, 1 caixa de prata, 2 bolas de prata, 2 salvas de prata, 1 copo e salva de prata, 1 par de castiçais de prata, 1 açucareiro de prata, 1 pequeno bule de prata, 13 colheres de sopa de prata, 12 colheres de chá de prata, 13 facas com cabos de prata, 12 garfos com cabo de prata, 2 colheres grandes de prata (\*1).

O salão de Jaime Batalha Reis, na Quinta da Viscondessa, estava repleto de estantes e livros, sofás e poltronas, piano e várias mesas, enquanto outra sala contava com porcelanas (entre as quais chávenas com as armas reais), canapés, oratórios e papeleiras de pau santo (algumas do tempo de D. João V), colchas chinesas e quadros, de Columbano, Cinatti, etc. (\*2).

## NOTAS

- 1) Eduardo Alberto Lima Basto, «Introdução. O Problema da Habitação Rural», p. 5.
- 2) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 3) Ibidem, caixa 18.
- 4) D. Maria de Jesus Policarpo.
- 5) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 6) Vejam-se João Vieira Caldas, A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, Arquitectura Vernácula da Região Saloia. Enquadramento na Area Atlântica.
- 7) Op. cit., 2ª parte, p. 7.
- 8) Op. cit., p. 47.
- 9) Existia um outro tipo de casa saloia, denominada «casa torreada», de que não encontramos exemplares no concelho.
- 10) Segundo Nuno Teotónio Pereira e outros autores, foi o clima da Estremadura, intermediário entre Norte e Sul, onde os Invernos são temperados e os Estios quentes, que influenciou o aproveitamento do espaço exterior contíguo à habitação, com alpendre ou varanda alpendrada, também ela um zona de transição entre o calor da rua e a fresquidão do interior. «Zona 4 [Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral], in Arquitectura Popular em Portugal, 3ª ed., pp. 161-163.
- 11) Op. cit., p. 72.
- 12) Op. cit., p. 35.

- <sup>13</sup>) Além das obras já citadas, seguimos também os relatos de D. Maria de Jesus Policarpo e D. Maria dos Anjos Augusta Policarpo.
- <sup>14</sup>) Vinha, 7 de Outubro de 1915.
- <sup>15</sup>) Gazeta de Torres, 17 de Março de 1929.
- <sup>16</sup>) Vinha, 28 de Março de 1918.
- <sup>17</sup>) Ibidem, 4 de Dezembro de 1919.
- <sup>18</sup>) O Torreense, 6, 13 e 27 de Janeiro de 1924.
- <sup>19</sup>) A Nossa Terra, 2 de Agosto de 1925 e Gazeta de Torres, 13 de Outubro de 1929.
- <sup>20</sup>) Folha, 8 de Julho de 1900.
- <sup>21</sup>) O Torreense, 16 de Maio de 1920.
- <sup>22</sup>) AGCMTV, Correspondência, caixa 28.
- <sup>23</sup>) Vinha, 29 de Novembro de 1906 e seguintes.
- <sup>24</sup>) Rol de Confessados das Freguesias de S. Maria e S. Miguel, 1899.
- <sup>25</sup>) Todas as referências extraídas das plantas pertencem ao arquivo das Obras da Câmara Municipal de Torres Vedras, pelo que esta fonte deixa de ser referida.
- <sup>26</sup>) Obras.
- <sup>27</sup>) É interessante notar que sucedeu o mesmo com a casa em frente desta: teve um projecto semelhante, do mesmo autor, mas o edifício construído apresentava linhas muito mais sóbrias.
- <sup>28</sup>) Veja-se Paulo Guimarães, Habitação e Modos de Habitar em Setúbal (1910-1920), p. 53.
- <sup>29</sup>) Ibidem.
- <sup>30</sup>) Gazeta de Torres, 9 de Junho de 1929.
- <sup>31</sup>) Decreto de 14 de Fevereiro de 1903.

- 32) Tribunal, IO, maço 295.
- 33) Idem.
- 34) Idem.
- 35) Idem.
- 36) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 37) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 38) Informação da própria.
- 39) Tribunal, IO, maço 295.
- 40) D. Deolinda Onofre.
- 41) Tribunal, IO, maço 440.
- 42) Gazeta de Torres, 19 de Maio de 1929.

### III - OS DIVERTIMENTOS E O LAZER

#### 1) Os Tempos do Lazer

A interrupção do trabalho introduz, no quotidiano, a necessidade de descontração, de diversão. Os seres humanos buscam, todos os dias, momentos de alegria, de ruptura, de diferença em relação às horas mais penosas. Noutras ocasiões, num tempo e espaço próprios, o dia-a-dia é modificado por circunstâncias especiais, mais ou menos repetitivas: é o tempo do jogo e da festa, que, dentro das suas especificações (1), suspende o que é habitual.

A sociedade torreense do primeiro terço do século XX, além dos espaços pequenos ou familiares do dia-a-dia, tinha muitos momentos de entretenimento. O ano era pautado por um sem número de diversões que se alargavam a todas as camadas sociais, algumas permitindo uma convivência mais ou menos profunda. Entre as que se repetiam como que ritualmente, por períodos mais ou menos longos, as que aconteciam como excepções e as que se iam introduzindo nos hábitos, de acordo com mudanças mais fortes, os diferentes grupos procuravam a ruptura com o dia-a-dia que referimos atrás.

Grosso modo, no entanto, o ano estava dividido em duas épocas diferentes, correspondendo a duas necessidades: o Inverno, limitado à sociedade local, e o Verão, alargado aos forasteiros que escolhiam o concelho para passarem a época do calor. Torres Vedras, com efeito, além daqueles que aqui passavam sem

pernoitarem, recebia pessoas que vinham fazer turismo para três pontos do seu espaço: as termas dos Cucos, a praia e as aldeias.

O primeiro destes destinos acolhia pessoas de todo o país desde a década de 90 do século XIX. Analisando as proveniências geográficas dos seus frequentadores, a título de exemplo, elas foram, em duas semanas do Verão de 1901: Lisboa, Viseu, Sesimbra, Castelo Branco, Pavia, Setúbal, Benavente, Évora, Foz do Douro, Olhão, Vidigueira, Porto, Fafe, Leiria, Redondo e Mafra, além do próprio concelho (2); as pessoas que aqui se encontravam na segunda semana de Agosto de 1927 eram originárias de Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Olhão, Abrantes, Alvorinha, Beja, Silves, Castelo Branco, Azeitão, Vila Nova de Ourém, Tânger, Faial, Vila Franca do Rosário, Sobral de Monte Agraço e diversas povoações do espaço municipal (3).

Era Santa Cruz que mais atraia os adeptos das férias na praia. Os seus visitantes aumentaram ano a ano, desde o início do século, vindo essencialmente da vila e da capital. Muito longe dela, em termos de desenvolvimento, a Assenta só viu os veraneantes interessarem-se por ela no final de década de 20 - sendo 1928 o ano mais notável, com a afluência de pessoas de Lisboa e de outros pontos do país (4) - sem nunca atingir a dimensão da praia vizinha e sem uma actividade social paralela.

Um outro tipo de turismo, que hoje denominariamos rural, tinha também uma expressão importante no concelho. Na Feliteira juntavam-se elementos da pequena e média burguesia de Lisboa e arredores, alguns deles ligados à vida jornalística - como José da Costa Reis, de A Tarde e Augusto de S. Boaventura, de O Século, embora este por questões familiares -, ou mesmo de outras classes, como os viscondes da Merceana, Champallimaud Duff (5),



Figura 20 - As termas dos Cucos.

que, em casas alugadas - geralmente esgotadas durante o estio - e de amigos, passavam a estação calmosa, regressando à sua habitação no final de Setembro ou início de Outubro (\*). Em Matacães, no final do período que estamos a estudar, detecta-se igualmente a presença de pessoas da mesma proveniência geográfica, a passar os meses de Agosto e Setembro (').

Estes aspectos de turismo marcavam uma época especial na diversão do concelho, sendo as próprias colónias balneares agentes activos da tarefa da distração. Mas os naturais da terra estavam conscientes da necessidade de providenciarem momentos de divertimento aos forasteiros, como meio de atracção de mais pessoas ("). A monotonia afastava os possíveis interessados (').

## 2) As Casas de Espectáculos e os Elementos Humanos

Para que a distração acontecesse era, no geral, necessário um espaço próprio. Se algumas das actividades de lazer são praticadas ao ar livre - caso dos arraiais, de muitos desportos, bailes populares, etc. -, outras, sobretudo por questões sociais, exigem um espaço fechado, quer particular, quer público (apesar de por vezes limitado aos sócios), o qual vamos tratar de seguida.

No momento em que o nosso estudo tem início, a vila de Torres Vedras contava com duas casas de espectáculos: o Casino e o Grémio Artístico e Comercial.

O Casino era o mais antigo e sucedia ao «Club Torreense» (1°). A sua peculiaridade, além da assistência, que nos parece mais selecta, residia no serviço de sanduiches, bolos, chá e bebidas. Significativamente, em 1920, quando um grupo de conterrâneos residentes em Lisboa trouxe uma bailarina, um

comentador fazia votos para que a ideia frutificasse, nem que a direcção tivesse de sacrificar o chá e os bolos, velhos hábitos da casa mas susceptíveis de cair em desuso (11).

Até 1910 os seus saraus consistiam quase essencialmente em bailes. As representações teatrais, embora não estivessem ausentes, não atingiam, nem de longe, o número das da sua congénere. A partir dessa data entrou numa nova fase, com a organização de um grupo dramático e talvez também com um grupo musical próprio, de que encontramos a notícia da fundação (12) mas nunca da sua actividade.

O Grémio Artístico e Comercial existia desde 1891 (13) mas a programação era mais preenchida do que a do Casino. Os seus espectáculos, além da dança, contavam com inúmeras exhibições dramáticas, quer dos amadores locais, quer das companhias provenientes de outras localidades, e com outras atracções variadas, como circos, combates, etc.

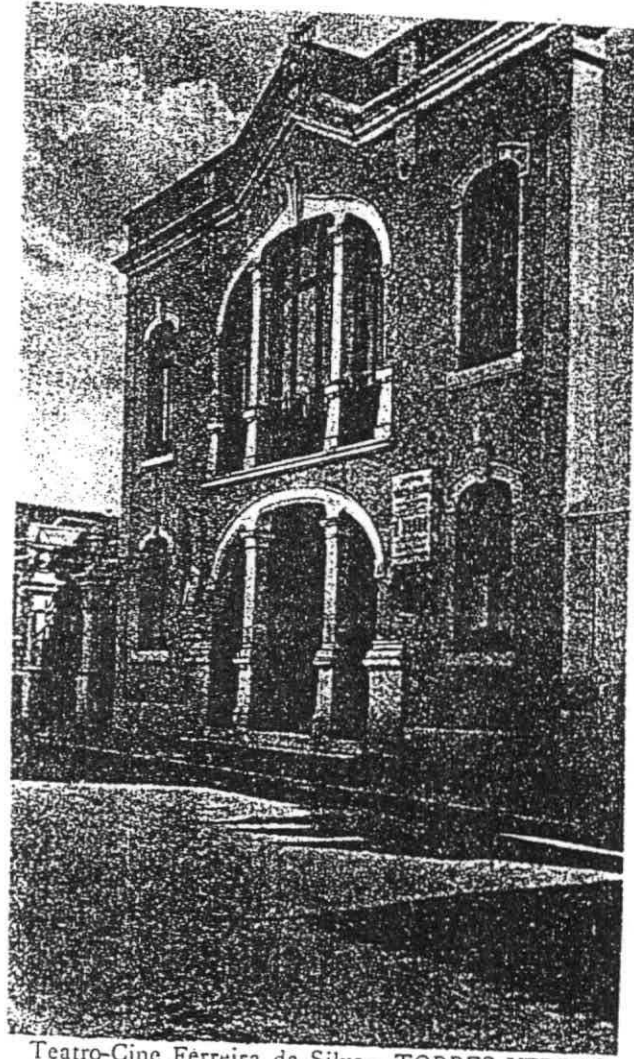
Uma nova casa, instalada na Rua Dias Neiva, começou a acolher aqueles que procuravam diversões a partir de Setembro de 1906: foi a sede da Tuna Comercial Torreense, agremiação que existia desde 1904 mas que, por falta de espaços próprios, se via forçada a oferecer espectáculos aos seus associados em salas cedidas nas outras colectividades e no Hotel Natividade (14). As suas instalações viriam a mudar para a Rua de S. Pedro, onde continuam, em 1910 (15).

A Tuna Comercial Torreense, começando por ser a associação dos empregados de comércio, manteve-se, durante o período que estamos a estudar, fiel aos elementos deste sector de actividade (16). Dada a sua característica social inicial, parece-nos ter sido a sociedade mais popular, mas em momentos de distração

ocasional as principais famílias do concelho não a distinguíam das outras associações (17); era nos momentos de coincidência de reuniões - por exemplo pelo Carnaval - que as pessoas de maior nomeada preferiam as outras salas, com destaque para o Casino. É significativo que um grupo de sócios deste tenha visitado o Grémio, num sarau carnavalesco de 1922, esquecendo a Tuna (18). Os seus associados, no entanto, eram seleccionados no final da década de 20, embora não saibamos por que critérios (19).

O Teatro-Cine, depois denominado Ferreira da Silva, foi construído para sede de «A Tentativa» - associação dedicada ao cinema que iniciou as suas actividades no Grémio, com o qual entrou, depois, em dissidência (20) - e abriu as suas portas ao público a 1 de Abril de 1923 (21). Alguns anos depois foi ampliado e renovado, reabrindo em Outubro de 1927 (22). A sua sala foi franqueada a numerosos espectáculos, quer cinematográficos, quer teatrais. Poder-se-á mesmo afirmar que, depois da sua inauguração, retirou ao Grémio o papel principal no acolhimento das representações dramáticas.

Além destas casas, existiu, a partir de 1911, o «Salão Avenida-Animatographo», expressamente construído, com todas as condições de segurança para as exhibições cinematográficas, na Avenida 5 de Outubro (23). As máquinas e aparelhos eram à estreia e pertenciam a Luís Francia, electricista (24), pelo que foi, muitas vezes, denominada Salão do Francia. No ano seguinte, em Julho, este estabelecimento foi transferido para um sítio mais central, a Rua Dias Neiva (hoje 9 de Abril), para uma casa cómoda, elegante e segura, que só tinha o defeito de aí ser proibido fumar (25). Nessa altura a sua denominação foi também alterada, passando a «Salão Central». Sucessivamente as instalações foram melhoradas:



Teatro-Cine Ferreira da Silva—TORRES VEDRAS

Figura 2d - Teatro-Cine Ferreira da Silva.

em Novembro anunciaram que seria, em breve, dotado com um novo «écran», mandado vir de Paris (26) e em Setembro de 1913 foi substituído o aparelho (27).

É provável que este sala tenha sido encerrada em 1915 porque que a última notícia data da 20 de Maio desse ano (28).

A vila contava ainda com o salão do Hotel Natividade, igualmente palco de algumas reuniões sociais, embora mais frequentes na primeira década do século.

Ao longo do concelho os espaços de diversão eram frequentemente particulares, cedidos expressamente em ocasiões especiais. Em Runa, por exemplo, as récitas apresentadas em Novembro de 1928 tiveram lugar numa casa de Manuel Francisco Ginja (29); o Grupo Dramático de Dois Portos estreou-se na de Alfredo Fragoso (30). Todavia muitas aldeias dispunham já de salas próprias para espectáculos: além do teatro das termas dos Cucos, em 1900 existia o «Teatro-Club» da Ribaldeira (31), sendo possível que a «Sociedade de Instrução e Recreio do Maxial» também tivesse instalações próprias, apesar de só construir a sua sede em 1929 (32); a sociedade recreativa «Club Familiar Turcifalense» foi inaugurada em 1920 (33).

Os elementos humanos também se agrupavam em todo o espaço municipal, contribuindo, com exhibições teatrais ou audições musicais, para o entretenimento dos seus conterrâneos. Era na vila, naturalmente, que o seu número era maior, mas o seu desenvolvimento noutras localidades do concelho foi um facto.

A nível musical, o dealbar do século XX contou com a Filarmónica Torreense e com a Fanfarra União Torreense como elementos destinados ao grande público, se assim entendermos a

presença em actos tão diferenciados como as sociedades recreativas e os coretos ao ar livre, em arraiais. A Fanfarra teve depois uma existência conturbada, deixando de existir em alguns momentos, reorganizando-se noutros (34). A Filarmónica, muito activa pelo menos nos primeiros anos do século, data em que encontramos referências constantes à sua presença em festas, estava desorganizada nos anos vinte, sendo então recomposta várias vezes (35). Dentro da mesma linha de actuação, a Banda dos Bombeiros Voluntários apresentou-se ao público em 1926 (36). Apesar de algumas dificuldades financeiras, mostrou ser uma das melhores bandas civis do seu tempo, facto que se mantém até à actualidade.

O Grupo Recreativo 10 de Maio estreou-se nesse dia do ano de 1902 (37) mas pouco mais sabemos da sua existência. Dado que não encontramos notícias sobre a sua evolução, é provável que a sua vida tenha sido efémera.

Para actuações mais restritas existia o Grupo Recreativo Musical, criado em 1899 (38) e que participou depois em vários espectáculos e bailes, e várias Tunas. Uma delas, composta por amadores de «élite», fez a sua apresentação a 30 de Março de 1902 (39), mas nada mais sabemos sobre a sua vida. A Tuna Comercial Torreense, agremiação que viria a estar na base da casa de que falámos, foi organizada em 1904, com a participação de 25 empregados de comércio (40), sendo posteriormente reorganizada em 1913 (41). Uma associação semelhante iniciou as suas actuações peço Natal de 1906: a Tuna do Grémio Artístico e Comercial (42). A «Minerva» começou os seus ensaios, com muitas dificuldades, em 1918 (43), mas não sabemos qual foi a sua evolução. A que foi regida pelo maestro Francisco Xavier de Melo, finalmente, tocou



Figura 22 - Tuna do Grémio Artístico e Comercial, em 1908.

pela primeira vez, na Tuna Comercial Torreense, em Julho de 1921 (44).

Um agrupamento diferente, o «Sol e Dó 12 de Maio», com 15 figuras, estreou-se em 1904 (45). Em 1908 encontramos referências a um quarteto dirigido por Raul de Campos (46). A troupe musical «Dó-Ré-Mi» apresentou-se pela primeira vez em público no dia 1 de Janeiro de 1929 (47). No mesmo ano existia um grupo musical denominado «Torreense» (48).

Esporadicamente encontramos também notícias de bailes com música produzida por amadores: um quinteto e orquestra do Grémio (49), uma orquestra de amadores (50), as senhoras da vila (51) - das quais se destacava D. Henriqueta de Vasconcelos, nos anos 20 (52) - etc.

Fora da sede do concelho, a história dos ajuntamentos musicais não foi muito diversa. Algumas localidades tinham a sua banda musical: a Filarmónica da Ribaldeira existia desde a penúltima década do século XIX; na Ermegeira (freguesia do Ramalhal), existia outra, composta por trabalhadores rurais, pelo menos desde 1903 (53); a Fanfarra do Turcifal, protegida por Carlos Ahrends, foi criada em 1906 (54); cerca de 1923 constituiu-se a «Sociedade Musical Ponterrolense» (55); em 1928 os Casalinhos de Alfaiata tinham também uma Filarmónica (56).

Na Feliteira existia uma Tuna em 1901: era composta por dez rapazes, «dos mais distintos», e, sob direcção de Rodrigo Costa, destinava-se às serenatas da localidade (57). É provável que, na sua evolução, tenha sido depois denominada «Simões Costa», a Tuna que, em 1905, integrava 14 elementos da Feliteira, Sobral de Monte Agraço, Dois Portos e Ribaldeira (58). No Maxial, a Sociedade de Instrução e Recreio tratou da constituição de uma grupo musical em

1928 (60); um jazz-band, promovido pela mesma colectividade, fez a sua estreia pelo Carnaval do ano seguinte (61). Mais comuns, os amadores surgiam também por todo o lado.

Não eram, porém, apenas os elementos do concelho que contribuíam para a distração das pessoas que aqui residiam ou que o visitavam. De outras localidades, sobretudo de Lisboa, vinham muitas vezes agrupamentos musicais para darem espectáculos, sobretudo nas diferentes colectividades e nas sessões mais importantes. Esses grupos seguiam as modas da época: eram quintetos, sextetos, ou orquestras mais completas no início do século, jazz-bands mais tarde, quando os ritmos musicais mudaram.

Torres Vedras contava, já no final do século XIX, com, pelo menos, dois grupos de amadores de teatro, os quais nos parecem bastante informais. A eles se deveram várias representações no Casino e no Grémio, até que em 1908 se estreou o Grupo Dramático Torreense (62).

Depois desta data, várias associações foram sucessivamente organizadas: entre outras, em 1910, foi a vez do Casino passar a dispôr de um conjunto de actores próprio (63); a Tuna tinha um semelhante em 1912 (64); pelo Carnaval de 1913 apareceu um novo grupo dramático (65); em 1924 a Associação Regionalista tomou a iniciativa de promover um conjunto teatral para representações de beneficiência (66).

É de realçar que, ao longo deste tempo, os actores se mantiveram entre as pessoas de maior nomeada na vila - da nossa melhor sociedade, como então se dizia (67): comerciantes - o grupo mais destacado -, capitalistas (68), membros de profissões liberais e senhoras dos mesmos estratos. Dir-se-ia mesmo que o

passar dos anos fazia juntar algumas destas pessoas em cima dos palcos: as reuniões de carácter esporádico, sobretudo, eram pretexto para a sua representação.

No final da década, porém, a longa tradição de associação dramática parece ter desaparecido, já que em 1929 se lia, num jornal local, a propósito de uma representação na festa de Micarême: «Oxalá que a tentativa fortifique e se desenvolva para ver se se consegue a criação dum grupo de amadores que nos saiba dar aquelas noites agradáveis que ha 15 anos se passavam no Gremio e que tanto nome lhe deu» (68).

Menos assiduamente do que na vila, ou do que as associações musicais, algumas das localidades concelhias dispunham também de actores: na Ribaldeira, em 1902, existia um Grupo Dramático (69); o de S. Domingos de Carmões deslocou-se à Tuna Comercial Torreense em 1909 (70); a récita que teve lugar no Ramalhal, no Domingo de Pascoela, contou com amadores da localidade e da vila (71); algumas das pessoas mais abastadas da Ribaldeira reuniram-se numa récita, em 1925 (72); o Grupo Dramático de Dois Portos existia em 1925 (73), embora se tenha dado outra notícia da sua estreia em Janeiro de 1929 (74); neste último ano estava constituído o «Grupo Mixto Dramatico do Turcifal» (75); no vizinho lugar da Freixofeira formou-se uma associação semelhante - que tinha a particularidade de terminar os seus ensaios pela Marselhesa e pela Portuguesa, a que se seguiam vivas à República, à Pátria e à Freixofeira (76), etc.

Além destes elementos, representavam em Torres Vedras actores de outras localidades, algumas mais ou menos próximas - como Mafra (77) ou Caldas da Rainha (78) -, mas sobretudo de Lisboa. Poder-se-á mesmo dizer que a vila era, no primeiro terço deste século,

paragem obrigatória de grandes companhias teatrais - ou de outras menos boas -, que aqui permaneciam, por vezes, durante semanas. Apontemos alguns exemplos, entre outros muitos casos: em 1900 a Companhia do Real Coliseu de Lisboa representou pelo menos uma vez nos Cucos (79); Torres Vedras conheceu, no mesmo ano, a presença dos artistas da mesma entidade (80); Caetano Pinto deslocou-se, com alguns acompanhantes, ao Grémio (81); Adelina Abranches, entre outros actores, representou em Torres Vedras em 1904 e 1905 (82); a Companhia dirigida por Anibal Pinheiro, que contava com elementos muito conhecidos em Torres Vedras, deu pelo menos dois espectáculos no Grémio, no Verão de 1906 (83); no ano seguinte, além de Sara Coelho, a vila conheceu também as representações dos actores do teatro do Ginásio (84).

O grupo teatral dirigido pelo actor Oliveira permaneceu em Torres Vedras pelo menos entre 15 de Março e 7 de Junho de 1908, dando espectáculos aos Domingos e Quintas-feiras (85).

Em 1909, mas em breves passagens, representaram no Grémio, em Junho e novamente em Agosto, a Companhia Dramática Portuguesa - composta por artistas dos teatros D. Maria II, Rua dos Condes e Príncipe Real -, e em Setembro apenas os artistas do teatro D. Maria II - entre os quais Adelina Abranches - (86).

Constantino de Matos e os seus acompanhantes dramáticos conservaram-se na mesma sala durante cerca de cinco meses, no ano de 1914, (87) actuando, por vezes, em parceria com os amadores locais.

Chaby Pinheiro dirigiu-se a esta vila em 1915 e 1926 (88). Neste último ano representou também a Companhia de Lucília Simões-Emílio Braga e a de Berta de Bivar-Alves da Cunha (89). Este último actor voltou a actuar em 1929 (90). Em 1924, 1925 e 1930,

entretanto, as várias espectáculos de Maria Matos-Mendonça de Carvalho puderam igualmente ser apreciados no Teatro-Cine (71). No último destes anos regressaram Adelina Abranches e Lucília Simões-Erico Braga, vindo pela primeira vez Ilda Stichini (72).

Muito menos importante, aliás, até desastrosa, foi a presença das tournées das Companhias de Silvestre Alecrim, em 1921, e de L. Demoel, em 1929 (73). O público, porém, regeitava estas actuações e a crítica mostrava-se contundente porque, como se lia no Ecos de Torres, «Seria para desejar que as companhias tenham mais cautela quando veem para a provincia, onde, presentemente, já se encontra muita gente que sabe o que é representar» (74).

As localidades do concelho contavam, da mesma forma, com elementos estranhos ao concelho, alguns também da capital, embora apenas esporadicamente e sem atingirem a nomeada de alguns dos que representavam na vila (75).

### 3) Festas de Sociedade

#### a) Bailes e Soirées

O tipo de encontros que denominamos «festas da sociedade» caracteriza-se sobretudo pelo seu aspecto reservado, já que ocorriam dentro de um espaço fechado, quer colectivo, quer particular.

Estas reuniões, no seu aspecto público, eram marcadas, em primeiro lugar, por quatro momentos do ano: o Ano Novo (no primeiro dia do ano e não na passagem, como actualmente), o Carnaval, a Páscoa e o Natal. Os primeiro e último consistiam essencialmente na realização de bailes, por vezes intervalados por

actos de variedades e récitas, sobretudo o Natal. Já a Páscoa e o Carnaval - de que falaremos mais detalhadamente noutra local - costumavam ser festejados com maior entusiasmo, sendo a representação dramática muito frequente. A festa de «Micaréme», celebrada na Quaresma, só nos aparece referenciada algumas vezes nos anos 20 (76), pelo que não sabemos a sua regularidade e da sua existência anteriormente. Ela devia corresponder a uma continuação do Carnaval, pois era permitido, tal como nos bailes carnavalescos, o uso de lança perfumes, confeti e serpentinas (77). Outro tipo de baile, o da Pinhata, só foi noticiado em 1929 (78).

Ultrapassando estes momentos, existiam, depois, muitos outros saraus, algumas vezes muito frequentes. Reparemos em alguns exemplos: em 1900 o Grémio tinha bailes todos os Domingos da época balnear, destinados aos sócios e aos veraneantes (79); o Verão de 1916 foi marcado, na Tuna, por reuniões familiares para os sócios e famílias, todos os Domingos (80); nos meses de Agosto e Setembro de 1929, em Matacães, houve por bailes semanais organizados pelo Grupo Recreativo Matacaense (81). Em Santa Cruz dançava-se todas as noites da época balnear, como veremos noutra local. Em alguns anos falava-se de inauguração da época, no início do Inverno, o que nos leva a fazer crer que, durante esta estação, as soirées eram mais ou menos assíduas (82). Em oposição, noutras temporadas estes acontecimentos eram apenas esporádicos, quebrando o tédio das compridas noites de Inverno, como referia um jornal (83).

O baile terminava ordinariamente com um cotillon, confeccionado, algumas vezes, em casas de Lisboa (84). O que findou a soirée dançante no dia 3 de Abril de 1910, no Grémio,

porém, foi confeccionado por uma comissão de senhoras da localidade (105).

Este tipo de final permaneceu em muitos bailes. No entanto as alterações ocorridas nos encontros dançantes dos trinta e um anos em que se centra o nosso estudo foram muitas, quer no tipo de música, quer na dança. Em relação ao primeiro, os ritmos mudaram com a introdução de novos sons, vindos, em parte, do continente americano, levando a que o jazz-band substituísse, em grande parte, as orquestras dos primeiros anos do século, apesar dos críticas dos inconformados (106). Na dança, as quadrilhas, contradanças, pás-à-quatre e valsas da primeira década do século cederam lugar ao tango, ao passe-doble (107) e a outros passos em que também os movimentos do corpo se alteraram completamente, perante o escândalo de alguns e a aceitação de outros (108).

Grande parte destas reuniões não se limitava à dança, sendo completadas por récitas, actos de variedades, cançonetas, monólogos, tercetos, etc. Era, aliás, comum encontrar-se a designação de soirée ou sarau dramático-dançante em vez de apenas baile. A inclusão de uma parte literária só sucedeu em 1921, numa festa de caridade, a favor da construção de um novo hospital (109).

A partir de certa data, provavelmente 1914, surgiu um novo tipo de espectáculo: as audições de canto, com espectáculos da soprano ligeira Dargallo Collar no Casino e no Hotel Natividade (110). Nos anos mais próximos eram sobretudo as sessões de animatógrafo, no Grémio, na sua primeira parte dedicada a variedades, que proporcionavam a vinda de cantores, bem como a de

dançarinos que também passaram a apresentar-se. Em 1930, as sessões de fado eram continuadas na Freixofeira (111).

Em 1900 a novidade foi a audição do gramofone, no Casino - repetida depois no Grémio -, em Fevereiro. No ano seguinte repetiram-se, patrocinadas pelo seu agente, Cândido Vieira, (112). O radio foi protagonista de um baile, em 1924, promovido pelo Radio-Club recém-formado (113). Ocasionalmente o circo, espectáculos de metamorfose, cálculo, sombromania, músicos mais ou menos excêntricos, luta, também se apresentavam nas colectividades locais, com destaque para o Grémio, mas também em barracas montadas ao ar livre (114).

No final do período que estamos a estudar deparamos com outro tipo de acontecimento: as ceias e chás à americana, mais comuns em Santa Cruz, mas nem por isso inexistentes na vila, onde o Hotel Central se encarregava da sua organização (115).

Além dos acontecimentos que até aqui referimos, organizados pelos naturais da terra, se bem que, por vezes, em proveito dos estrangeiros, as diferentes colónias balneares arranjavam soirées ao longo da época da sua estadia, alargando-as muitas vezes às pessoas das localidades vizinhas. Na vila, além das colectividades a que nos temos referidos, o Hotel Natividade, com a participação activa dos seus hóspedes, era palco de várias reuniões semelhantes às até aqui descritas (116).

Além de Santa Cruz, de que não falaremos aqui, os Cucos eram outro dos centros de sarau de veraneio. A música, o canto e a representação sucediam-se, quer pela actividade da gerência, quer, sobretudo, pelas dos seus ocupantes temporários (117).

Na Feliteira, finalmente, as noites também se passavam alegremente, divididas entre algumas das principais casas da

aldeia, agregando os forasteiros aos naturais da terra e dos localidades circunvizinhas: Dois Portos, Ribaldeira, Sobral de Monte Agraço, Pêro Negro, etc. Apesar de longa, vale a pena atentarmos na letra da canção apresentada na despedida de uma dessas estações, a qual resume as noitadas anteriores:

Mote: <A noite na Feliteira  
<Muito se diverte a gente;  
<Ha bella rapioqueira  
<Vae-se p'ra casa contente.>

Glosa: <Dança-se a moda do "vira"  
<E a moda do "regadinho";  
<Tem dançado a Dona Elvira  
<E até dança do Marinho.  
<Canta a Dona Luciana  
<"perdigão anda na eira"  
<E desde segunda feira  
<Té vem gente do Sobral,  
<Pois que se não passa mal  
<A noite na Feliteira.

<O Festas faz um chinfrim  
<Que nem o demo o atura;  
<O António Boaventura  
<Toca banza c'o Aldim.  
<Dona Dina canta o fado  
<Com a sua voz piangente,  
<E a melopêa dolente  
<Com atenção é escutada,  
<Pois creiam, não é piada,  
<Muito se diverte a gente.

<O Braga com grande telha,  
<Está fazendo a toda a hora  
<Coisas do arco da velha  
<Que de rir tudo já chora!  
<Venham p'ra cá os Sobraes  
<Dois Portos e Ribaldeira,

<Que aqui'stá a Feliteira  
<P'ra mostrar a toda a gente  
<Que d'um modo bem decente  
<Há bella rapioqueira.

<Depois da festa acabada,  
<Vão todos sem excepções  
<A passeiar pela estrada  
<Levando na mão balões.  
<E assim se vae andando,  
<Cantando-se alegremente;  
<Depois despede-se a gente  
<No Barreiro onde subiu,  
<E cantando o drripiu  
<Vae-se p'ra casa contente (118).

#### b) O Teatro

Torres Vedras foi, durante os trinta e um anos compreendidos neste estudo, palco de grandes episódios teatrais - naturalmente que a par de outros menos destacados. A maior parte dos espectáculos eram aqueles em que as representações faziam conjunto com os bailes, como já referimos, mas também não faltavam os constituídos apenas pela actuação dramática.

As companhias da capital podiam ser vistas muitas vezes na vila. Elas vinham preencher um espaço que, apesar dos amadorismos locais, aqui existia. Assim, lia-se num periódico, em 1899, a propósito da troupe do Principe Real, que se esperava grande concorrência porque as pessoas que poucas vezes saiam da vila nem sempre tinham ensejo de ver artistas destes (119). Algo de semelhante sucedia no ano seguinte: a Companhia do Real Coliseu de

Lisboa proporcionaria bons espectáculos sem o incómodo de se ir à capital (120).

Os torreenses, contudo, não aceitavam qualquer espectáculo. O redactor de A Vinha afirmava, em 1914, que Constantino de Matos e os seus colegas não andavam muito felizes nas suas exhibiões, talvez devido ao facto de as peças pecarem por antiguidade e por serem muito conhecidas (121). Mais crítico, o jornalista que, em 1924, escrevia em O Torreense, afirmava que se a terra tinha fama de não possuir plateia, era por causa das últimas companhias que ali tinham representado - fama que era necessário desfazer em favor da vinda dos grandes actores -: «Torres Vedras como todas as povoações que se encontram próximas de um grande centro, não tolera, como qualquer aldeia sertaneja, o teatro que ultimamente os tem visitado e desta maneira esquivava-se, deixando às moscas esses pseudo actores que pensavam fornecer-lhe gato por lebre... vincando por esta forma o seu protesto pela maneira como se apresentam perante um publico que conhece teatro, e que, para mais, tem a maior facilidade em escolhe-lo!!» (122). Outro escritor do mesmo periódico e momento, elogiando a actuação da Companhia Maria Matos-Mendonça de Carvalho, mas lamentando a falta de público, exclamava: «Mas a culpa não foi do publico; mas da sucata que por ahi tem vindo fingir que representa, só para encher os seus bolsilhos, e alcunha lo de parvo por se deixar ir no conto do... vigario» (123).

Quase todo o reportório apresentado em Torres Vedras, mesmo pelos seus amadores era, naturalmente, constituído por obras conhecidas nos teatros, sobretudo da capital. A excepção manifestava-se essencialmente na criação de revistas: «Torres por um Oculo», em 1908 (124), «Coisas de Torres» em 1910, «Já lhe

Cantei» e «Torres n'um Rufo» no ano seguinte, «Amor e Patria» em 1919, «...e Peras» em 1920, «Salve-se quem Puder» e «Progresso de Caranguejo» - as duas apresentadas no Ramalhal, sendo depois a primeira um grande êxito na vila - em 1928, «Já Vi Tudo» um ano depois. A comédia em um acto «Le Retour du Régiment», escrita por Tomaz do Nascimento, foi estreada na Tuna, em 1910 - sendo muito apreciada mas incompreendida por parte dos espectadores que não sabiam francês (125). A «Troupe Dramática Gil Vicente», de Lisboa, encerrou a sua exibição na Freixofeira, no ano de 1930, com uma cega-rega escrita pelo seu director expressamente para esta terra (126).

O baixo preço dos bilhetes - antes da guerra rondavam os 300 réis, variando no Grémio entre os 200 réis da geral e os 410 réis na galeria (127); depois deste acontecimento não temos informações - permitia que o teatro fosse frequentado por muitas pessoas. Porém, a afluência do público variou conforme os espectáculos. Ao longo do tempo parece-nos ter entrado numa fase de maior desinteresse, como se pôde observar quanto à vinda dos actores de Lisboa. A sua actuação, por outro lado, nem sempre foi a mais correcta. A par do berreiro dos bebés de cólo, observado no início deste período (128), as adultos tinham atitudes pouco próprias: em 1901, numa representação, quatro indivíduos de Torres Vedras gritaram chufas à música, tendo de ser expulsos da sala (129); em 1923 fizeram-se comentários descabidos à exibição de Carlos de Oliveira (130); a propósito da revista «Salve-se quem Puder» um espectador afirmou não ser de «quóllidade» adormecendo de seguida, enquanto uma senhora «fina» lamentava não ter levado o chochet para se entreter (131). A incompreensão das peças, por falta de entendimento, era outro mal presente (132).

### c) O Cinema

A primeira referência à presença de uma animatógrafo em Torres Vedras data de 1900, por ocasião dos festejos carnavalescos no Grémio (133). Passados dois anos, em 1903, uma companhia de variedades que representou na mesma casa tinha um aparelho Edison, permitindo ao público torreense contactar novamente com este género de espectáculos (134). Depois desta data a vila contou anualmente com a presença de uma barraca (135) onde se faziam exhibições do mesmo tipo, a qual permanecia aí durante algum tempo (136).

Em 1911 o cinema entrou, em Torres Vedras, numa nova fase, com a construção do «Salão Avenida-Animatógrapho». Desse ano em diante a vila passou a contar com sessões semanais, geralmente ao Domingo e Segunda-feira, excepto quando algum acontecimento especial motivava a interrupção - foi o caso do destaque dado à projecção do «Exercício das Baterias de Queluz», que levou a que, no dia anterior, não houvesse sessão, e de uma récita no Grémio (137).

A concorrência surgiu em 1913: um grupo de dirigentes e entusiastas desta última colectividade constituiu uma companhia denominada «A Tentativa» destinada à projecção de filmes naquela sala, com o fim de arrecadar recursos para a manterem (138). Estas exhibições tinham como característica o facto de, pelo menos até 1915, serem antecedidas por um acto de variedades: entre muitos artistas relevem-se cançonetistas, dançarinas espanholas, imitadores, clows, cantores líricos, transformistas, etc. (139).

É provável que a dissidência entre «A Tentativa» e a direcção do Grémio tivesse feito interromper, durante algum tempo (talvez entre 1919, ano para o qual ainda encontramos referências, e 1923) a exibição de películas em Torres Vedras. A inauguração do Teatro-Cine, no entanto, veio trazer novo fôlego a estes espectáculos. Ainda em 1930, ano terminal deste estudo, o público podia assistir, aí, às projecções aos Domingos, Segundas e Quintas-feiras (140).

O Grémio voltou ainda a contar com cinema, em 1926-28, a cargo da empresa Cine-Salão. As divergências com a direcção mais uma vez interromperam a sua actividade (141).

Fora da vila, só Santa Cruz é que pôde assistir ao mesmo tipo de divertimentos. Com efeito, a empresa Cine-Salão, depois da dissidência com o Grémio, mudou-se para esta praia, proporcionando uma nova distracção aos seus utentes (142). Na Freiria, Germano José das Eiras chegou a tentar uma exibição, como forma de angariar fundos para obras necessárias à terra, mas as dificuldades foram tantas que não chegou a realizá-la (143).

Nos primeiros tempos da existência das sessões cinematográficas, a sua periodicidade não era afectada pelas estações do ano. A alteração parece ter surgido cerca de 1915, quando passaram a corresponder a épocas. Assim, o Grémio fez a sua última sessão em Julho desse ano (144) para só reabrir no Outono. A partir daí este calendário manteve-se. O cinema entrou, desta forma, nos hábitos de Inverno das pessoas da vila - ou com possibilidade de aí se deslocarem. Ele veio satisfazer uma sociedade cada vez mais carente de distracções. Como escrevia um cronista local, a propósito da abertura da estação de 1928,

«Franquezinha, franquezinha, já se faz sentir a falta dum entretenimento nestas noites que já vão sendo bastante maçadoras. A falta dum divertimento, é hoje para a vida moderna o mesmo que para as mulheres representa a falta da mala com o ruge ou o creme; não se pode tolerar» (143).

Foi patente, desde o início, a preocupação com a qualidade das fitas projectadas. Costumavam ser sempre novas, excepto quando os espectadores pedissem a sua repetição (144), como aconteceu com «Coração de Criança», «A Espia Francesa» ou «Os Miseráveis» (147). O Salão Avenida/Central, devido ao contrato que tinha com a «União Cinematographica Limitada» [e mais tarde com a «Sociedade Animatographica Limitada» (148)], dispunha, em conjunto com o Salão Central e Chiado Terrasse, de Lisboa, de películas do melhor género (149). Por estas razões a crítica local não se cansava de aclamar as exhibições. Em 1911 o público era unânime a afirmar que era «do melhor que se tem apresentado e que nos grandes centros não ha superior» (150). Continuaram depois: «O nosso salão cinematographico tem-se mantido à altura dos melhores, pelo que cada vez tem mais concorrencia» (151); «A variedade das fitas originaes e provenientes das diversas casas mais importantes do genero e de que se fornece a Companhia Cinematographica de Portugal, e quem, por consequencia são exhibidas no Salão Central, á Rua Dias Neiva, o facto das sessões serem compostas com "films", não só de uma marca, mas das principais cazas allemãs, francezas, italianas, norueguesas, etc, faz com que no seu conjunto, os espectaculos d'aquelle salão , constituam sempre novidade para o espectador e sejam revestidos do maior interesse, e por isso o

publico continue frequentando com assiduidade o Salão Central» (152).

Os directores do animatógrafo instalado no Grémio mostraram igual preocupação com a qualidade das exhibições, firmando contratos com as melhores casas para fornecimento das fitas e das variedades (153).

No final da década de vinte, segundo algumas vozes, a qualidade nem sempre era a mesma, sucedendo algumas sessões de nível inferior (154), ao que a empresa do Teatro-Cine respondeu: «Qual o cinema da provincia que exhibe só o que de melhor tem as 8 casas fornecedoras da capital? Mais: Qual o cinema da capital que faz essas exhibições escolhidas de todas as casas como a nossa? Quaes as super produções que qualquer cinema da capital exhibe que aqui não seja passado no seu devido tempo? Qual o cinema do paiz que lhe proporciona todas essas produções pelo preço que os vê no nosso salão?» (155).

Pela cuidada escolha das fitas, e porque os preços eram acessiveis (156) a afluência do público, nos primeiros tempos, era grande, pelo menos entre a «élite» da vila. Dizia-se em 1912 e 1913: «Decididamente este salão tornou-se o rendez-vous obrigatorio da gente de bom gosto, em todos os domingos e segundas feiras» (157); «O salão de Francia é hoje o centro da nossa sociedade elegante...» (158). Todavia, os espectadores nem sempre se portavam condignamente: em 1912 pedia-se ao administrador que interviesse porque uma sessão no animatógrafo mais parecia uma tourada, tal era o barulho ensurdecador que individuos sem educação nem respeito pelo próximo ali faziam, soltando palavras grosseiras e inconvenientes, ainda mais porque ali estavam muitas

senhoras (159). Em 1930 notava-se que todos se levantavam quando passava o filme dedicado à cultura (160).

O programa de cada sessão mostrava-se variado. Em 1912 era constituído por 7 fitas mas este número aumentou e, em Março do ano seguinte, eram projectadas 16 fitas em cada espectáculo (161). Este exagero levou mesmo a que o público pedisse uma redução, passando, no mês seguinte, a 12 filmes para não o fatigar e para que a duração fosse menor (162).

As comédias e os dramas sucediam-se em cada sessão. Atentemos no programa do dia da inauguração do «Salão Avenida-Animatographo», exemplificador de cada noite de cinema:

Cretinetti entre dois fogos - Comédia

Aia da Marqueza - Drama

Perdão da Orfã - Drama

Quem comeu o Perú? - Cómica

Os Ciganos (colorido) - Drama

Alta Traição! - Drama Militar

Lea em Férias - Cómica (163).

As actualidades eram também comuns, aparecendo numeradas. Assim, na sessão do dia de Natal, de 1911, foram projectadas as nº 58 e, na semana seguinte, as nº 59 (164).

Sucediam, por vezes, que algumas fitas repetiam um tema central. Cretinetti e Tontoline mostravam-se, então, personagens que davam origem a diversos filmes, sempre com histórias diferentes. Vejamos alguns títulos: «Aventuras de Cretinetti», «Ultima Partida de Cretinetti» (165), «Tontoline e a Sogra», «Tontoline e o Manequim», «Tontoline Agente de Seguros», «Tontoline entre a Agua e o Fogo», «Tontoline e o Burro», (166) etc.

Grande parte das películas provinha do estrangeiro (Alemanha, Noruega, França, etc.), mas a produção nacional estava presente sempre que se justificava.

Só em 1930 é que o cinema sonoro fez a sua aparição em Torres Vedras (1930). Antes, cada sessão era vista «a sêco» ou com acompanhamento musical. Assim, já o animatógrafo instalado em 1909 era abrilhantado pela Tuna Comercial Torreense (1909). A Filarmónica Torreense ou a Fanfarra União Torreense estiveram também presentes em algumas sessões, no Salão Avenida (1910).

Em algumas ocasiões, sobretudo quando se fazia a projecção de filmes de grande nomeada, contava-se com outros valores: o Ben-Hur, em 1930, foi acompanhado por um quinteto de Lisboa (1930) e para «A Hora Suprema» foram contratados os músicos que vinham a segui-lo há tempo, na capital e noutros pontos do país - e que só em Torres Vedras não cumpriram o seu dever, talvez por culpa da sua maior produção (1931). Estas era, porém, excepções, com grandes lamentos dos espectadores. Tal como se afirmava a propósito de «O Barqueiro do Volga», «Pena foi que o filme não houvesse podido ser acompanhado da respectiva partitura. Assim, a "sêco" ou com acompanhamento de pianola em compasso soturno de marcha funebre, perdeu O Barqueiro do Volga grande parte do seu efeito, como tantos outros filmes o tem perdido.

«De sobre sabemos que não pode a Empreza abalançar-se a contratar qualquer grupo orquestral que venha valorisar todas as suas sessões. Mas, vamos que poderia, de quando em vez e para a exibição de alguns filmes, arriscar-se a fazê-lo» (1932).

#### d) As Reuniões

As reuniões constituíam um género social muito mais fechado do que qualquer dos anteriores, por terem lugar na habitação da família visitada - ou, mais raramente, noutra sítio, como o Hotel (173) - e só aí acederem as pessoas convidadas.

Este tipo de acontecimentos servia, frequentemente, para comemorações: os hóspedes de Pedro Cabral, na Feliteira, organizaram um encontro para festejarem o 30º aniversário das suas núpcias (174); António Agostinho da Silva Henriques reuniu pessoas das suas relações na sua Quinta do Calvel para festejar o aniversário natalício de suas filhas (175); D. Palmira Biancard convidou as suas amigas no dia em que completava mais um ano de existência (176); Joaquim dos Santos Vaquinhas juntou trinta pessoas no Hotel Natividade pelo seu aniversário (177); os casamentos e baptizados, como já tivémos ocasião de analisar, eram também pretexto para estes encontros. Outras vezes havia-os pelo Carnaval: em casa de D. Joana Ribeiro, em Runa, festejou-se esta quadra com uma reunião (178); em 1928, um grupo de mascarados <assaltou> a residência de Henrique Vilela e aí improvisou um baile (179); Augusto Gomes dos Reis convidou as pessoas de suas relações para um baile, em sua casa, na mesma altura (180).

A comemoração, porém, não era a única razão para o convívio. O convívio com os amigos parece ter sido, aliás, uma causa ainda mais presente.

A principal actividade em cada reunião era a dança. De facto, em todas as descrições que encontrámos se referia o facto de se dançar animadamente. Para a acompanhar, bem como só para apreciar, os anfitriões ou convidados tocavam os instrumentos à disposição: piano, flauta, bandolim, guitarra, viola, ocarina, etc. (181). Assim, a expressão <fez-se música> era corrente, surgindo em quase

todas as notícias deste género. Menos assíduo, mas também presente, era o canto.

Em 1926, na quinta de José Mucharreira, na Freixofeira, a soirée por si oferecida contou com um elemento novo, o teatro, tendo sido representada «A Ceia dos Cardeais» (182). No mesmo encontro também se recitou (poesia, presumimos), mas este tipo de distração mostrava-se igualmente raro (183).

Outro elemento sempre presente era o serviço alimentar, geralmente uma ceia de chá, bolos, vinhos finos, chocolate, etc., ou uma refeição mais completa.

#### 4) As Distracções na Rua

Além das diversões que temos vindo a descrever, o ano era pontuado por outras distrações. No Verão, sobretudo nos primeiros anos do século, muitas famílias, da terra ou da colónia balnear juntavam-se, à tarde ou à noite, no jardim do Largo da Graça. Para alegrar esta estadia havia, regularmente - pelo menos uma vez por semana - um concerto por um grupo musical da terra. Esta distração não existiu durante alguns anos, mas é curioso notar que a finalidade principal da reorganização da Fanfarra União Torreense, em 1912, foi poder dispôr de um agrupamento que tocasse algumas vezes, amenizando as tardes do estio (184). Nos anos 20 ainda se repetia esta audição (185).

As festas de toiros tiveram certo impacto em Torres Vedras no final do século XIX, época em que se construiu uma praça. No início do século, todavia, esta já não existia e as corridas tinham deixado de se realizar.

Depois de algumas tentativas (186), foi só em 1914 que este tipo de espectáculos voltou a ser pensado com êxito no concelho, formando-se uma sociedade para reconstrução e exploração do que restava da antiga praça (187). Desta forma as épocas tauromáquicas voltaram a acontecer desde 1916, embora a sua duração fosse curta, apenas até 1923 (188). Em cada Verão realizavam-se três touradas: a primeira na Quinta-feira de Ascensão, outra durante a feira de S. Pedro e a última no mês de Agosto.

O divertimento começava alguns dias antes, quando um grande número de aficionados se deslocava a Vila Verde, à espera dos touros a serem lidados (189). Para a corrida propriamente dita, notava-se a preocupação com a escolha do cartel, apesar de este nem sempre corresponder às expectativas (190). Algumas vezes, como sucedeu em 1921, reservava-se um touro para a lide pelos curiosos que o desejassem (191). Nos primeiros anos fechavam-se os estabelecimentos, de forma a que os empregados pudessem assistir à tourada (192), mas o público deixou de corresponder na totalidade (193), talvez devido ao facto de os bilhetes serem considerados bastante elevados (194).

Além destas touradas, realizavam-se outras pelos amadores locais, em que se contavam Artur Vicente, José Antunes Martins, Joaquim Custódio Rodrigues, João Henriques, Jaime Alves, António Mota, Fernando de Almeida, António Fragata, Artur Ferreira da Silva, José Veríssimo, Placidino Félix, etc. (195), as quais constituíam também grande atracção.

Algumas datas do ano eram festejadas com música. Tratava-se essencialmente dos aniversários reais e, posteriormente, do 5 de Outubro e 10 de Dezembro, que motivavam concertos ambulantes pelas

ruas, com foguetes e iluminação dos edifícios públicos e alguns privados (196). Saliente-se o facto de, na década de 20, começarem a surgir notícias sobre comemorações semelhantes, particularmente do 10 de Dezembro, em diversas aldeias, o que nos faz pensar que antes não eram comuns (197).

Um pouco diferente era o aniversário do encerramento dos estabelecimentos ao Domingo (em Setembro), depois substituído pelo dia 1 de Maio. Aqui, à música juntava-se a merenda, geralmente num local próximo da vila. Em alguns anos, como 1914, os festejos tomaram um ar mais grandioso, com a construção de um arco triunfal, a organização de uma batalha de flores e de um cortejo com carros alegóricos, a distribuição de um bодо aos pobres e uma conferência (198). No ano seguinte o programa foi idêntico, mas, em muitos anos, como 1918, ficava reduzido ao piquenique de operários e à recordação saudosa de outros tempos (199). Nos anos 20 ainda se voltou a comemorar este dia, mas já sem a glória daqueles dois anos.

Os piqueniques eram, no primeiro terço do século XX, uma das distrações mais apreciadas, sobretudo entre as colónias balneares. Fora delas, há essencialmente a destacar o mais popular e institucionalizado de todos (além do dos operários na comemoração do dia de descanso): o da festa de Vera Cruz, numa capela perto de Fernandinho, a qual tinha lugar no início de Maio e era justamente denominada <festa das Merendas>, derivando, provavelmente das festas das Maias (200).

Sucediam, por vezes, que algumas pessoas de diferentes localidades do concelho se juntavam a outras de suas relações para passarem um dia ao ar livre, passeando e comendo (201). Todavia

esta prática era, como já referimos, mais comum entre as pessoas que escolhiam Torres Vedras para passar o Verão. Os de Santa Cruz serão referidos no lugar próprio, mas a importância que assumiu a da Feliteira justifica que a referenciemos mais detalhadamente. De facto, além das diversões nocturnas, as pessoas aqui reunidas aproveitavam amiudadamente o dia para as digressões pelas cercanias, bem fornecidas de comida. Um dos destinos preferidos era a Serra do Socorro.

Atentemos na descrição de dois piqueniques, exemplares destas actividades. Em Setembro de 1902 partiu-se às 9 horas em cavalos para aquela Serra, tendo-se, à chegada, procedido à oração. «Cumprido este acto religioso, expuzera cada um o appetitoso farnel, e era digno de se ver como todos honravam a córada gallinha, o pato que se deixou cair, o fiel amigo em dominó disfarçado, e outras varias iguarias...». Ao almoço seguiu-se o descanso, para admirar a paisagem, regressando-se às 5 horas (202). O de 1905, por ser mais perto (mata da Quinta da Feliteira), permitiu maior distracção depois do repasto, tendo-se tocado viola, cantado, recitado poesias e monólogos, etc. (203).

##### 5) Os Arraiais

Os arraiais caracterizavam-se, em opposição às diversões que denominámos «de sociedade», pelo seu espaço aberto e pela possibilidade de serem frequentados por todas as pessoas, sem necessidade de bilhetes de ingresso. Sendo, além disso, festas sobretudo aldeãs, aproximavam todos os tipos de pessoas na mesma diversão.

## a) Geografia

Este tipo de festas existia por todo o concelho, sendo rara a aldeia que não organizava a sua. Em anexo apresentamos um quadro com os arraiais recenseados em dois anos, 1900 e 1905, segundo a imprensa publicada nessas datas e as licenças para fogo. Pensamos que, além destas, muitas outras se realizariam ao longo do espaço concelhio. Mesmo assim, o quadro patenteia a grande dispersão geográfica destas festividades e o facto de algumas aldeias procederem a várias comemorações em cada ano.

A estas solenidades haveria a acrescentar algumas, fora do concelho de Torres Vedras, mas que atraíam as atenções dos torreenses. As de maior nomeada eram as de Nossa Senhora da Nazaré, integradas no círio da Prata Grande (204), que giravam anualmente ao longo de 17 freguesias. Quando tinham lugar nas paróquias vizinhas davam origem a grandes movimentações de pessoas: caso exemplar, para as do Livramento, em 1922, foram organizadas carreiras especiais (205). A passagem do círio, por outro lado, ocasionava celebrações locais: em 1907, quando os povos de Enxara do Bispo atravessaram a Feliteira com a imagem, em direcção à Nazaré, encontraram aí festejos e decorações organizados pelas principais figuras locais (206).

O tempo das festas não obedecia a um padrão uniforme. Algumas eram celebradas em datas fixas: a 22 de Janeiro a festa de S. Vicente, comemorada no sítio da Senhora do Amial, na vila; na Quinta-feira da Ascensão, solenizava-se o Senhor dos Aflitos na Ponte de Rol; a 17 de Agosto era S. Mamede, na freguesia do mesmo nome. Quando as decisões humanas tentavam modificar os hábitos adquiridos, deparavam com obstáculos. Assim sucedeu com a festa da

Vera Cruz, na pequena capela próxima de Fernandinho: a alteração da data da festa, de 3 de Maio para alguns dias mais tarde, em 1904, foi mal recebida pelo povo, receando-se que ela viesse a acabar porque muitas pessoas se recusavam a dar a sua esmola enquanto a data não voltasse a ser a tradicional (207).

Algumas celebrações, por outro lado, não obedeciam a um dia rígido, preferindo-se sobretudo o fim de semana. A festa de N. Sr<sup>a</sup> dos Anjos, em Dois Portos, por exemplo, era indiferentemente organizada no final de Agosto ou início de Setembro. O caso mais estranho foi o de A-dos-Cunhados, quando, em 1900, por antagonismos entre as pessoas da freguesia e o seu pároco, a festa de N. Sr<sup>a</sup> da Luz não teve lugar no dia 8 de Setembro, como deveria, mas apenas três meses mais tarde (208).

Nem todas as festas obedeciam a hábitos ancestrais. Algumas morriam durante anos, para só serem reatadas mais tarde: foram os casos da Feliteira e da Freiria, a primeira porque só em 1904 teve uma festividade havia anos inexistente (209), a segunda porque em 1928, atendendo ao estado das colheitas e à situação económica, não pôde celebrar N. Sr<sup>a</sup> da Conceição como era habitual, limitando-se às cerimónias religiosas (210). Outras transformavam-se: se era costume as pessoas deslocarem-se a Santa Cruz pelo S. João, celebrando-o de forma semelhante à de tantos outros locais, o arraial parece ter sido tornado mais importante em 1908, motivado pelo acabamento da estrada (211); depois dessa data, ele tornou-se um dos mais concorridos do concelho. Da mesma forma se iniciavam arraiais: foi em 1926 que a Carvoeira adquiriu a imagem de S. Isidro, iniciando uma festa que se manteve durante anos (212).

De realçar também neste concelho, como, de resto, em toda a Estremadura (213), eram os círios. Estes assumiam um papel à parte porque interessavam a mais do que uma localidade, já que a imagem venerada se encontrava longe da terra que organizava a romaria e era aí que se desenvolvia a festividade religiosa e parte da laica. Assim, o círio de Fernandinho, dirigindo-se ao Livramento no dia de Todos-os-Santos, fazia-se acompanhar por uma Filarmónica que tocava no coreto desta freguesia (214).

Os círios no concelho eram vários e a localidades diferentes. A Nazaré era ponto de chegada de alguns, como S. Pedro da Cadeira, a única paróquia do concelho que integrava o círio da Prata Grande, Dois Portos, Cadriceira, Matacães, etc. (215). Outros dirigiam-se a Peniche, a venerar N. Sr<sup>a</sup> dos Remédios (Serra de S. Julião, Póvoa de Penafirme e Cerca). Das Carreiras, freguesia da Carvoeira, partiam os seus habitantes anualmente para Sta. Quitéria de Meca, os do Curvel para a Ameixoeira (freguesia da Abrigada), a Freira para a praia da Consolação, Ponte do Rol e Montengrão iam a S. Cristina (Serra do Socorro), enquanto o Livramento atraía Fernandinho, Runa, Penedo e Chãos (216), entre outras.

A implantação da República e a promulgação da Lei de Separação da Igreja do Estado mostraram-se também factor de alteração. Algumas festividades foram proibidas e outras politizadas. Os casos mais importantes tiveram lugar na zona sueste do concelho: na freguesia de Dois Portos as manifestações de culto externo, na festa de S. Catarina, Ribaldeira, foram interditas, realizando-se, em sua substituição, manifestações laicas, com conferências, orfeon infantil, inauguração da bandeira

nacional, bodo aos pobres, quermesse, arraial e iluminação (217). No mesmo ano, a procissão da Caixaria foi proibida para evitar conflitos públicos (218); a tradicional festa de S. João Baptista, em Runa, não foi licenciada: o administrador não consentiu música no arraial nem foguetes também para evitar confrontos, visto haver divergências em relação à festa religiosa dentro da Igreja, a qual só podia ser feita até ao sol posto (219); em 1914, o administrador do concelho opôs-se às festas de Dois Portos, as quais foram depois autorizadas superiormente, no seio de acesa polémica (220). Ao longo da Primeira República repetiram-se outras cenas semelhantes. Porém, em muitas localidades, onde os ardores republicanos se manifestavam menos intensamente, os arraiais continuaram segundo o padrão habitual. O passar do tempo também apaziguou os espíritos e, em breve, aquelas que tinham sido alteradas pela mudança política, voltaram a ser como anteriormente.

#### b) Descrição

A festa obedecia a dois níveis, o religioso - o que lhe dava a razão de ser - e o profano, desenvolvido no arraial. Os momentos eram diferentes mas interpenetravam-se, mantendo-se este padrão praticamente inalterado ao longo do tempo.

No dia principal da festividade, o início da celebração coincidia, geralmente, com a alvorada, a qual consistia na queima de foguetes ou na volta da banda pelas ruas da aldeia, em peditório.

De manhã, ainda, tinha lugar a Missa e o sermão. Porque o momento era especial, aquela era solene e quase sempre acompanhada musicalmente.

De tarde acontecia, em algumas ocasiões, um novo sermão, mas mais raro. Esta parte do dia era, no que toca à festa religiosa, principalmente dedicado à Procissão pelas ruas da terra. Este cortejo obedecia, por vezes, a características especiais. No Maxial, em 1902, depois do pátio seguiam as «senhoras» com as suas criadas; quando a mulher e a filha do secretário da regedoria tentaram incorporar-se nessa ordem, para evitar os atropelos e apertos, foram impedidas pelos cabos que insultaram a primeira, com grande protesto daquele oficial que considerava que a esposa «não offendia a dignidade às senhoras presentes», perguntando também «qual o privilégio que as ditas senhoras e creadas das mesmas tiveram mais do que minha mulher» (221). Em S. Mamede da Ventosa, depois de 1920, pelo menos, o gado que se encontrava da feira organizada junto do arraial passou a incorporar-se na procissão depois de ser benzido (222). Depois do préstito, na Freiria, eram cantadas loas por três anjos (223).

Mas a tarde era igualmente marcada por um aspecto profano: a quermesse. Esta surge-nos em arraiais, pela primeira vez, em 1902, na Ermegeira e no Maxial (224), evoluindo sempre em número a partir de então. É provável, no entanto, que elas já tivessem lugar mais cedo, não chegando ao nosso conhecimento porque as primeiras descrições de festas populares que encontrámos, com raras excepções, mostravam-se parcas em pormenores.

A noite ficava marcada, em alguns, poucos, casos, por nova cerimónia religiosa: em 1902 foi rezada uma ladainha na Ribaldeira e um Te-Deum no Carvalhal, em 1909 (225). Este momento, era, no

entanto, dedicado principalmente ao arraial, de «ruído espalhafatoso (...) que só serve para gastar dinheiro e fazer retirar a concorrência à igreja», segundo um correspondente da época (226).

Este esquema conhecia alterações no caso dos cirios, já que a parte religiosa e parte da profana eram cumpridas na localidade visitada. Depois do regresso dos devotos, uns no mesmo dia, outros passado algum tempo (227), é que tinha lugar o arraial.

Neste, as atracções eram a música, tocada por uma ou duas bandas, do concelho ou não, e o fogo de artifício, no fim da noite. O som daquelas podia ser apenas apreciado ou tornava-se também um pretexto para a dança (228). O ambiente festivo mostrava-se ainda pelas ornamentações. A iluminação, finalmente, encontrava-se como outra das características essenciais. Ela podia assumir vários aspectos: enquanto os organizadores de algumas festas ascolhiam à veneziana, outros preferiam-na à moda do Minho (229). Em 1903, em Dois Portos, foi experimentado o acetilene (230), sucessivamente adoptado depois. No final deste período, as inovações tecnológicas permitiram o uso de candeeiros «Petromax», com uma «claridade com de dia», como sucedeu em Runa em 1929 (231), e da electricidade, na Ponte do Rol em 1930 (232).

O arraial completava-se com outros aspectos. Salientem-se as barracas de comida, com destaque para as argoleiras - vendendoras de doces em forma de argolas -, e, sobretudo, de bebida eram costumadas (233). Os jogos também se mostravam habituais, como se depreende das perguntas que o regedor do Maxial dirigiu ao administrador em 1902: queria saber se os jogos que alguns indivíduos costumavam apresentar eram ou não proibidos (234). Para evitar desordens, o regedor de Ponte do Rol ordenou aos cabos que

não consentissem jogos de bola e taberneiros diante da Igreja, mas um homem não obedeceu (235). Na festa de S. Sebastião, em S. Domingos de Carmões, 1904, «A batota também teve largo campo de operações» (236).

Na festa da inauguração da capela da Quinta de Fez, Turcifal, houve diversões como mastro de cocagne, corridas de sacos, danças populares, etc. (237). Não sabemos se este tipo de acontecimentos era usual no início do século, uma vez que, como já afirmámos, os jornais da época não se mostravam prolixos em pormenores dos arraiais. Caso o não fosse, o passar dos anos veio torná-los comuns. As cavalhadas, corridas de bicicleta, a pé, de sacos, o futebol, etc., tornaram-se acontecimentos integrados nos diversos programas de festejos, como distrações para os dias seguintes. Na realidade, o prolongamento da festividade por alguns dias era também um facto, antecedendo, por vezes, o dia principal, dedicado à celebração religiosa, ou sucedendo-lhe. Neste período as distrações consistiam também na audição de bandas de música, fogo de artifício, bailes populares - pelo menos nos anos vinte - e, como vimos, uma parte desportiva.

A realização da festa colectiva dava lugar, no entanto, a um outro nível de encontro social: nas casas de algumas pessoas eram recebidos os forasteiros das suas relações. A festa pública era, por isso, completava-se com a festa privada. Alguns casos: Joaquim José Romão e José Maria Porta, proprietários de Vila Facaia, ofereceram um esplêndido jantar a todos os seus amigos que foram às festividades dessa terra, em 1901 (238); em 1902, em Dois Portos, Luís Manuel do Couto e Lima, por iniciativa do genro, Joaquim Alves Borges Carneiro, organizou uma soirée para o dia

seguinte ao da celebração de N. Sr<sup>a</sup> dos Anjos, dançando-se ao som da música produzida por seis músicos (239); os mesmos organizaram um baile no ano seguinte (240); António Palha de Figueirôa Rego convidou os seus amigos para jantar no dia da festa de Runa, em 1904, tendo alguns rapazes da elite da terra organizado um baile em casa de José Ramalho no dia imediato (241); em 1915, Francisco Teles Baltazar, da Carvoeira, também deu bailes em sua casa (242); depois da festa de N. Sr<sup>a</sup> dos Anjos, na Ribeira de Maria Afonso, teve lugar um acontecimento similar na quinta do mesmo nome (243).

### c) A Participação

Momento religioso e de distração, a festa popular tinha grande participação. Ela atraía todas as pessoas da terra e também as das localidades mais ou menos distantes. Sobretudo se a festividade era considerada muito importante, a deslocação até ao seu espaço era uma constante. A festa do Senhor do Calvário, em Matacães, por exemplo, tinha sempre grande número de pessoas, organizando-se carreiras extraordinárias de carros, que partiam da vila (244); o mesmo tipo de transportes era utilizado para a ida à Ponte do Rol, à festa do Senhor dos Aflitos (245).

A nível social, a interligação entre a solenidade pública e a reunião privada revelava a participação indistinta de várias camadas. Aliás, a organização dos festejos estava muitas vezes entregue às personalidades mais importantes da localidade.

Os festejos eram também ocasião para encontro de pessoas de fora, que depois se integravam nas diversões. Assim, pessoas da capital deslocavam-se frequentemente às terras dos seus parentes e amigos (246).

#### d) Outros Tipos de Festas

Entre todos os arraiais não podemos deixar de colocar os santos populares em lugar à parte, particularmente Santo António e S. João, já que S. Pedro, apesar de patrono da feira mais importante do concelho, não nos surge como adepto de folguedos - o nosso conhecimento limita-se a 1914, quando se projectaram bailes, descantes, etc., na Praça do Município (247).

Este tipo de festa aparece igualmente em dois níveis distintos: um fechado, outro aberto. Naquela, por sua vez, distinguem-se o particular e o colectivo. Em 1903, José Joaquim de Miranda reuniu os seus amigos numa das suas propriedades, denominada Infesta, e aí celebrou o Santo António com iluminações e fogo de artifício (248). Mais comum, no entanto, era a organização nas colectividades da vila, particularmente no Grémio. Nos dias 12 e 23 de Junho realizava-se bailes no salão, enquanto no parque, entre as iluminações, tocava um grupo da terra (249).

A participação nas celebrações no Jardim da Graça, na Praça do Município e na Porta da Várzea mostrava-se mais aberta. Aqui costumava-se acender uma fogueira, iluminar o local, escutar música e dançar. No primeiro destes espaços era também usual a realização de um baile infantil (250).

Fora da sede do concelho, os actos não se mostravam muito diferentes, embora tivessem, provavelmente, características mais populares, que não mereciam destaque nos órgãos de comunicação local. Apenas algumas vezes, quando a diferença se impunha, eram noticiados: foi o caso de Dois Portos, em 1907, porque uma comissão de meninas, presididas por Maaria Amélia Bacelar,

resolveu organizar um S. João com as duas Tunas de Torres Vedras, marchas e provas desportivas (251).

Entre todos os festejos, o S. João apresentava características particulares, à semelhança do que acontecia um pouco por todo o país, com as crenças ligadas às plantas e às fontes (252). Além da queima de alcachofras e da oferta de mangericos, à meia-noite as pessoas que se divertiam em qualquer um dos lugares referidos costumavam dirigir-se, em marcha aux flambeaux acompanhada de música, à Fonte Nova - ou a outra, já que em 1918 foi à fonte do jardim, no extremo oposto - onde os solteiros bebiam água e enchiam as bîlhas (253). Em 1905 organizou-se mesmo um baile na fonte (254).

Noutros locais do concelho, onde o orago da terra era o mesmo santo, as festas integravam-se no comum das festividades profanas. Em Runa, por exemplo, apenas a fogueira marcava a distinção dos santos populares.

Junto do mar, por outro lado, ligado à crença das águas (o banho, neste dia, valia por sete), havia «um arraial em cada praia, em cada estância balnear», com merendas, descantes, etc. (255). Santa Cruz, integrada neste costume, tornou-se, depois de 1908, o ponto central de todos os festejos à beira-mar. Aí, além das tradicionais fogueiras, havia arraial e, à meia-noite, banho no mar, talvez depois substituído por idas às fontes, já que em 1928 foi organizada uma marcha aux flambeaux à Fonte do Pisão (256). Era, aliás, pelo S. João que muitas das pessoas iam a Santa Cruz uma única vez durante toda a juventude, em muitos casos (257).

## 6) Os Bailes Populares

Se o espaço dedicado à dança se mostrava uma realidade nos festejos de aldeias, aquilo que neste lugar designamos como bailes populares era algo mais repetitivo e menos institucionalizado, constituindo a diversão essencial do geral da população de cada lugar, em cada dia de descanso (250).

O seu carácter tinha aspectos mais espontâneos do que programados: bastava que se reunissem um tocador e alguns pares para se dar início à dança. O local era o largo da aldeia, embora, quando o tempo não permitia o uso do espaço aberto, pudesse ser também uma casa particular onde se desarrumava a mobília. Neste último caso sucedia, em algumas localidades - Dois Portos e Abrunheira, por exemplo -, que os donos aproveitavam para vender café (257).

Os instrumentos utilizados para a produção da música eram os mais populares e acessíveis. Em primeiro lugar encontrava-se o harmónio (260), sendo também usadas a gaita de beijos (a gaitinha) e as gaitas de cana (261). Refira-se ainda que nem sempre os músicos pertenciam à terra onde tocavam. A Fernandinho, por exemplo, apesar de ter tocadores locais, vinham rapazes das terras vizinhas, particularmente de S. Mamede da Ventosa (262).

Se a música era popular, o mesmo sucedia com as danças: o bailarico saloio, as valsas de dois passos, o vira, etc.

Naturalmente que este tipo de diversão recebia participação dos mais pobres e dos considerados menos importantes, mas os mais abastados não desdenhavam desta distracção. Assim, Luis Alemão, pertencente a uma família de comerciantes dos mais conhecidos em Dois Portos, participava activa e regularmente nestes bailes; se o

seu irmão não fazia o mesmo, era só por não apreciar a dança, qualquer que fosse o seu tipo (263).

## 7) As Feiras

Os mercados, encontros semanais ou mensais, tinham uma feição marcadamente económica, pouco ligada à distração, excepto no que se refere ao encontro das pessoas. O único caso diferente que encontramos foi o da Silveira, já que, na tarde do seu mercado mensal, era habitual a presença de uma banda musical (264).

Além da reunião semanal ou mensal para compras e vendas, as feiras anuais ligavam o aspecto económico (265), para o qual vinham vendedores de localidades e produtos muito diferenciados, ao aspecto lúdico, aquele que aqui nos interessa.

Este último aspecto encontra-se a priori realçado na realização das feiras de S. Vicente e S. Mamede da Ventosa (esta criada em 1920), já que ambas tinham lugar em conjunto com as festas dos respectivos oragos. Fora delas, no entanto, também não faltavam as distrações.

A feira de S. Pedro, pela sua importância e antiguidade, era o que atraía mais forasteiros - em 1903 calculava-se que nela tivessem passado 5 a 6000 pessoas (266) - e a que apresentava maiores variedades recreativas. Aliás, se estas existiam nas outras feiras não eram noticiadas pelos jornais. Em 1900, entre as barracas presentes, encontrava-se uma de cosmorama (267); em 1904, instalou-se aqui o teatro Pairet, com animatógrafo, fantoches, gramofone, etc. (268). As figuras de cera, as barracas de pim-pam-pum e os bazares eram também presença constante, bem como as de comes e bebes (269). Durante o período em que Torres Vedras voltou

a ter épocas taurinas, este espectáculo correspondeu às diversões desta feira.

A feira, qualquer que fosse a sua designação, revelava-se um local de tumultos, sempre temidos pela autoridade administrativa que, não raramente, pedia reforços policiais nas vésperas do evento (270).

### 8) O Carnaval

O Carnaval é mais um dos festejos onde fica patente uma separação nitida entre o fechado e o aberto, entre o particular e o colectivo. Entre aqueles, aconteciam os bailes em casas privadas, sobretudo nas localidades onde não existiam associações (271).

Na vila, o principal teatro dos entretenimentos da quadra eram as sociedades recreativas, que concorriam umas com as outras - «como acontece serem na sua maioria os sócios dumas as sócios das outras casas, estes vêr se hão sériamente embaraçados na escolha daquela por onde devem optar!» (272). Aqui, nas três noites, a folia era marcada pelo teatro e pelos bailes de mascarados, segundo um padrão que poucas alterações sofreu ao longo do tempo, exemplificado pelo de 1912: Domingo: comédias de amadores e bailes nas três associações; Segunda-feira: comédia no Grémio e reunião familiar na Tuna; Terça-feira: baile no Casino, cançonetas, tercetos e monólogos seguidos por baile, no Grémio, surpresas e baile (neste dia todos os bailes terminaram com cotillon) na Tuna (273).

Na rua, as notícias referem, quase sempre, que o Carnaval foi sensaborão e sem graça; os jornalistas da época acreditavam mesmo

que «as tendências serão para que acabe de todo em proveito dos divertimentos dos clubs e theatros» (274). Existiam sempre alguns mascarados, mas contrariavam os padrões estéticos daqueles que escreviam nos periódicos (275).

Em alguns anos, contudo, as paródias marcavam de forma mais intensa os dias de Carnaval, dando-lhes uma nota diferente. Nelas eram arremedados alguns dos casos mais sensacionalistas do concelho ou do País: em 1900 foi o automóvel de Joaquim Pedro Marques e, em 1908, o «Centro-Portugal», as águas da vila, as promessas antes das eleições e o franquismo local; as hostes de Paiva Couceiro tiveram imitação em 1912 e a Sociedade Progresso Industrial, concessionária do fornecimento de luz eléctrica à vila, no ano de 1922 (276).

Nas freguesias rurais era também comum este tipo de situação: os correspondentes de a Gazeta de Torres dão-nos conta de paródias do Turcifal e Freixofeira que percorriam as aldeias vizinhas. Entre 1928 e 1930 as alusões foram à discussão da República com D. Manuel de Bragança, aos moços forçados, aos reclames de pneumáticos, à saída de um alcoólico de um hospital e à T.S.F. (277).

As danças populares, que percorriam várias localidades, também se mostravam comuns (278). É provável que correspondessem às cegadas, mas não o podemos confirmar por falta de elementos. Quanto a este último tipo de exibição, ele era uma realidade no concelho. Rodney Gallop assistiu a uma, na Cadriceira, em 1932: um grupo de pessoas dançou e cantou para, depois, proceder à representação de um parto (279).

A partir de 1923 a folia carnavalesca em Torres Vedras entrou numa nova fase, a da génese do que é celebrado actualmente. Com

efeito, foi nesse ano que se deu início à recepção do rei Carnaval, o qual chegou no comboio, percorrendo depois as ruas da vila com o seu cortejo (280). Este desfile continuou nos anos seguintes, tornando-se sucessivamente mais complexo, com uma rainha - travesti - (281), ministros, embaixadores, carros, etc., integrando algumas das pessoas com maior destaque no panorama cultural e económico da vila e atraindo cada vez mais forasteiros. A chamada «Batalha de Flores só principiou depois de terminado o período do nosso estudo, em 1931 (282).

Além destes actos de recreação, mais ou menos institucionalizados, as brincadeiras habituais manifestavam-se um pouco por toda a parte, sendo a mais falada o enfarinhar das pessoas (283). Outra característica do Carnaval eram as pulhas. Anualmente proibidas pelo administrador (284), nem por isso deixavam de se fazer ouvir. Em 1902, alguns autores - que também arrancaram os editais - foram a juízo por injúrias e ofensas à moral pública (285).

Na Quarta-feira de Cinzas havia ainda o costume, segundo também os usos de muitas regiões do País (286), de proceder ao enterro e queima do Entrudo, quer na vila, acompanhado quer em outras localidades do concelho. Em 1908, esta cerimónia consistiu num cortejo com um esquife, pelas ruas da vila - acompanhado por música que tocava uma marcha fúnebre - o qual foi depois queimado no Largo da Graça (287).

Depois da implantação da República, este acto politizou-se, transformando-se numa sátira às práticas católicas. Ainda em 1922 alguns republicanos se indignaram contra o que viram, considerando

as cerimónias intransigentes e ofensivas para os seguidores da religião (298).

### 9) A Praia

Tal como notou A. H. de Oliveira Marques, foi no primeiro terço do século XX que se intensificaram a vida de praia e o hábito do banho de mar (299). Este fenómeno reflectiu-se no concelho de Torres Vedras através da praia de Santa Cruz, praticamente desconhecida e impenetrável no século XIX, e que, a partir de 1902, com o início da construção da estrada (300) se tornou um ponto importante para o Verão.

Nos últimos anos de Oitocentos e primeiros da centúria seguinte os notáveis que habitavam no espaço concelhio escolhiam, de preferência, praias e termas de outros pontos do País: em 1900 Joaquim Gualdino Nunes Rego de Carvalho foi com a esposa para S. Martinho do Porto, o mesmo sucedendo com Francisco Rodrigues do Amaral e José Joaquim de Miranda; a família Barros e Cunha, António Agostinho da Silva Henriques e Júlio César Lucas elegeram a Ericeira; Felgueiras foi o ponto de destino de António Alberto de Bastos, enquanto Aleixo Cesário de Sousa Ferreira preferiu o Luso; Manuel Francisco Marques, como habitualmente, veraneou pela Figueira da Foz, o mesmo sucedendo com Henrique Reis Pereira; a Nazaré contou com a presença da família de Abílio Henrique Barata Diniz; os membros do agregado de António Gomes Fivelim Sobrinho foram para a Consolação (301). A alteração das estruturas de Santa Cruz, devido ao impulso de um conjunto de famílias - Bacelar, Miranda, Vilela, Roque Pedreira, Santos Bernardes, Bastos, Sousa Machado, etc. - que, pelo menos em 1899 e 1900 (302) a

frequentavam e que se espelharam na construção da estrada e de habitações (293), inverteram esta situação e, se alguns indivíduos continuaram a preferir estâncias balneares estranhas ao concelho, o passar dos anos fez atrair a Torres Vedras muitas delas.

Outros serviços foram, depois, sucessivamente acrescentados ao quotidiano de cada Verão. O Hotel Havanez surgiu pelo menos em 1905, a casa de Hóspedes de Maria Sabetudo em 1908, o Hotel Miramar em 1918, o Hotel Restaurant Oceano em 1930 (294). A par destes estabelecimentos, apareceram também padarias, restaurantes e mercearias. Por outro lado, o grande incremento da construção de novas habitações, cada vez mais solicitadas, foi dado a partir de 1915, ano em que José Joaquim Miranda comprou os terrenos do antigo casal da Azenha para construir um bairro e em que começou a construção do primeiro imóvel no mesmo espaço (295). O estabelecimento de carreiras de camionagem, no final dos anos 20, deu um impulso decisivo a esta praia (296).

Por fim, a instituição da Comissão de Iniciativa, nos anos 20, veio dar-lhe nova dimensão, fazendo construir algumas das obras públicas que ainda hoje se mantêm, como os varandins e a escadaria da Praia Formosa, as quais a tornaram mais atraente aos turistas.

A época balnear começava ordinariamente no início de Julho, quando chegavam as primeiras famílias, para só terminar no final de Setembro ou início de Outubro. Nesta altura, depois da faina das vindimas, dava-se origem a uma nova época, já que muitos lavradores, depois de terminados aqueles trabalhos, regressavam a Santa Cruz (297).

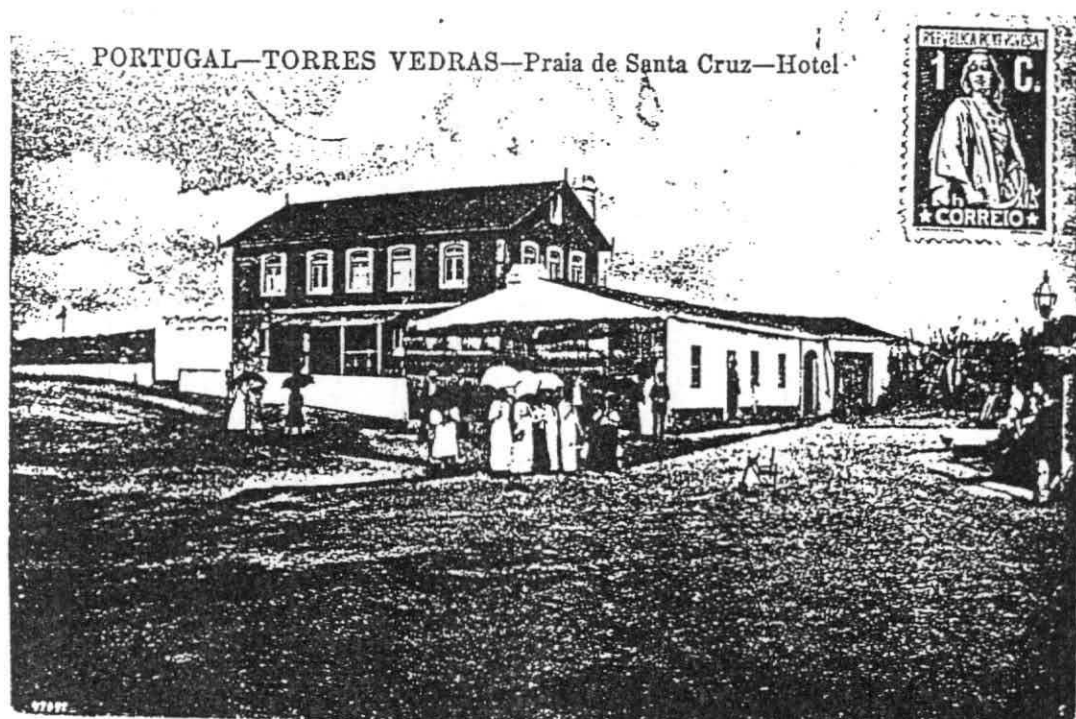


Figura 23 - Santa Cruz na primeira década do século.

Curiosamente não possuímos informações sobre a praia, propriamente dita (298) - as nossas fontes resumem-se ao escândalo causado por uma mulher que, em Agosto de 1929, ousou banhar-se em maillot (299), antes de esta peça se divulgar, um mês depois (300). A animação nos outros espaços, abertos ou fechados, porém, não faltava, inspirando grandes descrições aos cronistas que os frequentavam.

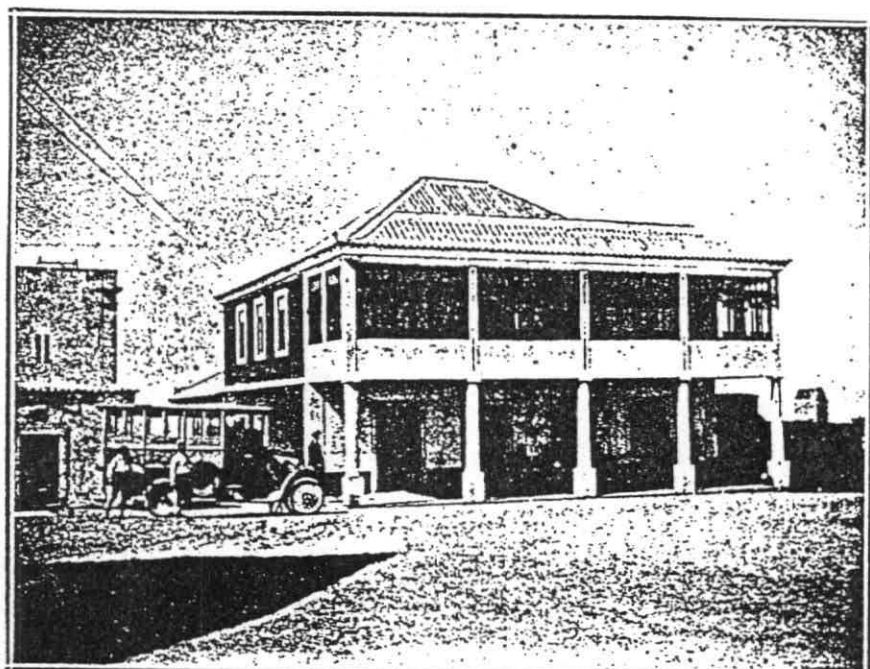
Muitos dos dias eram passados em passeio. Entre todos destacavam-se os piqueniques, sempre em grande número. O destino preferido era Porto Novo: partiam de manhã, em grande número - em Outubro de 1904, por exemplo, foram mais de 80 pessoas (301) -, em carros de bois, burros, etc.; no local de destino passeavam, andavam de barco e comiam; o regresso a Santa Cruz, no fim do dia, não raramente era feito em marcha aux flambeaux (302). Eventos semelhantes, em outros locais, ficaram também famosos. Destaquemos o que se realizou em 1919 em Monfalim, no qual participaram cerca de 120 pessoas que se fizeram transportar em automóveis, motos, charretes, burros ou mesmo pelos seus próprios pés. Naquele lugar, depois do almoço, dançaram e cantaram ao som de um «sol-e-dó» improvisado, levando todos a tradicional colher de pau, com dizeres picarescos, e balões venezianos (303).

Usuais nesta praia eram igualmente os passeios pelas cercanias da localidade. Dizia-se em 1918: as senhoras «dão-se mais com [sic] aliás é natural, a divertimentos interiores do que a exteriores. Por este motivo quem sustenta a tradição de ser Santa Cruz a praia onde mais passeios campestres se fazem são os homens» (304). Porém, mesmo os elementos do sexo feminino costumavam passear-se pelos campos em redor, como se compreende da correspondência de um jornal que se queixava contra as damas

que, com as últimas modas, iam até Riba Amarela (305). As caçadas e as pescarias, para os homens, constituíam outro dos atractivos para a vida no Verão.

Este quotidiano conhecia interrupções com acontecimentos de maior vulto. Entre todos destacavam-se as provas desportivas - quer femininas, como corridas de costas, de ovos, de maçãs, de sacos, de agulhas, etc., quer masculinas, tais como saltos em comprimento e altura, corridas de bicicletas e demonstrações de luta -, arraiais e quermesses (306). Momentos como estes atraíam grande número de pessoas, não só as que estavam a passar a estação na praia, como também outras do concelho - naturalmente das que tinham possibilidades de aí se deslocarem. Tal como se escreveu em 1920, a propósito de uma quermesse, ela seria o rendez-vous de «tudo quanto no concelho ha de mais chic e distinto, passando agradavelmente a tarde...» (307).

A noite era ocupada em grande animação. A frase escrita em 1921 por uma das assistentes em Santa Cruz resume a situação: estavam aí pessoas «que á noite não se fartam de dar á perna no club» (308). Com efeito, desde os primeiros anos do século que encontramos referências a constantes distrações nocturnas. No início, devido à falta de estabelecimentos, tinham lugar em casas particulares (309). Em 1903, contudo, Francisco Maria Bacelar mandou construir um salão na localidade (310), o qual se veio a tornar, durante muitos anos, o «ponto de encontro de reunião da sociedade desta praia» (311). Esse local transformou-se, em 1917, num casino, e, apesar de, entretanto, serem aproveitadas outras instalações (312), continuou a ser o principal pólo de atracção até 1926, momento em que foi inaugurado um novo casino-



PRAIA DE SANTA CRUZ — CASINO

Figura 24 - Casino de Santa Cruz, na época da inauguração (1926).

-restaurante, pertencente à Sociedade Progresso de Santa Cruz Limitada (313).

A maior parte das diversões consistiam em bailes, ao som do piano ou mesmo de instrumentos como o gramofone (314). As novas modas musicais, de danças e reuniões também passavam por aqui e, no final da década de 20, a música era por vezes fornecida por jazz-bands, sendo os bailes organizados à americana (315). No Verão de 1930 o Casino deve ter contado com um grupo musical, pelo menos um «terceto», por ser essa a condição imposta para a concessão de um subsídio da Comissão de Iniciativa do concelho (316). Mas, tal como acontecia em Torres Vedras, por aqui passavam atracções nacionais: imitadores, bailarinos, domadores de leões, etc. (317). A acrescentar a estes programas, a colónia balnear também se organizava para o teatro (318).

Para os menos amigos do bulício, havia a possibilidade da reunião no café e a conversa banal. Vejamos a descrição deste momento:

«No café e sob a arcada continua a fazer-se a reunião quotidiano-nocturna.

«Enquanto uma antipática e inestética grafonola moe e remoe discos, que vão desde a requintada musica de Grieg até aos monólogos pornográficos do sr. Santos Carvalho, conversa-se e discute-se. E a gama do paleio é tão lata quase ou mais ainda do que a colecção de discos» (319).

Em 1928 acrescentou-se uma nova forma de recreação: o cinema, instalado pela Empresa Cine-Salão (320). Este tipo de espectáculo tornava-se agora institucionalizado não sendo novo nesta praia, já que, pelo menos em 1917 tinha havido sessões ao ar livre (321).

## 10) O Café e a Taberna

As tabernas encontravam-se por todo o concelho, sendo rara a localidade que não dispunha pelo menos de uma. Aliás, este era o tipo de estabelecimento que maior número contava em todo o espaço municipal (322). Já o café assentava sobre uma geografia mais restrita, a da vila e de Santa Cruz.

Os dois tipos de estabelecimento, apesar da arquitectura, decoração e freguesia diferenciada, tinham uma função similar: além de levarem ao consumo imediato de bebidas, embora diferentes, eram espaços de encontro, de reunião (sobretudo nocturna). Caracterizavam-se, além disso, pela frequência masculina. A única excepção parece ter sido o café «A Brasileira», montado em 1915, que podia ser frequentado por damas, servidas por respeitáveis senhoras (323). Algumas tabernas também abriam as suas portas às mulheres de má vida: na de Eduardo dos Santos Risadas, junto ao Matadouro (na vila), costumavam estar mulheres desonestas junto com os fregueses, o mesmo sucedendo na de José Júlio Rodrigues, também na sede do concelho (324).

O café e a taberna reconheciam-se igualmente como local de jogo. No primeiro, pelo menos oficialmente, tratava-se essencialmente do bilhar, possuído por alguns (325). Várias tabernas tinham tabuleiros de chinquilha à porta (326). No interior, sobretudo depois da porta estar fechada, havia batota (327). No Turcifal, na taberna de António Teodoro, particularmente nas noites de Sábado e Domingo, os jogos de cartas costumavam atrair muitos filhos de famílias, desmoralizando-as, segundo o regedor (328).

Ponto de encontro, este estabelecimento também se aproveitava para a propagação de ideias. Na de João Francisco Alves, Ribaldeira, fazia-se «propaganda de idéas subversivas contra a constituição, com insinamentos de propaganda pelo facto, e ameaças a diversos proprietários importantes dáquella localidade, por estes não seguirem a orientação política do dono d'aquelle estabelecimento e d'alguns frequentadores assíduos...», como o dr. Maximo Brou (329). Por outro lado, era nas tabernas que tinha lugar uma parte importante das desordens do concelho (330).

#### 11) O Desporto

No início do século não se conhecia, no concelho de Torres Vedras, qualquer desporto organizado. Em contrapartida, os tipos de actividades que hoje denominamos «jogos populares» eram uma realidade em toda a parte, incrementando-se a sua prática ao longo dos anos.

As cavalhadas e as corridas de burros - ou «raids burricais», como na época gostavam de lhes chamar (331) - mostravam-se, entre todos, os mais usuais. Juntavam-se-lhe as corridas em diversas espécies: de sacos, de patos, de limões, de costas, etc. (332). Como já observámos, elas passaram a ser uma constante nos programas dos arraiais e na praia.

Os primeiros anos do século, porém, assistiram ao desenvolvimento de duas novas práticas: o ciclismo e o atletismo. O primeiro aconteceu pelo grande entusiasmo que já, em 1903, se manifestava para com as bicicletas, devido à propaganda feita por Francisco Augusto Cabral, de Vila Nova de Ourém, representante de

casas estrangeiras (333). A compra desses veículos aumentou tanto que se lia em 1904:

«Bicycletas, bicycletas  
«Já são tantas como as pedras;  
«Seiscentas, brancas e pretas;  
«Transitam por Torres Vedras» (334).

Foi nesta ambiente que em Julho de 1905 se realizaram as primeiras provas ciclísticas de que temos conhecimento, bastante mais tarde do que noutros pontos do país (335). Tratava-se de uma prova de corridas negativas, no Largo da Graça, abrilhantada pela Tuna Comercial Torreense (336). No mesmo mês realizaram-se outras provas: uma de velocidade entre a Ponte do Rol e o Choupal (na vila), outras negativas e de fitas em volta da alameda dos Cucos (337).

No mesmo ano e mês tiveram também lugar as primeiras corridas pedestres que chegaram ao nosso conhecimento, organizadas por uma comissão de empregados no comércio. Ocorreram entre a Quinta da Gaga e o Largo de S. Pedro, contando, do mesmo modo, com uma banda de música à chegada (338).

Estes eventos suscitaram grande entusiasmo e concorrência, proporcionando um passatempo às pessoas da terra e aos banhistas. Depois tornaram-se usuais nas festas de aldeia, a par das cavalhadas e das outras corridas.

Só na década de 20, de facto, é que o ciclismo teve um desenvolvimento diferente, fundando-se a União Ciclista Torreense justamente para promover a sua actividade na região (339), e organizando-se provas de maior amplitude, como a volta ao concelho e os 100 km Torres-Carriche-Torres (340). Os nomes dos praticantes, agora, já não se integravam entre os dos

proprietários e comerciantes do concelho, habitualmente nomeados no início, o que nos leva a fazer crer que a prática se tinha difundido e que não se limitava a um divertimento de circunstância.

Da mesma forma, embora num período anterior, o atletismo tinha conhecido uma evolução; o Grupo Sportivo Torreense organizara, em 1914, uma prova de pedestrianismo com 6000 metros e em 1923 um conjunto de outros clubes promovera uma volta a Torres, com 4700 metros (341).

O futebol foi, desde o início, muito mais popular do que qualquer destas práticas. A sua introdução em Torres Vedras fez-se no final de 1909 ou início de 1910, através de um mecânico inglês ao serviço da companhia que se encontrava a explorar as minas de petróleo. Os primeiros jogos tiveram lugar no Largo da Graça em Fevereiro de 1910, mas o local mostrou-se desde logo insuficiente, sendo em breve mudado para a Porta da Várzea (342).

Desde o início este jogo suscitou o interesse de muitos adeptos, formando-se em breve o «Torreense Foot-ball Club» (343). As associações para prática deste desporto alargaram-se rapidamente em número, como se constata através do quadro X: em 1913 temos conhecimento do «Grupo Sportivo Torreense» (que em 1921 já não existia) e do «Grupo de Foot-ball do Grémio»; um grupo semelhante devia existir na Tuna, em 1915; o «Sport União Torreense» iniciou as suas actividades em 1917, enquanto o «Sporting Foot-ball Torreense» deve ter sido fundado em 1920, os «Casados Foot-ball Torreense» em 1922 e o «Sizandro Foot-ball Club» no ano seguinte; o «Metalúrgico Futebol Torreense» surge-nos referenciado em 1923, enquanto o «Império Foot-ball Club», o

X - Clubes de Futebol Conhecidos no Concelho

Local	Nome	Início
T. Vedras	Torreense Foot-ball Club	1910
"	Grupo Sportivo Torreense	1913*
"	Grupo de Foot-ball do Grémio	1913*
"	Tuna....	1915*
"	Sport União Torreense	1917
"	Sporting Foot-ball Torreense	1920
"	Casados Foot-ball Torreense	1922
"	Sizandro Foot-ball Club	1923
"	Metalúrgico Foot-ball Torreense	1923*
"	Império Foot-ball Club	1925*
"	Victória Foot-ball Club	1925*
"	Várzea Foot-ball Club	1925*
"	Ferreoviários...	1929*
Runa	Foot-ball Operário Runense	1923*
Barro	Foot-ball Club Barroense	1925*
Varatojo	Foot-ball Club Varatojense	1925*
Freiria	Foot-ball Club Freiriense	1925*
S. da Vila	Foot-ball Club Serrano	1925*
Orjariça	Orjariça Foot-ball Club	1925*
Carvalhal	?	1930*

\* Data de existência conhecida.

Fontes: Folha, 3 de Abril de 1910, Vinha, 17 de Abril e 8 de Maio de 1913, O Sporting, 30 de Dezembro de 1921, O Torreense, 16 de Julho de 1922 e 2 de Setembro de 1923, Torres-Sport, 1 de Fevereiro e 1 de Março de 1925, A Nossa Terra, 13 de Setembro de 1925, O Jornal de Torres Vedras, 14 de Março de 1929, Vida Desportiva do Sport Clube União Torreense, p. 19.

«Victoria Foot-ball Club» e o «Várzea Foot-ball Club» existiam pelo menos em 1925; em 1929 surgem referências a um grupo similar denominado Ferroviários (344). Segundo um comentador da época,

«Decididamente o foot-ball nesta nossa abençoada terra tem tomado um desenvolvimento que muito nos apraz registar.

«O que não podemos compreender é a ancia louca que se apossou dos nossos desportistas para a formação de novos clubes» (345).

Acrescente-se a isto que, ocasionalmente, podiam ainda constituir-se equipas de circunstância, como as dos empregados de comércio e os bancários que se defrontaram em favor das obras do hospital (346). Aliás, fora dos clubes, os rapazes jogavam futebol em algumas zonas da vila, sendo uma delas os terrenos contíguos à Avenida 5 de Outubro (347).

Mas não foi só na vila que o jogo se desenvolveu, tornando-se também uma prática popular nas aldeias do concelho. Já em 1912 o regedor de Runa se queixava contra os estragos que «a rapaziada a jogar o fotebola e a bola a saltar» causavam no cemitério (348). Na mesma localidade, em 1925, todos os Domingos e Segundas-feiras era costume haver futebol no rossio da localidade, com protesto da Junta de Freguesia (349). A organização em clubes, por outro lado, foi também uma realidade: o «Futebol Operário Runense» jogou em 1923 e, em 1925, existiam pelo menos os «Foot-ball club...» Barroense, Varatojense e Freiriense, o «Sport União Serrano», o Runense e o Orjariça «...Foot-ball Club» (respectivamente do Barro, Varatojo, Freiria, Serra da Vila, Runa e Orjariça); em 1930 havia uma equipa no Carvalhal (350). Significativamente este jogo passou, também, a estar presente nas festas que muitas aldeias organizavam, o que dá conta da sua difusão mesmo nos espaços rurais.

Além de entre os clubes do concelho, os jogos eram igualmente disputados contra os agrupamentos de outras localidades da região. Contudo, e curiosamente, só encontrámos uma notícia de um confronto entre um clube da vila e um de uma aldeia (os Metalúgicos e os Operários de Runa) que, por ser também a única vez que apareceram nos nossos registos, nos faz suspeitar serem associações pouco importantes. Poder-se-á entender esse facto como uma discriminação entre vila e aldeia? Ou será que se tratava de agrupamentos com valores diferentes e que, portanto, se auto-excluía desde o início?

Quando os jogos tinham lugar na vila, o sítio escolhido era o campo da Várzea. Nos anos 20, o Sport União Torreense conseguiu um novo campo, nas Covas (331) (hoje Campo Manuel Marques), o qual parece ter substituído aquele por passar a ser o único referido.

Nos primeiros anos do futebol, por falta de estruturas adequadas, o desafio desenvolvia-se de forma pouco organizada. Assim, numa disputa entre os elementos do Grémio e o Grupo Desportivo Torreense, em 1913, lamentava-se que o árbitro tivesse sido pouco enérgico a afastar as pessoas que se aglomeravam junto das balizas, entravando parte do confronto (332). Alguns anos depois, pelo menos nos desafios anunciados como mais importantes ou circunstanciais, era usual que o primeiro pontapé fosse dado por uma senhora (333).

O tiro teve também os seus seguidores de Torres Vedras, sendo, em 1926, inaugurada uma carreira destinada à modalidade (334). Nesse espaço tiveram lugar, efectivamente, alguns concursos (335). Este tipo de desporto mostrou, porém, maior desenvolvimento

noutras variantes, de que se destaca o tiro aos pratos e aos pombos (336).

A prática do desporto organizada e regular, aberta a todas as pessoas que o desejassem, só ocorreu em 1918 com a formação do Ginásio Club Lusitano, unicamente destinado à propagação da educação física (337). Constituiu, desde logo, um grupo de professores para esgrima de pau, florete, sabre e espada francesa, ginástica sueca, tiro, patinagem, futebol e ténis, alargando pouco depois a instrução à música e luta (338). O número de sócios inscritos e participantes foi grande desde o começo (339), mas o entusiasmo durou pouco, levando ao seu desaparecimento (340).

Uma nova instituição torreense dedicada à educação física surgiu em 1922: tratava-se do grupo Ginástico dos Bombeiros Municipais, que se propunha ensinar esgrima, jogo do pau e ginástica sueca (341). Aquela que viria a manter-se ao longo do tempo, contudo, só foi formada em 1925: a Associação de Educação Física e Desportiva. O seu programa desenvolveu-se pelo fomento do desporto a partir das camadas mais jovens da população, ministrando educação física aos alunos das escolas primárias e secundária da vila, mas também pela criação de um espaço aberto a todos aqueles que quisessem praticar desportos. Logo no ano da sua fundação foram abertas as aulas de ginástica sueca e de esgrima (342). Mais tarde alargou o seu espaço ao tiro, ténis, basquetebol, bilhar, ping-pong, escutismo, etc. (343).

A frequência da Física, no entanto, não foi tão grande quanto se poderia esperar. Tal como se lamentava um director, em 1927, os sócios eram apenas 150 e nem todas as pessoas que pertenciam às

élites correspondiam á instituição, além de que nem todos os sócios apareciam nos exercícios (364).

## 12) Outros Aspectos de Todos os Dias

Todas as actividades que, até agora, foram descritas, eram mais ou menos esporádicas, ou pelo menos sazonais; apenas os cafés e as tabernas tinham um carácter mais permanente. No dia-a-dia, todavia, havia também que procurar momentos de distracção.

João Crisóstomo da Costa, algibebe de fato feito na vila, todos os dias, depois do jantar, subia a rua, dava dois dedos de conversa á porta do café e dirigia-se ao casino, onde passava os olhos pelos jornais e abancava a uma mesa, fazendo paciências com cartas (365). Este tipo de comportamento parece-nos poder ser comum a outros homens da vila, como alternativa ao café, já que outras colectividades dispunham de meios semelhantes: em 1926 a Física tinha revistas deportivas e ilustrações, além de um rádio (366) e o Grémio, para atrair os seus sócios, quis facultar-lhes revistas, jornais e jogos lícitos e inofensivos (367).

Apesar de ilícito, o jogo a dinheiro também se apresentava como uma realidade. Assim, uma carta recebida na administração, provavelmente em 1926, advertia contra o abuso dessa prática, em casa de Joaquim Maria Baltazar, nas Carreiras (368).

Para as senhoras e para os elementos do sexo masculino que não desejavam sair de casa, é provável que a conversa, a leitura em voz alta e os jogos fizessem parte do serão, á semelhança do que se passava noutros locais (369). Como outros divertimentos recorria-se aos almanaques, de que se encontra publicidade nos jornais locais, e às charadas, as quais integravam quase todos os

periódicos aqui publicados: A Folha, O Português, A Voz de Torres, O Torreense, A Nossa Terra, O Jornal de Torres Vedras, etc.

Para os mais afortunados, era possível ouvir música, quer produzida em casa, quer por aparelhos, como o gramofone, vendido em Torres Vedras desde os primeiros anos do século (370).

Na década de 20 surgiu um novo instrumento, a T.S.F. Em 1924 foi fundado o Radio-Club, o qual adquiriu um aparelho radiofónico para audição, provávelmente conjunta, das estações inglesas, francesas, americanas, italianas, etc. (371). Este club terminou em breve, fundindo-se com a Física, possibilitando também as audições conjuntas no espaço desta colectividade (372).

Os aparelhos individuais, cuja compra passou a ser possível em Torres Vedras (373), foram surgindo um pouco por todo o lado, alegrando os serões das aldeias: em 1928 o professor Carvalho, de A-dos-Cunhados, deliciava os seus amigos ouvindo, dias seguidos, os melhores trechos de música tocada em Paris e Barcelona, na sua telefonia (374); no ano seguinte o correspondente de O Jornal de Torres Vedras na Feliteira também se despedia do dia ouvindo um aparelho semelhante (375).

## NOTAS

- <sup>1</sup>) Sobre a teoria do jogo veja-se Johan Huizinga, Homo Ludens e Roger Caillois, Os Jogos e os Homens.
- <sup>2</sup>) Vinha, 29 de Agosto e 5 de Setembro de 1901
- <sup>3</sup>) Gazeta de Torres, 14 de Agosto de 1927.
- <sup>4</sup>) Ibidem, 21 de Outubro de 1928. O facto repetiu-se em 1929. Ibidem, 2 de Junho de 1929.
- <sup>5</sup>) Folha, 24 de Setembro de 1899.
- <sup>6</sup>) A Folha, nos primeiros anos do século, foi prolífica em notícias desta estadia, devidas à pena do seu correspondente local. Alberto Pimentel, em op. cit., 2ª parte, p. 73, também referiu este veraneio e a falta de casas para alugar. Segundo o mesmo autor, a construção do apeadeiro do comboio fez incrementar esta vinda. Ainda em 1927 e 1930 encontramos referências a esta permanência. Gazeta de Torres, 3 de Maio de 1928 e O Jornal de Torres Vedras, 9 de Setembro de 1930.
- <sup>7</sup>) Gazeta de Torres, 4 de Agosto de 1929.
- <sup>8</sup>) Por exemplo Folha, 2 de Julho de 1899.
- <sup>9</sup>) Ibidem, 16 de Junho de 1907 e O Jornal de Torres Vedras, 24 de Maio de 1930. Gabriel Pereira, que esteve nas termas dos Cucos em 1906, também discordava da política seguida pelos habitantes da vila e pelo município que, apesar de lucrarem com a mesma estância balnear, não proporcionavam comodidades nem distrações aos seus hóspedes. In «Torres Vedras. Notas d'Arte e Archeologia (1906)», in Pelos Subúrbios Vizinhanças de Lisboa, p. 290.
- <sup>10</sup>) Gazeta de Torres, 2 de Fevereiro de 1930 e Júlio Vieira, op. cit., p. 205.
- <sup>11</sup>) O Torreense, 11 de Janeiro de 1920.
- <sup>12</sup>) Folha, 10 de Abril de 1910.
- <sup>13</sup>) Júlio Vieira, op. cit., p. 205.

- <sup>14</sup>) Por exemplo, Vinha, 8 de Janeiro e 22 de Fevereiro de 1906.
- <sup>15</sup>) Folha, 13 de Fevereiro de 1910.
- <sup>16</sup>) Gazeta de Torres, 4 de Março de 1928.
- <sup>17</sup>) Por exemplo Folha, 4 de Fevereiro de 1912 e Vinha, 22 de Maio de 1913.
- <sup>18</sup>) O Torreense, 5 de Março de 1922.
- <sup>19</sup>) Gazeta de Torres, 4 de Março de 1928.
- <sup>20</sup>) Noutro local falaremos novamente deste assunto. Ele está documentado em Gazeta de Torres, 8 e 22 de Abril de 1928 e em Venerando António, «Anos de Luz... Para a História do Cinema em Torres Vedras», in Vedra.
- <sup>21</sup>) O Torreense, 1 de Abril de 1923.
- <sup>22</sup>) Gazeta de Torres, 23 de Outubro de 1927. O Torreense já noticiara, em 15 de Julho de 1922, a estreia da mesma sala com a representação de uma peça pelo antigo Grupo Dramático do Grémio. Na notícia referente a 1923, no entanto, diz-se que a inauguração constou de uma sessão cinematográfica porque o palco ainda não estava concluído. É provável, perante este desacerto, que a abertura oficial só tenha acontecido em 1923, realizando-se anteriormente espectáculos.
- <sup>23</sup>) Venerando António escreveu, com base nas informações de António Ferreira Aspra, que esse salão fazia parte de uma casa, ainda existente, na esquina das Avenidas 5 de Outubro e Tenente Valadim (op. cit., p. 24). Este edifício, porém, só foi construído em 1930 (CMTV, Obras, 1930). Por esta razão é possível que o salão tenha existido nesse local, mas não nesta construção.
- <sup>24</sup>) Vinha, 25 de Maio de 1911.
- <sup>25</sup>) Respectivamente ibidem, 11 de Julho de 1912 e Folha, 14 de Julho de 1912.
- <sup>26</sup>) Folha, 10 de Novembro de 1912.
- <sup>27</sup>) Vinha, 11 de Setembro de 1913.
- <sup>28</sup>) Venerando António, op. cit., p. 24.

- 29) Gazeta de Torres, 11 de Novembro de 1928.
- 30) Ibidem, 20 de Janeiro de 1929.
- 31) Folha, 3 de Junho de 1900.
- 32) Gazeta de Torres, 8 de Setembro de 1929.
- 33) O Torreense, 13 de Junho de 1920.
- 34) Sobre a história da Fanfarrã União Torreense e das suas vicissitudes, veja-se Folha, 3 de Setembro e 17 de Outubro de 1909, 28 de Julho de 1912.
- 35) O Torreense, 28 de Maio de 1922 e 1 de Abril de 1923.
- 36) Correio de Torres, 11 de Abril de 1926.
- 37) Folha, 14 de Abril de 1902 e Vinha, 24 de Abril de 1902.
- 38) Folha, 23 de Julho de 1899.
- 39) Ibidem, 30 de Março de 1902.
- 40) Ibidem, 29 de Maio de 1904.
- 41) Vinha, 11 de Setembro de 1913.
- 42) Folha, 25 de Novembro de 1906.
- 43) Vinha, 28 de Março de 1918.
- 44) Ecos de Torres, 4 de Agosto de 1921.
- 45) Folha, 28 de Março de 1904.
- 46) O Português, 1 de Julho de 1908.
- 47) Gazeta de Torres, 6 de Janeiro de 1929.
- 48) Ibidem, 24 de Fevereiro de 1929.
- 49) Vinha, 24 de Abril de 1902 e O Torreense, 9 de Novembro de 1919.
- 50) Folha, 29 de Julho de 1900.
- 51) Ibidem, 19 de Maio de 1907 e 4 de Fevereiro de 1912.
- 52) Entre outros casos, O Torreense, 24 de Dezembro de 1922. A actividade desta senhora também nos foi referida pelo sr. Alfredo Borba.

- 53) Folha, 9 de Agosto de 1903.
- 54) Vinha, 14 de Novembro de 1907.
- 55) O Torreense, 1 de Abril de 1923.
- 56) Gazeta de Torres, 21 de Outubro de 1928.
- 57) O Século, 7 de Agosto de 1901.
- 58) Por exemplo, Folha, 7 de Maio e 20 de Agosto de 1905.
- 59) Gazeta de Torres, 9 de Dezembro de 1928.
- 60) Ibidem, 10 de Fevereiro de 1929.
- 61) Folha, 14 de Junho de 1908 e O Português, 1 de Julho de 1908.
- 62) Folha, 10 de Abril de 1910.
- 63) Vinha, 25 de Janeiro de 1912.
- 64) Ibidem, 30 de Janeiro de 1913.
- 65) A Nossa Terra, 25 de Maio de 1924.
- 66) O Torreense, 23 de Maio de 1920.
- 67) Esta designação era frequentemente utilizada paara referir algumas pessoas mais ricas.
- 68) Gazeta de Torres, 17 de Março de 1929.
- 69) Folha, 27 de Abril de 1902.
- 70) Ibidem, 18 de Abril de 1909.
- 71) Gazeta de Torres, 13 de Maio de 1928.
- 72) A Nossa Terra, 11 de Janeiro de 1925.
- 73) Ibidem, 25 de Janeiro de 1925.
- 74) Gazeta de Torres, 20 de Janeiro de 1929.
- 75) Ibidem, 14 de Abril de 1929.
- 76) Ibidem, 2 de Junho de 1929.
- 77) Vinha, 10 de Março de 1910.
- 78) Folha, 14 de Julho de 1912.

- 79) Ibidem, 15 de Julho de 1900.
- 80) Ibidem, 29 de Abril e 5 de Julho de 1900.
- 81) Vinha, 1 de Novembro de 1900.
- 82) Folha, 10 de Julho de 1904 e Vinha, 27 de Julho de 1905.
- 83) Vinha, 16 de Agosto de 1906 e Folha, 19 de Agosto de 1906.
- 84) Vinha, 23 de Maio e 8 de Agosto de 1907, Folha, 26 de Maio de 1907.
- 85) Folha, 4 de Abril e 7 de Junho de 1908, Vinha, 12 de Março e 4 de Junho de 1908. O reportório desta Companhia era usualmente referenciado, semanalmente, nestes dois periódicos.
- 86) Vinha, 17 de Junho, 5 de Agosto e 16 de Setembro de 1909, Folha, 19 de Setembro de 1909.
- 87) Vinha, 2 de Abril e 30 de Abril de 1914.
- 88) Vinha, 30 de Setembro de 1915 e Correio de Torres, 1 de Fevereiro de 1926.
- 89) Correio de Torres, 14 de Março e 29 de Junho de 1926.
- 90) Gazeta de Torres, 2 de Junho de 1929.
- 91) O Torreense, 3 de Agosto de 1924, A Nossa Terra, 7 de Dezembro de 1924 e 19 de Julho de 1925, Gazeta de Torres, 6 de Abril de 1930.
- 92) Gazeta de Torres, 25 de Maio, 1 de Junho e 6 de Julho de 1930.
- 93) Ecoss de Torres, 1 de Setembro de 1921 e Gazeta de Torres, 21 de Abril de 1929.
- 94) Ecoss de Torres, 1 de Setembro de 1921. Curiosamente a crítica mostrou-se bastante complacente em relação à última companhia referida, calando-se sobre a sua actuação, talvez atendendo ao facto de ser a sua primeira tournée.
- 95) Por exemplo Gazeta de Torres, 3 e 10 de Março, 12 e 19 de Maio de 1929. Estas notícias referem-se à actuação da Companhia de Variedades Transmontana no Maxial, «Os Mascarilhas» de Lisboa (duas vezes) e um outro grupo, da mesma proveniência, na Freixofeira.

- 96) O Torreense, 14 de Março de 1920, O Jornal de Torres Vedras, 28 de Março de 1929, 15 e 22 de Março de 1930.
- 97) O Jornal de Torres Vedras, 22 de Março de 1930.
- 98) Gazeta de Torres, 24 de Fevereiro de 1929.
- 99) Vinha, 7 de Junho de 1900, Folha, 10 de Junho de 1900.
- 100) Vinha, 11 de Maio de 1916.
- 101) Gazeta de Torres, 4 de Agosto e 6 de Outubro de 1929. Estes bailes costumavam ser referenciados, semanalmente, ou quase, no mesmo periódico.
- 102) Vinha, 23 de Novembro de 1916, O Torreense, 22 de Outubro de 1922, Gazeta de Torres, 28 de Outubro de 1928.
- 103) Folha, 4 de Fevereiro de 1912.
- 104) Podem-se encontrar alguns dos programas e descrições destas comemorações nos vários periódicos publicados ao longo do tempo que estamos a estudar, nas datas que lhes ficavam mais próximas.
- 105) Vinha, 31 de Março de 1910.
- 106) A crítica que nos surge na imprensa coeva ficou a dever-se a Silvério Botelho de Sequeira, inconformado com todas as grandes alterações que a sociedade conheceu depois da guerra. Sobre os novos conjuntos ele escreveu: «O Jazz-band é a colecção exótica e rebelde de malucos, contorcendo-se em esgares de manicómio, silvando, rufando, tangendo as coisas mais desconcentradas e desconexas». In Gazeta de Torres, 17 de Junho de 1928.
- 107) Vinha, 10 de Setembro de 1914, Ecoss de Torres, 28 de Novembro de 1920.
- 108) A crítica chegou mais uma vez através de Silvério Botelho de Sequeira, com quem Maia Alves travou acesa polémica por considerar que em 1928 todos fariam figuras ridículas a dançar o minuete, a pavana, as quadrilhas e os lanceiros. Gazeta de Torres, 17 de Junho de 1928 e seguintes.
- 109) Ecoss de Torres, 16 de Junho e 5 de Julho de 1921. Uma audição destinada exclusivamente à poesia e literatura aconteceu em

1928, sendo declamante Patrício Alves - de Lisboa? (Gazeta de Torres, 29 de Janeiro de 1928), e em 1930, para solenizar a reorganização da Associação Académica da Escola Secundária Municipal (ibidem, 9 de Fevereiro de 1930).

- <sup>110</sup>) Vinha, 3 de Setembro de 1914.
- <sup>111</sup>) Gazeta de Torres, 2 de Novembro de 1930 e números seguintes.
- <sup>112</sup>) Folha, 3 de Março de 1900, Vinha, 28 de Fevereiro de 1901.
- <sup>113</sup>) O Torreense, 20 de Julho de 1924.
- <sup>114</sup>) Entre outros, Folha, 19 de Setembro e 14 de Outubro de 1900, 15 e 29 de Junho, 24 de Agosto e 14 de Setembro de 1902, 5 de Fevereiro de 1905, 28 de Novembro de 1909, Vinha, 10, 17 e 24 de Julho de 1902, 17 de Maio de 1906, 18 de Julho de 1907, 5 de Novembro de 1914, 30 de Setembro de 1915, Gazeta de Torres, 18 de Dezembro de 1927, O Torreense, 16 de Julho de 1922, AGCMTV, Actas, livro 36, p. 115 *vs.*, 124.
- <sup>115</sup>) Gazeta de Torres, 29 de Setembro, 17 e 24 de Novembro de 1929.
- <sup>116</sup>) Por exemplo Folha, 23 e 28 de Julho de 1900.
- <sup>117</sup>) Ibidem, 26 de Julho de 1908 e 15 de Setembro de 1912, O Portuguez, 15 de Agosto de 1908.
- <sup>118</sup>) Folha, 7 de Outubro de 1900.
- <sup>119</sup>) Ibidem, 3 de Setembro de 1899.
- <sup>120</sup>) Vinha, 5 de Julho de 1900. As pessoas que se deslocavam à capital deviam, portanto, frequentar os teatros. Esta conclusão tira-se, quer desta citação, quer da crítica dos espectáculos do Éden e Apolo na Vinha, 14 de Setembro de 1915, 21 de Setembro de 1916, 30 de Agosto, 22 de Novembro e 13 de Dezembro de 1917, dos mesmos e de D. Maria II em A Nossa Terra, 10 de Agosto, 5 e 19 de Outubro de 1924.
- <sup>121</sup>) Vinha, 8 de Janeiro de 1914.
- <sup>122</sup>) O Torreense, 10 de Agosto de 1919.
- <sup>123</sup>) Ibidem, 10 de Agosto de 1919.

- <sup>124</sup>) Segundo os coevos (Folha, 17 de Maio de 1908), era a primeira revista que subia à cena num teatro de província. Esta afirmação parece-nos manifestamente exagerada já que, pelo Natal de 1899, a Ribaldeira pudera apreciar «Berliques e Berloques», do mesmo género, escrita por Rodrigo Costa, farmacêutico da localidade. Ibidem, 31 de Dezembro de 1899).
- <sup>125</sup>) Vinha, 5 de Maio de 1910.
- <sup>126</sup>) Gazeta de Torres, 4 de Maio de 1930.
- <sup>127</sup>) Números colhidos na Folha, 29 de Abril de 1900, 17 de Janeiro de 1904, 26 de Maio de 1907, 14 de Abril de 1912, Vinha, 30 de Março de 1911, 21 de Janeiro de 1912. Estes preços não andavam muito longe dos praticados nos teatros de Lisboa. Veja-se A. H. de Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, p. 664.
- <sup>128</sup>) Folha, 27 de Julho de 1902.
- <sup>129</sup>) AGCMTV, Correspondência, maço 5.
- <sup>130</sup>) O Torreense, 10 de Dezembro de 1922.
- <sup>131</sup>) Gazeta de Torres, 21 de Outubro de 1928.
- <sup>132</sup>) Ibidem, 11 de Novembro de 1928. Referia-se ao público que assistiu à récita em Runa.
- <sup>133</sup>) Folha, 24 de Fevereiro de 1900.
- <sup>134</sup>) Ibidem, 8 de Novembro de 1903. Esta notícia contesta a informação prestada por Venerando António, quando afirmou que a primeira exibição pública do animatógrafo em Torres Vedras datava de 1904 (op. cit., p. 21).
- <sup>135</sup>) A única excepção a este tipo de instalação parece ter sido a da Troupe Cassneil, em 1907, que esteve no Grémio e que, entre outros espectáculos, apresentava sessões de animatógrafo Pathé (Vinha, 18 de Julho de 1907).
- <sup>136</sup>) A barraca de animatógrafo aqui instalada, em 1909, esteve aberta pelo menos 3 meses. Em 1910 o mesmo empresário pediu autorização para a sua montagem durante o mesmo período, com início em Maio para abranger parte do época balnear. AGCMTV, Actas, livro 36, pp. 264vq-265 e Arquivo de Obras, 1910,

AGCMTV, Actas, livro 37, p. 22. Sobre a existência das barracas, em geral, veja-se Folha, 26 de Junho de 1904, 9 de Abril de 1905, 6 de Maio de 1906, 18 de Outubro de 1908, 14 de Fevereiro, 7 de Março e 12 e 19 de Dezembro de 1909, Vinha, 11 de Fevereiro, 18 de Julho de 1907, 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 1909.

- <sup>137</sup>) Folha, respectivamente 23 de Julho de 1911 e 14 de Julho de 1912.
- <sup>138</sup>) A explicação pertenceu a José de Almeida Trigueiros in Gazeta de Torres Vedras, 8 de Abril de 1928. Este senhor, porém, enganou-se na data de fundação daquela companhia, situando-a em 1914. Uma carta de Artur Gouveia de Almeida, publicada pelo mesmo jornal a 22 de Abril de 1928 confirmava a data de 1912 (o que permitiria a abertura das sessões pelo Carnaval de 1913 - Vinha, 30 de Janeiro de 1913), e apontava nomes diferentes para a direcção desse tempo.
- <sup>139</sup>) Estes espectáculos eram referidos, quase semanalmente, nos periódicos locais, com destaque para a Vinha.
- <sup>140</sup>) Gazeta de Torres, 27 de Julho de 1930. Esta sala ainda hoje se mantém dedicada à actividade cinematográfica.
- <sup>141</sup>) O redactor de A Nossa Terra, 14 de Novembro de 1926, afirmou que se inaugurava, nesse dia, um animatógrafo no Grémio, propriedade de uma empresa de vários indivíduos da vila, que supomos ser a Cine-Salão, já que não existem outras notícias sobre a mesma. Sobre esta actividade, desde o seu início, veja-se Gazeta de Torres, 2 de Outubro de 1927, 22 de Janeiro, 18 e 25 de Março de 1928.
- <sup>142</sup>) Gazeta de Torres, 27 de Maio de 1928.
- <sup>143</sup>) Ibidem, 5 e 12 de Maio de 1929.
- <sup>144</sup>) Vinha, 22 de Julho de 1915.
- <sup>145</sup>) Gazeta de Torres, 23 de Setembro de 1928.
- <sup>146</sup>) Vinha, 25 de Janeiro de 1911.
- <sup>147</sup>) Folha, respectivamente em 25 de Agosto e 10 de Novembro de 1912, 15 de Maio de 1913.

- <sup>148</sup>) Sobre a distribuição de filmes em Portugal veja-se M. Félix Ribeiro, Os mais Antigos Cinemas de Lisboa, 1896-1939. A Distribuição de Filmes em Portugal, 1908-1939.
- <sup>149</sup>) Folha, 10 de Setembro de 1911.
- <sup>150</sup>) Ibidem, 2 de Julho de 1911.
- <sup>151</sup>) Vinha, 31 de Outubro de 1912.
- <sup>152</sup>) Ibidem, 1 de Maio de 1913.
- <sup>153</sup>) Ibidem, 2 de Março e 8 de Maio de 1913, 4 de Março e 7 de Outubro de 1915, 5 de Setembro de 1918.
- <sup>154</sup>) Gazeta de Torres, 6 e 27 de Outubro e 24 de Novembro de 1929.
- <sup>155</sup>) O Jornal de Torres Vedras, 29 de Novembro de 1929.
- <sup>156</sup>) Quando o Salão Avenida abriu as suas portas o preço dos bilhetes variou entre 70 réis, na geral, 130 réis na superior e 160 réis na galeria (Vinha, 25 de Maio de 1911). Quando era projectado algum filme mais caro, os ingressos subiam um pouco. Isso sucedeu, por exemplo, com «O Garoto de Paris», passando a geral a 100 réis, a superior a 160 e a galeria a 200 (Vinha, 16 de Outubro de 1913).
- <sup>157</sup>) Folha, 8 de Setembro de 1912.
- <sup>158</sup>) Vinha, 30 de Outubro de 1913.
- <sup>159</sup>) Folha, 1 de Dezembro de 1912.
- <sup>160</sup>) O Jornal de Torres Vedras, 26 de Abril de 1930.
- <sup>161</sup>) Folha, 2 de Março de 1913.
- <sup>162</sup>) Vinha, 3 de Abril de 1913.
- <sup>163</sup>) Ibidem, 25 de Maio de 1911.
- <sup>164</sup>) Folha, 24 e 31 de Dezembro de 1911.
- <sup>165</sup>) Ibidem, 31 de Dezembro de 1911 e 31 de Março de 1912.
- <sup>166</sup>) Ibidem, 31 de Dezembro de 1911, 14 de Janeiro, 25 de Fevereiro, 10 e 17 de Março de 1912.

- 167) O Jornal de Torres Vedras, 27 de Setembro de 1930 e Gazeta de Torres, 28 de Setembro de 1930.
- 168) Vinha, 11 de Fevereiro de 1909.
- 169) Ibidem, 29 de Junho de 1911, Folha, 2 de Julho de 1911 e 7 de Julho de 1912.
- 170) Gazeta de Torres, 12 de Janeiro de 1930.
- 171) O Jornal de Torres Vedras, 29 de Novembro de 1929.
- 172) Gazeta de Torres, 12 de Janeiro de 1930.
- 173) Ecoss de Torres, 22 de Agosto de 1920.
- 174) Folha, 13 de Agosto de 1905.
- 175) Ibidem, 20 de Março de 1904.
- 176) Ibidem, 4 de Março de 1906.
- 177) Ecoss de Torres, 22 de Agosto de 1920.
- 178) O Torreense, 9 de Março de 1924.
- 179) Gazeta de Torres, 19 de Fevereiro de 1928.
- 180) Ibidem, 19 de Fevereiro de 1928.
- 181) Poucas vezes foram referidos os instrumentos. Entre as que o fizeram, o piano foi o mais nomeado (Folha, 28 de Setembro de 1902, 27 de Março e 3 de Julho de 1904, 4 de Março de 1906 e O Torreense, 9 de Março de 1924). Os outros instrumentos nomeados no texto encontram-se em Folha, 28 de Setembro de 1902 e 3 de Julho de 1904, O Torreense, 10 de Dezembro de 1922 e 9 de Março de 1924, Gazeta de Torres, 10 de Dezembro de 1922.
- 182) Correio de Torres, 21 de Março de 1926.
- 183) Só encontramos uma outra menção, referente a um sarau na Quinta do Barreiro, Feliteira, em 1903 (Folha, 20 de Setembro de 1903).
- 184) Folha, 28 de Julho de 1912.
- 185) Sobre estes concertos, ao longo do primeiro terço do século XX, veja-se ibidem, 30 de Setembro de 1900, 9 de Agosto de

1903, 19 de Agosto de 1906, 16 de Junho e 8 de Setembro de 1907, 17 de Outubro de 1909, 15 de Maio e 19 de Junho de 1910, Vinha, 1 de Agosto de 1901, 17, 24 de Junho e 1 de Julho de 1915, 11 de Maio de 1916, 26 de Abril e 14 de Outubro de 1917, O Torreense, 3 de Junho de 1923, A Nossa Terra, 11 de Maio de 1924, Gazeta de Torres, 10 de Junho de 1928, 17 de Abril de 1929.

186) Folha, 22 de Maio de 1910.

187) Voz de Torres, 20 e 27 de Setembro, 4 e 18 de Outubro de 1914, Vinha, 2 de Dezembro de 1915,

188) Júlio Vieira, op. cit., p. 222.

189) Vinha, 17 de Agosto de 1916 e 17 de Maio de 1917.

190) Ibidem, 18 de Abril de 1918 e 3 de Julho de 1919.

191) Ecoss de Torres, 28 de Abril de 1921.

192) Vinha, 15 de Maio de 1917.

193) Ecoss de Torres, 5 de Maio de 1921.

194) Os preços eram os seguintes:

	<u>1917</u>	<u>1920</u>
Camarotes de 6 entradas	6\$12	13\$50
" " 4 "	4\$08	9\$00
Cadeira de Touril	1\$02 e \$82	1\$80
Barreira de sombra	\$82	1\$80
Sombra	\$62	1\$50
Sol	\$42	1\$00
Senhas de Camarote	1\$02	
Meias Entradas: sombra	\$32	\$80
sol	\$22	\$50

Vinha, 15 de Maio de 1917 e O Torreense, 2 de Maio de 1920.

195) Vinha, 7 de Setembro de 1916, Ecoss de Torres, 12 de Setembro de 1920, A Reconstituição, 20 de Agosto, 3 e 10 de Setembro de 1922.

196) Estes festejos eram habitualmente descritos nos jornais publicados imediatamente depois destas datas.

197) O Torreense, 23 de Novembro de 1924, Gazeta de Torres, 9 de Dezembro de 1928, 8 de Dezembro de 1929, O Jornal de Torres Vedras, 29 de Novembro e 6 de Dezembro de 1929.

198) Vinha, 23 de Abril de 1914.

- 199) Ibidem, 2 de Maio de 1918.
- 200) Ernesto Veiga de Oliveira, Festividades Cíclicas em Portugal, p. 102.
- 201) Ecoss de Torres, 21 de Abril de 1921, Gazeta de Torres, 1 de Setembro de 1929.
- 202) Folha, 14 de Setembro de 1902.
- 203) Ibidem, 20 de Agosto de 1905.
- 204) José Alberto Sardinha, num livro em publicação, descreve pormenorizadamente estas festas. Este cário era composto por 17 freguesias, unidas numa confraria, a qual era possuidora de uma cópia da imagem de N. Srã da Nazaré que girava - e continua a girar - entre elas, permanecendo um ano em cada; a freguesia depositária tinha como obrigação levar a imagem à Nazaré, antes de a entregar à sua sucessora.
- 205) J. Leite de Vasconcellos, Etnografia Portuguesa, vol. IX, pp. 350-351.
- 206) Folha, 15 de Maio de 1907.
- 207) Ibidem, 8 de Maio de 1904.
- 208) Vinha, 9 de Dezembro de 1900.
- 209) Folha, 18 de Setembro de 1904.
- 210) Gazeta de Torres, 22 de Julho de 1928.
- 211) O Português, 15 de Junho de 1908.
- 212) Correio de Torres, 25 de Abril de 1926.
- 213) José Alberto Sardinha sublinhou a forma peculiar das romarias estremenhas, denominadas cários, que apresentam diferenças em relação à forma mais corrente e conhecida de romaria. Na explicação destas festas seguimos este autor, excepto nos casos que serão indicados.
- 214) O Jornal de Torres Vedras, 8 de Novembro de 1930.
- 215) José Alberto Sardinha e Folha, 7 de Setembro de 1902.
- 216) Gazeta de Torres, 13 de Novembro de 1927.

- 217) AGCMTV, Correspondência Interna, 1907-1911, nº 198, ofício do administrador ao regedor de Dois Portos em 27 de Maio de 1911, Vinha, 8 de Junho de 1911 e Folha, 11 de Junho de 1911.
- 218) AGCMTV, Correspondência Interna, 1907-1911, nº 144, ofício do administrador ao regedor de Dois Portos em 19 de Abril de 1911.
- 219) AGCMTV, Correspondência Interna, 1907-1911, nº 243, ofício do administrador ao regedor de Runa em 20 de Junho de 1911.
- 220) Vinha, 24 de Setembro de 1914.
- 221) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 222) Ecos de Torres, 11 de Agosto de 1921.
- 223) O Torreense, 3 de Agosto de 1924 e Gazeta de Torres, 4 de Agosto de 1929.
- 224) Folha, 8 de Junho e 3 de Agosto de 1902.
- 225) Ibidem, 25 de Maio de 1902 e O Português, 1 de Maio de 1909.
- 226) Folha, 21 de Agosto de 1904.
- 227) O cirio das Carreiras a Santa Quitéria de Meca e o do Curvel à Ameixoeira iam e regressavam no mesmo dia (Gazeta de Torres, 25 de Agosto e 8 de Setembro de 1929). Os habitantes da Freiria e os da Serra de S. Julião ficavam três dias, respectivamente na praia da Consolação e em Peniche (ibidem, 28 de Outubro de 1928, 29 de Setembro e 27 de Outubro de 1929).
- 228) D. Belmira Santos e Albino Botelho.
- 229) Caso da Feliteira. Folha, 18 de Setembro de 1904.
- 230) Ibidem, 30 de Agosto de 1903.
- 231) Gazeta de Torres, 9 de Junho de 1929.
- 232) O Jornal de Torres Vedras, 10 de Maio de 1930.
- 233) AGCMTV, Correspondência, caixa 20, A Reconstituição, 23 de Julho de 1922, Gazeta de Torres, 27 de Julho de 1930.
- 234) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 235) Idem.

- 236) Folha, 28 de Agosto de 1904.
- 237) Ibidem, 5 de Outubro de 1902.
- 238) Vinha, 16 de Maio de 1901.
- 239) Folha, 7 de Setembro de 1902.
- 240) Ibidem, 13 de Setembro de 1903.
- 241) Ibidem, 3 e 10 de Julho de 1904.
- 242) Vinha, 23 de Setembro de 1915.
- 243) Correio de Torres, 8 de Agosto de 1926.
- 244) Folha, 16 de Abril de 1899 e Vinha, 11 de Abril de 1901.
- 245) Vinha, 9 de Maio de 1901.
- 246) Folha, 30 de Agosto de 1903, O Português, 1 e 15 de Maio de 1909.
- 247) Vinha, 18 de Junho de 1914.
- 248) Folha, 14 de Junho de 1906.
- 249) Ibidem, 10, 17 e 24 de Junho de 1900, 3 de Julho de 1910, Vinha, 21 de Junho de 1908, 14 de Junho de 1917, O Português, 1 de Julho de 1908.
- 250) Folha, 17 de Junho de 1900, 18 de Junho de 1905, Vinha, 22 de Junho de 1905, 21 de Junho de 1908, 20 de Junho de 1918, O Português, 1 de Julho de 1908, AGCMTV, Actas, livro 36, pp. 134 vº.
- 251) Folha, 30 de Junho de 1907.
- 252) Veja-se Ernesto Veiga de Oliveira, op. cit., pp. 137 e seguintes.
- 253) Folha, 17 de Junho de 1900, 24 de Junho de 1906, Vinha, 22 de Junho de 1905, 21 de Junho de 1908, 20 de Junho de 1918, O Português, 1 de Julho de 1908.
- 254) Folha, 25 de Junho de 1905.
- 255) Vinha, 29 de Junho de 1905.
- 256) Gazeta de Torres, 16 de Junho de 1928. Sobre os festejos tradicionais de Santa Cruz veja-se Folha, 14, 21 e 28 de

Junho de 1908 e, sucessivamente, os jornais dos anos seguintes.

- 257) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo.
- 258) As informações sobre estes bailes foram fornecidas por D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo, D. Belmira Santos, Albino Botelho, D. Maria Costa e José da Silva Alemão Jr. Não referiremos outra vez estas pessoas excepto em casos localizados.
- 259) José da Silva Alemão Jr. e D. Maria Costa.
- 260) Este instrumento também foi apresentado pela Câmara Municipal, em 1936, como o mais usado pelo o povo do concelho. AGCMTV, Vários, caixa 3, nº 23.
- 261) D. Maria Costa.
- 262) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Maria de Jesus Policarpo, Albino Botelho e D. Belmira Santos.
- 263) José da Silva Alemão Jr.
- 264) Gazeta de Torres, 16 de Fevereiro de 1930.
- 265) Sobre o aspecto económico das feiras da época, veja-se David Justino, A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913, pp. 272 e seg., Federação Agrícola, 1 de Julho de 1929.
- 266) Folha, 5 de Julho de 1903.
- 267) Ibidem, 1 de Julho de 1900.
- 268) Ibidem, 26 de Junho de 1904.
- 269) Ibidem, 5 de Julho de 1903.
- 270) AGCMTV, Correspondência da Administração para o Governo Civil, vários livros.
- 271) AGCMTV, Correspondência, caixa 17, O Torreense, 9 de Março de 1924, Gazeta de Torres, 19 de Fevereiro de 1928 e 17 de Fevereiro de 1929, 2 de Março de 1930.
- 272) Folha, 18 de Fevereiro de 1912.
- 273) Ibidem, 18 de Fevereiro de 1912.
- 274) Ibidem, 17 de Fevereiro de 1907.

- 275) Ibidem, 24 de Fevereiro de 1900, 1 de Março de 1903, O Português, 1 de Março de 1909, O Ecos de Torres, 17 de Fevereiro de 1921, Torreense, 5 de Março de 1922.
- 276) Vinha, 1 de Março de 1900, Folha, 4 de Março de 1900, 8 de Março de 1908, 25 de Fevereiro de 1912, O Torreense, 5 de Março de 1922.
- 277) Gazeta de Torres, 26 de Fevereiro de 1928, 24 de Fevereiro de 1929 e 2 de Março de 1930.
- 278) Folha, 4 de Março de 1900, 9 de Fevereiro de 1913, Ecos de Torres, 17 de Fevereiro de 1921, Gazeta de Torres, 2 de Março de 1930. As duas primeiras referências são de danças do concelho a Torres Vedras; a última é de um grupo de Ponte de Lousa que visitou a Freiria.
- 279) Rodney Gallop, Portugal. A Book of Folk Ways, pp. 109-111.
- 280) O Torreense, 4 de Fevereiro de 1923.
- 281) A Rainha deve ter feito a sua aparição em 1924, já que em 1923 não foi feita qualquer menção da sua pessoa. Naquele ano ela foi Jaime Alves, que viria a manter este título durante bastantes anos. Esta data é-nos fornecida por O Torreense, 2 de Março de 1924, contrariando a informação da Zona Oeste, Fevereiro de 1992, p. 36.
- 282) Gazeta de Torres, 22 de Fevereiro de 1931, Zona Oeste, Fevereiro de 1992, p. 36.
- 283) AGCMTV, Correspondência, caixas 20 e 21, D. Maria de Jesus Policarpo, D. Maria dos Anjos Augusta Forcada, D. Belmira Santos, Albino Botelho, etc.
- 284) AGCMTV, Livros de Editais.
- 285) AGCMTV, Assentos Policiais, 1895-1904, semanas findas em 8 e 22 de Fevereiro de 1902. Outras referências a pulhas em O Torreense, 12 de Fevereiro de 1922, Gazeta de Torres, 17 de Fevereiro de 1929 e AGCMTV, Correspondência, caixa 20
- 286) Ernesto Veiga de Oliveira, op. cit.
- 287) Folha, 8 de Março de 1908.
- 288) O Torreense, 5 de Março de 1922. José da Silva Alemão confirmou-nos práticas semelhantes em Dois Portos.

- 289) Op. cit., p. 646.
- 290) Antes da construção da estrada, o acesso a Santa Cruz fazia-se com de carros de bois ou a pé, pelo areal. A estrada foi iniciada em 1902 e terminada em 1908, tendo as grandes festas de S. João, que já mencionámos, servido para comemorar a efeméride.
- 291) Vinha, 7 de Junho, 5 de Julho, 9 de Agosto, 6 e 13 de Setembro, de 1900, Folha, 16 de Setembro, 28 de Outubro, 11 e 18 de Novembro de 1900.
- 292) Folha, 3 de Setembro de 1899.
- 293) Nas actas das sessões da Câmara encontram-se, desde os primeiros anos do século XX, alguns pedidos para construção de casas.
- 294) Folha, 2 de Agosto de 1908, Vinha, 26 de Agosto de 1905, 27 de Junho de 1918 e Gazeta de Torres, 20 de Abril de 1930.
- 295) Vinha, 23 e 30 de Setembro de 1915.
- 296) Gazeta de Torres, 29 de Julho de 1928.
- 297) Ibidem, 6 de Outubro de 1929, confirmada por José da Silva Alemão Jr.
- 298) Além desta, a única referência foi ao facto de se verem poucas pessoas na praia, mesmo à hora do banho, no início de Agosto de 1922. A Reconstituição, 13 de Agosto de 1922.
- 299) Gazeta de Torres, 11 de Agosto de 1929.
- 300) Ibidem, 22 de Setembro de 1929.
- 301) Folha, 23 de Outubro de 1904.
- 302) Vejam-se algumas destes descrições in ibidem, 23 de Outubro de 1904, Vinha, 17 de Setembro de 1914, 9 de Setembro de 1915, 28 de Agosto de 1918, O Torreense, 19 de Setembro de 1920, Gazeta de Torres, 6 de Outubro de 1929.
- 303) Vinha, 11 de Setembro de 1919. Descrição de outros piqueniques em Gazeta de Torres, 1 e 22 de Setembro, 6 de Outubro de 1929.
- 304) Vinha, 26 de Setembro de 1918.
- 305) Ecos de Torres, 1 de Outubro de 1917.

- 306) Vejam-se algumas descrições em Folha, 6 de Setembro de 1908, Vinha, 10 de Setembro de 1908, 9, 16 e 23 de Setembro de 1915, 3 de Outubro de 1918, O Torreense, 26 de Setembro de 1920.
- 307) Ecoss de Torres, 22 de Agosto de 1920.
- 308) BNL, Secção de Iconografia, PI 17023.
- 309) Folha, 20 de Setembro de 1903.
- 310) Ibidem, 27 de Setembro de 1903.
- 311) Vinha, 19 de Agosto de 1915.
- 312) Ibidem, 17 de Setembro e 1 de Outubro de 1914, 23 de Agosto de 1917.
- 313) A Nossa Terra, 16 de Agosto de 1925. A inauguração teve lugar no dia 5 de Agosto.
- 314) Gazeta de Torres, 11 de Agosto de 1929.
- 315) Ibidem, 30 de Setembro de 1928, 22 de Setembro e 6 de Outubro de 1929.
- 316) A esta condição acrescentava-se a obrigação de organizar matinées infantis, pelo menos às Quintas-feiras e Domingos. Este subsídio foi concedido depois de J. Guimarães Pinheiro, proprietário do casino, ter reconhecido que a sua conservação era indispensável para recreio das famílias, mas que não o podia manter, devido aos prejuízos que acarretava. O mesmo propunha que a Comissão o tomasse de arrendamento, o que não aconteceu, sendo-lhe em troca dado o referido subsídio. AGCMTV, Actas da Comissão de Iniciativa das Termas dos Cucos e Praia de S. Cruz (1929-1931), nº 2, pp. 17 vo e 18 vo.
- 317) Vinha, 25 de Setembro de 1913, 19 de Agosto e 9 de Setembro de 1915, O Torreense, 4 de Setembro de 1921.
- 318) Vinha, 25 de Setembro de 1913 e O Torreense, 4 de Setembro de 1921.
- 319) Gazeta de Torres, 28 de Julho de 1929.
- 320) Ibidem, 27 de Maio e 29 de Julho de 1928.
- 321) Vinha, 30 de Agosto de 1917.
- 322) Folha, 25 de Agosto de 1907.

- <sup>323</sup>) Vinha, 22 de Julho de 1915.
- <sup>324</sup>) AGCMTV, Correspondência, caixa 5, queixa do guarda nº 781 em 10 de Dezembro de 1900, e Vinha, 26 de Outubro de 1916.
- <sup>325</sup>) Publicidade de o «Rendez-vous-des-Amis», Vinha, 28 de Junho de 1917 e seguintes., O Torreense, 16 de Outubro de 1919 e seguintes.
- <sup>326</sup>) AGCMTV, Correspondência, caixa 5, queixas do guarda nº 906, 16 de Agosto de 1899, do guarda nº 781 em 10 de Dezembro de 1900.
- <sup>327</sup>) Idem, caixa 5, queixa do guarda nº 781 em 10 de Dezembro de 1900.
- <sup>328</sup>) Ibidem, caixa 29. Muitas outras referências ao jogo podiam ser aqui apresentadas. Veja-se ibidem, caixa 17 e Vinha, 17 de Agosto de 1905.
- <sup>329</sup>) AGCMTV, Correspondências Confidencial, 1879 a 1923, 8 de Julho de 1907. Esta orientação política era a republicana.
- <sup>330</sup>) Folha, 25 de Agosto de 1907. Veja-se também a correspondência, em diversas caixas, onde este facto fica comprovado.
- <sup>331</sup>) Folha, 13 de Setembro de 1908, Vinha, 10 de Setembro de 1908.
- <sup>332</sup>) Vejam-se algumas referências em Folha, 29 de Junho de 1902, 30 de Julho de 1905, Vinha, 10 de Agosto de 1905, 30 de Julho de 1908, 23 de Julho de 1914, O Português, 1 de Agosto de 1908.
- <sup>333</sup>) Folha, 2 de Agosto de 1903. Nada mais sabemos sobre este personagem. É provável, no entanto, que fosse familiar da família Cabral, de Torres Vedras.
- <sup>334</sup>) Ibidem, 12 de Junho de 1904.
- <sup>335</sup>) As primeiras corridas em Portugal tiveram lugar em Lisboa, em 1885. A mais antiga federação da modalidade, a União velocipédica Portuguesa, tinha sido fundada em 1899. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. VI., p. 735.
- <sup>336</sup>) Folha, 9 de Julho de 1905.
- <sup>337</sup>) Ibidem, 9, 16 e 30 de Julho de 1905.
- <sup>338</sup>) Ibidem, 9 de Julho de 1905.

- 339) Gazeta de Torres, 2 de Outubro de 1927.
- 340) Ibidem, 9 e 23 de Outubro de 1927.
- 341) Vinha, 8 de Outubro de 1914, Voz de Torres Vedras, 11 de Outubro de 1914, O Torreense, 19 de Agosto de 1923.
- 342) Vinha, 24 de Fevereiro de 1910, Folha, 27 de Fevereiro de 1920.
- 343) Folha, 3 de Abril de 1910.
- 344) Informações colhidas em Vinha, 17 de Abril e 8 de Maio de 1913, O Sporting, 30 de Dezembro de 1921; O Torreense, 16 de Julho de 1922 e 2 de Setembro de 1923, Torres-Sport, 1 de Fevereiro e 1 de Março de 1925, A Nossa Terra, 13 de Setembro de 1925, O Jornal de Torres Vedras, 14 de Março de 1929, Vida Desportiva do Sport Clube União Torreense, p. 19.
- 345) Torres-Sport, 1 de Fevereiro de 1925.
- 346) Gazeta de Torres, 27 de Maio de 1928.
- 347) O Torreense, 3 de Junho de 1923.
- 348) AGCMTV, Correspondência, caixa 23.
- 349) Idem.
- 350) O Torreense, 2 de Setembro de 1923, Torres-Sport, 1 de Fevereiro e 1 de Abril de 1925, Gazeta de Torres, 29 de Junho de 1930.
- 351) Correio de Torres, 11 de Julho de 1926.
- 352) Vinha, 17 de Abril de 1913.
- 353) Ecos de Torres, 14 de Abril de 1921 e Gazeta de Torres, 27 de Maio de 1928, entre outros casos.
- 354) Correio de Torres, 26 de Setembro de 1926. A escritura de aquisição de terreno para esta carreira datava de 1914. Vinha, 3 de Dezembro de 1914.
- 355) Veja-se, por exemplo, Gazeta de Torres, 16 de Junho de 1929.
- 356) O Jornal de Torres Vedras, 11 de Abril de 1929, Gazeta de Torres, 12 de Maio de 1929.
- 357) Vinha, 4 de Abril de 1918.
- 358) Ibidem, 11 e 18 de Abril, 15 de Agosto de 1918 e 6 de Março de 1919.

- 359) Ibidem, 6 de Março de 1919.
- 360) O Sporting, 30 de Dezembro de 1921.
- 361) O Torreense, 12 de Março de 1922.
- 362) A Nossa Terra, 31 de Maio de 1925.
- 363) Correio de Torres, 21 de Março de 1926, Gazeta de Torres, 1 de Abril de 1928, 21 de Abril de 1929 e 2 de Fevereiro de 1930.
- 364) Gazeta de Torres, 25 de Setembro e 2 de Outubro de 1927.
- 365) Rafael Salinas Calado, «Tipos Castiços de Torreenses», in Memórias dum Ferro-Velho, pp. 126-127.
- 366) Correio de Torres, 1 de Março de 1926.
- 367) Gazeta de Torres, 2 de Fevereiro de 1930.
- 368) AGCMTV, Correspondência, caixa 22.
- 369) A.H. de Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, pp. 658-659.
- 370) Folha, 3 de Março de 1900 e 28 de Fevereiro de 1901.
- 371) A Nossa Terra, 20 de Abril de 1924, O Torreense, 27 de Abril e 15 de Junho de 1924.
- 372) Correio de Torres, 1 de Março de 1926.
- 373) Publicidade em Gazeta de Torres, 13 de Outubro de 1929 e seguintes.
- 374) Gazeta de Torres, 28 de Outubro de 1928.
- 375) O Jornal de Torres Vedras, 6 de Dezembro de 1929.

## VI - O VESTUÁRIO E OS ADORNOS

### 1) O Vestuário como Expressão Social

O vestuário é uma manifestação social: traduz a posição social de quem o usa - ou a aparência de posição, em outros casos -, mas também a própria sociedade no seu todo. Desta forma, a evolução do vestuário ao longo dos séculos reflecte a mutação da própria história do homem (1).

Se o que se veste é uma espécie de linguagem do todo social, não significa que seja uniformizado. Pelo contrário: as diferenças nos modelos, nos tecidos, na confecção, nos mil e um pormenores que o compõem, traduzem as próprias diferenças sociais. O mesmo acontece em relação à sua mutação constante: a moda. A sua adopção, mais ou menos lenta, por todos os membros da sociedade, é uma expressão da sua situação. Existem, de facto, diversos grupos no que toca à utilização das últimas novidades no vestuário (2). Entre as razões para tal avultam sem dúvida, as económicas. Mas a visão dos «outros» é também um factor muito poderoso para que isso aconteça: a imitação, ou não, de um grupo por outros pode ser considerada uma reacção positiva ou negativa em relação a ele.

Sendo tão marcante a linguagem do vestuário numa sociedade, é nítida a sua importância na história do quotidiano, do dia-a-dia. Na realidade, a forma de vestir de alguém é uma expressão das suas aspirações e idealizações, das imposições a que se encontra sujeito, das frustrações, ou simplesmente da vida que vai passando

ao sabor das conjunturas. A procura da actualização constante é, desta forma, o meio de não ficar desfasado, deslocado, em relação ao seu grupo. O extravasar deste, por outro lado, manifesta uma alteração social.

## 2) Os Modelos e a sua Evolução

A preocupação com a Moda era uma constante no início do século XX. As revistas de modas, indicadoras das últimas tendências, alcançaram maior divulgação, com particular insistência na segunda década; os escritores coevos não se fartavam de descrever as inquietações com a quantidade e qualidade das suas roupas, pintando os resultados com cores sobrias (3); os moralistas encontraram fontes abundantes para as suas críticas, particularmente com as grandes alterações da moda feminina, a saia curta e o cabelo cortado, frutos das novas maneiras de estar e pensar no mundo.

As preocupações com as roupas de vestir não deixaram Torres Vedras indiferente. De início, os vestígios encontram-se quase unicamente nos anúncios das casas comerciais. As outras, poucas referências encontradas destinavam-se apenas a chamar a atenção para determinada casa comercial, ou a manifestar a impressão de elegância captada pelo olhar do jornalista nas reuniões sociais. Assim, ao referir uma soirée no Casino, em 1903, o redactor de um periódico escreveu que as senhoras ostentavam toilettes elegantíssimas (4); na récita da Tuna Comercial Torreense, em 1912, «via-se ali uma selecta reunião das famílias mais distintas da terra, e as 'toilettes' das senhoras punham um tom realmente chic e de bom gosto no aspecto geral da sala» (5); do mesmo modo,

numa sessão do animatógrafo, no mesmo ano, «predominava o elemento feminino com elegantes toilettes» (6).

Nos anúncios realçam-se, sobretudo, a modicidade dos preços, o sortido variado, o fino gosto, a rapidez e a qualidade. O mesmo se passava, no entanto, em Lisboa, num dos jornais de maior expansão (7).

Lentamente, porém, com maior insistência a partir do segundo lustro, vai surgindo uma nova palavra, de origem francesa: chic. A alfaiataria Lisboa Elegante, como sucursal em Torres Vedras, tinha amostras de casemiras nacionais e estrangeiras «o que ha de mais chic e mais moderno» (8); as gravatas da casa Estrela eram o que havia «de mais chic» (9); a sapataria Vieira vendia sapatos de banho «muito finos e chics» (10), etc.

Na segunda década, mas com particular insistência depois de 1914, as jornais de Torres Vedras entraram numa nova fase, no que toca à Moda: os artigos sobre a elegância feminina, os conselhos, mas também as críticas espelharam uma preocupação cada vez maior da sociedade torreense para com estes assuntos - o que era também um seguimento do que se passava nos pontos mais importantes do país.

Perante este quadro, não podemos estranhar que as modas das elegantes de Torres Vedras tivessem sido semelhantes às das de Lisboa. Isso mesmo nos provam as fotografias a que tivémos acesso e que comparámos com as revistas de modas. Assim, Conceição Silva (11), ainda no final do século XIX, usava mangas de balão iguais às que vimos numa revista da mesma época (12). Os chapéus que vimos às elegantes de Torres Vedras, em 1926, integravam-se nos modelos nesse ano (13). O facto é compreensível. Além da pequena distância a que Torres Vedras se encontra de Lisboa, os contactos

mútuos eram uma constante, como já referimos. Acrescentava-se a leitura da imprensa da capital, não só as revistas de modas mas também os jornais noticiosos, muito menos parcimoniosos no assunto que os de Torres Vedras, até à data que referimos (14).

As ruas de Torres Vedras apresentavam, nos primeiros anos do nosso século, o aspecto de uma miscelânea de trajés. Os diferentes tipos sociais do concelho apresentavam características próprias, que não escondiam na sua visita à vila. Aqui cruzavam-se, pois, os membros das profissões liberais e os grandes proprietários, com vestuários próximos dos seus congéneres da capital, outros menos abastados, com fatos semelhantes áqueles ou com algumas diferenças; os simples jornaleiros, que se distinguiam por apresentarem um tipo de indumentária própria.

O decorrer dos anos alterou este quadro. Os modelos foram-se uniformizando mais, apesar das discrepâncias que nunca deixaram de existir entre os diferentes estratos sociais (tamanho, côr, tecido, forma de usar, etc.).

O vestuário dos homens não sofreu grandes alterações, no seu aspecto geral, ao longo do primeiro terço do século. Vestiam calças, casaco, colete - embora este deixasse de se mostrar essencial e em 1925 já encontremos homens sem ele (15). A cabeça era sempre tapada por um chapéu ou boné.

No início do século, um dos chapéus mais usados era o de côco - o chapéu da moda, segundo o anúncio de uma chapelaria torreense (16). Esse chapéu era utilizado, diariamente, por um advogado da vila (17). Em 1908, quando o rei visitou a terra, muitas pessoas escolheram esse chapéu (18).



Figura 25 - Vereadores da Câmara Municipal de Torres Vedras esperando o rei na gare da estação de Caminho de Ferro (1908). Traje de gala.

O palhinhas destinava-se sobretudo à praia (1\*), embora também fosse visto na vila (2\*). O boné era usado, pelo menos, na praia.

As ocasiões de gala levavam à escolha do chapéu alto: isso mesmo aconteceu à comissão organizadora das festas do Primeiro Centenário da Guerra Peninsular, para receber o rei D. Manuel II (figura 25).

Ao vestuário juntava-se um outro adorno, a bengala, mais ou menos rica. O advogado a que já fizémos referência usava com castão de prata (21). A corrente de relógio, de ouro, ao peito, era também comum.

O aspecto geral era ainda marcado por uma adorno físico: a barba e o bigode. Estes, ou pelo menos um deles, juntamente com as suíças, em muitos casos, mostravam-se obrigatórios no início do século, marcando a virilidade do homem. Assim o advogado que já referimos tinha, de facto, um bigode farto e mal cuidado (22); os membros da comissão promotora das festas a D. Manuel II também os usavam com profusão (figura 26). Ainda em 1914 se considerava que «um homem sem barba, de rosto efeminado, é simplesmente grotesco» (23).

No final do período que estamos a estudar, pelo contrário, os padrões ditavam o rosto masculino barbeado (24).

O vestuário feminino sofreu maiores alterações. O século começou com a mulher bem tapada e assim continuou até ao momento da guerra. Os padrões e as cores variavam, mas, no geral, a moda obedecia a uma certa estilização. O chapéu, por outro lado, acessório indispensável à toilette feminina, variou entre as grandes capelines - de abas largas -, enfeitadas com flores ou plumas, e outros mais comedidos.



Figura 26 - Comissão organizadora das festas de recepção ao rei D. Manuel II, em 1908. A barba ou bigode eram, então, elementos indispensáveis ao homem.

As senhoras abastadas de Torres Vedras deviam possuir vestidos diversos, consoante as ocasiões, tal como sucedia com as de outras localidades (23). Apesar de não termos referências, nem fotografias, de momentos diferenciados, fica-nos essa mesma sugestão a partir de um anúncio da Sapataria Vieira (portanto de algo que se costumava vender na localidade): sapatos de passeio, viagem, praia, campo, soirées, visitas, uso caseiro, etc. (24).

Não nos parece que as inovações mais arrojadas, como a saia-calção, tenham feito a sua aparição em Torres Vedras, já que não encontramos a mínima referência ao facto - e tal não deixaria, certamente, de causar escândalo em terra pequena, se o foi em Paris.

Nos anos que se seguiram à guerra, a saia subiu ao longo da perna. Infelizmente não podemos determinar o momento em que tal passou a acontecer em Torres Vedras, mas em 1926 encontramos elementos femininos com as saias pouco abaixo dos joelhos.

Depois da guerra os chapéus conheceram maiores alterações do que anteriormente. Em 1918 algumas senhoras usavam-nos grandes, de abas largas e cópa alta (25). Nos anos vinte, a tendência foi para um modelo contrário a este. Em 1926 assistimos ao uso de chapéus quase sem abas, como que colados e enterrados na cabeça (26).

Até ao momento temos apresentado estes modelos como sendo usados pelos abastados do concelho. Nem sempre, porém, os que se vestiam desta maneira possuíam grandes meios materiais. Aconteceu assim que, em 1932, a revista «O Grémio que Dança» parodiou os «papo-secos», «bem trajados mas sem chêta» (27).

Em relação aos médios proprietários e comerciantes, os modelos variavam. José Alemão Jr vestia tal como os homens de Torres Vedras (28). Manuel Oliveira, de Alfeiria, cerca de 1905

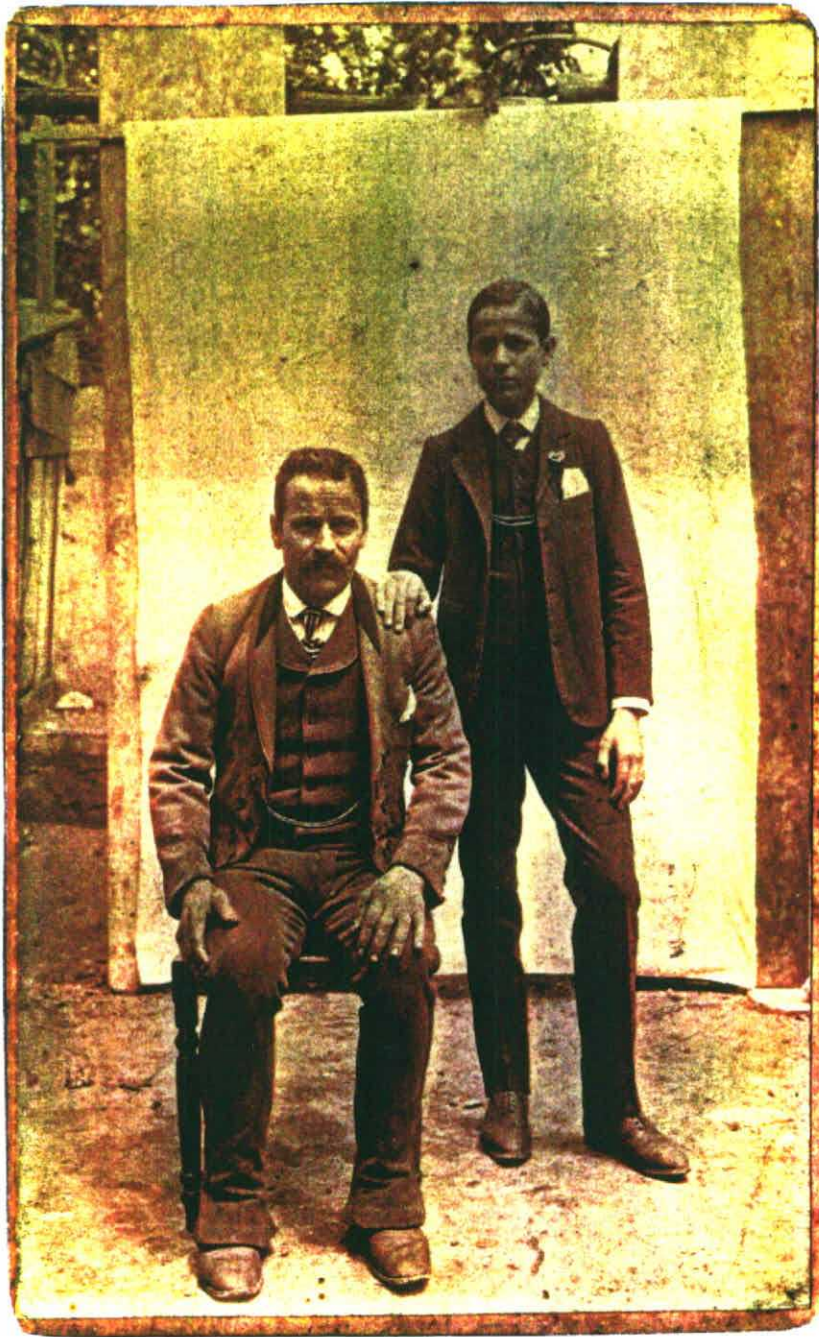


Figura 27 - Guilherme e Manuel de Oliveira (1905?).

(?), usava casaco e colete, gravata e calças justas, assim como uma corrente ao peito (figura 27). Manuel Ramalho, nas fotografias a que tivémos acesso, também posou com vestuário semelhante. Este, porém, usava uma indumentária diferente no seu trabalho diário: cerca de 1937 é possível vê-lo fotografado montado no seu burro, com o colete desabotoado sobre a camisa, sem gravata nem casaco e com o chapéu na cabeça.

Outros, no entanto, aproximavam-se mais das classes populares. Um deles, morador na Caixaria, fez-se retratar com o barrete na cabeça, embora a corrente de ouro marcasse a sua distinção. Este era, de resto, no dizer de sua filha, um autêntico saloio (31). Guilherme Oliveira, comerciante em Alfeiria, onde também possuía bastantes propriedades, vestiu, para ir a Lisboa e tirar uma fotografia, em 1905 (?), uma jaqueta em vez de casaco (32), colete com gola e calças com boca de sino, apesar de a gravata e a corrente também marcarem a sua posição (33).

As crianças vestiam-se, em alguns casos, de forma diferente dos filhos das classes populares. Os filhos de José da Silva Alemão usavam, calções até ao joelho, um casaco diferente do dos adultos, meias altas e botas curtas (34) (figura 28), de forma semelhante ao que mais tarde Leite de Vasconcelos viria a descrever (35).

Num outro estrato encontramos os empregados de comércio. A forma como nos aparecem marca uma certa distinção em relação aos populares, pelo menos pelo uso da gravata no seu quotidiano (36).

Na vila as classes menos poderosas e de menos aparências, representadas pela Associação de Socorros Mútuos 24 de Julho de 1884, tinham chapéu, embora a maior parte fosse de abas, à Mazantini, na primeira década do século - em 1908, aquando da



Figura 28 - Luis da Silva Alemão (primeira década do século).

visita do rei a Torres Vedras, só um dos membros da direcção desta associação usava chapéu de côco. Os casacos também não obedeciam todos aos mesmos modelos, variando, na mesma data, entre os mais compridos e outros mais curtos, os de pontas em bico e os de pontas redondas. Todos usavam, no entanto, cadeias de ouro no peito (27).

Os grupos populares, finalmente, compostos, sobretudo, por jornaleiros agrícolas, alguns pequenos rendeiros, parceiros, ou mesmo muito pequenos proprietários, também apresentavam diferenças de indumentária. Notamos, essencialmente, dois tipos:

a) casaco ou jaqueta, camisa sem gravata, chapéu de abas. Em 1908 alguns faziam-se acompanhar pelo pau, outros por um grosso guarda-chuva;

b) traje semelhante ao dos saloios do termo de Lisboa (28); calça justa com boca de sino, jaqueta (posta pelo ombro quando estava calor), colete com gola, cinta e barrete. Este modelo era comum a diversas crianças (29).

É provável que o primeiro tipo corresponda a um fato domingueiro, já que sabemos que, pelo menos na segunda década, era normal alguns jornaleiros, como João Policarpo, usarem barrete durante a semana e chapéu ao Domingo (30). O segundo tipo, apesar de igual ao de todos os dias, correspondia igualmente a um fato melhor, como nos dá a entender o facto de ter sido vestido para ir ver o rei e porque encontramos um homem com este modelo e uma corrente de ouro ao peito.

Refira-se ainda que entre este grupo social se encontravam algumas formas de trajar diferentes: é o caso do cocheiro de José da Silva Alemão que, em 1922, vestia camisa de ganga com bordados, calças com boca de sino e boné (31).

Segundo alguns autores, os torreenses calçavam sapatos ou botas e nunca andavam descalços (42). Testemunhas dessa época, no entanto, referem o contrário, sobretudo em relação a mulheres e crianças (43). As fontes documentais também nos revelam que João Antunes ia descalço quando, em 1902, fugiu de casa (44).

Acessório indispensável ao homem do campo era o pau, suspenso pela mão, ao meio, horizontalmente, quando andavam, ao ombro se transportavam cargas (45). Gabriel Pereira notou, em 1904, que os homens nem na Missa se separavam do seu pau, vendo-se então em grande número porque ficavam ao alto enquanto os seus donos se ajoelhavam. Eram, porém, simples marmeleiros ou zambujeiros, raramente paus ferrados (46).

O uso deste instrumento tinha uma feição de jogo-combate, no norte do país e jogo-desporto, no Sul, segundo Ernesto Veiga de Oliveira (47). Quanto a nós, não nos podemos cingir a esta última interpretação, quer porque as referências a jogos não falam dele, quer porque a grande violência que detectamos, no início do século, não pode, de forma nenhuma, ser vista como desporto. Consideramos, por isso, que ele constituía um meio de defesa e ataque - razão que terá levado o administrador a proibi-lo nas ruas da vila, em 1905 (48). Além desta finalidade, o pau servia também como auxílio nas caminhadas e forma de distinção de um grupo. Embora a comparação possa ser abusiva, ousamos afirmar que ele era, para o estrato mais baixo da sociedade, o mesmo que a bengala para o mais requintado.

Apesar de alguns homens manterem este tipo de vestuário até data recente (sobretudo o barrete e o colete), o passar do tempo levou a que muitos aproximassem a sua forma de vestir de outros grupos sociais, sobretudo quando se tratava de fatos de sair.

Cerca de 1930 já encontramos um pedreiro, que durante a semana usava barrete, mas tinha chapéu, casaco e gravata para o Domingo (47) (figura 29). Também uma expressão jornalística de 1933, de fundo saudosista, nos revela a alteração:

«Tempos. Tempos idos da jaleca, do chapéu castomenho ou do barrete, da calça da boca de sino bem colada á perna musculosa...

«Hoje, tudo isto se perdeu - e o que é triste é ver que essa evolução fez-se só na aparência, por fora, no uniforme. Os espiritos endurecidos por séculos de ignorancia mantêm-se primitivos assim como os gostos...» (50).

Os elementos do sexo feminino também não se afastavam dos padrões saloios - e do resto do Sul, em geral (51). No início do período que estamos a estudar, a saia era rodada. As mangas das blusas, que encontramos de balão próximo de 1900 (52), deixaram depois de ter esta forma (53). A mesma blusa tinha, por vezes, uma aba sobre a saia (54).

Assim como as outras mulheres usavam chapéu, as populares cobriam a cabeça com o lenço, atado á frente, por baixo do queixo. Tal como ele, o avental nunca abandonava a mulher, nem sequer nos dias de festa: era usual que, ao estrear um fato novo, estreassem igualmente um avental (55).

A xaile era igualmente uma peça usual da indumentária popular, substituindo outros abafos no Inverno. Era usado não só por mulheres adultas como também pelas crianças: Isabel da Silva, de 10 anos, agasalhava-se com um xaile, em Novembro de 1902, quando um vizinho a tentou violar (56).

As botas pregueadas, características das saloias, mostravam-se comuns ás de Torres Vedras. Não nos é possível determinar, todavia, se em 1900 ainda faziam parte do vestuário. Sabemos



Figura 29 - António Ferreira, pedreiro, e Manuela Policarpo, criada de servir (cerca de 1930).

apenas que, em 1936, foram consideradas a característica mais notável dos trajes populares da região, embora já não se usassem (27).

Este tipo de vestuário não se manteve estável, para todo o estrato menos poderoso da sociedade, ao longo do primeiro terço do século. Assim, enquanto algumas mulheres continuaram a vestir-se desta forma - o que é possível verificar numa fotografia de 1935 (28) -, outras foram introduzindo alterações, quer apenas no tamanho - em 1925 vemos uma saia, ainda rodada, pelo meio da perna (29) -, quer também nos modelos. Cerca de 1930, já encontramos uma aldeã com vestido inteiro, laço ao pescoço e sapatos (fotografia 29).

A acompanhar o vestuário que temos vindo a descrever, quer o mais antigo, quer o mais recente, era usual as mulheres adornarem-se com objectos, sobretudo cordões de ouro. Algumas pessoas, mesmo das que parecem menos afortunadas, deveriam possuí-los: era o caso da esposa do cocheiro Joaquim Feliciano, moradora em S. Domingos de Carmões, a quem roubaram o seu em 1903 (30). Embora, talvez, em casos especiais, acontecia usarem-se estas adornos emprestados: Maria de Jesus Policarpo, nos anos vinte, utilizou os de uma vizinha para ir à festa (31).

Do que atrás fica dita, torna-se claro que a preocupação com a evolução dos modelos foi uma constante, atingindo todos os estratos sociais. Quanto à forma de adaptação pessoal às inovações, variou conforme os grupos.

Para os mais elegantes a principal fonte de inspiração encontrava-se, sem dúvida, na capital, onde se dirigiam para fazer as suas compras. Este facto é-nos revelado por várias passagens,

como teremos ocasião de observar adiante. Noutros casos, para compensar a falta local, os próprios estabelecimentos da vila recorriam aos préstimos dos artistas da capital. Em 1903, a Casa da Estrela contratou uma modista de Lisboa, para trabalhar segundo os últimos figurinos da Moda (62). A alfaiataria de José Rodrigues tinha, a seu cargo, mestre Cintra, que pertencera à Casa dos Arcos, da Rua Augusta (63). Por outro lado, os chapéus que chegaram ao Centro da Moda, em 1906, eram confeccionados por uma das melhores modistas lisboetas (64).

As modas e os figurinos mostravam-se outro dos poderosos meios de divulgação dos modelos e os estabelecimentos passaram, por vezes, a referir que os seus artifices passavam trabalhavam segundo os figurinos mais recentes (65). Mas, mais do que isto, as revistas de modas entravam nas casas pela assinatura ou compra individual, nas próprias papelarias de Torres Vedras: a Moda Universal era anunciada em A Folha de Torres Vedras (66), em 1905 a papelaria Vieira vendia jornais da moda, com moldes, a partir de 60 réis (67) e a Modas e Bordados podia ser comprada na papelaria Cabral desde o seu primeiro número (68) - e é sugestivo que, poucos meses, depois encontremos cartas de uma leitora de Dois Portos e de outra de Torres Vedras (69).

Os jornais locais, por seu lado, inseriram, por vezes, artigos sobre as modas (70) e a necessidade da sua adaptação a cada pessoa (71).

Embora não podendo passar do campo das probabilidades, por não conseguirmos captar qualquer elemento sobre o assunto, presumimos que a divulgação dos grupos que podiam frequentar os estabelecimentos da capital ou, pelo menos, as revistas de modas, para as mais pobres se pudesse por um processo de imitação

daquelas. Enquanto as roupas que possuíam durassem, eram usadas; quando, porém, a necessidade impunha a compra de novas peças, estas seriam de um modelo moderno e já não dos antiquados. Isso mesmo nos sugere a fotografia de Guilherme Oliveira junto do seu filho: ele veste jaqueta, colete com gola e calças com boca se sino, como já descrevêmos anteriormente, enquanto as três peças usadas pelo filho são completamente diferentes. As mangas de balão, das mulheres que foram retratadas na vindima, em data próxima a 1900, também poderão ter sido influenciadas pelas modas de então.

Igualmente a ter em conta é a doação de vestuário usado: Maria de Jesus Policarpo, por exemplo, recebeu um casaco da patroa de sua irmã.

A existência de vestuário próprio para diferentes ocasiões, como já tivêmos ocasião de observar, pressupõe uma apreciável quantidade de roupa. É que, além desta variedade necessária à representação social, existia, naturalmente, uma quantidade, maior ou menor, de toilettes do mesmo tipo.

Esta quantidade, porém, ia diminuindo de forma consonante com o estrato social de cada personagem. Os menos afortunados, longe de poderem escolher, diáriamente, entre os múltiplos fatos, limitavam-se ao pouco que possuíam. Vejamos alguns exemplos ilustrativos desta variedade.

Em 1916, o professor oficial de S. Mamede da Ventosa tinha 5 camisas, 3 pares de calças, 3 coletes, 2 casacos, 2 camisolas, 2 pares de ceroulas, 16 colarinhos, 4 gravatas, 5 pares de meias, uma bengala, um par de luvas e outro de botas - além do que tinha vestido (72).

Dois anos depois, no inventário de um comerciante do Sirol e de sua mulher, contabilizaram-se apenas: três coletes, um casaco de fazenda, uma camisa, uma corrente de ouro cinzelada, um alfinete de laque para gravatas, um par de botões de punho em plaqué (sem valor), um espartilho, um casaco de chita, uma bolsa preta, um par de brincos e uma pregadeira de ouro (73). Ou seja, apesar de contar alguns bens de ouro, a quantidade de roupa possuída por este casal parece ter sido diminuta.

A situação dos camponeses mostrava-se ainda mais precária, já que a quantidade de roupa pouco deve ter ultrapassado, quando muito, o fato de trabalho e o de Domingo. Em alguns casos, ainda menos. Maria de Jesus Policarpo, por exemplo, na segunda década do século tinha apenas um par de sapatos de borracha, os quais lavava ao Sábado, à noite, para calçar no Domingo. Em Fernandinho circulam várias histórias relativas a famílias com um único par de botas ou botas: o que primeiro se levantava ficava com o direito de as calçar. Aliás, como já tivemos ocasião de referir, os descalços existiam ao longo de todo o concelho.

As alterações encontraram, por vezes, opositores, sobretudo quando as inovações de mostravam contra o meio ou transformavam a imagem tradicional da mulher. Vejamos alguns exemplos.

O correspondente do Ecoss de Torres, em Santa Cruz, queixava-se contra as damas «que em fralda de camisa, chapelinho e bota de pelica com saltos da minha altura [do Penedo do Guincho], davam um certo tom a esta praia. (...)

«(...) Naturalmente querem rivalisar com a Figueira, Espinho ou Nazaré. Minhas senhoras: peço-lhes que para o ano não voltem a fazer exhibições grotescas na nossa humilde mas encantadora praia.

Guardem o luxo para outros pontos onde rialmente deve existir» (74).

Outro articulista, em 1918, condenava os chapéus de grandes abas, próprios das sufragistas ou salteadores, e todos os apêndices que masculinizassem a mulher:

«Eu quero a mulher, genuinamente mulher, sem saia-calção, sem casacos masculos, sem chapéus de salteador.

«Eu odeia a mulher-homem, a sufragista, a soberba, a orgulhosa, cabeça de casal, de vozeirão forte...

«Eu adoro a mulher-mulher, de traços delicados e contornos suaves, de mãos pequenas e olhos meigos, cinta delgada e seios pronunciados!...» (75).

As solenidades religiosas da festa da Ribaldeira, em 1925, decorreram com compostura, «à excepção dalgumas, poucas senhoras, que escravas da moda, não reparam que o templo consagrado ao culto divino, deve ser mais respeitado» (76).

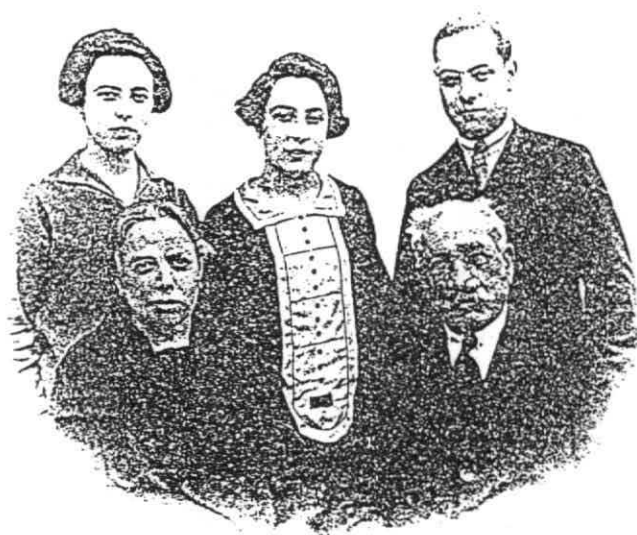
Silvério Botelho de Sequeira foi, no entanto, quem mais se manifestou, condenando as novas formas de apresentação feminina:

«Começou por mostrar as pernas em publico em todos os lugares de buliçosa concorrência, encurtando cada dia mais, num requinte de vingança, as saias que a moda já redusira a metade.

«As ondas sedosas e perfumadas do cabelo feminino, que desde a mãe Eva constituíam a magnificência do encanto e da beleza da mulher (...) foram sacrificadas numa homenagem torpe á selecção da raça» (77).

Mas a nova face do homem, despida de barbas e bigodes, também não escapou à sua pena:

«A geração masculina da classe civil reduziu-se em grande parte a uma condição efeminada, envergonhando-se também do seu



16-5-727

Figura 30 - Dr. José de Figueiredo Cardoso e a família, em 1927.  
Destacam-se os elementos femininos com os cabelos cortados.

bigode, como se ele não fosse um atributo natural e magestoso do sexo e da raça!» (78).

Este tipo de homem, mais preocupado com a moda do que os seus antecedentes, ganhou, dos seus contestatários, o título de papo-seco (79), à semelhança do que se passava em Lisboa (80). Ainda no final da década de vinte, numa revista de teatro local, vemos este género:

«Papo-seco

«Grita logo toda a gente

«Papo-seco

«Se me vê andar decente,

«Papo-seco

«Grita logo a gente toda

«Papo-seco

«Se me vê vestido à moda» (81).

### 3) A Compra e a Confecção

Os estabelecimentos que forneciam artigos de vestuário e calçado espalhavam-se ao longo de todo o concelho. Em 1904, por exemplo, contabilizados através do recenseamento eleitoral, encontramos alfaiates em Torres Vedras (sete), Paul, Ribaldeira, casal do Pinheiro Manso (freguesia de Runa), Freiria (dois), S. Domingos de Carmões, A-dos-Cunhados, Turcifal, Coutada e Silveira. O número dos sapateiros ascendia a 116, espalhados, praticamente, por todas as aldeias. Recorde-se, no entanto, que estes números poderiam ser acrescentados porque a fonte é limitada e não incluía a totalidade dos homens. Além disso, muitos estabelecimentos

vendiam fatos feitos, além dos tecidos mais usados, como chita e cotim (82).

A vila era, no entanto, o centro das lojas mais importantes, quase todas situadas nas Ruas Serpa Pinto e Dias Neiva e Largo D. Carlos (depois Praça da República); apenas a Loja Nova, aberta em 1900, ficava na zona do Castelo (83).

Alguns destes estabelecimentos destinavam-se à venda de produtos variados. A Casa da Estrela, por exemplo, ainda em 1908 era de fanqueiro, mercador, retroseiro, modas e confecções, enxovais, malas, luvaria, perfumaria, chapéus, oleados para chão e mesa, etc. (84).

As principais lojas da sede do concelho procuravam também a distinção através de elementos específicos. Aquele que acabámos de referir reivindicou a imitação de Lisboa, tendo, no seu anúncio, em 1903, antecedido o nome pela frase «LISBOA EM TORRES» (85). A sapataria Vieira, fornecedora dos empregados da Real Companhia dos Caminhos de Ferro e exportadora para Africa e o Brasil, afirmava ter sempre 2000 pares de sapatos em depósito, para todas as ocasiões, «desde o grosseiro sapato de campo até ao mais fino e chic calçado de luxo» (86). Este estabelecimento importava também alguns produtos, como os que, em 1908, chegaram de Londres para as crianças de Torres Vedras (87).

Outros preocupavam-se em referenciar os seus produtos como chiques - caso da chapelaria Cunha, em 1903, que tinha «Tudo o que há de mais chic e moderno, tanto nos feitios como nas cores» (88) -, embora a preferência, ao longo dos trinta anos, seja a expressão da modicidade dos preços e a qualidade.

Desconhecemos se as lojas de Torres Vedras, na primeira década do século, vendiam os tecidos mais finos, indicados em cada

ano para a Moda - tussor, crepes da China, cetim liberty, faille, seda otomana, em 1906, tule, mille raies, voiles, granedines, gazes, homespun, etc., em 1907 (89) -, ou se ficavam pelos mais triviais - sedas, linhos, lãs, foulards, cassas, flanelas, castelletas, amazonas (90). O certo é que a afirmação de posse de artigos de novidade era uma constante.

Na segunda década do século, assistimos a um continuar de interesse pelos estabelecimentos de maior categoria. A alfaiataria Rodrigues, aberta em 1912, surpreendia os torreenses pela sua qualidade, quer em tecidos, quer em trabalho, sob a direcção de um mestre de Lisboa. Destinava-se aos homens, mas também aos elementos do sexo feminino, que aí podiam encomendar toilettes género tailleur, para soirées, cerimónias e outras ocasiões (91). Esta alfaiataria veio, de facto, substituir muitas idas a Lisboa, segundo o articulista de um periódico local (92).

Cerca de 1920, era a alfaiataria Modelo que oferecia maior distinção às torreenses. Lia-se no seu anúncio:

«Pede-se às gentis damas uma visita a esta casa, onde encontrarão um bonito sortido dos ultimos modelos de chapéus para a presente estação.

«O que há de mais chic» (93).

O mesmo estabelecimento foi remodelado em 1922, o que levou um repórter, ao descreve-lo como digno de requintada distinção e elegância, a comentar:

«As damas elegantes não mais precisam de ir a Lisboa para tratarem das suas toilettes.

«No estabelecimento que o sr. Anselmo dos Santos Torres ontem inaugurou na Rua Serpa Pinto, as damas mais exigentes encontrarão tudo quanto carecerem para a confecção das suas toilettes, pois

está fornecido com as últimas novidades e tem anexo um atelier de modista dirigido por uma coupeur de Lisboa» (74).

Mas nem todas as compras eram feitas em Torres Vedras. Os mais elegantes procuravam aquilo de que necessitavam na capital, como o atestam várias passagens. Assim, lê-se num jornal, a propósito dos chapéus de Lisboa, chegados a uma loja da vila:

«Devido à iniciativa dos nossos amigos srs. Trindade e Ca já as damas não tem que se preocupar com as compras dos seus chapéus, que sempre se tornavam difficultosas porque quem não os podesse comprar directamente em Lisboa, não podia escolhê-los» (75).

Cândido Vieira fez escrever, no anúncio da sua sapataria, que não havia «necessidade de mandar vir de fóra o que aqui se encontra mais económico, solido, perfeito e elegante» (76). Do mesmo modo, a abertura da alfaiataria de José Rodrigues, em 1912, pela sua especificidade no meio, levou a considerar que dispensaria a ida a Lisboa (77) - e, de facto, verificava-se, em 1914, que os homens e senhoras «que costumavam servir-se nas melhores casas da capital», passaram a ser seus clientes (78).

Não era esta, no entanto, a única forma de as modas lisboetas chegarem a Torres Vedras. Alguns estabelecimentos enviavam os seus produtos para serem vendidos nas lojas torreenses. Assim, o Salão de Modas expunha os seus chapéus no estabelecimento de Trindade e Ca (79). A Alfaiataria Lisboa Elegante tinha, em 1905, uma sucursal em Torres Vedras, todos os Domingos; segundo o anúncio, o proprietário comprometia-se a mandar tomar medidas e provar os fatos (80). Os esclarecimentos sobre a Alfaiataria Anglo-Lusa Limitada, eram prestados na redacção de um jornal publicado na mesma vila (81).

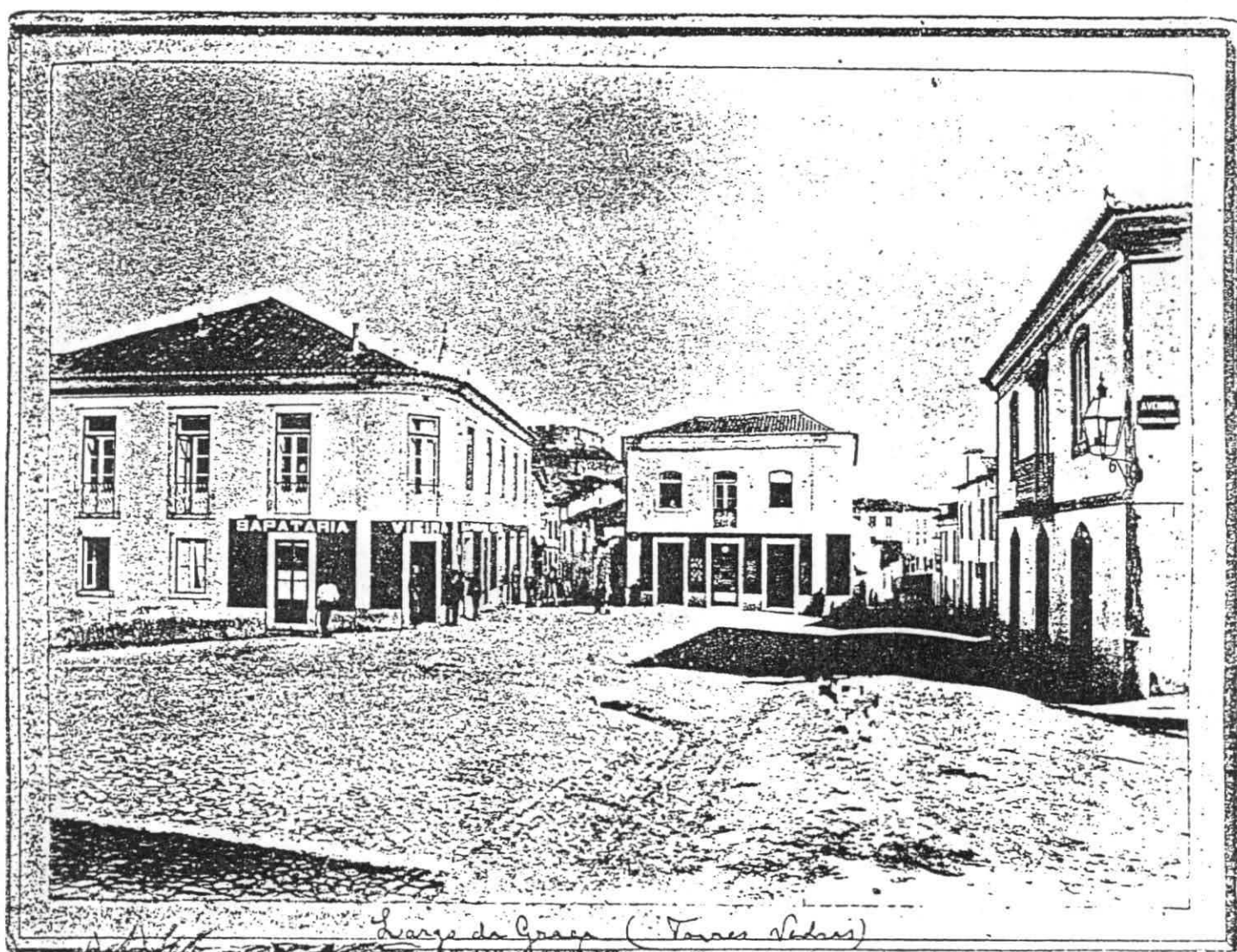


Figura 31 - Sapataria Vieira, em 1899? O hospital situava-se por cima do estabelecimento. Ao centro encontrava-se um café. As ruas laterais, Serpa Pinto e Dias Neiva, eram as de maior movimento e comércio.

Muitas casas de Lisboa enviavam catálogos. É, aliás, significativo que elas publicassem os seus anúncios também na imprensa local. J. Nunes de Carvalho, da Rua do Ouro, e Luis Costa, da Rua Nova do Almada, eram alguns dos estabelecimentos que enviavam folhetos e amostras a quem os pedisse, facultando portes gratuitos às encomendas superiores a 4\$000 réis (102).

Além da compra do vestuário feito e das lojas cujo fim era a confecção, impunham-se as modistas. Aqui, as mais importantes não vinham, como em Lisboa, de Paris, mas nem por isso deixavam de se fazer sentir os ecos de um centro importante, representado pela capital. Já em 1902 encontramos referências a uma dessas vinda (103). Madame Garrido, uma das principais modistas de Lisboa, que cortava pelo sistema francês, deslocou-se, em 1903, para Torres Vedras, a fim de trabalhar no atelier de Maria da Glória Duarte (104); logo na semana seguinte, porém, estabeleceu-se por conta própria, «por não poder executar com perfeição os trabalhos da sua arte» (105).

O corte pelos «últimos figurinos» tornou-se também importante e a publicidade destas artifices passou, em muitos casos, a incluir este pormenor (106). Por vezes, ultrapassavam as revistas nacionais: era o caso de Adelaide Monteiro que, além de referir que se encarregava «de todos os serviços concernentes á sua arte, pelos processos mais modernos», afirmava ter, na sua officina «os figurinos mais recentes de Londres e Paris» (107).

O sistema francês também foi aplicado ao vestuário masculino. Manuel Ferreira Monteiro, alfaiate, recebia todo o tipo de encomendas (casaca, sobrecasaca, smoking, fraque, etc.), «talhados

geometricamente (systema francês) e não a seu talante, como se apregoa» (108).

A maior parte da confecção, todavia, pertencia a simples modistas, geralmente amadoras. Estas deveriam existir um pouco por todo o concelho. fazer vestuário para os familiares também se mostrava uma realidade e, embora a máquina de costura não integrasse todas as casas, muitas pessoas possuíam já este instrumento (109)..

A par das costureiras, encontravam-se sapateiros ao longo de todo o concelho, responsáveis pela maioria dos sapatos usados, já que apenas os melhores eram adquiridos na vila.

## NOTAS

- 1) Marc-Alain Descamps, Psychosociologie de la Mode.
- 2) Ibidem.
- 3) A título de exemplo poderíamos apontar os livros de Alberto Forjaz de Sampaio e Paulo Osório.
- 4) Folha, 23 de Agosto de 1903.
- 5) Ibidem, 4 de Fevereiro de 1912.
- 6) Ibidem, 20 de Outubro de 1912.
- 7) Consultámos, a título de amostra, todos os primeiros trimestres de O Século, entre 1901 e 1913.
- 8) Folha, 25 de Junho de 1906.
- 9) Ibidem, 17 de Maio de 1908.
- 10) Ibidem, 25 de Julho de 1908.
- 11) Arquivo Particular.
- 12) A Moda d'Hoje. Jornal das Famílias, Porto, 15 de Julho de 1897.
- 13) Modas e Bordados, 6 de Janeiro de 1926 e outros.
- 14) O Século, por exemplo, desde os primeiros anos do século XX que incluía, semanalmente, nas suas páginas artigos sobre a Moda.
- 15) BMTV, Fotografias do Carnaval, 1925.
- 16) Folha, 15 de Janeiro de 1905.
- 17) Ibidem, 14 de Outubro de 1906.
- 18) Fotografias existentes na BMTV, Album do Primeiro Centenário da Guerra Peninsular.

- 19) Folha, 26 de Setembro de 1909, postal da colecção de José Joaquim Miranda, Torres Vedras, S. Cruz, Jogo do Croquet (supômos de 1905).
- 20) BMTV, Album...
- 21) Folha, 14 de Outubro de 1906.
- 22) Idem.
- 23) Vinha, 31 de Dezembro de 1914.
- 24) Vejam-se fotografias de vários homens, políticos e jornalistas de Torres Vedras, em Gazeta de Torres, 27 de Julho de 1930.
- 25) Em A Moda Ilustrada, por exemplo, encontramos modelos diferenciados consoante as ocasiões: de soirée, de passeio, de praia, de estar em casa, etc.
- 26) Folha, 11 de Outubro de 1908.
- 27) Ecos de Torres, 7 de Janeiro de 1918.
- 28) BMTV, fotografias das festas de S. Gonçalo em 1926.
- 29) Alberto Jerónimo e Leal d'Ascensão, cópias da revista O Grémio que Dança, 1932, p. 13.
- 30) Informação do próprio.
- 31) Informação prestada por D. Maria Cândida Ramalho.
- 32) A diferença existente entre a jaqueta e o casaco reside sobretudo na altura: a primeira limita-se à cintura e o casaco desce até mais abaixo.
- 33) Arquivo Particular.
- 34) Arquivo Particular.
- 35) José Leite de Vasconcelos, op. cit., livro III, pp. 610-611
- 36) AGCMTV, Correspondência, caixa 22. Ofício, com fotografia, da Sapataria Vieira em 1921.
- 37) BMTV, Album...

- <sup>38</sup>) Descrições do vestuário saloio em Alberto Pimentel, op. cit., 2ª parte, p. 11, e João Paulo Freire (Mário), op. cit., p. 69, José Leite de Vasconcelos, op. cit., pp. 512 e seguintes.
- <sup>39</sup>) Os dois tipos podem encontrar-se nas fotografias da BMTV, Album...
- <sup>40</sup>) Informação de D. Maria de Jesus Policarpo.
- <sup>41</sup>) Arquivo Particular.
- <sup>42</sup>) José Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 527.
- <sup>43</sup>) Entrevista com José da Silva Alemão e D. Maria de Jesus Policarpo.
- <sup>44</sup>) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- <sup>45</sup>) José Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 526.
- <sup>46</sup>) Op. cit., pp. 300-301.
- <sup>47</sup>) Op. cit., pp. 321 e 335.
- <sup>48</sup>) Folha, 5 de Março de 1905.
- <sup>49</sup>) Fotografia de Arquivo particular.
- <sup>50</sup>) Gazeta de Torres, 18 de Junho de 1933.
- <sup>51</sup>) Alberto Pimentel, op. cit., p. 10.
- <sup>52</sup>) Postal editado por F. A. Martins (301), Vindima em Torres Vedras.
- <sup>53</sup>) Fotografias em BMTV, Album...
- <sup>54</sup>) Postal da colecção editada pela Papelaria Cabral, Torres Vedras, Praça Mouzinho de Albuquerque.
- <sup>55</sup>) Informação prestada por D. Lucília Alemão. Nas fotografias relativas à vinda do rei a Torres Vedras, em 1908, também encontramos as mulheres com aventais.
- <sup>56</sup>) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.



- 57) AGCMTV, Vários, Caixa 3, nº 23.
- 58) BMTV, Fotografia da festa da Ponte do Rol.
- 59) Postal editado por Victor Fonseca & Almeida, Lda, Torres Vedras, 1925.
- 60) Folha, 5 de Julho de 1903.
- 61) Informação da própria.
- 62) Folha, 12 de Julho de 1903.
- 63) Vinha, 5 de Março de 1914.
- 64) Folha, 10 de Junho de 1906.
- 65) Ibidem, 12 de Julho e 8 de Novembro de 1903, 17 de Janeiro de 1904.
- 66) 8 de Junho de 1902 e seguintes.
- 67) Folha, 5 de Março de 1905 e seguintes.
- 68) Ibidem, 11 de Fevereiro de 1912 e seguintes.
- 69) Modas e Bordados, 13 de Março e 17 de Abril de 1912.
- 70) Vinha, Dezembro de 1914 a Maio de 1915, Correio de Torres, 1926 e Gazeta de Torres, 1930.
- 71) Foi o principal cuidado da Vinha.
- 72) AGCMTV, Correspondência, caixa 23.
- 73) Tribunal, 10, maço 295.
- 74) Ecos de Torres, 1 de Outubro de 1917.
- 75) Ibidem, 7 de Janeiro de 1918.
- 76) A Nossa Terra, 14 de Junho de 1925.
- 77) Ibidem, 7 de Setembro de 1924.
- 78) Ibidem, 31 de Agosto de 1924.

- 79) Idem.
- 80) Gustavo Adriano Matos de Sequeira, História do Traje em Portugal, p. 610.
- 81) A. de Sousa Aguiar, Salves-e quem Puder, coplas da revista fantasia representada em 9 de Setembro de 1928 no Ramalhal (Torres Vedras), pp. 11-12.
- 82) Era o caso da mercearia de João Serra e José da Silva Alemão Jr., em Dois Portos. Informação deste último.
- 83) Folha, 8 de Julho de 1900.
- 84) O Português, 15 de Julho de 1908.
- 85) Folha, 12 de Julho de 1903.
- 86) Ibidem, 17 de Abril de 1910.
- 87) Ibidem, 6 de Dezembro de 1908.
- 88) Ibidem, 29 de Março de 1903.
- 89) Socorremo-nos de A Moda Ilustrada destes anos.
- 90) Folha, 8 de Julho de 1900, 12 de Julho de 1903 e 13 de Janeiro de 1907.
- 91) Vinha, 11 de Dezembro de 1913.
- 92) Ibidem, 5 de Março de 1914.
- 93) Ecos de Torres, 15 de Agosto de 1920 e seguintes.
- 94) O Torreense, 10 de Dezembro de 1922.
- 95) Folha, 10 de Junho de 1906.
- 96) Ibidem, 11 de Outubro de 1908.
- 97) Ibidem, 10 de Novembro de 1912.
- 98) Vinha, 5 de Março de 1914.
- 99) Folha, 17 de Maio de 1903.

- 100) Ibidem, 25 de Junho de 1905.
- 101) A Nossa Terra, 29 de Abril de 1926.
- 102) Folha, 11 de Dezembro de 1904 e 12 de Novembro de 1905.
- 103) Vinha, 12 de Junho de 1902.
- 104) Folha, 12 de Julho de 1903.
- 105) Ibidem, 19 de Julho de 1903.
- 106) Por exemplo, ibidem, 17 de Janeiro de 1904.
- 107) Ecoss de Torres, 15 de Outubro de 1917.
- 108) Folha, 5 de Junho de 1904.
- 109) Inventários Orfanolótgicos e para leilões.

## V - ALIMENTAÇÃO

### 1) A Alimentação na Sociedade

A alimentação é, sem dúvida, um dos elementos que geograficamente apresenta maior diversidade: o tipo, a quantidade, a forma de confecção, a apresentação, ou mesmo a forma de comer, constituem, na realidade, fenómenos bem marcados de cada região, devido ao seu clima, tipo de economia, cultura e hábitos. Não podemos, no entanto, limitarmo-nos a este campo, uma vez que ela constitui, também, um aspecto bem marcante da diferenciação social: as possibilidades económicas de cada grupo determinam o consumo de mais, ou menos, elementos e o seu tipo, enquanto os costumes sociais influenciam a forma de os receber.

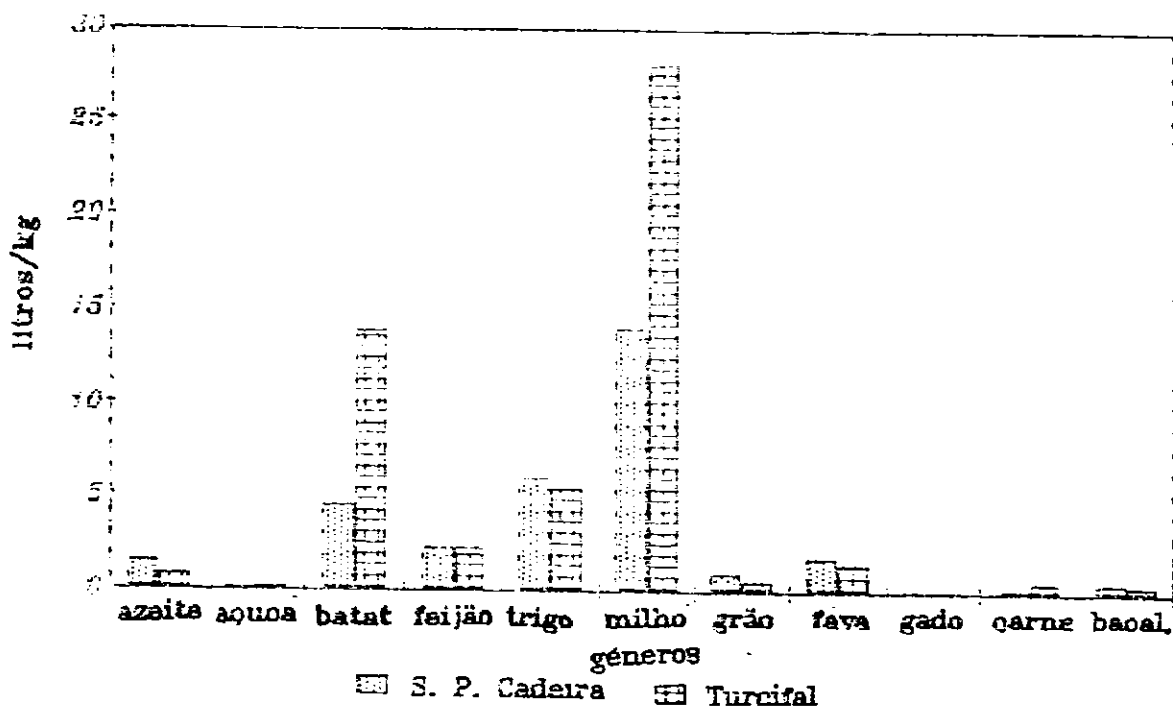
### 2) Tipos de Alimentos Consumidos no Concelho

Os principais géneros a que se associava a alimentação torreense do início do século eram o pão, a batata, o peixe, a carne e os legumes. O arroz era também um elemento importante, embora não constasse da lista de todas as freguesias (1).

As informações locais, todavia, variavam estas espécies. Os regedores das duas freguesias que compunham a vila indicaram todas aqueles espécies - excepto a carne em S. Pedro e S. Tiago - como os mais habituais, sendo na Freiria, na mesma época, também batata, feijão, hortaliça, carnes e peixe (2).

O correspondente de a Folha de Torres Vedras em S. Pedro da Cadeira afirmava, em 1908, que os principais alimentos da freguesia eram broa de milho e feijão (3), mas o regedor, na segunda década do século, diversificava-os entre legumes, hortaliças e carne de porco (4). A autoridade de Dois Portos, por seu lado, considerava que a maior parte da população da freguesia se alimentava essencialmente de pão por ser pobre (5).

V - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CALCULADOS POR FOGO (POR SEMANA)



Fonte: AGCMTV, Apontamentos Gerais sobre Vários Arrolamentos e Abastecimentos.

Se analisarmos também o gráfico V, onde se encontram representadas as quantidades calculadas como necessárias a cada fogo, por semana, nas freguesias de S. Pedro da Cadeira e Turcifal, constatamos, que o essencial dessa alimentação eram os cereais panificáveis, com destaque para o milho. As batatas seguiam-se-lhes em quantidade, constituindo a segunda espécie de

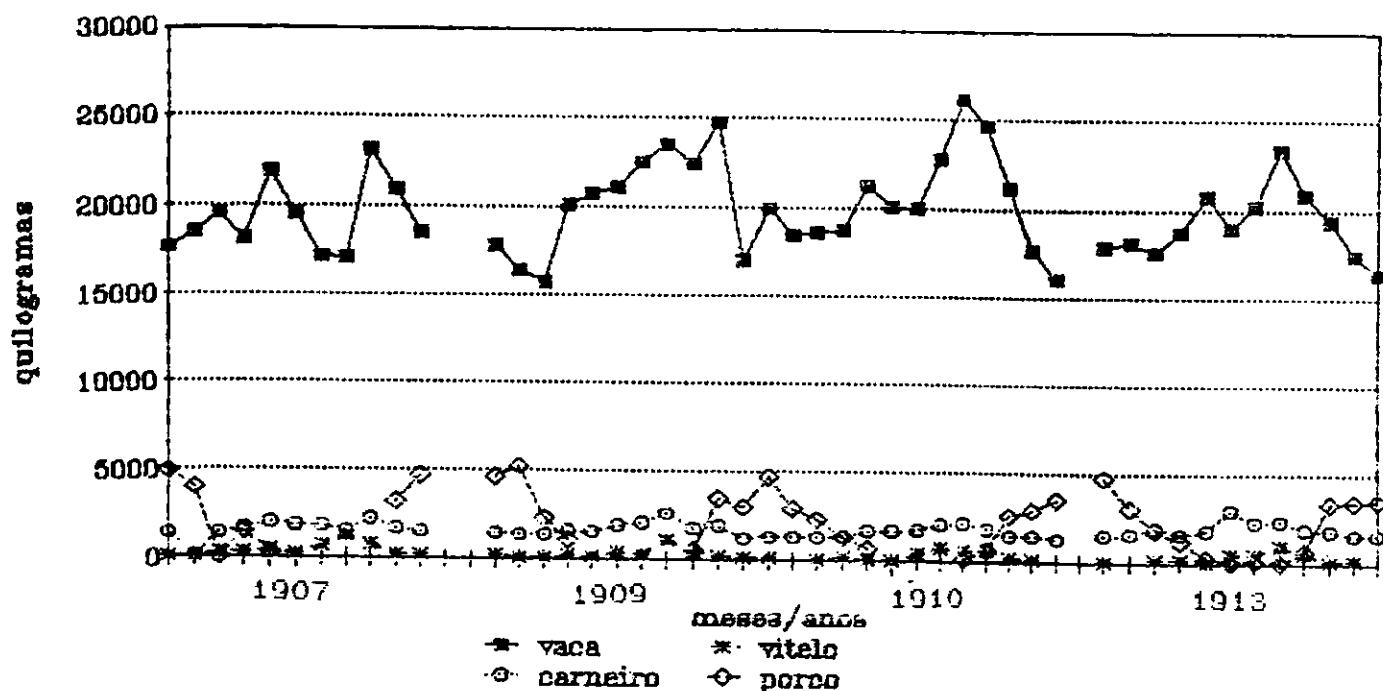
produtos consumidos. Vinham em terceiro lugar as leguminosas, primeiro o feijão, depois a fava. Realça-se, por outro lado, a posição do bacalhau, embora em pequena quantidade. S. Pedro da Cadeira, no entanto, consumia menos deste peixe do que de carne, embora esta também fosse em muito pequena quantidade.

Não é possível, obviamente, calcular a composição da alimentação de cada habitante. Mesmo baseados neste cálculo, correríamos o risco de erros, já que ele representa uma média e não nos permite analisar a variação individual, quer entre os vários estratos sociais, quer dentro da mesma família. De facto, como nos referiu uma das nossas fontes orais (6), nem todos os seus membros comiam da mesma forma. O chouriço, o toucinho, ou a pequena quantidade de carne eram destinadas aos homens de trabalho. Além disso, estas informações não contemplam diversos alimentos, como o arroz ou massa, os legumes, a fruta ou o peixe.

A carne podia ser comprada, na vila, num dos cinco talhos aí existentes - que em 1912 vendiam uma média de 300 kg diários, segundo o administrador do concelho (7) - ou em alguns dos poucos açougues espalhados pelas freguesias rurais, como era o caso de A-dos-Cunhados, em 1908 (8).

A de bovinos era, entre todas, a mais consumida pelos clientes destes estabelecimentos. Os vitelos, no entanto, não tinham grande expressão. Os carneiros, por seu lado, alternavam com os porcos. Como se verifica através do gráfico VI, onde se mostra o peso total dos animais abatidos nos anos de 1907, 1909, 1910 e 1913, quando a aumentava procura dos suínos, os animais lanígeros decresciam em produto.

VI - PRODUTO EM CARNE DOS ANIMAIS ABATIDOS NO MATADOURO



Fontes: Governo Civil de Lisboa, Correspondência Recebida, 1907, 1909 e 1910, AGCMTV, Notas de Preços e Salários e Mapa Estatístico do Concelho.

Era, no entanto, a criação em casa e respectiva matança que originava o maior consumo de carne no concelho. Tratavam-se essencialmente de animais de capoeira e porcos, ambos criados na vila e nas aldeias, com grande liberdade de circulação. A sua utilização, no entanto, era parca, correspondendo sobretudo a períodos determinados, segundo as fontes orais.

O suíno era morto uma vez por ano, conservando-se grande parte do seu produto em salmoura para ser repartido por vários meses. O galo, existente em muitas casas, tinha fim geralmente pelo Carnaval, obedecendo, desta forma, a costumes ancestrais e generalizados no país (\*). Em caso de doença recorria-se também

aos galináceos. O coelho, por outro lado, era comido com mais frequência (1°).

Note-se, além disso, que mesmo o consumo de carnes vendidas no talho, apesar de não obedecer a um padrão rígido, demonstrava um abaixamento geral no início da Primavera, devido, sem dúvida, à interdição da carne na Quaresma. A compra de vaca e carneiro aumentava no Verão, enquanto a de porco diminuía. O Outono fazia inverter esta realidade.

Durante algum tempo foi também vendido cabrito, mas nunca teve grande peso nos açougues de Torres Vedras, deixando de constar nas relações de animais abatidos.

A carne mais cara de todas era a de porco - quadro XI. O carneiro, com raras excepções - como a de Abril de 1910 -, situava-se ao nível da vaca, ou tinha mesmo um preço inferior.

No geral a carne era cara, muito mais do que o peixe. Em Janeiro de 1908, por exemplo, um quilograma daquela custava 300 réis e a pescada entre 80 e 100 (11). Quando as armações de Porto Novo estavam activas, o pescado tornava-se ainda mais acessível, sobretudo a sardinha (12).

O peixe podia ser comprado no mercado a ele destinado, na vila, junto da igreja de S. Pedro - figura 31 -, onde era abundante, segundo o testemunho de um observador, em 1904. Nessa altura vendiam-se aí várias espécies, como sardinha e sarda (fresca e salgada), cação, gorazes, etc., vindas da Nazaré e Peniche, além de polvo, mexilhão e caranguejos (13). O mesmo notou, no entanto, diferenças na sua aquisição, já que as pessoas do campo levavam sobretudo as duas primeiras espécies, em números respectivos de meia centena e meia dúzia (14).



Figura 32 - Mercado do peixe, na Praça Mouzinho de Albuquerque.

XI - Preços das Carnes no Talho (kg)

Ano	Mês	Vaca	Porco	Carneiro
1900	Janeiro	280	300	200
1900	Julho	320	320	240
1902	Janeiro	320	280	240
1903	Janeiro	260	260	200
1903	Maio	240	260	240
1903	Junho	240	260	240
1903	Julho	240	260	240
1903	Agosto	280	260	240
1904	Janeiro	280	280	240
1904	Maio	240	280	240
1904	Dezembro	240	280	240
1905	Janeiro	260	280	240
1905	Abril	240	280	240
1905	Maio	220	280	220
1905	Junho	220	280	200
1906	Janeiro	260	280	240
1907	Janeiro	260	300	240
1907	Fevereiro	260	300	240
1908	Janeiro	280	300	240
1910	Abril	300	300	600
1911	Junho	280	300	240
1911	Julho	280	280	240

Fonte: ASCMTV, Preços dos Animais e Carnes, 1897 a 1911.

Além da vila, o fornecimento pelas aldeias fazia-se através de peixeiros.

O pão era confeccionado por padeiros, sobretudo na vila, onde existiam menos fornos particulares. Nas aldeias aqueles personagens também existiam, mas pouco numerosos, já que quase todas as casas tinham os meios de cozer o pão, segundo a informação do administrador (12). Assim, na segunda década do século, a totalidade da freguesia de S. Pedro dispunha apenas de 3 profissionais de panificação e a Freiria de um (13).

Segundo diversas testemunhas, a principal espécie consumida era o pão de milho, embora o de trigo também fosse produzido (14). Os pobres consumiam, sobretudo, a primeira espécie e a venda de pão fino mostrava-se insignificante no concelho, conforme os fabricantes, em 1916 (15).

A diferença entre trigo e milho é-nos confirmada pelos regedores do Turcifal e S. Pedro da Cadeira, que, em 1917, apontavam o consumo diário dessas espécies na proporção de 0,170/0,400 e 0,150/0,800 quilo, respectivamente (16). Outras informações oficiais, porém, porque são baseadas em médias, dão-nos uma ideia diferente. Assim, o consumo de pão por habitante, em Julho de 1917, foi calculado em meio kg de trigo, 250 gramas de milho e 125 de mistura; o presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro e S. Tiago considerava, em 1920, que cada habitante necessitaria diariamente de 200 gramas de trigo e 100 gramas de milho (17).

Entre os tipos de pão de trigo mais utilizados estavam, por outro lado, o «raloio» e o de «rolão», este mais barato dois centavos em cada quilograma (18). Em 1917 a Câmara Municipal autorizou um pão de mistura, devido aos problemas então

encontrados com os abastecimentos e preços, mas este foi muito contestado (22), o que levou a que, a par dele, se fabricassem pães só de milho e rolão e só de trigo (23).

O azeite constituía também um elemento essencial da alimentação das classes pobres, segundo a Comissão Paroquial de S. Pedro e a Câmara Municipal (24). A sua produção, no entanto, era sobretudo exterior, sendo trazido do Ribatejo por almocreves (25).

Grande parte do valor calórico conseguido pelos habitantes de Torres Vedras não provinha, porém, dos alimentos mas do álcool, consumido em quantidade, dando origem a muitas das brigas familiares e inter-vizinhos. A sua ingerência começava desde o berço, segundo o médico de Dois Portos, Herminio Duarte Ferreira: muitas mães supriam as deficiências alimentares das crianças embebendo rolhas de pão em vinho açucarado. No resto da vida bebiam desde as água-pés do trabalho aos «licores» (26) das tabernas (27).

Estas existiam ao longo de todo o concelho, como já tivémos ocasião de observar. Além delas, existiam inúmeras tendas, igualmente distribuídas por todo o espaço concelhio (veja-se o quadro em anexo). Em 1900, de acordo com as licenças concedidas, encontramos também um vendedor ambulante de aguardente e dois comerciantes do mesmo produto, ambos no adro da igreja da Freiria. Esta totalidade é, por si, reveladora da quantidade de vinhos consumida no concelho. Os numerosos testemunhos das autoridades administrativas locais, por outro lado, confirmam a ingerência em excesso.

### 3) As Refeições

Nada sabemos sobre o quotidiano alimentar das pessoas da vila ou das mais abastadas das aldeias, mas depreendemos que ele não se afastaria dos padrões seguidos no resto do país (28). Como sucedia noutros locais, é também provável que ele se baseasse em muitos dos elementos colhidos em livros de culinária, os quais eram publicitados nos jornais locais: o Tratado Completo de Cozinha, de Carlos Bento da Maia, por exemplo, podia ser pedido à Livraria Guimarães e Cã, de Lisboa (29). Da mesma forma, algumas das crónicas destinadas a mulheres, nos periódicos de Torres Vedras, juntavam receitas e conselhos sobre a cozinha a outras rubricas, como moda, ou tratamentos de pele (30).

Os dias especiais, repetidos ou não no calendário, ficavam também assinalados por refeições mais elaboradas, que tanto podiam ser de confecção caseira como servidas por uma empresa. Em ambos os casos os pratos eram sempre muitos, particularmente de carne.

No primeiro caso o menú era mais simples, constituído sobretudo por produtos locais, quer de talho, quer de capoeira. Analisemos alguns.

Quando o filho do farmacêutico Rodrigo Costa, da Feliteira, foi baptizado, a ementa consistiu em canja, peixe, frangãos com ervilhas, pastéis de mariscos, costeletas de porco, pato com arroz, coelhos à italiana, vitela assada, bifes à Alentejana, cabrito assado, Perú assado, fiambres, salame e queijo (31); a refeição oferecida pelo grupo balnear de Santa Cruz ao nível dr. António Freire teve sopa de pevidinha, safio enguiado de caldeirada, presunto enfavado e enchouraçado, frangas adultas de fricassé, pato com arroz, carne assada em fitas com feijão verde (32); o mesmo foi também homenageado na vila com sopa pérola,

croquetes de carne, peixe com molho de alcaparras, vol-au-vent de frango, língua à jardineira, feijão à inglesa, perú com agriões (23); num jantar de confraternização, em 1914, foram servidos «sopa do século XX», pastéis de camarão, peixe ladrilhado, perú com ervilhas, pato com arroz e carne assada com macarrão (24). Estas refeições foram todas completadas por doces e frutas, além de diversos vinhos. Outras refeições, cuja carta chegou até nós, não se afastavam destes moldes: os galináceos eram os mais usados, bem como patos e perús, por vezes acompanhados de coelhos, a par de algum peixe. Os assados e fricassés eram também os preferidos, servindo-se os mariscos sobretudo em pastéis (25).

Quando era algum estabelecimento de fora do concelho, sobretudo de Lisboa, que se encarregava de fornecer a refeição, esta apresentava-se de forma mais requintada, muitas vezes com menú em francês. Vejamos o caso do «lunch» servido aos convidados dos noivos tenente Carlos Schiappa de Azevedo e D. Noémia Martins, pela pastelaria Marques:

Chauds: Petits vol-au-vents à la maréchale, Croquettes de veau au parmesan, Ressols de crevettes aux champignons;

Froids: Galantine de Volaille au pistache, Jambon de Westphalie à l'aspic, Filets de boeuf au cresson, Petits pains de foie gras de Strasbourg, sandwiches variées

Entremets: Gelée pied de boeuf au fruits frais, gace du lait et ananas-garfrettes

Dessert: galette Bretonne, Fruilletages farcies parfums assortis, petits fours à la française, gourmandises surfines à la ville de Lisbonne, fruits de Rouen au caramel, Bombons et dragées de Paris

Vins: nationaux et étrangers, café et liquers (26).

O jantar servido em Torres Vedras, por ocasião do casamento de D. Adelaide Julia Antunes Vilela e Mário Augusto Teixeira Dinis não era muito diferente deste tipo (37).

Entre os trabalhadores, o dia começava, ordinariamente, pelo «mata bicho», ou seja, pela bebida de aguardente (38). Alguns, no entanto, limitavam-se a comer pão (39).

O trabalho era interrompido durante duas vezes. A meio da manhã a paragem durava meia hora e destinava-se ao jantar; cerca do meio dia e meia o almoço estendia-se por uma hora. No Verão de 1918, quando a faina agrícola se prolongava das 8 às 20,30 horas (no Inverno parava às 17,30), havia também meia hora para merenda - além de duas horas para sesta (40).

O jantar consistia ordinariamente em batatas com bacalhau ou sardinhas, enquanto o almoço era composto por sopas de feijão, couves, etc. (41). João Silvestre, ao trabalhar com homens numa sua fazenda, em 1902, também merendou batatas, às 4 horas da tarde (42).

As refeições eram levadas ao campo por familiares dos trabalhadores (43), já que estes, geralmente, não tinham direito a comida fornecida pelos patrões (44). Podiam, no entanto, beber água-pé (na maior parte dos casos) ou vinho (45).

Nos dias de festividade esta alimentação era reforçada por alguns elementos mais apetecidos, como as filhoses pelo Carnaval e Natal, arroz doce pela Páscoa, broas dos Santos, galinha ou a pouca carne de vaca ou carneiro comprada durante o ano também pela Páscoa e no dia da festividade da terra (46).

## NOTAS

- 1) AGCMTV, Correspondência, caixa 3 .
- 2) Idem.
- 3) Folha, 3 de Maio de 1908.
- 4) AGCMTV, Correspondência, caixa 3.
- 5) AGCMTV, Consumo Praxável de Trigo, Milho e Centeio, 1916-17.
- 6) E. Maria Costa.
- 7) AGCMTV, Livro de Registo da Correspondência Externa da Administração, 1912, fls. 2 a 6.
- 8) Folha, 10 de Maio de 1908.
- 9) Ernesto Veiga de Oliveira, op. cit.
- 10) Albino Botelho e D. Belmira Santos.
- 11) Folha, 1 de Março de 1908.
- 12) Ibidem, 3 de Abril de 1910.
- 13) Gabriel Pereira, op. cit., p. 301.
- 14) Idem.
- 15) AGCMTV, Livro de Registo da Correspondência Externa da Administração, 1912, fls. 2 a 6.
- 16) AGCMTV, Correspondência, caixa 3.
- 17) Idem e Livro de Registo da Correspondência Externa da Administração, 1912, fls. 2 a 6.
- 18) AGCMTV, Documentos apensos ao Livro das Actas da Comissão Reguladora dos preços dos Géneros Alimentícios e da Comissão de Subsistências.
- 19) AGCMTV, Apontamentos Gerais de Vários Abastecimentos e Arrolamentos.
- 20) Idem.
- 21) Idem.

- 22) Ibidem, p. 45.
- 23) Idem.
- 24) Folha, 29 de Janeiro de 1911 e Governo Civil de Lisboa, Correspondência, 1911.
- 25) AGCMTV, Correspondência, caixa 2.
- 26) Referia-se essencialmente aos vinhos falsificados nas tabernas.
- 27) Folha, 28 de Dezembro de 1902.
- 28) Veja-se A. H. de Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, p. 617 e seguintes.
- 29) Vinha, 25 de Maio de 1905.
- 30) Vejam-se, por exemplo, as crónicas de O Torreense, Correio de Torres e O Jornal de Torres Vedras.
- 31) Folha, 27 de Setembro de 1903.
- 32) O Português, 1 de Outubro de 1909.
- 33) Folha, 22 de Agosto de 1909.
- 34) Vinha, 16 de Abril de 1914.
- 35) Podem encontrar-se outras ementas in ibidem, 30 de Setembro de 1909, Folha, 14 de Setembro de 1902, 2 de Agosto de 1903, 13 e 20 de Agosto e 24 de Setembro de 1905, 8 de Dezembro de 1912.
- 36) Folha, 25 de Agosto de 1907.
- 37) O Português, 15 de Julho de 1909.
- 38) Folha, 2 de Novembro de 1902 e 2 de Junho de 1907.
- 39) Albino Botelho.
- 40) AGCMTV, Boletins de Estatística Agrícola.
- 41) Albino Botelho.
- 42) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 43) Vinha, 8 de Julho de 1909 e D. Maria de Jesus Policarpo.
- 44) Nas notas dos salários estes eram sempre apresentados «a seco». AGCMTV, Boletins de Estatística Agrícola.

45) Vinha, 2 de Novembro de 1902 e 30 de Janeiro de 1908.

46) D. Maria de Jesus Policarpo, Albino Botelho e D. Belmira Santos.

## VI - A INSTRUÇÃO

### 1) A Instrução no País

«O homem vale, sobretudo, pela instrução que possui...» (1). Esta frase, integrada no preâmbulo do primeiro texto legislativo da República sobre a instrução, enuncia de forma clara a ideia deste regime sobre o assunto. Ela inseria-se num meio em que o analfabetismo atingia quase 70 % de toda a população portuguesa (2), um dos grandes males do País, a que urgia pôr cobro. Propunha-se, pois, a inversão do processo seguido pela Monarquia. E isto por dois processos: criando novas escolas, por um, laicizando e descentralizando o ensino, por outro (3).

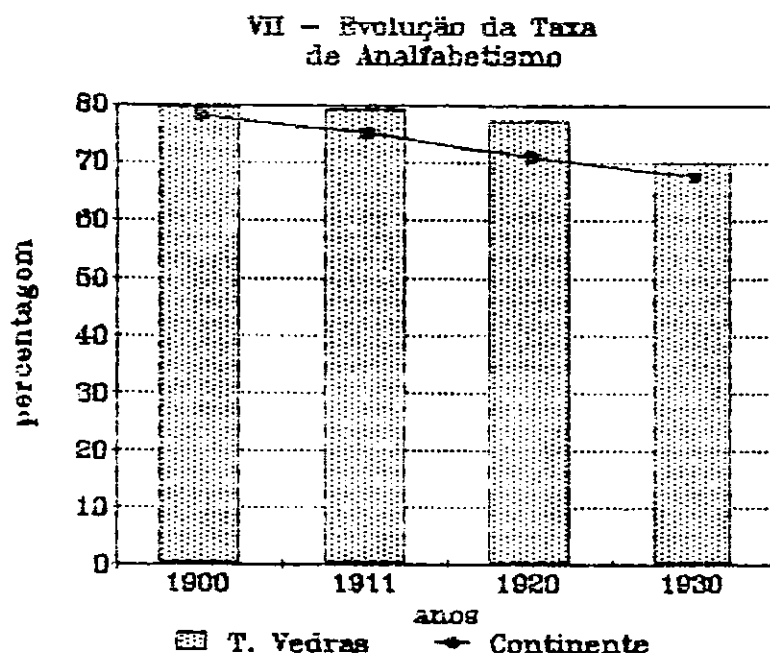
Estas propostas constituíam a principal novidade da República, já que, como salientou Oliveira Marques, nos programas e métodos pedagógicos não se notava uma revolução em relação a 1901 (4), em consequência, sem dúvida, do facto de a reforma do primeiro ano do século representar um avanço sobre o período anterior (5).

A concretização dos ideais, no entanto, encontrou inúmeras dificuldades. A prática cifrou-se mais em decretos do que em obras. O número de escolas não aumentou de modo satisfatório, nem o de analfabetos decresceu significativamente; alguns dos graus de ensino programados só funcionaram de forma incipiente e durante um tempo limitado; a descentralização, por fim, não resultou (6).

A Ditadura Militar e o Estado Novo trouxeram consigo um novo conceito de educação, alterando a ideologia dominante no sector para impôr a do regime, mas não julgando necessária a alteração qualitativa do ensino. Assim, a escola oficial, institucionalizada de acordo com os princípios do novo regime, apresentava-se, essencialmente, como meio de combate ao antecedente, como oposição às ideias republicanas (?).

## 2) O Analfabetismo no Concelho

O concelho de Torres Vedras contava, no primeiro terço do século XX, com uma percentagem de analfabetos superior à média



Fonte: Censo da População..., 1900, 1911, 1920, 1930. Os números relativos ao continente foram encontrados a partir do quadro de Oliveira Marques, Portugal, da Monarquia para a República, p. 520.

XII - População com Idade Superior a 7 Anos

	1900	1911	1920	1930
<u>Total da População</u>				
analfabetos	22959	25155	27194	27653
sabem ler	5900	6681	8051	11897
total	28859	31836	35245	39550
Percentagem				
analfabetos	79,6	79,0	77,2	69,9
sabem ler	20,4	21,0	22,8	30,1
total	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>Homens com idade superior a 7 anos</u>				
analfabetos	12197	13426	14452	13745
sabem ler	2986	3123	3944	7199
total	15183	16549	18396	20944
Percentagem				
analfabetos	80,3	81,1	78,6	65,6
sabem ler	19,7	18,9	21,4	34,4
total	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>Mulheres com idade superior a 7 anos</u>				
analfabetos	10762	11729	12742	13908
sabem ler	2914	3561	4107	4698
total	13676	15287	16849	18606
Percentagem				
analfabetos	78,7	76,7	75,6	74,8
sabem ler	21,3	23,3	24,4	25,2
total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo da População..., 1900, 1911, 1920, 1930.

nacional. Em 1900, por cada 100 habitantes do seu espaço, 79,6 dos que tinham mais do que sete anos não sabiam ler nem escrever. As alterações, contabilizadas pelos três censos seguintes, encaminharam-se para a redução desse número, mas de forma tão

lenta que, em 1930, o número dos não analfabetos mostrava um aumento de apenas 9,7 %.

Não podemos deixar de notar, por outro lado, que, enquanto até 1920, os torreenses que sabiam ler viram o seu número crescer muito mais lentamente do que os seus congéneres do total do continente português, o fenómeno se inverteu na década seguinte: a diferença destes últimos foi apenas 3,3 e a daqueles 7,3 %.

Ao contrário da média geral do País, no entanto, o número de analfabetos do sexo feminino era inferior ao dos homens entre 1900 e 1920. Estes dados alteraram-se na década de 20, verificando-se, neste período, uma tendência muito maior para a instrução de varões, tendo os que sabiam ler passado de 21,4 para 34,4 %, enquanto entre as mulheres esse crescimento foi apenas de 0,8 %. Por estas razões, a relação dos analfabetos por cada 100 pessoas dos sexos masculino e feminino passou a ser, respectivamente, 65,6 e 74,8.

Estes resultados impõem, todavia, algumas observações, já que a análise de cada ano, em separado, levou-nos a verificar que, enquanto as mulheres, de qualquer idade, se mostraram sempre mais letradas do que os homens, em 1930 sucedeu exactamente o contrário. Uma vez que nada justificou a escolarização, quase exclusiva do sexo masculino, na década de 20, só podemos constatar aquilo que é um facto conhecido: as deficiências nas informações dos censos.

### 3) As Escolas e a Sua Frequência

#### a) As Escolas Existentes

Entre 1900 e 1930 foi a escola primária que constituiu a quase totalidade da instrução oficial em Torres Vedras. Com efeito, o ensino infantil não teve aqui existência proposta pelas autoridades, conhecendo-se um único caso de uma professora particular, na vila, que aceitava crianças de 4 a 8 anos (9).

Com uma presença mais marcante, a instrução secundária esteve interrompida durante longos anos. A Escola Secundária Municipal foi instituída na sede do concelho em 1892, existindo ininterruptamente nos dez anos seguintes. Em 1902, contudo, a Câmara Municipal pediu a sua remodelação, de forma a que um só professor pudesse leccionar os 1º e 2º anos do curso geral de liceus, fundamentando-se no pouco aproveitamento e muita despesa daquela instituição. O Governo central, não atendendo ao que era pedido, deliberou antes encerrá-la.

Apesar de pouco depois se ter pedido a criação de uma outra, com um professor que ensinasse português e francês (\*), durante muitos anos Torres Vedras viu-se privada do ensino secundário, já que só em 1918, na sessão camarária de 24 de Abril, foi criada uma escola similar, inaugurada depois em Novembro de 1919 (10).

A imprensa da década de 20 veiculou algumas vezes a possibilidade do seu encerramento, levantando-se imediatamente um movimento de reacção. A Escola Secundária tornou-se num dos pontos de orgulho local, sendo pelos coevos considerado que ela «rivalisa com as escolas do país, suas congéneres, pela competência, zelo e dedicação do seu corpo docente sobejamente comprovada pelos excelentes resultados obtidos nos exames feitos em Lisboa» (11).

Não podemos esquecer, no entanto, que a par do ensino oficial existiam professores e instituições particulares, que completavam ou supriam as lacunas daquele. Isso mesmo sucedia neste grau.

Já no início do século alguns elementos da escola sustentada pela Câmara Municipal e pelo Estado ocupavam parte do seu tempo a leccionar particularmente, reconhecendo-se ser essa, em parte, a causa da diminuta frequência daquela (12). Outras pessoas aqui estantes aproveitavam também para aumentarem os seus rendimentos ensinando algumas disciplinas da instrução secundária, como era o caso de Joaquim António de Mendonça, ajudante da escola do sexo masculino da vila, em 1900 (13).

Depois do encerramento da escola, esta situação continuou a verificar-se, não havendo, no entanto, um tipo de ensino completo, mas apenas o de algumas disciplinas, sendo Francês, Português, Inglês e Geografia as mais usuais.

Em 1911 abriu o Instituto Politécnico, recebendo alunos de ambos os sexos para instrução secundária, curso completo dos liceus - além da primária e ensino comercial (14).

Existente até à restauração da Escola Secundária Municipal [aliás, o seu director, Augusto do Nascimento Gonçalves passou de uma para outra instituição (15)], este instituto supriu durante anos, segundo Júlio Vieira, a lacuna existente no concelho (16). A par dele continuou, todavia, a leccionação de algumas disciplinas deste nível por outros professores (17).

O estudo técnico também teve alguma expressão em Torres Vedras, emboar reduzida. No início do século a Quinta da Viscondessa, freguesia do Turcifal, era a sede da Escola de Viticultura Ferreira Lapa, destinada a operários qualificados.

A classe comercial foi objecto do cuidado do padre José Sant'Ana e Cunha e de José Henriques da Silva, que em 1906 e 1910, respectivamente, abriram cursos que lhe estavam destinados, o

primeiro de línguas e escrituração e o segundo de francês e geografia (18).

O ensino técnico oficial só voltou a ter lugar, no concelho, no final dos anos 20, por sugestão de França Borges para possibilitar que os alunos que abandonassem a Escola Secundária, por falta de meios, pudessem especializar-se. Por esta razão foi aberta uma aula de desenho industrial em 1929 - com 29 alunos no ano seguinte (19) - e um curso comercial - com 4 alunos no mesmo ano (20).

Se a escola primária constituía a maior parte do ensino do concelho, ela era também a que tinha edifícios geográficamente mais dispersos. Ao findar o século XIX todas as freguesias - excepto S. Maria e S. Miguel/S. Pedro e S. Tiago por terem ambas a sua sede na vila - estavam dotadas com pelo menos um estabelecimento de ensino (mapa IV), que tanto podia ser dedicado aos dois sexos - Ramalhal, Carvoeira e Freiria - como deixar um sem instrução - no caso eram sempre as raparigas, nas paróquias de A-dos-Cunhados, S. Pedro da Cadeira e Runa. A maior parte, no entanto, dispunha de duas aulas, uma para cada sexo.

Algumas das freguesias, pela sua dimensão, iam sucessivamente conseguindo mais instituições. Na de Dois Portos, como a escola oficial existente se situava na Ribaldeira, foi em 1906 criada uma outra na Feliteira e em 1911 a da sede da paróquia (21); neste último ano o Governo concedeu também escolas à Carvoeira, Carreiras e Zibreira, todas na mesma autarquia (22), à Freixofeira, da freguesia do Turcifal (23), Assenta, de S. Pedro da Cadeira, e Pedra, de S. Mamede da Ventosa (24). Em 1918 as

Mapa IV - Escolas Oficiais Existentes em 1899



- Escolas do Sexo Masculino
- = Escolas do Sexo Feminino
- + Escolas Mistas

Fonte: AGCTV, Correspondência, caixa 28.



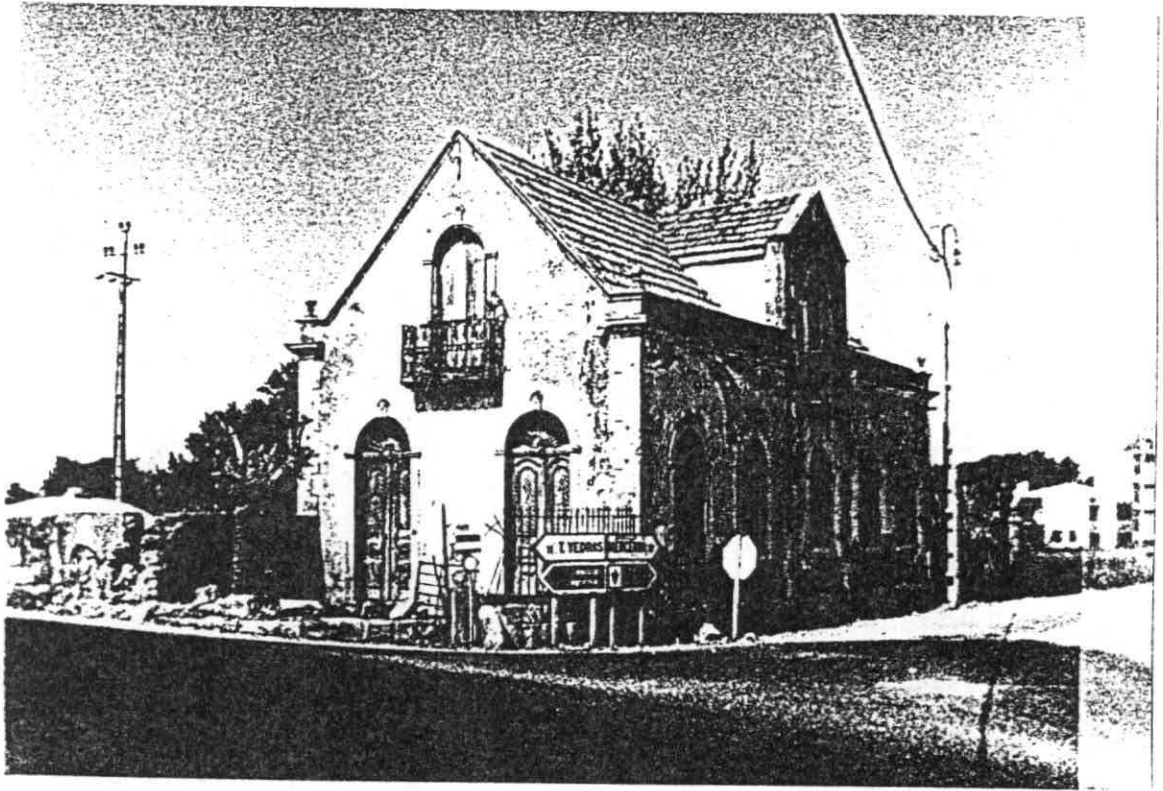


Figura 33 - Casa da escola de Dois Portos, criada em 1911.

existências podem ser analisadas no mapa V, tendo depois dessa data sido criadas algumas mais, até atingirem o número de 38, para ambos os sexos, em 1928 (25).

As escolas móveis, por outro lado, tiveram aqui pouca expressão, só se verificando a sua existência na freguesia de Dois Portos, em 1916 (26), e em Vila Fãcaia, em 1929 (27).

Os números atrás apresentados não significavam um aproveitamento completo destas instituições, por duas razões: a carência de instalações e de professores.

Muitas das escolas eram criadas apenas por lei, não havendo casas para o seu funcionamento. A escola móvel da freguesia de Dois Portos tinha esse problema (28); em 1918 não havia casa para as da Pedra, Zibreira, Carreiras, uma de S. Domingos de Carmões e a da Orjariça, a maior parte criada por decreto de 1911 (29).

Noutros locais sucedia uma interrupção durante algum tempo, mais ou menos longo. Na Feliteira, por exemplo, esteve alguns meses sem funcionar porque o proprietário do primeiro edifício exigira a sua devolução e cessação do contrato de arrendamento (30).

Note-se, por outro lado, que mesmo as que se encontravam abertas não dispunham sempre das melhores condições. Na Ponte do Rol, em 1902, parte das alunas não tinham lugar porque as cadeiras pequenas estavam inutilizadas, vendo-se obrigadas a sentarem-se no estrado (31). Um ano depois, abateu o sobrado da escola do sexo masculino de S. Mamede da Ventosa (32). Em 1907, na Feliteira, existia apenas a banca da professora e o quadro negro; as crianças levavam umas minúsculas bancas, de suas casas, para se sentarem (33). Na segunda metade da década de 20, fizeram-se queixas contra

a falta de material em S. Mamede da Ventosa e Carvoeira (34), enquanto o ensino do sexo feminino na Ribaldeira era ministrado num celeiro, o edifício destinado aos rapazes estava em mau estado e o telhado da escola mista de Dois Portos ameaçava ruir (35).

A isto acrescentava-se, frequentemente, a falta de lugares. Em 1900, por exemplo, o estabelecimento de ensino do sexo masculino, em Torres Vedras, não comportava o número de alunos, apesar de, infringindo a lei, estarem divididos em duas salas (36). O decreto que criava a escola da Feliteira mandava que se fizessem dois turnos de estudo, um para cada sexo, devido à pequena superfície da sala (37).

Um outro problema existente era o da distância que separava os estabelecimentos existentes das povoações que serviam. Muitas aldeias encontravam-se a mais de 2000 metros da sede da freguesia, estando portanto as suas crianças dispensadas da obrigatoriedade da escolarização, segundo a lei. Mesmo assim os dois quilómetros estipulados tornavam-se muitas vezes impossíveis, devido às condições climatéricas ou outras. Dois exemplos ilustram este caso. Os cidadãos da Feliteira e arredores (Gozundeira, Granja, Sovelas, Azenha, Dois Portos, Carvalhos, Patameira, etc.) afirmavam, em 1905, que o edifício escolar mais próximo ficava na Ribaldeira, a mais de 3000 metros, com percurso impossível, no Inverno devido às chuvas e no Verão pelo excessivo calor (38). Antes da inauguração da escola de Vila Facaia, em 1929, os alunos não podiam assistir à aulas durante o Inverno porque as comunicações ficavam interrompidas (39).

A acrescentar a estas situações fazia-se sentir, em Torres Vedras, tal como em todo o país, a falta de professores habilitados. A necessidade de abertura de concursos para

provimento de algumas escolas deparava com o atraso nas reformas dos que estavam aí colocados e com a inexistência de disponíveis.

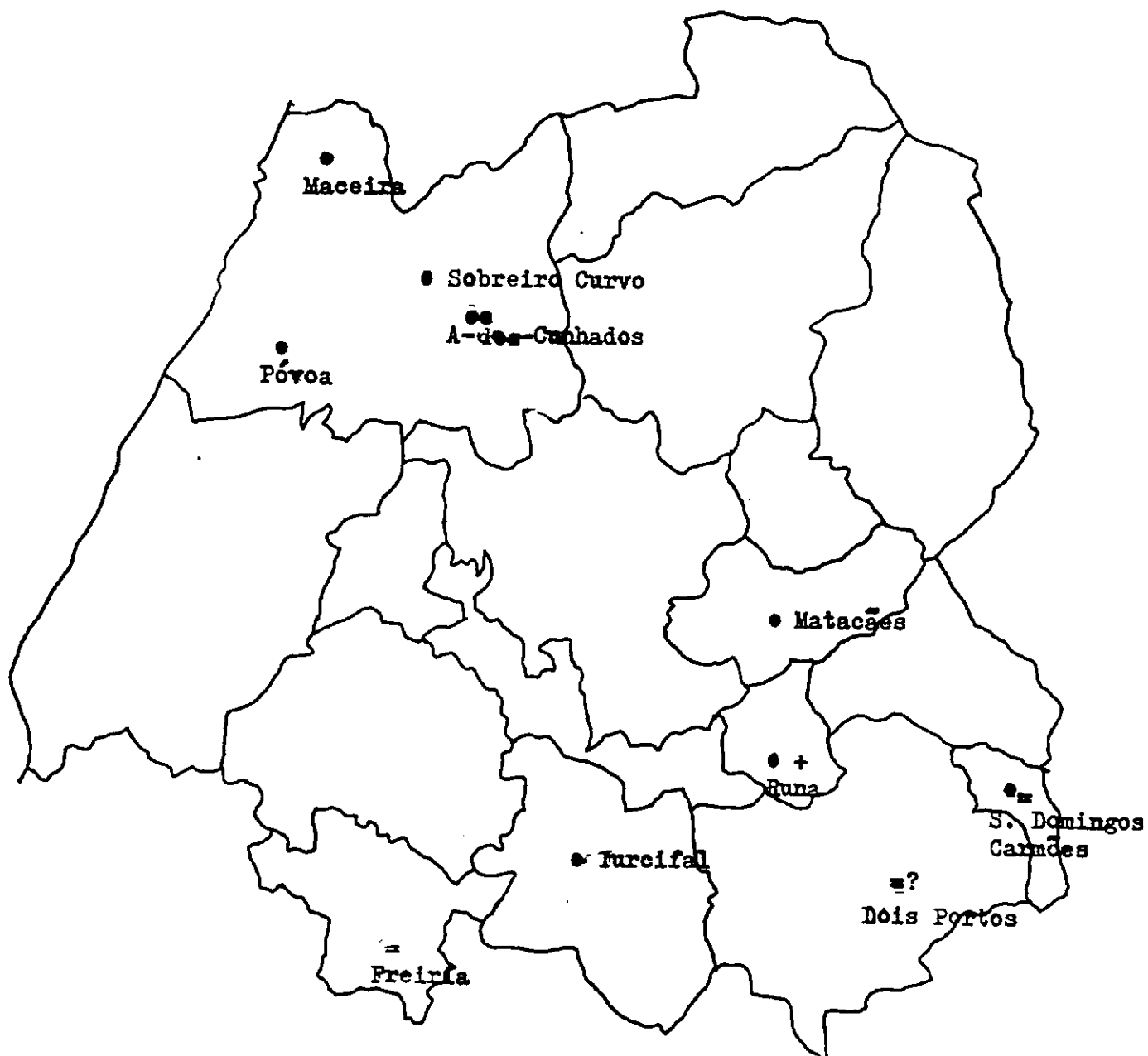
Desta forma a vila pela sua grande frequência precisava de um ajudante, mas quase nunca o teve; para que o professor pudesse ocorrer a todo o serviço, em 1902, socorreu-se do filho, apesar deste não ter vencimento até conseguir aquela nomeação, já no final do ano (40). Pelo menos cinco escolas estavam desprovidas de docentes em Dezembro de 1903: Maxial, A-dos-Cunhados, S. Pedro da Cadeira, Turcifal (sexo feminino) e Ponte do Rol (sexo masculino) (41). Em S. Domingos de Carmões as duas escolas encontravam-se encerradas em 1910 pela mesma razão - a dos rapazes há mais de 3 anos (42), com provimento, provavelmente, só em 1912 (43) - , enquanto a da Ribaldeira esteve fechada mais de 7 meses (44). Na Freiria, em 1929, o estabelecimento para ensino misto esteve longos meses encerrado, já que a última vez que a professora aí estivera demorara-se apenas 5 dias (45). No ano seguinte nenhuma das três instituições escolares da freguesia de S. Mamede da Ventosa tinham quem ensinasse os seus alunos (46).

Outra questão que se colocava era a da saída dos professores em qualquer altura do ano. Um caso concreto: o da escola oficial da vila deixou-a em Abril de 1912, apesar de a Câmara Municipal oficial às entidades superiores pedindo a sua continuação, pelo menos até à época de exames (47).

A leccionação particular tinha grande expressão, coexistindo com o ensino oficial em algumas localidades, suprimindo-o onde ele faltava.

Esta existência estava muito difundida. O mapa VI, onde observamos apenas casos conhecidos pelos regedores em Março de

Mapa VI - Escolas Particulares Existentes em Março de 1902



● sexo masculino

+ sexo feminino

= mistas

Fonte: AGCMFV, Correspondência, caixa 20.

1902, permite-nos reparar que algumas freguesias tinham mais do que um professor. Era o caso de A-dos-Cunhados, onde quatro pessoas ensinavam as crianças cujos pais podiam pagar-lhes. Noutros locais, no entanto, não era conhecida esta actividade. Há que notar, por outro lado, que ainda existiam escolas em Varatojo e na vila, as quais não estão aqui assinaladas.

Algumas vezes este tipo de instrução tinha lugar em escolas e colégios. Na sede do concelho, por exemplo, existia um colégio particular que recebia pensionistas desde 1895 (17) e Maria da Conceição Almeida abriu outro, misto, em 1900, numa casa que dizia higiénica (18). No mesmo ano Torres Vedras dispunha também do colégio Piteira (misto), na Rua do Castelo (19). Em 1912 havia um internato para meninas na Rua Serpa Pinto, onde se ministrava educação completa (20). O Colégio Torreense funcionava em 1916, na Rua França Borges, recebendo alunos internos e externos, podendo os professores deslocarem-se também à casa dos interessados (21), entre outros casos.

Mais institucionalizado, em Varatojo existia um instituto sob alçada religiosa, que encerrou em 1901 por questões políticas nacionais (22), reabrindo depois e permanecendo até à implantação da República. Também sob administração católica existia o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, criado por D. Maria da Conceição Barreto Bastos, destinado à educação de meninas pobres (23).

Mais comumente, no entanto, os professores recebiam os pupilos em sua casa, a troco de uma quantia estipulada, sem maiores formalidades.

Nos lugares onde coexistiam o ensino oficial e particular, eram muitas vezes aqueles docentes que, para aumentarem os seus poucos rendimentos, acolhiam estas crianças. Tomemos o exemplo de

Runa: a professora viu-se acusada de abandonar os alunos para, em seu prejuízo, leccionar particularmente; muitos pais viam-se obrigados a entregarem-lhes os filhos, a troco de pagamento, enquanto outros preferiam o pároco (32).

Outras vezes o trabalho oficial não se desenvolvia de forma satisfatória, obrigando à procura de soluções alternativas. Na Ponte do Rol havia queixas contra a encarregada da escolarização por não desempenhar o seu ministério com o zelo necessário, levando a que muitos encarregados de educação se vissem na contingência de enviar os filhos para colégios (33). No Ramalhal os serviços da docente também eram mal afamados, por isso «quem póde mandar ensinar as creanças particularmente como ha aqui pessoas que muitas poucas habilitações teem mas que chegam leccionar por dia 18 e 20 creanças» (34).

A situação que mais frequentementeurgia remediar, era, no entanto, a falta de professores oficiais, ou mesmo a escassez de escolas e lugares nas mesmas. No Turcifal os pais das meninas que pretendessem aumentar a sua instrução tinham de pagar a uma particular, já que não havia uma pessoa oficialmente provida (35); na Freiria, em 1929, a solução para problemas semelhantes passava pelo estabelecimento particular (36). Em Fernandinho, até à abertura da sua escola, existia uma senhora que recebia parte das crianças que não se deslocavam à sede da freguesia (37).

Parte destes professores, ao anunciarem os seus serviços nos jornais locais, afirmavam-se devidamente habilitados. Maria da Conceição Almeida tinha exame de instrução primária e labores (38), o mesmo sucedendo à senhora que ensinava no Colégio Particular da Rua de Trás do Açougue, em 1902 (39). Júlia dos Santos era diplomada em Lisboa (40) e Maria Madalena Tavares

Coutinho tinha exames de música e piano, do Real Conservatória de Lisboa, e do curso de liceus, como provava por cartas (\*). Outras professoras, de diversas localidades, tinham, por sua vez, a instrução primária. Era o caso de Marta Miranda, de Runa, e Jesuína Lopes, de Dois Portos, ambas em 1902; a do Turcifal, Beatriz dos Anjos Correia prestara as duas provas (\*\*).

Algumas, no entanto, eram completamente diferentes. Segundo o regedor de Matacães, em 1902, Gertrudes da Horta não tinha habilitações ou eram muito rudimentares; Maria da Conceição Ricardo, da Freiria, mal sabia ler e escrever (\*).

O preço destas lições era variável. A professora particular do Turcifal, em 1902, apesar de não dispôr de qualquer subsídio, recebia o que os pais queriam dar; a de Dois Portos fazia-se pagar a 300 réis por criança (\*7). O ensino elementar ministrado no Colégio Particular da vila, no mesmo ano, era mais barato, 240 réis; a classe dos exames custava 400 réis e as outras disciplinas (música, bordados, costura ou flores) 600 réis (\*8). A instrução secundária, em 1914, custava bastante mais cara, 1\$000 réis cada disciplina (Português, Francês, Inglês ou Lvores) (\*9).

Entre os tipos de estudo existentes em Torres Vedras temos de contar ainda com o que era feito em casa, mas os nossos conhecimentos sobre ele são muito poucos. Esta realidade educativa ficou atestada apenas pela notícia sobre Silvério Botelho de Sequeira, que ensinava seu filho (\*0), e pelas referências aos alunos propostos a exame, em diversos anos.

A aprendizagem era ainda completada pela música e labores, esta para as meninas, para os quais foram trabalhando também algumas professoras (71).

#### b) A Frequência

A primeira condicionante à frequência do ensino primário encontrava-se na quantidade e dimensão das escolas. A população em idade escolar era, com efeito, sempre reconhecida como muito numerosa para as estruturas existentes. Apontemos alguns casos.

Em 1899 foram recenseadas 5597 crianças para os 23 estabelecimentos educativos oficiais, o que equivalia a 243,3 rapazes e raparigas em cada. A realidade concelhia, porém, apresentava discrepâncias, observáveis no quadro XIII.

O caso menos grave era, sem dúvida, o de S. Domingos de Carmões, onde se reconheciam menos indivíduos em idade escolar, em qualquer dos sexos. Depois desta freguesia situava-se Monte Redondo, com 170, no total das duas escolas existentes.

No extremo contrário, encontrava-se a vila, integrando as duas freguesias que a compunham. Aí o total de crianças excedia todos os outros, mas nem por isso o número de escolas aumentava.

Os casos de S. Pedro da Cadeira e da Freiria seguiam-se em gravidade. O primeiro porque possuía apenas uma sala destinada aos numerosos elementos do sexo masculino, não havendo qualquer preocupação com a instrução das raparigas; o segundo porque a escola mista não podia, obviamente, comportar 567 alunos.

Além destas saliências não é possível, por outro lado, considerar satisfatória qualquer uma das outras situações, já que o espaço existente inviabilizava uma possível vontade de

aproveitamento do ensino por parte de todos os individuos na idade própria para tal.

XIII - ESCOLAS EXISTENTES E POPULAÇÃO ESCOLAR RECENSEADA EM 1899

Sede da Escola	freguesia	tipo	rapazes	raparigas	total	faltas para
	S. Maria e					
Torres Vedras	S. Pedro	masculino	543			
"	"	feminino		495		
Ribaldeira	D. Portos	masculino	263			
"	"	feminino		212		
Coutada	S.P.Cadeira	masculino	308			383 raparigas
Turcifal	Turcifal	masculino	208			
"	"	feminino		204		
Maxial	Maxial	masculino	122			
"	"	feminino		144		
Freiria	Freiria	mista			567	
Matações	Matações	masculino	88			
"	"	feminino		108		
Ramalhal	Ramalhal	mista			311	
A-dos-Cunhados	A-dos-Cunh.	masculino	124			
Carvoeira	Carvoeira	mista			289	
Ponte do Rol	P. Rol	feminino		76		102 rapazes
Corujeira	S.D.Carmões	masculino	72			
S. D. Carmões	"	feminino		73		
Runa	Runa	masculino	79			74 raparigas
S. Mamede	S. Mamede	masculino	223			
Moçafaneira	"	feminino		226		
Monte Redondo	M. Redondo	masculino	100			
"	"	feminino		70		

Fonte: AGCM TV, Correspondência, caixa 28.

Estes factos nunca foram alterados ao longo de todo o período em questão. Em 1903 o recenseamento escolar registava 4979 crianças, sendo a lotação de todas as escolas 846; só na vila foram apuradas 800 para os 140 lugares disponíveis nas duas salas; S. Pedro da Cadeira, com 559 possíveis alunos, tinha lugar para 31, enquanto a proporção em S. Mamede da Ventosa, em relação ao sexo feminino, era 206/18. Enfim, «seria um nunca mais acabar de exemplos que dariam bem a medida da maneira ridícula porque se acham organizados entre nós os serviços de maior importancia» (72).

Em 1928 a situação continuava precária. A Freiria tinha 296 crianças para uma única escola mista (73), S. Pedro da Cadeira contava 227 rapazes e 191 raparigas para cada sala (74), etc. No total eram 6779 possíveis candidatos (3398 do sexo masculino e 3381 do feminino) (75) para 38 edifícios (76), ou seja, um média de 178,4 alunos para cada aula.

Não menos importante que a possibilidade espacial era também a mentalidade em relação às escolas. A exemplo de muitos outros pontos do país, parte da população do concelho mostrava-se aversa à instrução. Assim, o correspondente de A Folha, em S. Pedro da Cadeira, afirmava:

«à parte raras excepções, o povo d'esta freguezia é inimigo da instrucção, e, quando se lhes falla sobre ta! assumpto, dão logo esta resposta:

«Quem quizer que as filhas aprendam pague! Para que precisam ellas aprender?... Para depois escrever aos namorados?...» (77).

A professora do Ramalhal, por outro lado, aproveitava a mesma ideia para se defender das acusações de que era alvo:

«Se a escola está quasi abandonada é isso devido ao pouco ou nenhum amor, que esta gentalha tem á instrucção...» (78)

A docente da escola do sexo masculino do Turcifal também notava que os pais e tutores de menores, por negligência e culposa contumácia, não cumpriam a lei escolar e, portanto, não matriculavam os seus filhos e pupilos; para obviar a este estado de coisas, lembrava a necessidade de, à Missa conventual, em três Domingos seguidos, ser lançado aviso de que todos os que não matriculassem as crianças - ou quando estas faltassem sem motivo justificado - seriam multados em um dia de trabalho, o qual iria duplicando em caso de reincidência (79).

A realidade é que, em muitos casos, as crianças não chegavam a pisar a escola, ou eram dela retirados muito cedo, para poderem participar nas tarefas domésticas (80): entre a aprendizagem escolar e a ajuda à família, sobretudo no pastoreio de animais, estas última opção apresentava-se, sem dúvida, como a mais proveitosa para todos.

A pobreza era, de facto, também um factor essencial para se compreenderem as razões que determinavam a abstenção do estudo. Em muitos casos, ele só podia ser obtido com grandes sacrifícios e vontade férrea. Em 1906 a Folha de Torres Vedras relatou um facto sintomático: Manuel Roberto Júnior, de Monte Redondo, não se importava de comer apenas papas e pão de milho para poder comprar os livros escolares (81).

Noutros casos era a caridade que permitia que estas crianças frequentassem a escola. O Colégio de Nossa Senhora da Conceição destinava-se a meninas pobres (82) e em 1907 foi criada uma comissão de beneficência e ensino da freguesia de S. Pedro, com o fim de proteger os pobres, facilitando-lhes o acesso à escola

primária, fornecendo-lhes livros, fato, calçado, etc., além de os incitar ao estudo, pela distribuição de prémios aos mais aplicados, assíduos e bem comportados (\*).

Perante estas questões, não causa estranheza o facto de grande parte das crianças não irem à escola. Dos 132 recenseados no Maxial, em 1901, apenas 48 foram inscritos (\*\*); em 1903, em A-dos-Cunhados, não se matricularam 11 individuos, subindo o número para 64 - 34 rapazes e 30 raparigas - em S. Domingos de Carmões; no ano seguinte, a mesma freguesia contou com 93 nas mesmas circunstâncias - 51 rapazes e 42 raparigas - e S. Mamede da Ventosa com 76 - respectivamente 49 e 27 de cada sexo (\*\*\*), só para apontar alguns exemplos.

#### XIV - FREQUENCIA DO ENSINO PARTICULAR EM 1902

local	tipo	frequência	professor
Turcifal	feminino	18	Beatriz dos Anjos Correia
Matações	"	?	Gertrudes da Horta
S.D. Carmões	"	6	Maria da Conceição Neves
"	"	3	? (filha de Alberto de Melo)
Dois Portos	feminino?	6	Jesuina Lopes
Freiria	misto	4 a 7	Maria da Conceição Ricardo
Runa	masculino	8	Pe Luis dos Santos
"	feminino	30	Marta Miranda
A-dos-Cunhados	"	9	Rosalina da Conceição Anacleto
"	"	10	Sabina Cosme Leal Henriques
Maceira	"	20	Jesuina de Jesus Jordão
Sob. Curvo	"	12	Maria Amélia da Conceição
Póvoa	feminino?	?	?

Fonte: AGCMTV, Correspondência, caixa 20.

As escolas particulares também não contavam muitos alunos, como se pode observar no quadro XIV e XV, onde se resumem as informações dos regedores e dos professores, respectivamente.

XV - FREQUENCIA DO ENSINO PARTICULAR EM 1903

local	tipo	frequência	professor
Torres Vedras	misto	11	Bárbara da Conceição Almada
"	"	13	Maria Madalena Tavares Coutinho
"	feminino	24	?
"	misto	27	Escola das Escadinhas do Castelo
Dois Portos	"	13	Jesuína da Conceição Lopes
Runa	masculino	14	Pe Luís dos Santos
"	misto	36	Marta Miranda
Matacães	"	13	Escola Particular de Matacães
S.D. Carmões	"	19	Escola Particular de Carmões
Varatojo	feminino	40	Colégio de S. José

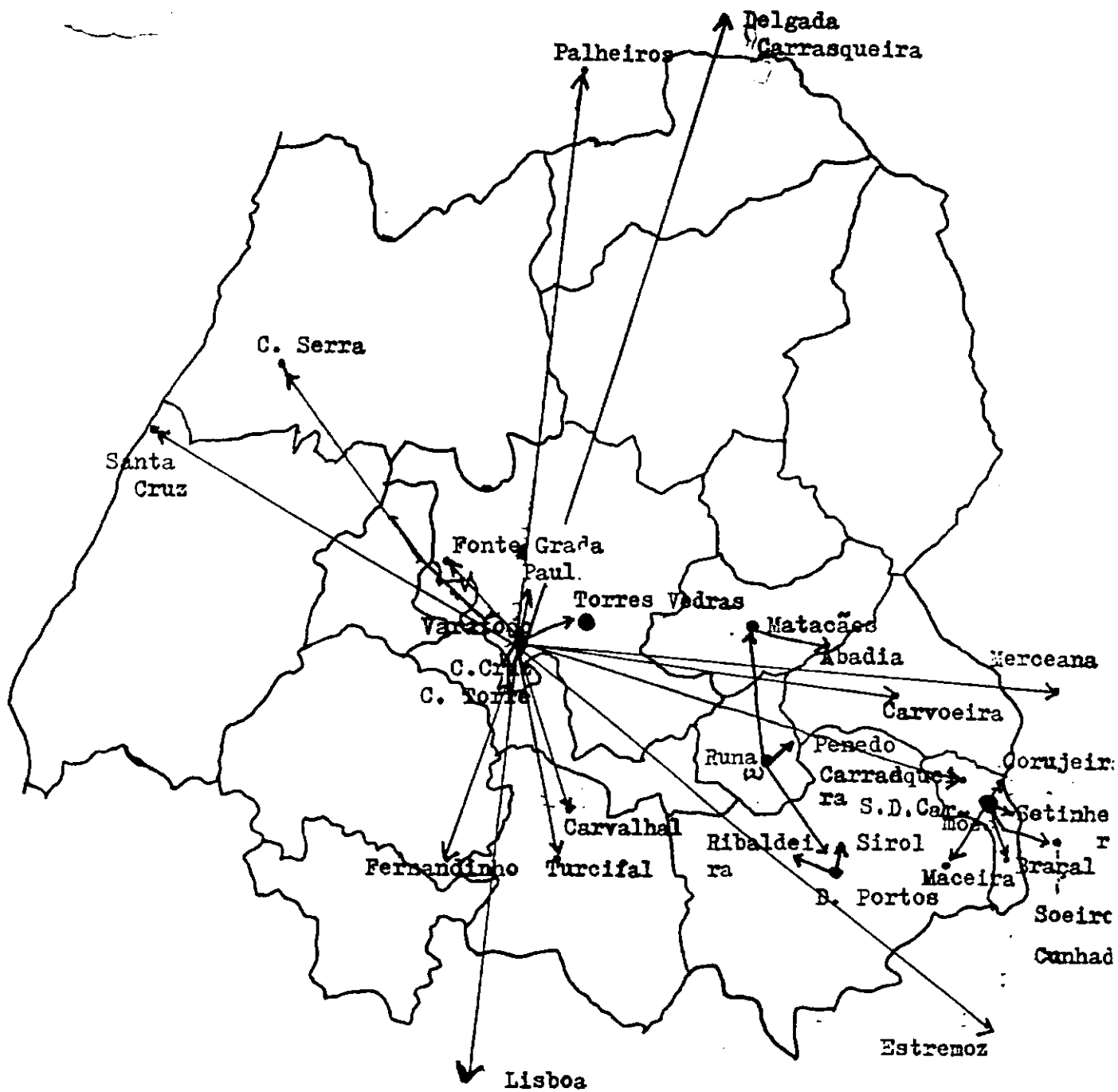
Fonte: AGCMTV, Documentos sobre Instrução.

O número de pupilos era, em alguns casos, muito limitado: apenas 3 os da filha de Alberto de Melo, da Ribeira de Maria Afonso (que se deslocava diariamente a S. Domingos de Carmões), por vezes 4, como na Freiria, ou 6 noutros lugares. Outros, porém, atraíam mais, destacando-se a professora Marta Miranda, de Runa. Para o sexo feminino, o colégio de S. José mostrava-se o mais apetecido. A Escola das Escadinhas do Castelo também chamava a atenção de muitos pais.

Repare-se, por outro lado, que os alunos de cada escola não eram necessariamente todos da localidade onde se encontrava situada, podendo mesmo extravasar a freguesia, como se mostra no mapa VII. O colégio de Varatojo destacava-se por atrair pessoas de muito longe.

Outro facto notável é muitos dos elementos destacados na economia, politica, ou cargos públicos do concelho, preferirem pagar a instrução da sua família, a colocarem-na na escola oficial. Alberto José de Bastos e Silva, comerciante, escolheu o

Mapa VII - Lugares de Proveniência dos Alunos das Escolas Particulares  
em 1903



• escolas

→ local de proveniência

(nota: algumas escolas tinham alunos das localidades onde se encontravam instaladas)

Fonte: AGCMTV, Documentos sobre Instrução.

Colégio de Varatojo para a sua filha; João do Carmo Mesquita, com a mesma actividade, preferiu que as suas filhas fossem ensinadas pela professora particular do lugar onde morava, Dois Portos, do que enviá-las diáriamente à Ribaldeira. Veríssimo Alves Dias, também comerciante, pagava ao padre Luís dos Santos, e João Gualberto de Barros e Cunha à docente Marta Miranda. Na vila, o solicitador Teodoro da Cunha, o farmacêutico David Simões e o juiz Manuel da Fonseca Achioli, entre outros, escolheram Maria Madalena Tavares Coutinho para leccionar os filhos. A escola mista das Escadinhas do Castelo contava com a preferência de alguns homens do comércio, como Angelo Custódio Rodrigues, António do Carmo Félix, Anselmo dos Santos Torres, Venceslau dos Santos, do funileiro José Luis Rolo, etc. (86).

Em 1908, curiosamente, encontramos algumas das crianças das famílias de maior nomeada da vila, como as Moura Guedes e Fivelim Costa, matriculadas na escola oficial (87); no ano seguinte a filha de Teodoro da Cunha fazia o mesmo (88); em 1910 os descendentes do juiz da comarca e do escrivão da fazenda também aprendiam na escola pública (89). Neste contexto, não podemos afirmar que os mais abastados procuravam exclusivamente o ensino particular como aquele que poderia proporcionar uma educação de qualidade aos seus filhos. Parece-nos antes que essa frequência terá obedecido a factores pessoais ou a épocas distintas. Repare-se que passaram vários anos entre as duas informações, o que poderá ter ocasionado alterações nos padrões qualitativos das escolas.

Não eram, no entanto, apenas os elementos cujos nomes pertenciam à política local ou aos ofícios mais mencionados pela imprensa que enviavam os filhos para escolas particulares. A da S.

Domingos de Carmões é disso exemplo: em 1903 pagavam-na 8 trabalhadores, 3 padeiros, 3 comerciantes, 1 barbeiro, 1 funileiro, 1 almocreve, 1 taberneiro e 1 carpinteiro (\*). Apesar das dificuldades, José Augusto Forcada, de Fernandinho, conseguia remunerar a senhora que ensinava sua filha Maria dos Anjos, em conjunto com outras crianças (\*), o mesmo fazendo o sapateiro Jacinto Botelho (\*\*).

Notemos, por outro lado, que alguns dos elementos mais proeminentes procuravam outras instituições, fora do concelho, para a educação dos seus filhos. Maria José e José Acúrsio, filhos do comendador Francisco Avelino Nunes de Carvalho, frequentaram os colégios de Benfica e Campolide, respectivamente (\*\*); este último estabelecimento foi comum a José de Bastos, filho de D. Carolina Bastos, Manuel Marques, descendente de Joaquim Pedro Marques, e Raul Dias Sarreira, de Francisco Dias Sarreira (\*), ou seja, de algumas das famílias de comerciantes mais importantes. A filha de João Germano Roque Pedreira, importante proprietário, esteve 5 anos e meio no Recolhimento das Salesianas, onde recebeu educação «esmeradíssima» (\*\*).

Mesmo matriculados, a frequência às aulas era incerta. Em 1900, quando a escola do sexo masculino tinha 113 inscritos, costumava ser assistida, aproximadamente, por 90 alunos, enquanto essa relação, na do sexo feminino, era 85/63 (\*). Dos 97 registados no Colégio de Varatojo compareciam, usualmente, 70 a 80 (\*\*). A frequência à escola da Silveira, em 1930, resumia-se a 60 crianças, quando os matriculados ascendiam a 97 (\*\*).

O testemunho da professora de Matacães também nos faz crer não ser estranha a ausência dos alunos durante algum tempo, desde

que a mãe se apresentasse, depois, a prestar satisfações; a sua surpresa foi apenas pela falta desta, quando, em 1902, uma aluna voltou à escola depois de a abandonar durante algum tempo (\*\*).

Foi a pouca concorrência da Escola Secundária que ocasionou, em 1902, o pedido para a sua remodelação e posterior extinção. Nos cinco anos anteriores o número de matriculados tinha sido apenas 71, tendo o aproveitamento, reflectido em exames, apresentado números ainda mais baixos, em consequência da existência de professores particulares (100).

#### XVI - FREQUENCIA DA ESCOLA SECUNDARIA MUNICIPAL

anos	total de alunos
1919/20	50 (191)
1920/21	54
1923/24	38
1924/25	43
1925/26	49
1929/30	54 (197)
1930/31	66 (197)

Fonte: Ecoss de Torres, 22 de Agosto de 1920, 18 de Agosto de 1921, AGCMTV, Documentos sobre Instrução, Gazeta de Torres, 29 de Dezembro, 23 de Fevereiro e 26 de Outubro de 1930.

Depois da restauração desta escola em Torres Vedras, o número de alunos que a frequentaram foi muito superior, rondando a meia centena por ano, apesar de algumas variações conjunturais.

Esta assiduidade dos primeiros tempos foi facilitada porque, apesar de particular, a instituição tinha todos os seus custos suportados pela Câmara Municipal (104). Sucedia, porém, que esse

facto levava a críticas, já que os alunos que aí compareciam eram filhos de pessoas que podiam pagar as respectivas despesas (105). Uma proposta do vereador João Ferreira Guimarães para a sua remodelação e aproveitamento dessa quantia em bolsas de estudo não foi aprovada (106), passando, em 1923, a serem cobrados 240\$00 ou 120\$00 de propinas, quantia que foi sucessivamente aumentada (107).

#### 4) A Vida nas Escolas

As aulas decorriam, geralmente, em dois períodos do dia. No Maxial, em 1901, por exemplo, elas tinham lugar das 9 às 14,30 horas, com meia hora de intervalo depois do meio dia.

As inovações pedagógicas só muito difficilmente eram introduzidas, atendendo à situação da concelho e, sobretudo, às próprias condições dos professores. As visitas de estudo, entre outros casos, mostravam-se raras, tendo chegado apenas duas ao nosso conhecimento: em 1912, a professora da Freiria levou os alunos à Serra, em passeio científico e higiênico, a fim de contemplarem o eclipse do sol (108); a da Ribaldeira trouxe os discípulos destinados a exame até aos estabelecimentos fabris e repartições da vila, em 1926 (109).

Dada a grande frequência, os professores utilizavam, por vezes, os alunos como seus substitutos. Isso mesmo sucedia com a docente da Ponte do Rol, acusada pelos habitantes da freguesia, ao que ela respondeu que apenas pedia a uma pupila, que já fizera exame, que tomasse a lição às mais pequenas, enquanto ela se ocupava das outras (110).

O ensino intensificava-se em épocas próximas das provas de avaliação oficiais. O professor Carvalho, da vila, chegava a trabalhar 10 horas por dia (111). Em oposição, surgiam reclamações contra a falta de zelo de alguns membros do corpo docente. O regedor do Ramalhal afirmava, em 1908, que a professora «parece que vota o maximo desprezo pelo ensino das creanças, leccionando esse pouco parece mais pelo amor ao seu vencimento do que á sua profissão», acusando-a de se entreter nas horas das aulas - embora os alunos afirmassem que ela só lia o jornal durante algum tempo, ocupando-se posteriormente das lições (112). A responsável pelo ensino de Runa, em 1902, também era apontada por abandonar os alunos (113).

Por vezes havia indisciplinas, facilitada pelo excesso de alunos (114). Mas compensavam-se por punições, muitas vezes excessivas. Manuel Miranda Pinto, de Matacães, queixou-se na administração, em 1899, contra o professor, porque espancara o seu filho (115); em 1902, em abaixo assinado, os habitantes de Runa afirmavam que a instrutora na freguesia maltratava as crianças (116). A pouca frequência da escola da Freiria, em 1911, era atribuída ao medo que os alunos tinham do mestre (117).

No campo oposto, o aproveitamento e bom comportamento premiavam-se, por vezes, no final do ano, com festas escolares (118). Algumas limitavam-se a um único estabelecimento, destacando-se o de Varatojo. Outras, porém, pretendiam ser comuns a todo o espaço concelhio, embora não fossem frequentadas por todos os alunos, por razões estranhas à sua vontade. Era o caso do já referido Manuel Roberto Júnior, que não veio à festa por falta de calçado (119).

## 5) Os Resultados

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas pelo corpo docente, a sua eficiência media-se pelo número de alunos levados a exame. Assim, a professora do Ramalhal foi acusada, pelo respectivo regedor, de só ter apresentado uma ou duas crianças áquelas provas desde que aí se encontrava (120). Caso semelhante sucedia em Monte Redondo, em 1927, já que, em 10 anos, apenas um pupilo tinha feito exame (121).

Contrariamente a estes resultados, o responsável pelo colégio particular de Dois Portos patenteava, em anúncio, os seus bons serviços, também traduzidos no aproveitamento dos alunos (1º grau, 2 suficientes, 1 bom e 1 óptimo; 2º grau, 3 aprovados):

«Aos chefes de família que desejem instruir em sólidos princípios e não queiram fundamentar o desenvolvimento intellectual com irrisórias classificações obtidas, não pelos meritos de cada um, mas por lamentaveis favoritismos, deploraveis conluios e perigosissimas excepções que ridicularizam as classificações; despristigiam o trabalho, fomentando a enfatuada ignorancia, factor da nossa inferioridade intellectual, patenteamo-lhes o resultado supra, producto de um trabalho serio, desprotegido e incansavel, como se deprehende do facto de tal resultado ser tirado de 11 creanças que estudavam em dois gráus; havendo entre ellas uma que, n'um anno, venceu ís 2 graus» (122).

Sucedia, porém, a que a ida a exame ultrapassava a vontade dos professores, porque muitos encarregados de educação retiravam os filhos das escolas antes dessa data (123) - o que, aliás, dificultava a promoção do docente, também ela baseada nas estatísticas das provas. Aquela fuga ao diploma acontecia devido

ao preço do exame, 2\$760 réis em 1900, divididos entre propinas e papel selado (124), mas também por se reconhecer a sua inutilidade.

Na realidade, se o conhecimento não era, muitas vezes, associado à transmissão de muitos conhecimentos escolares - a professora de ensino livre, Bárbara Almada queixava-se por não poder ensinar, como devia, as suas alunas porque os progenitores vinham a sua casa dizer que não as aplicasse muito, por ser desnecessário (125) -, ainda se mostrava menos em relação à prestação de provas. Esta ideia tinha a concordância de um jornalista de a Folha de Torres Vedras, em 1902, a propósito do encerramento da Escola Secundária:

«Mas então só quem faz exames é que é sabio e só esse aproveita? Os exames dão por ventura sabedoria a alguém?

«É necessário desconhecer o influxo que tem nos espiritos a instituição escolar para se desconhecer que o aproveitamento se não conta só pelo numero de exames, mas pelo numero da frequencia também.

«Muitos querem aprender, mas nem todos querem ou precisam de fazer exame» (126).

Neste contexto, também o aproveitamento de algumas discipulas, para a professora de Matacães, não passava pela prestação de provas finais: «parte das alunas entram para a escola sem saberem persignarem-se, indolentes, teimosas e surdas; e consigo fazer d'ellas um ente util» (127).

Por todas estas razões, o número de alunos propostos a exame foi geralmente reduzido, em qualquer grau. Assim, o primeiro, ou seja, o que encerrava as três primeiras classes, totalizou apenas

118 alunos dos dois sexos em 1906 (128), baixando para 80 em 1928 (129). Em 1930 foram 105 (130).

Depois de feitos, os resultados variavam. A extravasarmos a ideia resultante da análise dos de 1928 e 1930 - os únicos anos para os quais possuímos notícias dos reprovados - quase todos os alunos passavam, já que, nesses anos, tal não sucedeu apenas a 4 e 1, respectivamente (131).

As notas positivas eram sobretudo óptimos. Em 1908 ela foi atribuída a mais de 70 alunos, contra 25 bons e cerca de 10 suficientes (132). Em 1910 a proporção foi de 40 notas máximas, 18 bons e 2 suficientes (133).

Os exames de 2º grau, correspondentes à quarta classe ou admissão aos liceus, apresentavam uma dificuldade suplementar. Antes de 1902 realizavam-se nas cidades ou sedes de todos os liceus (134), o que obrigava à deslocação dos alunos ao Liceu Central de Lisboa. Em 1900, por exemplo, estiveram aí 34 alunos de Torres Vedras, 7 raparigas e 27 rapazes - dos quais só um reprovou (135).

Depois da entrada em vigor do decreto de 19 de Setembro de 1902, que reorganizava os serviços de instrução, estas provas passaram a ser realizados na sede do círculo escolar (136), tendo, portanto, os torreenses de se deslocarem a Alenquer. Este facto suscitou muitas críticas porque agravava a situação das crianças mais desfavorecidas, porque encarecia as viagens e estadia (137) - esta última durava cerca de uma semana, repartida entre a escrita, orais e, finalmente, a espera dos resultados (138).

Esta situação levou a que o número de alunos deslocados até Alenquer fosse pequeno. Em 1905 foram apenas 15, repartidos entre

três escolas (a que se acrescentaram 5 alunas da escola do sexo feminino da vila que se encontravam em Lisboa) (137).

Depois de 1906 houve um movimento para que esses exames fossem feitos em Torres Vedras. A Câmara Municipal chegou a representar nesse sentido (138), mas não viu atendidas as suas pretensões. Só a partir de 1908 elas passaram a ser possíveis, de acordo com o decreto de 27 de Julho de 1907, pagando-se os seus custos.

A primeira reacção da edilidade foi negativa, alegando não poder suportar esses encargos (139). Todavia, a requerimento de alguns professores e pais dos alunos do concelho, reconsiderou a sua posição e pediu a realização desses exames na vila (140), o que veio a acontecer (141).

A questão continuou a colocar-se nos anos seguintes, impõndo-se sempre o problema da despesa, para cuja divisão os municípios vizinhos se comprometeram - nem sempre cumprindo (142) - trazendo para aqui os seus alunos.

Só em 1913 é que a questão foi definitivamente sanada, quando o concelho passou a a sede de círculo escolar.

Era também em Lisboa que os alunos da primeira Escola Secundária de Torres Vedras faziam exames, embora em número reduzido. Em 1900, por exemplo, foram apenas 6, assim distribuídos:

Virgílio da Conceição Costa - Português

Leandro Teófilo da Cunha - Geografia e Inglês

Afonso Avelino Pedreira Vilela - Geografia, Desenho e Francês

Asdrubal José Rodrigues da Silva - Desenho

Alberto Gomes Pedreira - Desenho

António Manuel Freire Nunes - Desenho (145).

O ensino particular continuou com o sistema dos exames feitos na capital. Em 1912, no entanto, foram os professores do Liceu Central Pedro Nunes que se deslocaram a Torres Vedras, para, a convite do director do Instituto Politécnico, examinarem os alunos do curso de liceus que aí estudavam (146).

Depois da nova introdução da ensino secundário, os seus resultados foram um acto de orgulho local, devido ao seu brilhantismo quando se deslocavam a Lisboa, em provas (147). Numéricamente também encontramos grandes satisfações: em 1919/20, 33 dos 56 alunos concluíram o curso ou passaram de classe (148), sendo a proporção, no ano seguinte, de 35 para 54 (149).

Notemos, no entanto, que nem todos os alunos seguiam a totalidade do curso. Segundo a sindicância feita em 1929, por França Borges, em 10 anos tinham-se matriculado 571 indivíduos, mas apenas 51 tinham atingido a 5ª classe e 16 terminaram-na. O maior número de inscritos pertencia à duas primeiras classes, 387 no total. Ou seja, mais de 50 % ficava com o segundo ano, dedicando-se posteriormente ao comércio, indústria e agricultura (150).

## NOTAS

- 1) Decreto com força de Lei de 29 de Março de 1911.
- 2) A. H. de Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, p. 519.
- 3) Decreto de 29 de Março de 1911. Veja-se também A. H. de Oliveira Marques, op. cit., p. 527.
- 4) Op. cit., p. 527.
- 5) Ibidem, p. 525.
- 6) Sobre os fracassos da política de instrução republicana vejam-se Oliveira Marques, op. cit., António de Nóvoa, Le Temps des Professeurs, vol. II, e Manuel Ferreira Patrício, «A Instrução Pública: os Limites de uma Reforma», in Portugal Contemporâneo, vol. 3, pp. 233 a 252.
- 7) Maria Filomena Mónica, Educação e Sociedade no Portugal de Salazar.
- 8) Vinha, 26 de Outubro de 1911.
- 9) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 76.
- 10) O Torreense, 26 de Outubro de 1919, Vinha, 6 de Novembro de 1919, A Reconstituição, 28 de Dezembro de 1922.
- 11) Ecos de Torres, 4 de Janeiro de 1921.
- 12) Folha, 16 de Novembro de 1902.
- 13) Ibidem, 26 de Abril de 1900 e seguintes.
- 14) Ibidem, 13 de Agosto de 1911, 21 de Julho de 1912 e 24 de Julho de 1913.
- 15) Vinha, 6 de Novembro de 1919.
- 16) Júlio Vieira, op. cit., p. 210.
- 17) Vinha, 19 de Fevereiro de 1914 e 27 de Junho de 1918.

- 1º) Folha, 23 de Setembro de 1906 e 3 de Abril de 1910.
- 1º) Gazeta de Torres, 30 de Março de 1930.
- 2º) Ibidem, 27 de Março de 1929, 9 e 23 de Março de 1930.
- 2º) Folha, 15 de Janeiro de 1911.
- 2º) Ibidem, 15 de Janeiro e 9 de Abril de 1911.
- 2º) Ibidem, 13 de Agosto de 1911.
- 2º) Ibidem, 9 de Abril de 1911.
- 2º) Gazeta de Torres, 23 de Dezembro de 1928.
- 2º) Vinha, 9 de Novembro de 1916.
- 2º) O Jornal de Torres Vedras, 29 de Novembro de 1929.
- 2º) Vinha, 27 de Outubro de 1915.
- 2º) AGCMTV, Documentos sobre Instrução.
- 2º) Vinha, 15 de Abril de 1909.
- 2º) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 2º) Folha, 6 de Dezembro de 1903.
- 2º) ANTT, MIP, caixa 159, processo 27.
- 2º) Gazeta de Torres, 14 de Outubro de 1928.
- 2º) Ibidem, 25 de Novembro de 1928.
- 2º) AGCMTV, Actas, livro 35, p. 165 v2.
- 2º) ANTT, MIP, caixa 159, processo 27.
- 2º) Idem.
- 2º) Gazeta de Torres, 17 de Novembro de 1929.
- 4º) Vinha, 6 de Fevereiro de 1902.

- 41) Folha, 6 de Dezembro de 1903.
- 42) Ibidem, 25 de Fevereiro de 1910.
- 43) Ibidem, 31 de Março de 1912.
- 44) Ibidem, 30 de Julho de 1911.
- 45) Gazeta de Torres, 28 de Abril de 1929.
- 46) Ibidem, 23 de Março de 1930.
- 47) AGCMTV, Actas, livro 37, p. 165 *vs.*
- 48) Vinha, 10 de Julho de 1907.
- 49) Folha, 11 de Março de 1900.
- 50) Ibidem, 28 de Outubro de 1900 e Vinha, 15 de Fevereiro de 1900.
- 51) Folha, 7 de Janeiro de 1912.
- 52) Vinha, 24 de Fevereiro de 1916.
- 53) Ibidem, 25 de Abril de 1901.
- 54) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 55) Ibidem, caixa 17.
- 56) ANTT, MIP, caixa 121, processo 15.
- 57) Ibidem, maço 50.
- 58) Folha, 19 de Julho de 1903.
- 59) Gazeta de Torres, 28 de Abril de 1929.
- 60) D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 61) Folha, 11 de Março de 1900.
- 62) Vinha, 11 de Setembro de 1902.
- 63) Ibidem, 15 de Novembro de 1900.

- 64) Ibidem, 28 de Outubro de 1909.
- 65) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.
- 66) Idem.
- 67) Idem.
- 68) Vinha, 11 de Setembro de 1902.
- 69) Ibidem, 19 de Fevereiro de 1914.
- 70) Ibidem, 23 de Agosto de 1906.
- 71) Por exemplo ibidem, 15 de Novembro de 1900, 11 de Setembro de 1902, 10 de Julho de 1907, 28 de Outubro de 1909, 5 de Janeiro de 1911 e 19 de Fevereiro de 1914, O Português, 15 de Outubro de 1909, Folha, 28 de Julho de 1912, A Reconstituição, 16 de Julho de 1922, O Torreense, 9 de Julho de 1922 e 22 de Junho de 1924.
- 72) Folha, 6 de Dezembro de 1903.
- 73) Gazeta de Torres, 4 de Novembro de 1928.
- 74) Ibidem, 11 de Novembro de 1928.
- 75) Ibidem, 4 de Novembro de 1928.
- 76) Ibidem, 23 de Dezembro de 1928.
- 77) Folha, 2 de Agosto de 1903.
- 78) ANTT, MIP, Maço 50.
- 79) AGCMTV, Correspondência, caixa 5.
- 80) Casos de Albino Botelho e D. Maria Costa.
- 81) Folha, 14 de Outubro e 4 de Novembro de 1906. Estas criança recebeu, depois, um donativo de Ana de Castro Osório, impressionada com a sua situação e vontade (caso referido nesta última data).
- 82) AGCMTV, Correspondência, caixa 20.

- 82) Vinha, 22 de Agosto de 1907.
- 84) ANTT, MIP, caixa 8, processo 2.
- 85) AGCMTV, Documentos sobre Instrução.
- 86) Idem.
- 87) O Português, 15 de Julho de 1908.
- 88) Vinha, 29 de Julho de 1909.
- 89) Ibidem, 21 de Julho de 1910.
- 90) AGCMTV, Documentos sobre Instrução.
- 91) Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 92) Albino Botelho.
- 93) Folha, 8 de Outubro de 1899.
- 94) Ibidem, 29 de Outubro de 1899 e Vinha, 27 de Dezembro de 1900.
- 95) Folha, 24 de Agosto de 1902.
- 96) Ibidem, 24 de Maio de 1900 e Vinha, 31 de Maio de 1900.
- 97) Vinha, 7 de Novembro de 1907.
- 98) Gazeta de Torres, 2 de Março de 1930.
- 99) AGCMTV, Correspondencia, caixa 20.
- 100) Folha, 16 de Novembro de 1902.
- 101) O relatório da Comissão Executiva da Câmara, no entanto, apontava o número de 56. Ecos de Torres, 4 de Janeiro de 1921.
- 102) Este número variou conforme os meses porque se refere ao movimento escolar. Esta soma foi a mais elevada e registou-se em Dezembro de 1929 e Janeiro de 1930. Gazeta de Torres, 29 de Dezembro de 1929 e 23 de Fevereiro de 1930.

- 103) Refere-se aos inscritos no início do ano lectivo.
- 104) Ibidem, 27 de Julho de 1930. Estes gastos ascenderam a 1313\$50 para a sua instalação e 12000\$00 anuais, aproximadamente, para a sustentação. Ecos de Torres, 4 de Janeiro de 1921.
- 105) O Torreense, 27 de Agosto e 8 de Outubro de 1922.
- 106) Ibidem, 8 de Outubro de 1922.
- 107) AGCMTV, Documentos sobre Instrução.
- 108) Folha, 21 de Abril de 1912.
- 109) A Nossa Terra, 24 de Junho de 1926.
- 110) ANTT, MIP, caixa 121, processo 15.
- 111) Vinha, 31 de Maio de 1900.
- 112) ANTT, MIP, maço 50.
- 113) AGCMTV, Correspondência, caixa 17.
- 114) Vinha, 16 de Janeiro de 1902.
- 115) AGCMTV, Correspondencia Confidencial da Administração.
- 116) AGCMTV, Correspondencia, caixa 17.
- 117) Folha, 5 de Março de 1911.
- 118) Vejam-se algumas descrições in Vinha, 22 de Outubro de 1908, 18 de Março e 18 de Novembro de 1909, O Português, 1 de Novembro de 1908.
- 119) Folha, 4 de Novembro de 1906.
- 120) ANTT, MIP, maço 50.
- 121) AGCMTV, Correspondência, caixa 22.
- 122) O Português, 15 de Outubro de 1908.

- 123) Folha, 9 de Setembro de 1906, Ecos de Torres, 5 de Dezembro de 1920, O Torreense, 4 de Abril de 1922, Gazeta de Torres, 14 de Outubro e 4 de Novembro de 1928.
- 124) Folha, 17 de Junho de 1900.
- 125) AGCMTV, Documentos sobre Instrução.
- 126) Folha, 16 de Novembro de 1902.
- 127) AGCMTV, Correspondencia, caixa 20.
- 128) Vinha, 5 de Julho de 1906.
- 129) Gazeta de Torres, 8 de Julho de 1928.
- 130) Ibidem, 3 de Agosto de 1930.
- 131) Ibidem, 3 de Agosto de 1930.
- 132) Folha, 19 e 26 de Julho de 1908, O Português, 15 de Julho de 1908. Os números são um pouco diferentes conforme os jornais.
- 133) Vinha, 21 de Julho de 1910.
- 134) Decreto de 18 de Março de 1897, art. 100.
- 135) Folha, 19 de Agosto de 1900.
- 136) Decreto de 19 de Setembro de 1902, art. 1770.
- 137) Vinha, 2 de Agosto de 1906.
- 138) Ibidem, 16 de Agosto de 1906 e 14 de Maio de 1908.
- 139) Ibidem, 17 de Agosto de 1905.
- 140) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 174 v0.
- 141) Ibidem, p. 236.
- 142) Ibidem, p. 237 v0.
- 143) Vinha, 30 de Julho de 1908.

- 144) AGCMTV, Actas, livro 37, pp. 25 e 28, Vinha, 2 de Junho de 1910.
- 145) Ibidem, 2 de Agosto de 1900 e Folha, 29 de Julho de 1900.
- 146) Folha, 18 de Agosto de 1921.
- 147) Ecos de Torres, 22 de Agosto de 1920.
- 148) Ibidem, 4 de Janeiro de 1921.
- 149) Ibidem, 18 de Agosto de 1921.
- 150) Gazeta de Torres, 20 de Outubro de 1929.

## VI - A SALUBRIDADE, A DOENÇA E A MORTE

### 1) A Higiene, a Saúde e a Morte

A situação higiênica de um lugar contribui, de forma decisiva, para o estado de saúde da sua população. Com efeito, quando as condições de salubridade se mostram deficientes, onde a higiene é precária cresce a ameaça de doença, isolada ou sob a forma de epidemias.

Conscientes desta realidade, as autoridades estatais vinham a intervir desde, pelo menos, os finais do século XVIII e inícios de XIX, no sentido de disciplinar os excessos, combater as más condições de vida e reduzir os efeitos da morte (1). Ao começar a centúria de 1900, no entanto, os problemas continuavam graves, por falta de estruturas adequadas, quer materiais, quer humanas e mesmo mentais: os esforços e reclamações dos responsáveis sanitários encontravam pela frente grandes carências, práticas e costumes adversos.

A morte, por outro lado, era a consequência inevitável de muitas destas doenças. Mas, mais do que isso, ela marcava uma posição de diferenciação entre os vários níveis da sociedade: funcionava mesmo como a última distinção de cada pessoa num grupo, pelo acompanhamento, cerimónias ou sepultura.

### 2) Aspectos Gerais da Salubridade do Concelho

No primeiro terço do século XX sucederam-se as queixas contra o estado deplorável da salubridade do concelho de Torres Vedras, sem excepções entre a vila e as povoações rurais.

Tal situação era devida, essencialmente, a três factores: a deficiência das estruturas, a falta de cuidados e a presença de animais.

A primeira destas causas sentia-se no abastecimento de água e rede de esgotos. Na sede do concelho, a canalização daquele líquido tornou-se mesmo um dos temas de política local mais veiculados pela imprensa da região, sobretudo em épocas de eleições ou grandes antagonismos. Apesar dos vários estudos efectuados, só no segundo lustro da década de 20 é que ela foi possível. Até aí a água era clinicamente má, segundo um dos médicos do concelho (?), além de insuficiente (?). Nas aldeias, ela provinha de poços e fontanários com problemas igualmente graves. Apontemos alguns exemplos.

O cano que a conduzia desde a fonte pública ao marco da Ribaldeira, em 1900, estava tão mal feito que deixava entrar a terra, saindo o líquido barrento; nestas condições, segundo o sub-delegado de saúde, os habitantes daquele lugar bebiam a água que lavava a rua, onde abundavam os excrementos de animais, de pessoas e outras imundícies (\*). O fontanário do Amial encontrava-se, em 1903, em péssimas condições, junto a um lodaçal (\*\*), enquanto os das freguesias de S. Domingos de Carmões e Dois Portos não se viam melhores: no Furadouro, entre outros casos, alguns indivíduos utilizavam a fonte para fazerem os seus animais compartilharem a água com os moradores da aldeia (\*). Na sede desta última freguesia, havia pouca água, o que levou um grupo de pessoas a representarem à Câmara Municipal, pedindo um subsídio para a sua

canalização (7). Alfeiria sofria, em 1909, com a infiltração do rio e do tanque de lavar a roupa no seu chafariz (8).

A solução, ante a incapacidade de os poderes públicos resolverem a questão - ainda em 1928 grande parte das correspondências da Gazeta de Torres versava o assunto -, passava pelo encerramento dos locais de abastecimento daquele líquido, sendo bastantes, nesse sentido, as insistências do sub-delegado de saúde, nas sessões da edilidade. Mas a proibição do uso de uma fonte ou poço não fazia mais do que levar as populações à procura de novos lugares, nas mesmas, senão piores, condições. Isso mesmo considerava a Câmara Municipal que, em 1905, deliberou oficial ao responsável pela saúde do concelho, fazendo-lhe sentir a necessidade de serem abertos ao público os poços municipais que por sua ordem tinham sido tapados, mandando colocar, por cima deles, letreiros bem legíveis, esclarendo que o seu conteúdo era impróprio para consumo interno (9) - o que era, no mínimo, irónico, atendendo ao grau de analfabetismo existente.

A questão do escoamento dos esgotos não se mostrava problema menor, além de repetido pela imprensa e colocado com grande insistência pelos médicos do concelho (10), até, finalmente, terem um plano de funcionamento aprovado para a vila, em 1929 (11). Antes, as reclamações alargavam-se a todo o espaço da sede do concelho - ainda em 1927 se viam valas a descoberto nas Ruas dos Polomes e Cândido dos Reis, Porta da Várzea, Bairro das Covas e parte nascente da Horta Nova (12) -, apesar dos casos mais prementes se situarem no Bairro Tertuliano e Rua da Corredoura - oficialmente Rua Cândido dos Reis, a partir de Outubro de 1910.

Naquele bairro, na extremidade sul de Torres Vedras, já nos primeiros anos do século se verificava que, apesar de muito

populoso, os despejos se lançavam em fossas fixas e permeáveis, junto aos prédios; os canos, além de mal feitos, ficavam sem escoamento, pois o leito do rio, onde desaguavam, não tinha a diferença de nível necessária (13). Em 1910 o proprietário iniciou outro encanamento, mas ainda de forma defeituosa e sem a profundidade exigida (14).

Na Rua da Corredoura, a de maior movimento, as valas que recebiam os dejectos encontravam-se destapadas e, não raramente, entupidas; os focos de imundície foram uma constante ao longo dos anos (15).

A esta falta de estruturas sanitárias acrescentavam-se as de hábitos de higiene. Elas traduziam-se, em muitos casos, na existência de pocilgas e capoeiras, pouco limpas, junto às casas, e na utilização dos espaços públicos como sentinas e locais de despejos (16). Fazia-se ainda sentir a falta de varreduras das ruas e a poluição do rio, provocada pelos rescaldos das caldeiras de destilação (17).

Nos espaços rurais, onde uma rede de esgotos era então impensável, as estrumeiras faziam parte integrante de cada casa. São elucidativas as palavras de Augusto Eliseu de S. Boaventura, profundo conhecedor das realidades locais:

«As nossas aldeias são em geral um montão de casebres negros e imundos. Negros porque nunca viram cal, imundos porque cada porta tem como ornamento obrigatório a mais mal cheirosa esterqueira onde quasi sempre um porco fossa e grunhe constantemente. Das esterqueiras correm formando caudal líquidos delecterios, que ao sol quente de verão nos obrigam a passar correndo, e se transformam em focos pestilenciaes onde vive e medra toda a casta de microbios. Quando toda esta porcaria está no

estado mais perigoso de propagação cava-se n'ella a enxada e em cestas se transporta ás terras, mesmo pelo centro das povoações que ficam horas, e ás vezes dias, sujeitos a essas remoções perigosissimas...» (1°).

Os animais vagueando pelos arruamentos, eram também muito frequentes, quer nas aldeias, quer na vila. Além dos cães, não raramente raivosos, os porcos mostravam-se igualmente muito comuns.

As proibições e multas sucediam-se, visando sobretudo estes últimos animais. A Folha de Torres Vedras levou a cabo uma campanha, em 1904, contra os cães, cujos efeitos nefastos se faziam sentir pela transmissão da raiva. Nem sempre logrou resultados, porque as classes menos instruidas insistiam no acompanhamento por canídeos. O mesmo jornal apontava um exemplo do seu fracasso: alguns proprietários mais esclarecidos da Ribaldeira apoiavam a luta contra a raiva, mas viam-se obrigados a suportarem os animais nas suas propriedades, sob pena de perderem os trabalhadores que, face à proibição, procurariam outros patrões (1°).

### 3) A Doença

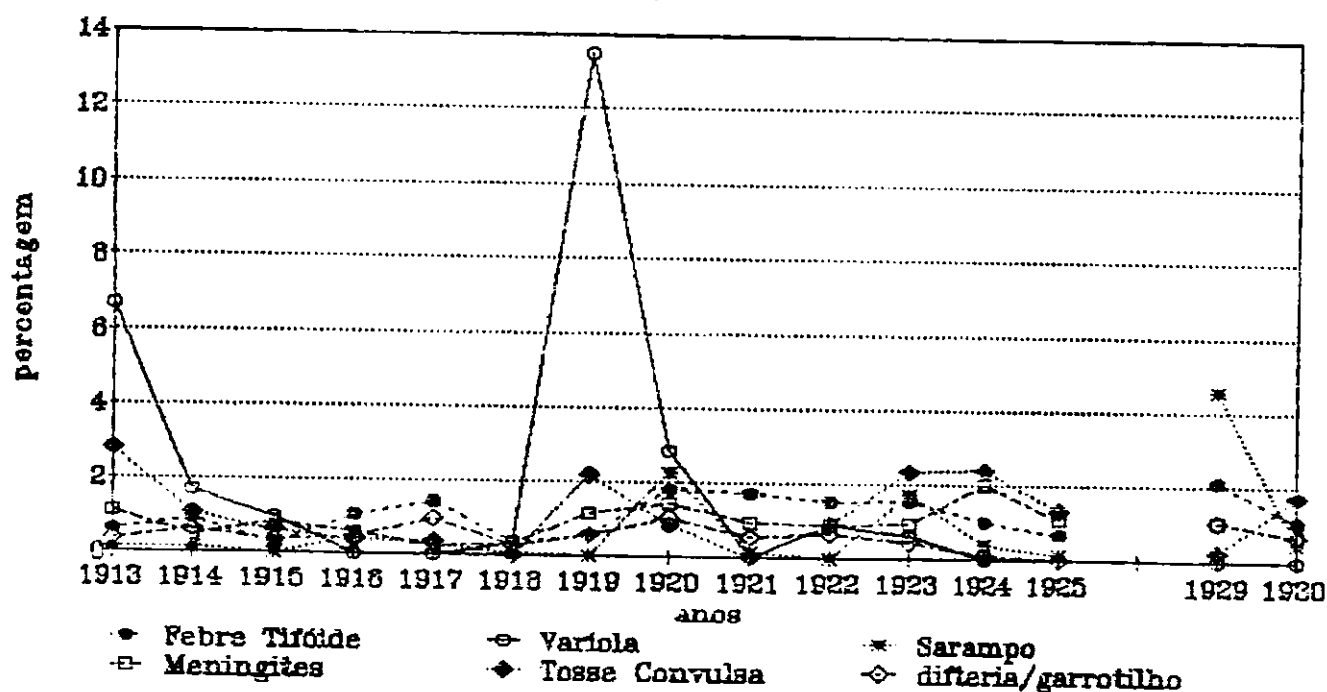
#### a) As Doenças mais Frequentes

Estas condições de higiene causavam, declaradamente, muitos problemas de saúde, por vezes mesmo epidemias. Entre todas, a varíola parece ter sido a mais frequente.

Era usual aparecerem todos os anos, ao longo do concelho, alguns casos, mais ou menos numerosos, de pessoas afectadas por

esta doença (20). Quando a sua influência se mostrava mais intensa, ela tornava-se mesmo uma das principais causas de morte no concelho. Assim, em 1913, por cada 100 pessoas falecidas, 6,7 viram o fim da vida devido à variola, subindo essa percentagem para 13,5 em 1919 - note-se que grande parte dos óbitos foi registada sem indicação de causa, o que poderia fazer subir estes números (21). Noutros anos, porém, a sua actividade diminuiu, chegando mesmo a não provocar qualquer morte, como sucedeu em 1916, 1917, 1921, 1924, 1925, 1929 e 1930.

#### VII - DOENÇAS EPIDÉMICAS MAIS FREQUENTES



Fonte: Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, 1913 a 1925, 1929 a 1930.

Outros tipos de doenças infecto-contagiosas eram as febres tifóide ou palustres, as meningites, o sarampo (22) e a tosse convulsa, todas de consequências inferiores às da variola. Assim, a febre tifóide não causou mais do que 19 mortes no período para o

qual dispomos de estatísticas, sendo esse número registado apenas uma vez, em 1920; em 1929 também faleceram 18 pessoas pela mesma causa, mas nos outros anos aconteceram muitos menos casos. Os óbitos provocados pelo sarampo também não se alargaram, excepto em 1920, 1923 e 1929, quando ascenderam a 24, 17 e 39, respectivamente. A tosse convulsa foi mais grave em 1913, 1919, 1923 e 1924. Já a difteria nunca se mostrou de forma tão séria, uma vez que o número de vidas a que pôs termo não foi elevado, nem se lhe encontram referências noutras fontes. A escarlatina raramente se fez sentir na morte.

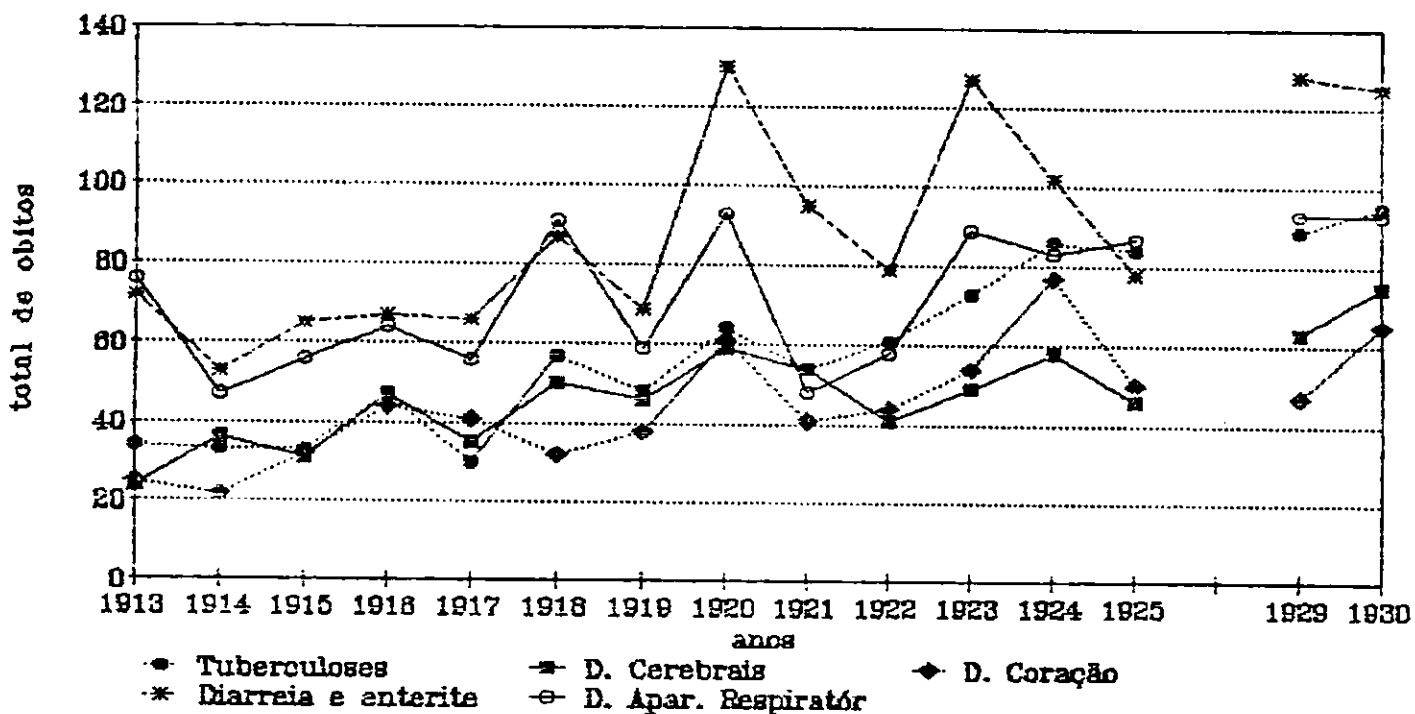
Algumas vezes, a dimensão destas epidemias excedia o concelho. Entre todas, o surto de gripe pneumónica, em Outubro e Novembro de 1918, foi, sem dúvida, a mais importante. No concelho de Torres Vedras, ela manifestou-se sobretudo nas freguesias do Turcifal, Ponte do Rol e S. Pedro da Cadeira, mas, na generalidade, nenhuma parte do concelho foi poupada; a vila tornou-se, no entanto, no espaço onde a mortalidade foi menos intensa, já que dispunha de socorros mais rápidos (22).

A tuberculose, por outro lado, tal como no resto do País, também aqui se fazia sentir, causando muitas mortes e com tendência para progredir, segundo a opinião de um dos clínicos locais, Júlio César Lucas (24). Na realidade, as estatísticas mostram que o número de óbitos causados por esta enfermidade, com algumas variações, elevou-se bastante a partir de 1918, devido à influência da carestia de vida e ao abandono dos tuberculosos emergentes da Grande Guerra, segundo a opinião daquele médico.

Na impossibilidade de analisarmos, de outra forma, a ocorrência de mais doenças, socorremo-nos das causas de morte, apesar das suas deficiências: primeiro porque, obviamente, grande

número das enfermidades não levavam ao fim da vida, depois porque, como já referimos, da maior parte dos registos de óbitos, até 1925, não constava a causa. Não obstante, consideramos que esta fonte permite verificar quais as doenças mais graves e a sua frequência.

IX - "CAUSAS DE MORTE MAIS FREQUENTES"



Fonte: Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, 1913 a 1925, 1929 a 1930.

Depois da tuberculose, era o conjunto de outros problemas pulmonares que se mostrava mais perigoso (gráfico IX), destacando-se, entre eles, as pneumonias e bronquites agudas. As doenças cerebrais - congestão e hemorragia cerebral, amolecimento do cérebro - seguiam-se-lhe em número, vindo depois os problemas cardíacos.

Entre os mais pequenos, até à idade de dois anos, abundavam as enterites e desinterias. Na realidade, sendo uma das causas de

morte mais frequentes, ela cingia-se quase totalmente aos elementos daquela idade, com poucos casos a ultrapassá-la.

Os cancros, cirroses do fígado e nefrites encontravam-se também com alguns números relativamente importantes, ao contrário dos problemas de estômago.

#### b) A Prevenção

A forma reconhecida como mais eficiente para prevenir algumas destas doenças era a vacinação. Esta, gratuita, efectuava-se regularmente nas casas dos médicos e farmácias, ou seja, na vila (sub-delegação de saúde), em Dois Portos ou Ribaldeira, Runa (no Hospital de Inválidos Militares), Turcifal, A-dos-Cunhados, Maxial e S. Pedro da Cadeira (25) - apesar de nem sempre em simultâneo.

A concorrência à vacina seguia ritmos irregulares. Enquanto em Julho de 1906 se verificou que tinha sido ministrada a bastantes crianças e adultos na farmácia de S. Domingos de Carmões (26), dois meses depois constatava-se que a frequência tendia a diminuir, «devido a ignorância e incuria das famílias que não querem compreender a utilidade da vaccina» (27).

#### c) A Ida ao Médico

Em caso de doença colocava-se a questão da ida ao médico. Nem sempre, porém. Primeiro por questões de mentalidade. Como informava a professora de Matacães, em 1900, havia perto de três anos e meio que tinha uma aluna com remela; aconselhara-a a consultar o médico, mas não fora ouvida; o mal propagou-se na

escola, mas só a docente se dirigiu ao cirurgião, não vendo o seu exemplo seguido por nenhuma das discípulas (20).

Outro factor determinante encontrava-se na falta de dinheiro para remuneração do facultativo e posterior compra dos medicamentos. Apontemos um caso: Joaquim dos Santos, da freguesia da Carvoeira, faleceu em 1902 devido à tuberculose, «à mingua», segundo o seu médico; enquanto os pais tiveram bens para vender ou empenhar pôde ser assistido e receitado; quanto aqueles se acabaram, teve de prescindir da medicina (21).

É certo que o regulamento da existência de facultativos municipais determinava a obrigação de consulta gratuita a um determinado número de pobres, mas ela não abrangia a totalidade dos necessitados. Por isso, algumas circunstâncias e pessoas tentavam remediar as situações de maior carência. Joaquim A. da Cunha, farmacêutico de S. Pedro da Cadeira, tornou público, no ano de 1902, que fornecia gratuitamente os medicamentos aos pobres dessa freguesia e da Ponte do Rol (22); no ano de 1907, em plena crise vinícola, Máximo Brou, da Ribaldeira, atendia gratuitamente os que acorriam ao seu consultório (23); outros médicos facilitavam o pagamento até os enfermos disporem de recursos (24). A ida ao hospital era outra das soluções, porque os que não tinham dinheiro eram atendidos sem pagarem. Finalmente, outro meio de assistência provinha das associações que incluíam o combate às enfermidades entre os seus objectivos.

Em todo o concelho existiam várias destas agremiações. Na vila estava sediada a Associação de Socorros Mútuos 24 de Julho de 1884. A a freguesia de A-dos-Cunhados contava com outra, denominada «Nossa Senhora da Luz», fundada em 1902. Em 1929, uma

comissão de proprietários e comerciantes da Silveira uniram os seus esforços para conseguirem algo de semelhante.

Os benefícios destes agrupamentos destinavam-se, naturalmente, aos seus associados e respectivos familiares. Apesar disso, estendiam-se também a outros necessitados. Atentemos no caso da Associação de Socorros Mútuos de A-dos-Cunhados: nos seus primeiros vinte e cinco anos de vida, foram feitas 9952 consultas, assim distribuídas: 4870 sócios (48,9 %) e 1266 filhos (12,7 %), além de 3816 estranhos (38,3%), dos quais só 3068 pagaram e 748 beneficiaram dela gratuitamente (24,4 % de todas as consultas dos que não eram associados em seus familiares); em 1928 a assistência médica alargou-se a 203 sócios (43,6 %), 97 seus filhos (20,8 %) e 166 não sócios (35,6 %), 73 atendidos sem dispenderam dinheiro com os serviços do clínico (elevando, portanto, a percentagem dos não-sócios mas que recebiam serviços gratuitos para 44,0 %) (13).

As dificuldades para consulta do médico encontravam-se ainda no seu reduzido número e distância da maior parte das povoações.

Ao raiar do novo século, os facultativos estavam sediados apenas na vila (doutores Justino Xavier da Silva Freire, sub-delegado de saúde, médico municipal, do hospital e da Associação de Socorros Mútuos 24 de Julho de 1884, e Júlio César Lucas, municipal e do hospital) e nas povoações de S. Pedro da Cadeira e Dois Portos, a cargo, respectivamente, de Agostinho José de Figueiredo Cardoso e Hermínio Duarte Ferreira. Com âmbito muito mais limitado, o Hospital de Inválidos Militares tinha assistência própria. Em 1902 A-dos-Cunhados passou também a gozar da medicina.

A criação de um partido médico na Ribaldeira, então a povoação mais importante da freguesia de Dois Portos, parece ter

começado em 1904, ano em que os seus moradores dirigiram uma representação à Câmara Municipal, tendo esta acedido e dotado esse cargo com 150\$000 réis anuais (34). O processo, porém, arrastou-se (35), só sendo resolvido na sequência de uma promessa eleitoral, em 1906 (36).

O primeiro facultativo foi Artur Máximo Brou, que alargou as suas actividades às freguesias de Dois Portos, S. Domingos de Carmões e Turcifal - nestas últimas nas farmácias locais, respectivamente duas e três vezes por semana (37). Mas a sua estadia não foi longa, já que pediu a demissão em Dezembro de 1907 (38). Depois desta data, a Ribaldeira viu-se, por vezes, desprovida de clínico, com a saída de alguns deles e o atraso na abertura dos concursos, chegando o partido a ser extinto na década de 20. Em 1926, finalmente, entrou numa fase mais estável, com a nomeação do doutor Francisco Brites Moita, que permaneceu aí durante longos anos.

No Maxial, a criação de um partido semelhante fora decidida em Março de 1895, mas não chegou a efectivar-se na realidade. Em 1905 ainda os seus moradores pediam que ela fosse resolvida definitivamente (39). Só em 1908, no entanto, é que Aurélio Ricardo Belo se fixou na localidade, como médico do partido particular últimamente criado (40).

José Antunes Martins, influente do Ramalhal, possibilitou o serviço clínico na freguesia, a expensas suas, provavelmente em 1918, ano em que a comissão administrativa da Junta de Freguesia exarou nas suas actas um voto em seu louvor (41).

Afonso Avelino Pedreira Vilela, filho de uma das famílias de proprietários muito conhecidas na região, inscreveu-se como médico do concelho em Março de 1913 (42). Nos anos da guerra, entre 1916

e 1918, a vila contou com outro facultativo municipal, José de Bastos (43), também descendente de membros influentes na política e economia locais. Depois de uma passagem pelas campanhas militares de França, voltou a instalar-se em Torres Vedras, enquanto outro recém-formado do concelho, Boaventura Dias Sarreira, seguiu o seu exemplo (44).

Estes elementos, contudo, não significaram aumento em relação à situação anterior, dado o desaparecimento de alguns dos clínicos mais velhos. Em 1926 ainda só se contavam cinco médicos oficiais em todo o concelho, quatro na vila e um na Ribaldeira (45), o que equivalia a 8383 pessoas do concelho para cada. Para além deles, só exerciam os do Hospital de Inválidos Militares de Runa.

Note-se, no entanto, que outros diplomados em medicina foram também registados: João Lendolphe Bravo, na vila, em 1917, Avelino José Vieira, em Runa no ano seguinte, Mário de Barros e Cunha, na mesma localidade, em 1921 (46). As suas passagens, todavia, foram efémeras. Mais longo foi o serviço de António Figueira Freire - filho de Justino Xavier da Silva Freire - que exerceu aqui na primeira década do século e nos últimos anos deste estudo.

Temos, até ao momento, referido unicamente a existência de médicos, sem repararmos nas outras especialidades relacionada com a medicina. Estas estiveram, no entanto, representadas pelos dentistas.

O primeiro estabelecimento data de 1909, quando António Pedro Gomes, cirurgião-dentista, abriu consultório na Rua das Flores e anunciou que também se deslocava a casa dos doentes que o requeressem (47). «Fazia-se sentir a falta de um estabelecimento d'esta ordem», notava A Vinha de Torres Vedras

(<sup>10</sup>), já que até esse momento os pacientes que necessitavam deste tipo de serviços tinham de se deslocar a Lisboa, encarecendo, por isso, o tratamento (<sup>11</sup>). As Caldas da Rainha devem ter sido outro ponto de destino, atendendo a que os dentistas dessa localidade tinham anúncios nos jornais locais (<sup>12</sup>).

Em momentos especiais, Torres Vedras também dispusera destes serviços, mas apenas esporadicamente. Assim, entre 15 de Agosto e 30 de Setembro de 1906, Heitor d'Emarghi, de Lisboa, aproveitou a sua hospedagem em casa de Henrique Reis Pereira, da vila, para exercer a sua profissão (<sup>13</sup>).

#### d) O Hospital

O hospital era um dos meios para tratamento dos necessitados. Era mesmo o seu lugar privilegiado, como se lia num jornal local:

«Fundada pela caridade christã para allivio dos soffrimentos dos desgraçados, a Santa Casa da Misericórdia é dos pobres, e os administradores d'ella não fazem mais do que o seu dever obrigando os empregados a ser sollicitos e a tratarem os infelizes que ali dão entrada como quem tem direito aos seus serviços, e não como se fosse favor.

«Os pobres devem encontrar ali sempre entrada prompta e disvelados cuidados...» (<sup>14</sup>).

Nem sempre, porém, assim sucedia. Em alguns momentos reconhecia-se que os elementos humanos prestavam maus serviços a quem necessitava de recorrer áquele estabelecimento. Numa noite de 1902, Pedro de Melo, das Lapas Grandes, conduziu o seu filho, de três anos, gravemente enfermo, ao hospital, mas não foi admitido e a criança morreu pouco depois (<sup>15</sup>). Este facto foi participado em

juízo, o mesmo sucedendo à recusa das Irmãs de Caridade em receberem um individuo ferido, que aí compareceu acompanhado por dois policiaes, por ordem do administrador (54).

Em 1905, quando as acusações contra Manuel Francisco Marques foram muitas, os casos de maus tratamentos apontados às mesmas religiosas, aí instaladas por decisão sua, foram, também, numerosos. Entre outros, relataram a experiência vivida por um dos doentes que aí estivera internado: as refeições faziam-se a horas irregulares, as dietas não eram observadas, a alimentação mostrava-se má e os remédios ficavam esquecidos; quando os doentes contestavam o tratamento recebiam más respostas; tinham de rezar todos os dias, junto de um oratório; independentemente do seu estado, eram todos obrigados a levantarem-se às 5 horas da manhã; os convalescentes tinham de fazer o serviço dos criados, etc. (55).

Em 1910 voltaram a repetir-se a indignações contra o que se passava, mais uma vez integradas num contexto político de opposição à direcção ds Santa Casa. António da Silva Faustino aguardou quarenta minutos antes de ser admitido, apesar de ter levado uma facada (56); as prescrições dos médicos não eram cumpridas, mais uma vez não se atendia às dietas nem aos chamamentos dos doentes e exigia-se dinheiro aos pobres (57). As reclamações do momento dirigiam-se, no entanto, sobretudo contra o enfermeiro, considerado um «verdadeiro selvagem» (58). Nestas circunstâncias, havia quem considerasse que valia «mais morrer em casa, ao canto d'uma parede, do que entrar em tal hospital» (59).

Apesar de as acusações terem diminuído no periodo seguinte, os problemas não foram totalmente sanados. Ainda em 1922 se

constatava que quando os doentes chegavam à porta, tinham de permanecer aí muito tempo antes de a verem aberta (60).

A esta situação acrescentavam-se as deficiências das instalações, sendo a carência de espaço e de condições uma constante. A descrição, feita em 1910, por um dos seus médicos e comum a quase todo o período estudado, é elucidativa.

O sexo feminino contava com duas pequenas enfermarias, mas só uma com bastante luz; na outra não existiam janelas nem ar oxigenado. O quarto dos homens tinha bastantes aberturas, mas a ventilação jogava de modo imperfeito: na época estival, a temperatura era muito elevada e a necessidade de manter as janelas abertas originava correntes de ar; no Inverno, tinham de as manter fechadas, devido à humidade e ao frio, levando a que o ar se degradasse. Em todos estes quartos a cubagem era insignificante, quase metade da recomendada, enquanto a geografia do edifício, no centro da vila, impossibilitava o sossego. O autor preferiu não descrever o banco e a sala de cirurgia, o que é sugestivo sobre a sua situação. Em anexo ficavam os quartos destinados ao tratamento da varíola, onde a impressão do visitante, que junto ao isolamento fora péssima, se tornava verdadeiramente pavorosa (61).

Esta situação, dificultosa em períodos normais, era especialmente difícil em caso de epidemias, sobretudo de varíola. Antes de 1907 não existia qualquer dependência destinada ao isolamento dos infecto-contagiosos, considerando-se os que aí davam entrada como um perigo para a saúde pública (62).

Perante a iminência de uma novo alastrar daquela doença, em 1907, a Câmara Municipal decidiu alugar uma casa, contígua ao hospital, para o seu internamento (63). Depois de algumas alterações com a Misericórdia local, sobre a entidade a quem

competia o pagamento destes tratamentos (\*\*), estes aposentos continuaram arrendados e pagos pela edilidade (63), constituindo os anexos já descritos.

No ano de 1910 a comissão de saúde resolveu construir um pavilhão de isolamento, com duas enfermarias de dez camas, para cada um dos sexos, junto à Fonte Nova, em condições de fazer parte de um hospital a ser aí edificado, logo que os recursos o possibilitassem. Ao mesmo tempo entendeu dever escolher casas, nas freguesias de Dois Portos, Maxial e S. Pedro da Cadeira, de forma a poderem receber os doentes, em caso de epidemia (\*\*).

Não sabemos se, de facto, aquele pavilhão foi construído, sendo provável que não, já que o pagamento da renda da casa para receber os variolosos, junto ao hospital, continuou a ser feito pela Câmara Municipal (67). Quanto à difusão dos postos de urgência, tornaram-se realidade em 1918, por ocasião da epidemia de gripe pneumónica, um nos Cucos e outro no Maxial (\*\*).

As tentativas para alterar este estado de coisas começaram logo depois da implantação da República, quando a mesa administrativa da Misericórdia pediu ao Governo que lhe cedesse o antigo seminário jesuíta do Barro, para o transformar em hospital (\*\*). Não sendo satisfeitas estas pretensões, só no final da segunda década do século é que começaram as movimentações para a construção de um novo edifício. Depois de longa espera, muitos peditórios, espectáculos, etc., a primeira pedra foi lançada em 1926 (70).

O recurso ao banco do hospital em caso de doença ou ferimentos não obedecia a qualquer circunstância sazonal. De

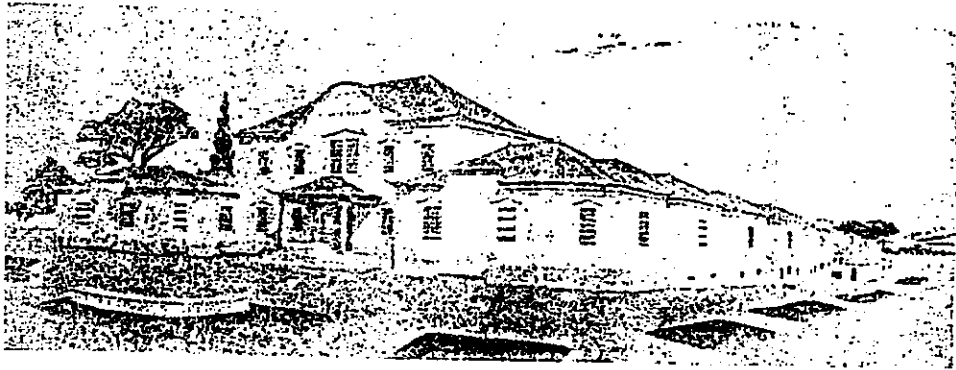
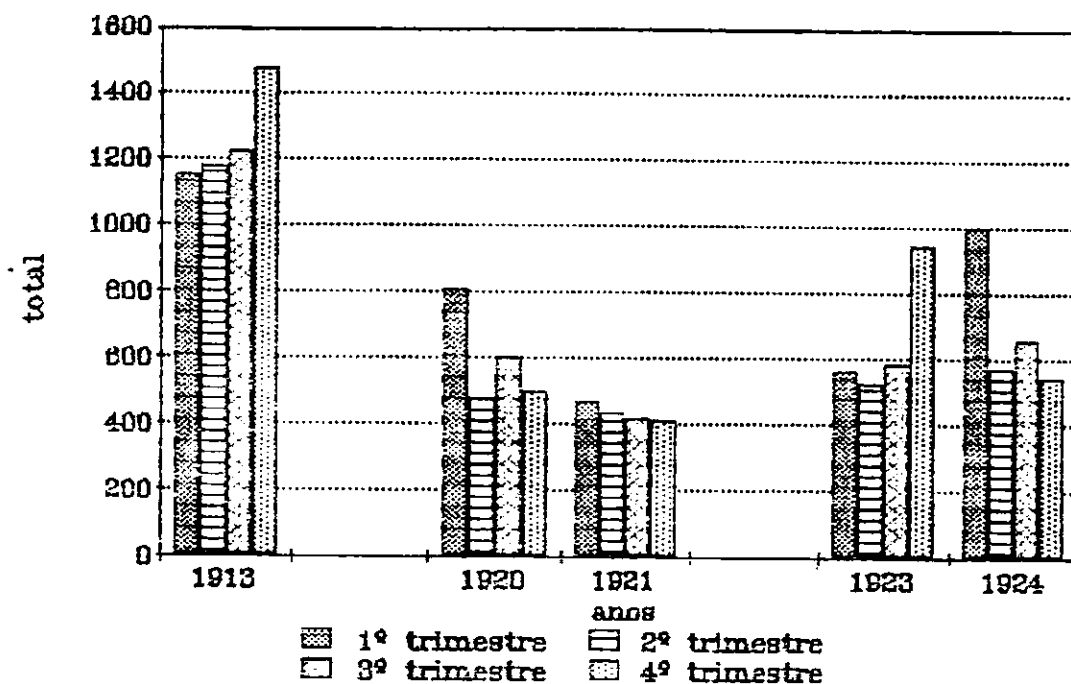


Figura 34 - Projecto para o novo hospital.

facto, em cinco anos, representados no gráfico X, não se encontrou qualquer homogeneidade na distribuição por trimestres (7:).

X - DOENTES ASSISTIDOS NO BANCO DO HOSPITAL



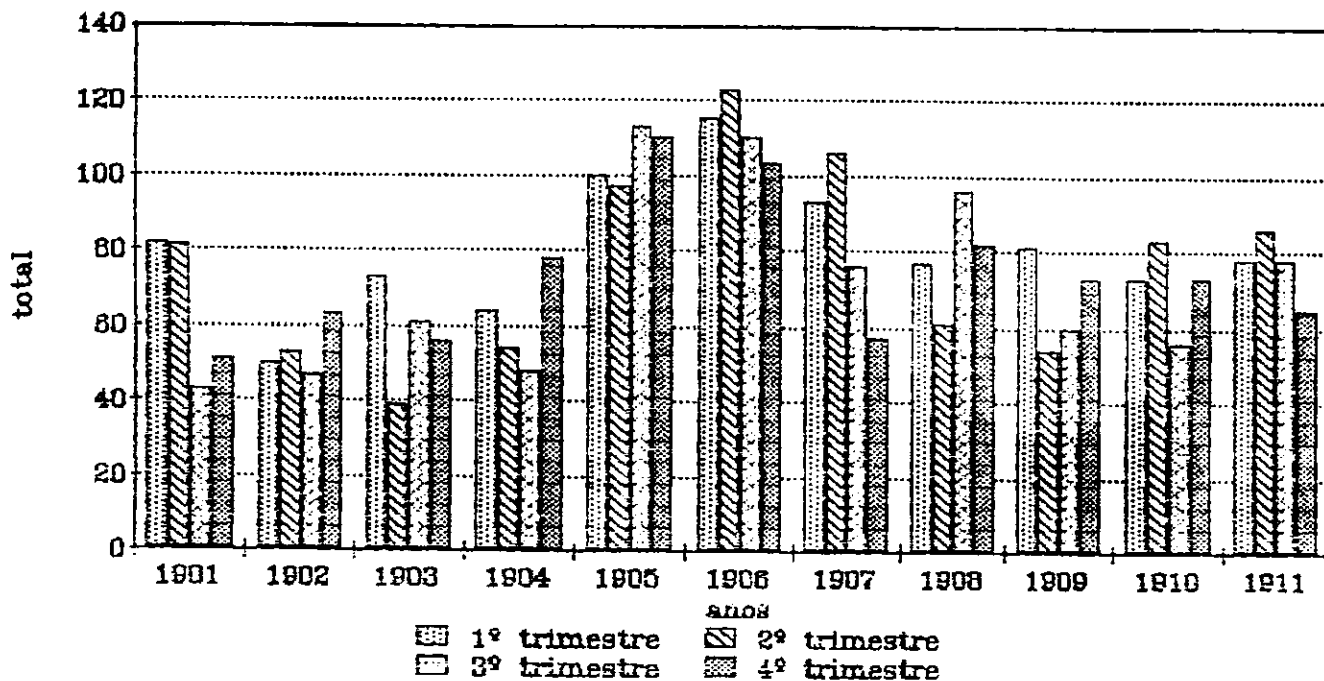
Fonte: SCMTV, Banco.

Em 1913 o número de atendimentos no Banco cresceu sempre ao longo do ano. O mesmo não se verificou em 1920, quando foram os meses de Janeiro a Março que registaram a maior percentagem, para descer depois; as duas metades do segundo semestre tiveram um movimento semelhante. 1921, por seu lado, além de ser o ano em que se encontrou menor procura daquela dependência, seguiu um caminho inverso ao de 1913. Nos anos de 1923 e 1924 não ocorreram maiores semelhanças.

O internamento também não respondeu a necessidades relacionadas com as diferentes estações do ano, verificando-se grandes variações conjunturais ao longo do período que mediou entre 1901 e 1912 - gráfico XI. Aliás, o número de internados

também não foi sempre igual: em 1903 estiveram aí cerca de 200 pessoas, aumentando depois até atingirem mais do dobro em 1906.

### XI - DOENTES INTERNADOS NO HOSPITAL



Fonte: SCMTV, Livro para Registo dos Doentes que se Acolhem no Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta Vila.

O tempo de permanência nas enfermarias diversificou-se conforme as pessoas. A maior parte não ultrapassava uma semana, quer em 1901, quer em 1908, anos que escolhemos para amostra (72). Os casos mais graves podiam permanecer aí durante muito mais tempo, por vezes até períodos próximos de um ano.

As razões que levavam à hospitalização eram variadas. As doenças, com particular incidência nas que já referimos, ocasionavam muitas das estadias no estabelecimento, mas os ferimentos e fracturas, quer acidentais, quer devidos a agressões, constituíam outra parte importante.

Os pacientes eram provenientes de todo o concelho - e alguns mesmo de municípios vizinhos. A vila, contudo, naturalmente devido à proximidade geográfica, contribuía com o maior número de doentes para as enfermarias do hospital.

Entre os que o procuravam estavam, como já foi afirmado, os menos abastados. A análise das profissões dos internados confirma-nos esse facto: quer em 1901, quer em 1908, os trabalhadores apresentaram-se em maior número, seguindo-se-lhes os mendigos. Os membros das pequenas indústrias artesanais também estavam presentes. Alguns soldados, meretrizes, elementos femininos do serviço doméstico, etc., completavam o quadro.

Quando os mais pobres necessitavam de intervenções impossíveis de realizar nas instalações locais, precisando, portanto, de se deslocar a Lisboa, era a Câmara Municipal que suportava a despesa, encontrando-se muitas referências, nas suas actas, a pagamentos ao hospital de S. José.

Os mais abastados, pelo contrário, procuravam outras soluções para os seus problemas de saúde. A cura realizava-se geralmente em casa, como, aliás, sucedia no resto do País (73).

Quando havia necessidade de intervenções cirúrgicas, elas também podiam ser realizadas no domicílio. Assim aconteceu com Manuel Alves da Silva, da Ribeira de Palheiros, em 1899, tendo-se deslocado um médico de Torres Vedras e outros de Lisboa a sua casa (74). Em casos mais graves, os que podiam consultavam os especialistas, mesmo no estrangeiro: João Vitorino Pereira da Costa foi a França, em 1901, para ser visto por um médico, tendo sido, posteriormente operado nesse país (75).

#### e) Remédios para a Cura

Apesar do número de farmácias ser limitado, elas existiam em quase todas as freguesias, tendo o seu número aumentado por várias vezes. Os farmacêuticos não se limitavam a vender os medicamentos, sendo antes responsáveis pela sua composição.

Tal como sucedia por todo o país (76), os anúncios dos seus preparados também chegavam os periódicos locais. Os inventores tanto podiam ser elementos estranhos ao concelho, como farmacêuticos da terra. O «Podeldoch Salycilado» e o «Licor Salycilado Composto», para dores reumáticas, ciáticas, artríticas e nevralgias, por exemplo, eram cospostos por Manuel Joaquim Monteiro, da farmácia da Misericórdia, enquanto os pós antiasmáticos e a Kola granulada pertenciam a António José d'Amaral, de Runa, e o «Xarope Peitoral Calmante Rodrigues» foi inventado pelo individuo do mesmo nome, da farmácia União (77).

A utilização destes compostos e os seus bons resultados eram também publicitados. Assim, António Joaquim Gonçalves Rosa, administrador do concelho durante muitos anos, atestou as propriedades curativas do «Podeldoch Salycilado» (78); uma doente de Torres Vedras, com assinatura reconhecida pelo notário, tomou o «Tunico Quino Arsenol» contra a fraqueza e falta de apetite (79); os efeitos do «Xarope Peitoral Calmante Rodrigues» foram verificados pelo algibebe Luís Augusto MAdeira, que sofria de bronquite asmática (80).

Se as dificuldades económicas impossibilitavam muitas vezes a consulta do médico, outro tanto sucedia com a compra dos medicamentos. Algumas circunstâncias especiais levavam a actos de caridade por parte dos farmacêuticos. A Misericórdia, por outro

lado, preparava gratuitamente os medicamentos receitados aos necessitados, embora em momentos de crise financeira, como sucedeu em 1902, suspendesse essa doação (\*1).

Nesta situação, o recurso a receitas caseiras, essencialmente compostas por infusões e emplastros, era uma constante. Outra forma de curativos passava pelas práticas religiosas e pela ida até aos curandeiros.

O principal meio reconhecido contra a raiva consistia na intervenção de Santa Quitéria de Meca. Em casos de mordedelas de cães atacados por aquela doença, era mais frequente os menos instruídos fazerem uma peregrinação áquele santuário do que consultarem o médico, com grande escândalo dos mais esclarecidos (\*2). Noutros casos, chamavam-se os sacerdotes, a fim de benzerem os atacados nos locais onde se encontravam, porque, como explicou um habitante de Almeirinhos, freguesia do Turcifal, «A Santa (...) tem muita virtude só para curar os damnados antes da furia e passa a sua virtude aos padres da sua igreja e por isso só estes padres é que vão benzer a toda a parte dos animais mordidos e a gente também» (\*3).

A cura processava-se, então, pela benzedura com água e pelo uso de uns nastro encarnados, comprados a metro, atados á volta da cabeça dos animais. Para que fizessem efeito, no entanto, era necessário ir a Santa Quitéria antes de passadas três terças-feiras (\*4).

Para outras doenças, muitas pessoas procuravam a chamada «Bruxa da Arruda», verificando-se, em 1903, serem diárias as romarias de todo o concelho - com destaque para a freguesia de S. Pedro da Cadeira - até ao casal das Neves, Arruda dos Vinhos, afim de serem consultadas a troco de 300 réis (\*5).

Algumas enfermidades, mesmo banais, eram vistas como intervenções do sobrenatural, recusando a intervenção humana. Sucedeu assim que, por óbito de Beatriz das Dores Costa, da Freiria, devido á tuberculose, foi grande a indignação da família contra o regedor, por este ter mandado proceder á desinfeção da casa do pai da falecida, por acreditarem que ele era causado por bruxarias (86).

As astenias conheciam-se geralmente pela designação de «quebranto» e consideravam-se consequências de maus olhados, luars e invejas. A sua existência podia ficar atestada através da análise do azeite em conjunto com água, junto com algumas orações, utilizadas depois para a cura, conforme a descrição feita por Costa Belo (87); o mau olhado tinha ainda outras formas de cura, da mesma espécie, em conjunto com o uso de alguns amuletos, bem como as inguas, a zona, as dores, em geral, e a espinhela torta (88).

#### 4) A Morte

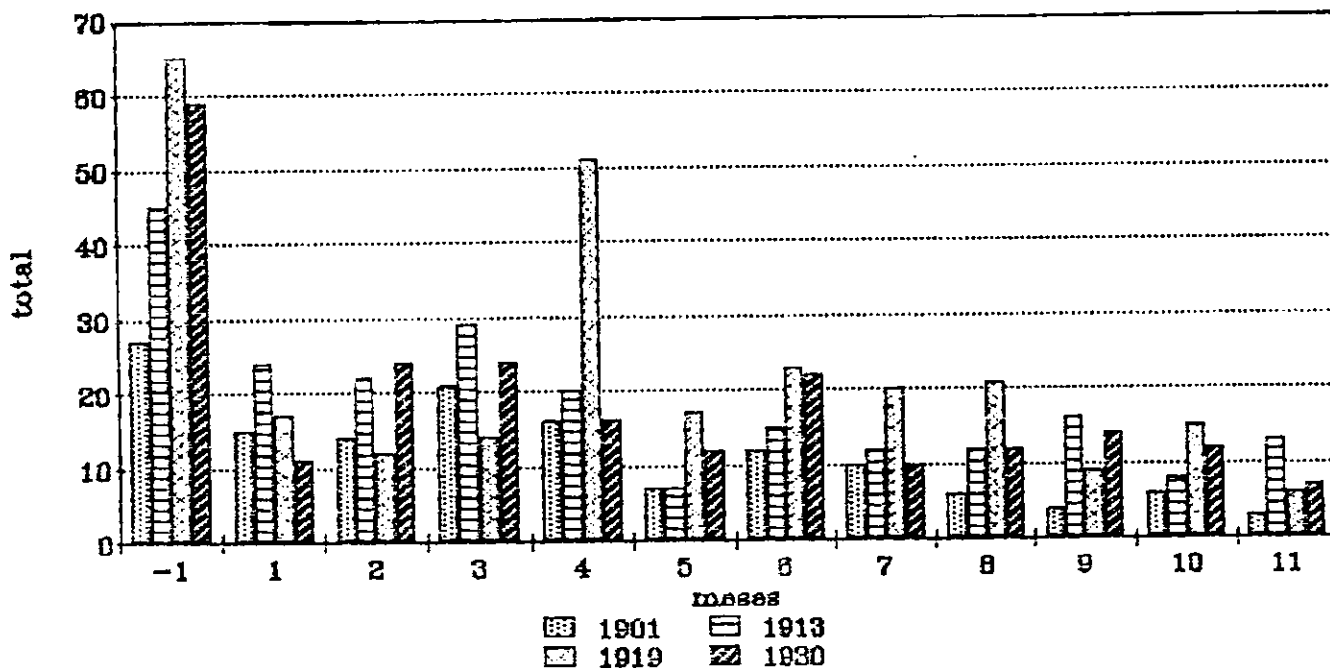
##### a) A Morte na Sociedade

A morte atingia os habitantes do concelho desde muito cedo. Nos anos que escolhemos para amostra, 1901, 1913, 1919 e 1930, os óbitos de crianças com menos de um ano variaram entre 22,2 e 27,9 % sobre o total de pessoas, atingindo sobretudo os que ainda não tinham completado um mês - gráfico XII.

As deficiências congénitas, factor que causou entre 0,3 e 7,1 % de todos os falecimentos cuja causa se conhece, entre 1913 e

1930 - com excepção de 1926 a 1928 - foram, uma das principais razões para este fenómeno, juntando-se às desinterias.

## XII- MORTALIDADE ATÉ UM ANO



Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos de Obitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

Depois do primeiro aniversário, a morte continuava frequente. 39,2, 44,9, 43,4 e 39,9 % de todas as pessoas falecidas tinham até 4 anos. Os cinco seguintes continuaram em ritmo elevado, e só a idade de 10 a 14 anos interrompia, de forma mais significativa, o curso até aí seguido - gráfico XIII.

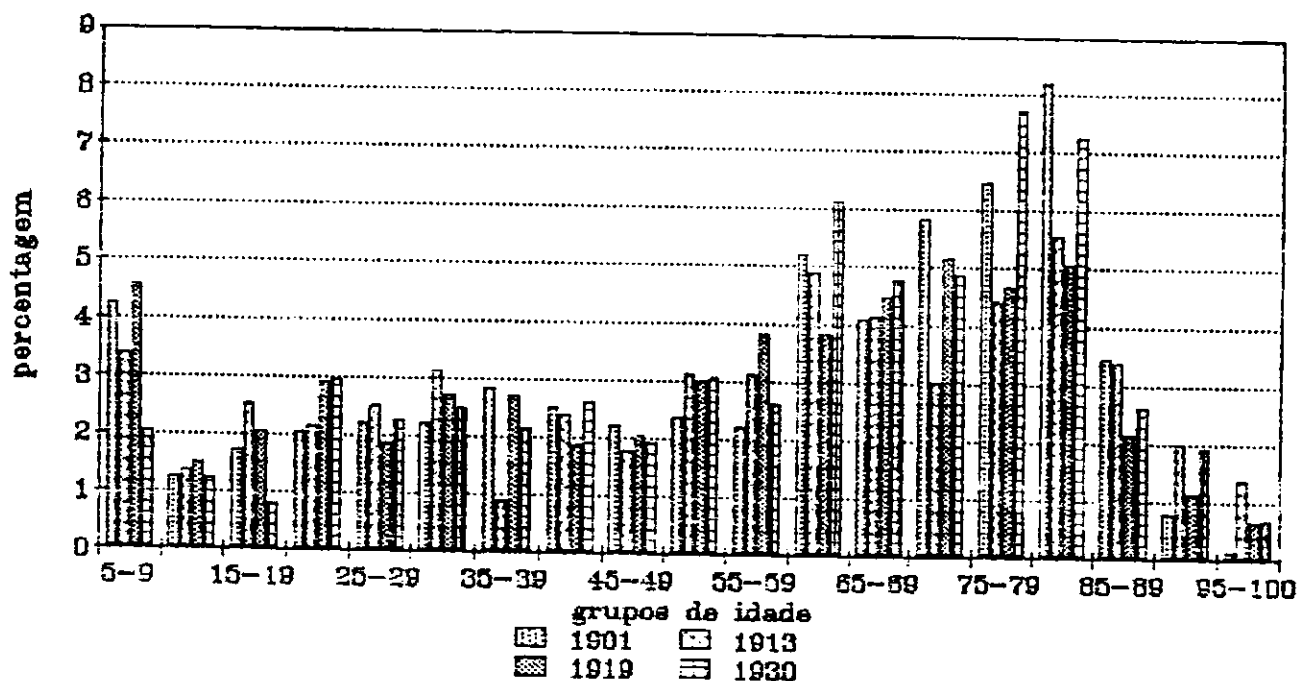
Continuando depois, com maiores ou menores alterações, era a partir dos 60 anos que se notava um salto mais expressivo. Este grupo de idades era, na realidade, o que denotava maior frequência desde os cinco anos - com excepção de 1919.

As idades de 65 a 69 anos registaram, no geral, uma baixa - mais uma vez com a excepção de 1919. Depois disso a evolução

continuou pouco homogênea. Notavam-se, no entanto, alguma das percentagens mais elevadas até aos 84 anos, sobretudo em 1901 e 1930.

O número de pessoas que conseguiam sobreviver até mais tarde também não se mostrou linear. Entre os 85 e 89 anos faleceram mais pessoas em 1901 e 1913 e menos em 1919 e 1930; 1913 registou fenómeno semelhante nos dez aniversários que se seguiram; o primeiro dos anos em análise foi aquele em que mais idosos ultrapassaram os 90 anos de vida.

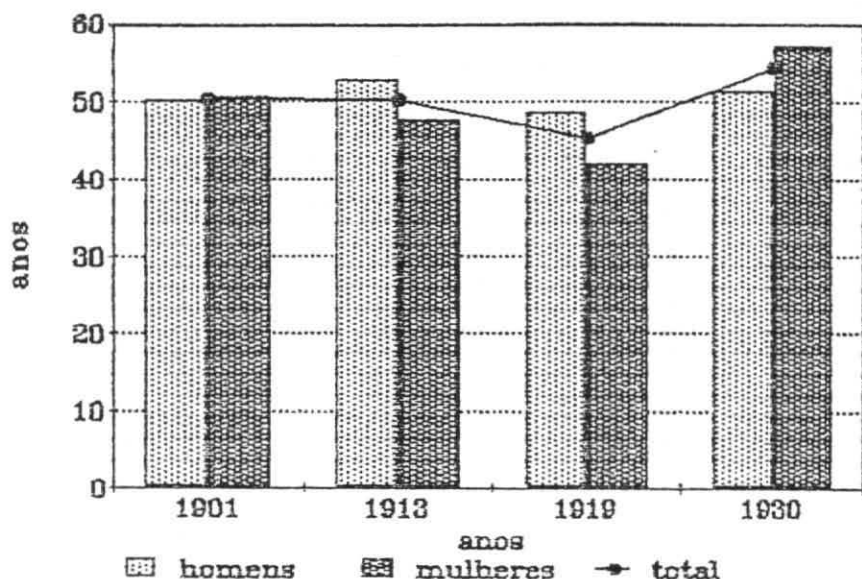
### XIII - MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE



Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos de Óbitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

No geral, a idade média da morte, para os que tinham mais do que dois anos, situava-se à volta dos 50 anos, com maiores variações em 1919, quando decresceu aproximadamente cinco anos, e em 1930, tendo subido quase o mesmo.

XIV - IDADE MÉDIA DA MORTE  
(falecidos com mais de 2 anos)



Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres vedras, Livros de Registo de Óbitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

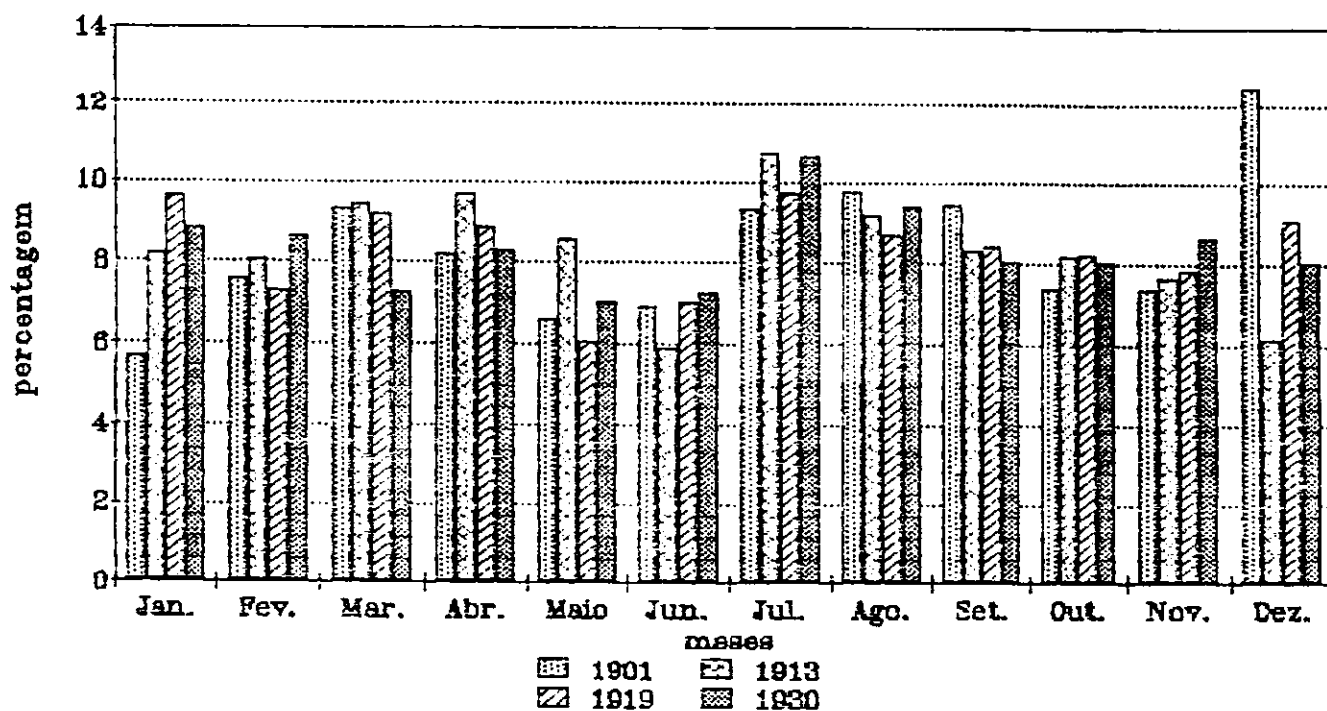
Os homens mostraram, no primeiro ano do século, uma esperança de vida ligeiramente inferior à dos elementos do sexo feminino. Em 1913 e 1919, no entanto, estes dados alteraram-se, tendo morrido mais tarde do que as mulheres. 1930 repôs a situação de 1901, mas diferenciando bastante os sexos.

Os meses de Maio e Junho foram, no geral, os que conheceram menos mortes, no seu total. Julho e Agosto, pelo contrário, mostraram as maiores frequências, devido aos óbitos dos mais pequenos, especialmente vulneráveis nesta época, sobretudo no primeiro destes meses.

Nenhuma das outras parcelas do ano registou fenómenos mais evidenciados. Observados os diferentes anos em separado, no

entanto, notamos comportamentos próprios. Assim, em 1901 foi Janeiro que assistiu ao falecimento de menos pessoas e Dezembro o de maior movimento. 1913 registou menos mortes em Junho e 1919 em Maio, sendo o mais frequente, de ambos, em Julho. 1930 foi semelhante a 1913.

#### XV - MORTALIDADE POR MESES



Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registos de Óbitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

As doenças já analisadas eram, indubitavelmente, as causas reconhecida para o maior número de óbitos no concelho. A elas, no entanto, acrescentavam-se outras razões, entre as quais a senilidade tinha bastante peso. As brigas entre familiares e vizinhos e os acidentes provocavam, também, bastantes perdas de vidas. Quanto ao suicídio, o seu peso fez-se sentir sobretudo nos anos de 1913, 1929 e 1930, embora apenas quatro dos anos para os

quais dispomos de estatísticas não tivessem tido nenhuma destas ocorrências.

#### b) A Morte e o Funeral

Os católicos que sentiam a proximidade da morte pediam os sacramentos. Em 1901 foram socorridas 237 pessoas com mais de sete anos, deixando de os receber apenas 97, dos quais 18 porque morreram repentinamente e 2 porque escolheram o suicídio.

Estes valores tão altos continuaram a manter-se mesmo depois da implantação da República. Na freguesia de S. Pedro e S. Tiago, entre 1911 e 1920, 43,7 % de todos os que escolheram o rito católico para o funeral tinham sido sacramentados; dos restantes, 22,9 em cada 100 tinham menos do que a idade legal, 7 anos (\*).

No último período da monarquia eram poucos os casos de funerais não-católicos. Nos onze anos que antecederam a Lei de Separação da Igreja do Estado registaram-se apenas quatro destes casos: o primeiro, ocorrido em 1903, foi o de um natural da Alemanha, provavelmente menos integrado nos costumes religiosos da região; em 1909 e 1910 faleceram duas crianças, ambas filhas de republicanos - a recusa da última passagem pela Igreja impôs-se, por isso, por motivos políticos; um suicida teve, igualmente, um funeral laico, em 1910 (\*).

Estas excepções estão bem determinadas. Todos os outros, portanto, mais ou menos crentes, seguiam os usos católicos. O rito religioso, no entanto, alterava-se devido ao pagamento e às causas da morte. Foi assim que o correspondente de a Folha de Torres Vedras na Freiria se indignou, em 1902, pelo facto de José

Bonifácio, que se suicidara, ter sido enterrado com todas as honras eclesiásticas: com quatro cruces alçadas e o pároco de estola e sobrepeliz (\*1).

Depois da promulgação da Lei de Separação, os crentes sentiram, em alguns locais, dificuldades para fazerem os enterros de acordo com a sua fé e hábitos, já que passaram a necessitar da autorização do regedor ou administrador e da garantia de manutenção da ordem pública. O pároco, por outro lado, também só podia fazer o acompanhamento em hábitos talares com uma licença especial das mesmas autoridades (\*2), sob pena de serem entregues à justiça.

Em casos de extremo zelo das autoridades locais, as dificuldades eram ainda maiores, impossibilitando mesmo qualquer manifestação religiosa. Em 1912, por exemplo, o regedor do Maxial negava sistematicamente todas as licenças para funerais católicos públicos, segundo a acusação do padre da freguesia (\*3). O responsável político de Runa recusou licença ao sargento Henrique Carlos Rodrigues da Silva para que o pároco fizesse o acompanhamento de seu pai com hábitos talares, levando-a a dirigir-se ao administrador; apesar deste ter concedido a licença pretendida, o regedor voltou a negar a autorização, alegando possíveis alterações da ordem, e o clérigo teve que se vestir à secular (\*4).

O tempo que medeava entre o momento da morte e o início do funeral era, geralmente, passado em casa, mas havia excepções. A irmã do vigário da vara, D. Maria Adelaide Borromeu, foi conduzida na mesma noite em que faleceu para a igreja de S. Pedro, onde foi velada (\*5); quando, em 1904, Jacinto Arantes faleceu em casa do

genro, foi levado no dia anterior ao do enterro para o templo de S. João, junto ao cemitério (186), o mesmo sucedendo a António Serafim de Bastos, em 1924 (187); como D. Maria da Nazaré Fernandes, de A-dos-Cunhados, faleceu em Carcavelos, foi trazida para a igreja da sua localidade, realizando-se o funeral no dia seguinte (188); o préstito de José Augusto do Rosário Dias saiu da Tuna Comercial Torreense, de que era director (189).

Os funerais marcavam a diferença entre os mais e os menos abastados. Aqueles eram conduzidos numa urna e quase sempre começavam o seu último percurso por uma cerimónia religiosa marcante. Os ofícios em memória de D. Bernardina Fivelim foram rezados na igreja contígua ao cemitério (190), tal como, anos depois, os de António Serafim de Bastos (191); os de João Victorino Pereira da Costa ocorreram na igreja da Misericórdia (192); em 1908 Luís António Roque do Vale teve missa de corpo presente na Silveira, onde vivera (193), o mesmo sucedendo, mais tarde, a Francisco Dias Sarreira, na Ponte do Rol (194); Boaventura Roque do Vale contou também com ofícios de corpo presente e Missa de Requiem (195); foi cantada uma Missa do mesmo estilo em memória de D. Maria da Nazaré Fernandes (196); na igreja de S. Pedro da Cadeira foram rezadas duas missas, pelos priores de Ponte do Rol e Freiria, e cantada uma terceira pelo pároco local, por ocasião da morte de D. Maria Ermelinda da Silva Roque do Vale Pereira (197).

«Meu bom amigo: se tivesses morrido rico ou deixasses alguém de representação, estaria neste momento o cemitério repleto de gente» (198). Esta palavras, proferidas à beira da sepultura de Monsenhor Carlos Borromeu, exprimem de forma significativa a

diferença humana dos acompanhamentos fúnebres. Os dos mais abastados integravam, muitas vezes, os elementos musicais, colectividades e irmandades a que pertenciam, além de grande número de pessoas. Vejamos alguns exemplos.

O préstito fúnebre de Januário Rafael de Miranda contou com as irmandades do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora da Conceição, a Banda Torreense, Fanfarra União Torreense e uma delegação do Grupo Recreativo Musical; os músicos traziam fumos nos braços e foram eles que, alternadamente, conduziram a urna ao cemitério (117). Nuno Augusto do Vale, ex-escrivão de direito, foi acompanhado pela Associação da Juventude Antoniana de Varatojo, além das irmandades atrás referidas e Fanfarra (118).

A Filarmónica da Ribaldeira tocou a marcha fúnebre entre essa localidade e a igreja de Dois Portos, junto com o cadáver do proprietário António Teixeira de Figueiredo (119). Quando D. Maria Joana Bacelar de Carvalho faleceu, o funeral integrou a Associação de Bombeiros Voluntários, a Tuna Comercial Torreense, o núcleo local da Liga Nacional de Instrução, de que seu marido fazia parte, e as redacções dos dois jornais de Torres Vedras (120).

Os Bombeiros, a Associação de Socorros Mútuos 24 de Julho de 1884 com o seu estandarte, as duas colectividades de recreio - Tuna e Grémio -, a Filarmónia, a Fanfarra e a Real Irmandade dos Passos compareceram no préstito de António Alberto de Bastos (121). No de António Agostinho da Silva Henriques, além das associações e colectividades da vila, estiveram também as autoridades locais e outros elementos políticos, a que o finado pertencia (122), etc.

O acompanhamento individual obedecia, por vezes, a convites. No funeral de D. Maria Henriqueta Coutinho da Costa, da Feliteira,

incorporaram-se cerca de 200 convidados (113). Na maior parte dos casos, porém, não se faziam convocações especiais, por vezes por determinação do falecido (114). Os jornais inseriam, de quando em quando, participações das famílias (115), mas a notícia transmitida oralmente mostrava-se mais frequente.

Em qualquer dos casos era comum a participação interclassista. No de D. Henriqueta Coutinho da Costa, onde, como já referimos, se contavam os convidados, esteve «o povo largamente representado» (116); muitos foram também os populares que acompanharam António Agostinho da Silva Henriques (117); pessoas de todas as classes juntaram-se nos préstitos de D. Gertrudes da Conceição Fivelim (118), etc.

O abandono de algumas pessoas proeminentes pelos seus iguais, por outro lado, indignava os jornalistas da época. Assim aconteceu com D. Maria da Conceição Barreto Bastos, fundadora do Asilo de S. José e Colégio de Nossa Senhora da Conceição, acompanhada apenas por meia dúzia de pessoas, porque nem todos compreendiam como lhes cumpria ser gratos pelos benefícios prestados à comunidade (119). Com o conselheiro António Duarte Marques Barreto, juiz da relação de Lisboa e rico proprietário do concelho de Torres Vedras, sucedeu algo de semelhante: teve poucas pessoas «de representação» no seu funeral e nem mesmo a autoridade judicial esteve presente, como lhe competia, quer devido à posição do finado, quer por ter sido anteriormente juiz da comarca (120).

Um familiar ou amigo do finado dirigia o cortejo fúnebre, o qual se organizava por turnos, cada um deles compostos por algumas das pessoas mais importantes. A chave do caixão era depois entregue a outro elemento das suas relações.

As coroas de flores, oferecidas pelos membros da família ou amigos mais íntimos, estavam também presentes em quase todos os actos deste género.

Depois do funeral acontecia algumas vezes a distribuição de esmolas aos pobres. Tal sucedeu no de D. Maria Bernardina Fivelim, em 1902 (123), e no de D. Gertrudes, da mesma família, que determinou que essa doação fosse feita no dia do enterro e um mês depois (124). Nos de D. Maria da Purificação Miranda e D. Donatília de Jesus Roque Martins, da Freiria, os necessitados também receberam dádivas em dois dias (125).

A forma de conduzir o cadáver para o comitério constituía, sem dúvida, a maior semelhança entre os funerais de pobres e ricos. Nos primeiros anos do nosso estudo todos eles eram feitos a pé. Fora da sede do concelho esse método continuou a ser utilizado, excepto em casos muito especiais, como o de António Agostinho da Silva Henriques, levada da Quinta do Calvel para Torres Vedras numa carreta tirada por duas parelhas (126). Quando a distância entre as aldeias era muito grande, os assistentes levavam um banco para periodicamente colocarem o caixão e poderem descansar (127).

Na vila, pelo contrário, a carreta dos Bombeiros começou a ser utilizada ainda na primeira década do século (128). É provável, no entanto, que ela só fosse cedida aos membros proeminentes da sociedade. O mesmo não se passava com a que a Misericórdia mandou construir em 1911, que além de servir o hospital podia também ser alugada a particulares (129).

Este transporte começou a ser utilizado em Maio de 1912, era elegante e de bom gosto, mas, sobretudo, marcava uma alteração dos padrões habituais dos funerais, já que servia «para o transporte

bem mais decente dos cadáveres ao cemitério, acabando-se com esse espectáculo da tumba levada a quatro» (130).

Os cortejos fúnebres dos pobres começavam, muitas vezes, pelas cerimónias religiosas pouco participadas. Em S. Pedro da Cadeira, por exemplo, o pároco não costumava acompanhá-lo, esperando na igreja ou cemitério para fazer a encomendação (131); Lídia, de Santa Cruz, teve que ser levada à sede da freguesia para poder ser encomendada pelo padre - e para ter certidão de óbito - porque este não podia deslocar-se à sua terra ou ao cemitério da Silveira no dia necessário (132); o prior de S. Domingos de Carmões só aparceu para assistir ao enterro de Inácia dos Santos, em 1903, quando ela já estava sepultada (133).

Só em casos excepcionais, por outro lado, é se enterravam os pobres em caixões. José Gomes, trabalhador do Sarge, constituiu uma dessas excepções, já que os amigos lhe compraram uma urna (134). Os menos afortunados costumavam ser transportados na tumba da Misericórdia, quando faleciam no hospital, ou nas existentes em cada igreja (135); ao chegarem ao cemitério retiravam-nos e lançavam-nos à cova. As crianças eram enroladas em toalhas e levadas em tabuleiros, à cabeça. Em Fernandinho, por exemplo, sucedia muitas vezes que os pais contratavam Maria de Jesus Policarpo para fazer esse transporte (136). Em Dois Portos existia um pequeno caixão para onde podiam ser mudadas e levadas ao cemitério, caso os pais pagassem a respectiva oferta (137).

### c) Os Cemitérios

O concelho de Torres Vedras tinha já no início do século XX, cemitérios em todas as freguesias (excepto nas duas sediadas na vila, onde ele era comum). Algumas tinham mesmo mais do que um, como sucedia em S. Pedro da Cadeira, onde os espaços para enterramentos existiam na sede da paróquia e na Silveira.

Apesar disto, a realidade sempre presente era a da exiguidade dos locais para sepultura e a falta de dinheiro para a sua ampliação e reparação de muros. Nestas circunstâncias, os cadáveres eram frequentemente conduzidos para os cemitérios de outras freguesias (138).

Nos cemitérios havia uma divisão que separava a parte dos que não morriam no seio da Igreja - como os suicidas (139) ou não católicos - dos outros. Depois da implantação da República e da Lei de Separação, esses muros foram retirados, pelo menos em algumas paróquias, como S. Pedro da Cadeira (140). Na vila, o campo das sepulturas também integrava a morgue (141) e a casa das autópsias (142).

Se aos pobres ficava vedado o acesso a um espaço físico depois da morte, por mais do que um período de tempo limitado, verificava-se, por outro lado, um desejo de apropriação cada vez maior por parte daqueles que podiam pagar esse mesmo espaço.

Esta detenção podia assumir a forma de empréstimo temporário, com a salvaguarda da cova através de um berço de ferro, mas a sua compra, por 10\$000 réis o metro quadrado, até à guerra (143), era mais frequente.

Os pedidos para esta aquisição cresceram em número ao longo dos anos, conforme se pode constatar através das actas da Câmara Municipal, respeitantes ao cemitério da vila. Elas destinavam-se

sobretudo a covais, embora algumas fossem também para jazigos familiares. Por estas razões, constatava-se, em 1930, que o cemitério de S. João (o da sede do concelho) era pequeno, mais do que quando fora construído, por haver muitas campas reservadas e estas aumentarem de ano para ano (144).

## NOTAS

- 1) Veja-se Jorge Crespo, A História do Corpo.
- 2) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 63.
- 3) Idem, Livro das Actas da Comissão de Saúde do Concelho de Torres Vedras, nº 1, p. 3 vº, Folha, 30 de Setembro de 1906 e O Torreense, 25 de Março de 1922.
- 4) AGCMTV, Correspondência, caixa 2.
- 5) Ibidem, caixa 17.
- 6) Idem.
- 7) AGCMTV, Actas, livro 36, pp. 88 e 90.
- 8) Folha, 5 de Setembro de 1909.
- 9) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 143.
- 10) AGCMTV, Actas, vários livros, e Actas da Comissão de Saúde..., livros 1 e 2.
- 11) AGCMTV, Livro das Actas da Comissão de Saúde..., livro 2, p. 26 vº.
- 12) Ibidem, p. 23 vº.
- 13) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 63.
- 14) AGCMTV, Correspondência, maço 6.
- 15) Por exemplo Vinha, 17 de Outubro de 1907, Ecos de Torres, 10 de Outubro de 1921, O Torreense, 2 de Março de 1924.
- 16) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 63, Correspondência, caixa 6, Folha, 28 de Agosto de 1904, Vinha, 18 de Outubro de 1907.
- 17) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 127 vº, Correspondência, caixa 6, Folha, 14 de Fevereiro de 1902.
- 18) Folha, 16 de Abril de 1905.
- 19) Ibidem, 4 de Dezembro de 1904.
- 20) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 213 vº.

- 21) Utilizámos os números encontrados na Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa dos anos indicados e não os que recolhemos na Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros dos Obitos, de 1901, 1913, 1919 e 1930, anos escolhidos para amostra, cujos resultados são diferentes. A nossa opção baseou-se no facto de a estatística publicada abranger um período mais vasto.
- 22) Podem encontrar-se algumas referências a estas epidemias no AGCMTV, Correspondência, caixas 6 e 17, Folha, 5 de Setembro de 1909.
- 23) Vinha, 31 de Outubro de 1918.
- 24) AGCMTV, Livro das Actas da Comissão de Saúde..., nº 1, p. 8 vº.
- 25) Vinha, 27 de Novembro de 1902, Folha, 14 de Dezembro de 1902, 29 de Maio de 1904, 22 de Maio de 1910.
- 26) Folha, 22 de Julho de 1906.
- 27) Ibidem, 23 de Setembro de 1906.
- 28) AGCMTV, Correspondência, caixa 2.
- 29) Ibidem, caixa 20.
- 30) Folha, 10 de Agosto de 1902.
- 31) Ibidem, 5 de Maio de 1907.
- 32) D. Maria Costa.
- 33) Gazeta de Torres, 3 de Fevereiro de 1929.
- 34) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 90.
- 35) Ibidem, pp. 135, 137, 164, 165, 174 vº, 176 e 182.
- 36) Folha, 8 de Abril de 1906.
- 37) Ibidem, 10 de Junho e 1 de Julho de 1906.
- 38) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 222 vº.
- 39) Ibidem, p. 140.
- 40) O Português, 1 de Outubro de 1908.
- 41) Vinha, 31 de Outubro de 1918.

- 42) AGCMTV, Livro de Registo de Cartas de Habilitação dos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Parteiras, p. 24 vº.
- 43) Ibidem, documento apenso com «Mapa dos Médicos Municipais em Exercício no Concelho de Torres Vedras, 21 de Abril de 1926».
- 44) Idem e O Torreense, 16 de Novembro de 1919.
- 45) AGCMTV, Livro de Registo de Cartas de Habilitação dos Médicos..., documento apenso com «Mapa dos Médicos Municipais...».
- 46) AGCMTV, Livro de Registo de Cartas de Habilitação dos Médicos...
- 47) Vinha, 18 de Março de 1909.
- 48) Ibidem, 18 de Fevereiro de 1909.
- 49) Ibidem, 18 de Março de 1909.
- 50) Folha, 4 de Abril de 1908.
- 51) Vinha, 16 e 23 de Agosto, 9 de Setembro de 1906.
- 52) Ibidem, 23 de Junho de 1910.
- 53) AGCMTV, Assentos Policiais, 1895 a 1904, participada aa juizo no dia 5 de Maio de 1902.
- 54) Ibidem, 4 de Agosto de 1902.
- 55) Folha, 17 de Dezembro de 1905.
- 56) Vinha, 9 de Junho de 1910.
- 57) Ibidem, 23 de Junho de 1910.
- 58) Ibidem, 2 de Junho de 1910.
- 59) Idem.
- 60) O Torreense, 30 de Abril de 1922.
- 61) Folha, 6 de Novembro de 1910.
- 62) AGCMTV, Actas, livro 36, p. 205.
- 63) Ibidem, p. 207 vº.
- 64) Ibidem, p. 208, 224 vº e 231.

- 65) Encontramos várias referências a estes pagamentos periódicos nas sessões da Câmara Municipal.
- 66) AGCMTV, Livro das Actas da Comissão de Saúde..., nº 1, p.5.
- 67) AGCMTV, Actas, livro 37, pp. 198 vº e 210 vº.
- 68) Vinha, 31 de Outubro de 1918.
- 69) Folha, 6 de Novembro de 1910.
- 70) Correio de Torres, 26 de Agosto de 1926.
- 71) Note-se, no entanto, que os números aqui encontrados não reflectem exactamente as pessoas que por aqui passaram, já que algumas aparecem várias vezes, para repetição de tratamentos, pensos, etc.
- 72) A escolha destes anos foi aleatória.
- 73) Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, p. 649.
- 74) Folha, 2 de Abril de 1899.
- 75) Vinha, 23 de Maio de 1901.
- 76) Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, p. 647.
- 77) Folha, 21 de Maio e 24 de Setembro de 1905, Vinha, 8 de Abril de 1915.
- 78) Folha, 21 de Maio de 1905.
- 79) Vinha, 11 de Junho de 1914.
- 80) Ibidem, 8 de Abril de 1915.
- 81) AGCMTV, Actas, livro 36, pp. 41 vº - 42.
- 82) Folha, 1 de Maio de 1904 e 3 de Setembro de 1905.
- 83) Ibidem, 6 de Março de 1904.
- 84) Idem.
- 85) Ibidem, 27 de Setembro de 1903.
- 86) Ibidem, 21 de Abril de 1912.
- 87) Op. cit., pp. 7 a 8.

- 88) Ibidem.
- 89) Célia Maria Ferreira Reis e Eduardo Jorge Miranda Frutuoso, op. cit.
- 90) Conservatória, Livro dos Obitos dos Não-Católicos Registados na Administração do Concelho de Torres Vedras.
- 91) Folha, 17 de Agosto de 1902.
- 92) Podem ver-se algumas destas autorizações em AGCMTV, Correspondência Interna da Administração, 1907 a 1911, e 1911, Livro de Registo das Licenças Concedidas pela Administração para Celebração de Quaesquer Actos de Culto Externo.
- 93) AGCMTV, Correspondência, caixa 23.
- 94) Ibidem, caixa 5 e Governo Civil de Lisboa, Correspondência, 1913.
- 95) Folha, 25 de Outubro de 1903.
- 96) Ibidem, 7 de Fevereiro de 1904.
- 97) O Torreense, 27 de Julho de 1924.
- 98) Gazeta de Torres, 20 de Janeiro de 1929.
- 99) Ibidem, 22 de Janeiro de 1928.
- 100) Folha, 16 de Novembro de 1902.
- 101) O Torreense, 27 de Julho de 1924.
- 102) Vinha, 30 de Janeiro de 1902.
- 103) Folha, 2 de Fevereiro de 1908.
- 104) O Torreense, 9 de Julho de 1922.
- 105) Gazeta de Torres, 13 de Maio de 1928.
- 106) Ibidem, 20 de Janeiro de 1929.
- 107) Ibidem, 19 de Janeiro de 1930.
- 108) O Torreense, 5 de Abril de 1925.
- 109) Folha, 11 de Março de 1900.
- 110) Ibidem, 1 de Abril de 1900.

- 111) Ibidem, 11 de Junho de 1905.
- 112) Ibidem, 1 de Maio de 1910.
- 113) Ibidem, 6 de Março de 1910.
- 114) Ibidem, 1 de Janeiro de 1911.
- 115) Ibidem, 15 de Março de 1903.
- 116) Exemplos em ibidem, 4 de Novembro de 1900, Vinha, 1 de Novembro de 1900, 5 de Julho de 1917.
- 117) Vinha, 1 de Novembro de 1900, Folha, 4 de Novembro de 1900 e 2 de Novembro de 1902.
- 118) Folha, 15 de Março de 1903.
- 119) Ibidem, 1 de Janeiro de 1911.
- 120) Vinha, 5 de Julho de 1917.
- 121) Ibidem, 23 de Maio de 1901.
- 122) Folha, 19 de Maio de 1907.
- 123) Ibidem, 16 de Novembro de 1902.
- 124) Vinha, 5 de Julho de 1917.
- 125) Ibidem, 30 de Dezembro de 1915 e O Torreense, 18 de Setembro de 1921.
- 126) Folha, 1 de Janeiro de 1911.
- 127) Albino Botelho, D. Belmira Santos e D. Lucília Alemão.
- 128) Vejam-se notícias sobre o transporte com esta carreta em Vinha, 14 de Outubro de 1909, 3 de Março de 1910, 30 de Dezembro de 1915, Folha, 1 de Maio de 1910, 18 de Junho de 1911, 3 de Março e 12 de Maio de 1912.
- 129) Folha, 31 de Dezembro de 1911.
- 130) Ibidem, 26 de Maio de 1912.
- 131) Ibidem, 10 de Abril de 1910.
- 132) AGCMTV, Correspondência, caixa 17.
- 133) Idem.
- 134) Folha, 19 de Maio de 1907.

- 135) D. Maria de Jesus Policarpo e D. Maria dos Anjos Augusta Forcada.
- 136) Informação da própria.
- 137) Folha, 10 de Outubro de 1909.
- 138) Vinha, 15 de Fevereiro e 22 de Março de 1900.
- 139) Folha, 17 de Agosto de 1902 e AGCMTV, Correspondência, caixa 23.
- 140) AGCMTV, Correspondência, caixa 23.
- 141) Folha, 30 de Maio de 1907.
- 142) Ibidem, 21 de Janeiro de 1900.
- 143) AGCMTV, Actas, diversos livros e Correspondência, caixa 23.
- 144) Gazeta de Torres, 28 de Dezembro de 1930.

## CONCLUSÃO

A análise da vida quotidiana do concelho de Torres Vedras, no primeiro terço do século XX, revela-nos uma sociedade diferenciada, segundo os parâmetros que definimos anteriormente, a economia e os costumes. Todavia, existiam aspectos comuns entre os diversos elementos, bem como uma evolução. Vejamos mais detalhadamente algumas destas questões.

O início do processo de formação de uma família encontrava-se geralmente associado a cerimónias mais elaboradas entre os endinheirados ou que frequentavam um meio que extravasava as fronteiras do concelho. Essa situação tornava-se visível no pedido da mão e em muitos casamentos. Por outro lado, apesar de se encontrarem algumas referências a coabitações entre solteiros, mesmo entre os membros dominantes da sociedade, elas eram geralmente de homens com mulheres de grupos inferiores; a comparação desta situação com as de outros estratos faz-nos colocar a hipótese, infelizmente impossível de comprovar com os dados e tempo disponíveis, da existência de uma relação mais livre entre estas últimas pessoas.

Mas nem tudo eram diferenças: por vezes as práticas assemelhavam-se entre os dois grupos, por razões pessoais. Isso mesmo se verificava na escolha de alguns cônjuges: se ela parecia obedecer, em muitos casos, a razões de estatuto, entre os que se consideravam superiores, entre os mais pobres era também, muitas vezes, influenciada por questões sociais, mas agora para melhoria

das condições de vida. Por outro lado, a simplicidade das cerimónias de muitos abastados em nada ficavam a dever à dos outros membros da sociedade.

A economia também não se mostrava estranha à vida infantil, ao tornar necessária a ajuda do trabalho das crianças: este facto, apesar de em parte associado ao costume do analfabetismo, determinava muitos afastamentos das escolas e dos mestres existentes e a entrada precoce no mercado de emprego.

O meio envolvente condicionava igualmente as relações entre os membros de cada comunidade. Enquanto para uns a rivalidade se exprimia sobretudo por meios indirectos, para os menos influenciados pela vida exterior, citadina, ela definia-se pelas acções directas, razão que levava a que as armas de defesa e ataque, sobretudo o pau, fizessem parte da indumentária habitual.

Se, de início, a arquitectura dos espaços individuais, as residências, obedecia uma grande estilização, marcada pela simplicidade de muitas casas, apesar dos tamanhos não se apresentarem semelhantes, a evolução concorreu para uma variedade muito maior, com as habitações dos mais abastados a serem influenciadas pelas correntes exteriores. As construções mais modestas, pelo contrário, integravam-se entre os modelos habituais. Quanto à vida interior de cada moradia, o seu desenvolvimento estava também estritamente ligado às possibilidades económicas dos respectivos agregados: ao conforto em divisões propícias à privacidade, opunha-se o aglomerar de membros da família num pequeno espaço, justamente com o mínimo de mobiliário e objectos.

O tempo do lazer e as suas festas abertas ofereciam momentos de sociabilidade entre os diferentes grupos. Era, de facto, neste

campo que eles se encontravam, quer em actos espontâneos, como os bailes populares, quer organizados, tais como os arraiais e outras festas ao ar livre. Porém, mais uma vez as condições económicas estavam presentes, com a necessidade de ingresso pago ou por convite, que impunha restrições. Estes últimos divertimentos, por outro lado, eram também marcados por formas de dança, por conhecimento de música e por hábitos que a educação popular não ensinava.

Forma de expressão pessoal, o vestuário foi, sem dúvida, um dos elementos mais visíveis da diferenciação social: cada pessoa vestia-se mais pelo costume do seu grupo do que pelas razões económicas - embora estas tivessem peso na quantidade de roupa, no tipo de confecção e nos tecidos. Assim, as influências de outras terras, sobretudo de Lisboa, estavam presentes, a par do vestuário mais popular e tradicional. A evolução, contudo, levou à alteração de muitos destes trajes, sobretudo dos que eram usados fora do trabalho, de forma a adaptá-los, o mais possível, aos padrões dos membros dos grupos mais abastados e abertos. Estas modificações, todavia, não se fizeram sem resistências, sendo os modelos tardios.

Eram também os costumes sociais que introduziam as diferenças nas refeições. Nelas opunham-se as ementas tradicionais às mais ligadas à cultura exterior. Quanto às formas de estar à mesa, também nos parecem pouco semelhantes, devido ao meio.

As condições económicas voltavam a estar presentes nos momentos difíceis, de doença, dando melhores tratamentos a algumas pessoas e impossibilitando o acesso à medicina a muitas outras. Neste último caso havia que recorrer aos métodos tradicionais que, aliás, se impunham igualmente pelo costume e pela crença. A

morte, último estágio na terra, impunha novas e finais posições na sociedade, implicando meios e considerações que nem todos possuíam.

É de notar, por outro lado, que esta variedade de comportamentos não obedecia a questões geográficas. Os elementos das aldeias tinham aos mesmos padrões que os seus iguais da vila. As atitudes dos mais abastados, pelo menos aquelas cujas informações chegaram até nós, denunciavam um contacto com meios mais «civilizados», na constituição das suas famílias, nos seus divertimentos, no seu vestuário, nas suas cerimónias de cada dia. Os mais pobres, pelo contrário, estavam menos ligados a influências exteriores, tanto na sede do concelho como nas freguesias rurais.

A insuficiência de estudos sobre o quotidiano de outros espaços, impossibilita uma comparação aprofundada das formas de vida dos torreenses com as de elementos de outras localidades. A análise dos trabalhos existentes, no entanto, permite verificar que a vida quotidiana de Torres Vedras seguia os padrões da região mais vasta em que se inseria. Assim, as formas de comportamento da classe mais abastada e aberta ao exterior aproximavam-se das que foram descritas para a capital (1), sem dúvida, o espaço mais conhecido. Os modelos dos mais humildes, por outro lado, não se limitavam ao concelho, assemelhando-se, da mesma forma, aos dos de Lisboa e arredores (2).

A vida quotidiana do concelho de Torres Vedras, no primeiro terço do século XX, desenvolveu-se, pois, como uma história de diferenças. Todavia não foram totais: em muitos casos houve uma aproximação, um desejo de alteração de estatutos, de abertura a um

mundo diferente. Esta, porém, só viria a ser possível mais tarde, com a difusão dos meios de comunicação, a melhoria das capacidades económicas e a vontade de ser igual, ou seja, com a modificação das estruturas até ai existentes.

NOTAS

- <sup>1</sup>) Veja-se, sobretudo, A. H. de Oliveira Marques, Portugal. Da Monarquia para a República, e Cecília Barreira, A Vida das Nossas Avós.
- <sup>2</sup>) Célia Reis, De Lisboa a Torres Vedras. O Vestuário como Expressão Social, João Paulo Freire (Mário), op. cit., Alberto Pimentel, op. cit.

ANEXOS

IDADE DO CASAMENTO

19 casamento

	Homens					Mulheres			
	1901	1913	1919	1930		1901	1913	1919	1930
Média	28,5	27,1	28,1	26,0		23,3	23,5	25,0	23,6
Desvio Padrão	5,3	4,9	5,7	4,7		4,7	4,6	6,9	6,0
Moda									
14									1
15						1			
16						2	4	5	5
17						6	5	12	13
18	3			2		11	17	14	14
19		1	4			20	17	16	23
20	1	1	6	6		27	16	37	27
21	7	9	7	14		23	29	24	32
22	15	12	11	24		19	20	25	44
23	16	30	21	28		22	25	23	22
24	24	26	25	31		20	21	27	22
25	14	29	23	31		11	14	13	12
26	17	11	32	39		15	7	20	14
27	22	23	20	31		9	14	15	14
28	17	14	21	20		7	8	10	6
29	8	6	18	12		8	9	8	9
30	15	9	20	11		3	6	8	8
31	13	10	12	6		1	1	11	13
32	4	7	17	4		2	4	3	3
33	8	7	8	2		6	1	7	3
34	12	4	8	6		2	4	1	2
35	3	3	3	2		1		2	1
36	9	5	4	2			2	2	
37	2	2	3				2	2	1
38	4	2	6	1				2	1
39		2	2				1	2	
40	2	2	5	1					
41	1							3	3
42	1		2			1		2	
43	1	1		1			1	1	
44								1	1
45		2				1		1	1
46		1	1			1		1	1
47	1		1						1
48	1		3						
49	1		1					1	
50			1						2
51	1								
52								1	
53									
54									
55									

Idade do Casamento (continuação) 1º casamento

	Homens				Mulheres			
	1901	1913	1919	1930	1901	1913	1919	1930
56								
57	1							1
58								
59							1	
60								
61	1							
62								
63								
64							1	
65				1				
S/indicação				1	1			1

Viúvos

	Homens				Mulheres			
	1901	1913	1919	1930	1901	1913	1919	1930
Média	37,6	44,7	38,1	46,4	37,4	42,4	36,0	39,6
Desvio Padrão	8,3	12,4	10,7	15,1	9	14,1	2,6	14,0
Moda								
21			2					
22					1			
23								
24			1			1	1	
25		1	1		1		1	2
26			1		1		1	1
27	1		5				2	
28				1			4	
29	1		1	1			1	1
30	1		1	1	1	1	1	2
31			1	1	1			
32			1	1			1	
33	1		1	1		1		
34	2	1	1		1		1	1
35			1		1			
36	1		1		1		1	
37	1	1	1		2	1		
38			1	1			1	
39		1	1	1			1	1
40	1		1		1			
41			1				1	
42		1	1				1	
43		1	1				1	
44								2
45							1	

Idade do Casamento (continuação) Viúvos

	Homens					Mulheres			
	1901	1913	1919	1930		1901	1913	1919	1930
46	1					1		1	1
47		1	1					2	
48		1		1				2	1
49			1	2		1			
50	1			2		3	1		
51			1						
52				1					
53			2	2					
54		1	1						
55	1								
56									
59			1						
60		1							1
61				1			1		
62			1				1		
63			1	1					
64									
67			2						
68									
69				1					
70									
75				1					1
76		1							
77									
78				1					
s/indicação	3			1		7			

Divorciados

	Homens					Mulheres			
	1901	1913	1919	1930		1901	1913	1919	1930
32									1
34				1					
40									1
48								1	
64				1					

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo de Casamentos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

## CASAMENTOS POR MESES

### Números

ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1900	25	30	14	13	19	22	9	22	17	18	22	39	250
1901	37	32	10	21	12	14	15	14	20	14	23	31	243
1902	30	24	20	13	13	16	12	21	18	15	15	28	225
1912	26	31	13	19	15	15	12	12	27	31	35	35	268
1913	34	18	11	11	12	16	8	14	26	27	30	28	235
1914	20	29	9	9	11	23	17	29	22	22	29	31	248
1918	36	27	23	19	19	10	20	18	16	11	20	45	264
1919	28	22	21	21	13	24	22	14	39	14	57	71	346
1920	30	44	23	30	27	21	29	23	35	37	53	44	396
1928	29	45	17	30	22	26	25	18	34	17	32	37	332
1929	27	30	22	24	15	23	16	18	23	24	35	43	300
1930	29	36	18	13	18	18	13	22	26	13	38	59	303

### Percentagem

ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1900	10,0	12,0	5,6	5,2	7,6	8,8	3,6	8,8	6,8	7,2	8,8	15,6	100,0
1901	15,2	13,2	4,1	8,6	4,9	5,8	6,2	5,8	8,2	5,8	9,5	12,8	100,0
1902	13,3	10,7	8,9	5,8	5,8	7,1	5,3	9,3	8,0	6,7	6,7	12,4	100,0
1912	9,7	11,6	4,9	7,1	5,6	5,6	4,5	4,5	10,1	11,6	13,1	13,1	100,0
1913	14,5	7,7	4,7	4,7	5,1	6,8	3,4	6,0	11,1	11,5	12,8	11,9	100,0
1914	8,1	11,7	3,6	3,6	4,4	9,3	6,9	11,7	8,9	8,9	11,7	12,5	100,0
1918	13,6	10,2	8,7	7,2	7,2	3,8	7,6	6,8	6,1	4,2	7,6	17,0	100,0
1919	8,1	6,4	6,1	6,1	3,8	6,9	6,4	4,0	11,3	4,0	16,5	20,5	100,0
1920	7,6	11,1	5,8	7,6	6,8	5,3	7,3	5,8	8,8	9,3	13,4	11,1	100,0
1928	8,7	13,6	5,1	9,0	6,6	7,8	7,5	5,4	10,2	5,1	9,6	11,1	100,0
1929	9,0	10,0	7,3	8,0	5,0	7,7	5,3	6,0	7,7	8,0	11,7	14,3	100,0
1930	9,6	11,9	5,9	4,3	5,9	5,9	4,3	7,3	8,6	4,3	12,5	19,5	100,0

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo de casamentos, 1900 a 1902, 1912 a 1914, 1918 a 1920 e 1928 a 1930.

NOMES DE CRIANÇAS

NOMES MASCULINOS

	1901	1930	:		1901	1930
Abel	1	2	:	Ezequiel	1	
Abílio	1	1	:	Feliciano	1	
Adelino	1	2	:	Felisberto		1
Adriano	1	2	:	Fernando	1	5
Afonso	1		:	Filipe	1	
Afonso Vicente		1	:	Firmino		1
Agostinho	2	1	:	Firmo	1	
Agostinho Gaspar		1	:	Fortunato	1	
Aguinaldo	1		:	Francisco	27	15
Alberto		1	:	Francisco Eduardo		1
Albino	1	1	:	Francisco Geraldo		1
Alexandre	3		:	Francisco Luis		1
Alfredo	2	1	:	Frederico	1	1
Alvaro		1	:	Gabriel	1	1
Amadeu	2		:	Germano	2	1
Amaro		1	:	Gonçalo	1	
Américo		4	:	Gonçaves		1
Anibal		1	:	Gracindo	1	
Antonio	42	43	:	Gregorio	1	1
António Alfredo		1	:	Guilhermino	1	
António Félix		1	:	Henrique	1	
António José		1	:	Herculano		1
António Marcelino		1	:	Honorato	2	
António Porfírio		1	:	Hugo	1	
Arlindo		2	:	Ilidio		1
Armando		1	:	Inácio		1
Armindo		2	:	Isidoro	1	1
Arnaldo		2	:	Ivo	1	
Artur	5	3	:	Jacinto	3	
Augusto	6	4	:	Jaime		2
Avelino	1	1	:	Joaquim	20	14
Avelino Joaquim		1	:	João	20	15
Baltazar		1	:	João Amaro		1
Batista		1	:	João António		1
Benedito		1	:	João Custódio		1
Bernardo		1	:	João de Deus		1
Boaventura	1		:	João Fernando		2
Bonifacio	1	1	:	João Félix		1
Carlos	6	2	:	João Justino		1
Carlos Augusto		1	:	João Luis		1
Cassiano		1	:	João Martinho		1
Celestino		1	:	João Silvestre		1
Cipriano		1	:	Jorge	2	1
Custódio		3	:	Jose	62	20
Damião		1	:	José Alberto		1
David		2	:	José António		3
Delfim		1	:	José Augusto		1
Dionísio	1		:	José Cipriano		1
Domingos	1		:	José Custódio		1
Duarte		1	:	José Félix		1

Nomes Masculinos (continuação)

	<u>1901</u>	<u>1930</u>	:		<u>1901</u>	<u>1930</u>
Eduardo		2	:	José Francisco		2
Elisio		1	:	José Joaquim		4
Emídio		1	:	José Laurentino		1
Emílio		1	:	José Luís		3
Estevam		1	:	José Manuel		3
José Maria		1	:	Norberto		1
José Martinho		1	:	Orlando		1
José Pedro		2	:	Paulo	1	
José Virtuoso		1	:	Pedro	1	3
Josué		2	:	Placidínio		1
Jovelino		1	:	Polícarpo	1	
Julião	1		:	Porfírio		1
Julio	3	1	:	Rafel	1	
Justino		1	:	Raimundo	3	
Laurino	1		:	Ramiro	2	1
Leandro		1	:	Raul	3	2
Leonardo	1		:	Rodrigo	1	
Leonel		2	:	Rogério		2
Luis	12	5	:	Rui		2
Luis António		1	:	Sebastião		2
Luis Carlos		1	:	Silverio	2	
Manuel	16	7	:	Silvestre		1
Manuel Estevam		1	:	Simplicio	1	
Manuel Filipe		1	:	Timoteo	1	
Marcolino		1	:	Tito		1
Martinho		1	:	Tomas	2	
Matias	1		:	Tomé		1
Maximiano		2	:	Vasco		1
Mário	5	2	:	Ventura		1
Miguel	3	2	:	Virgilio		2
Miguel Francisco		1	:	Vital		2
Moisés		1	:	Zeferino	1	
Noé		1	:			

NOMES FEMININOS

Adelaide	2	1	:	Augusta	1	
Adelina	3	4	:	Aurelia	1	
Adélia	1		:	Aurora	3	
Adriana		1	:	Basilisa	1	
Agueda		1	:	Beatriz	6	1
Aida		1	:	Belmira	3	
Albertina	4	1	:	Benedita		1
Alda	1	1	:	Bernardete		2
Alexandrina	2		:	Branca	1	
Alice	8		:	Cacilda	2	
Amália		1	:	Capitolina	1	
Amélia	5	3	:	Carmina	1	
Ana	2		:	Carmo	1	
Ana da Purificação		1	:	Carolina	1	4

Nome Femininos (Continuação)

	1901	1930			1901	1930
Ana Ofélia		1	:	Catarina	1	
Angelina	2	2	:	Cecília		1
Antonia	1		:	Celeste		1
Anunciação	1	1	:	Clementina		1
Arlete		1	:	Conceição		2
Arminda		1	:	Constancia	1	
Arsilda	1		:	Cristina	1	
Custódia	1	2	:	Leonila	1	1
Delfina	1	2	:	Leonor	2	
Delmira	2		:	Leontina		1
Deolinda	4		:	Lia	1	
Dorotea	1	1	:	Lídia	1	
Eduarda	1		:	Lucinda	2	1
Elisa	2		:	Ludgéria		1
Elisia	2		:	Ludovina	1	
Elvira	3	1	:	Luisa	8	
Emília	4		:	Luisa Eva	1	
Ermelinda	4	3	:	Luzia	1	
Ernestina	1		:	Manuela	2	1
Estefania		1	:	Margarida	3	2
Etelvina	2	2	:	Margarida do Rosário		1
Eugenia	2		:	Maria	105	2
Eulália		3	:	Maria Adelaide	1	6
Eva	1	1	:	Maria Adelina		1
Faustina		1	:	Maria Aldina		1
Felíciana	1		:	Maria Alfreda		1
Felícia		1	:	Maria Alice		4
Filomena		1	:	Maria Amélia	1	3
Floripes	1		:	Maria Antonieta		1
Francelina		1	:	Maria Antónia		1
Francisca	2		:	Maria Augusta		2
Genoveva	1		:	Maria Benedita		1
Georgina	1	1	:	Maria Carlota		1
Gertrudes	12	1	:	Maria Casimira		1
Glória		1	:	Maria Catarina		1
Graciete		1	:	Maria Celeste		3
Gracinda	1	1	:	Maria Cesária		2
Guilhermina	1		:	Maria Cristina		1
Hedvigés	1		:	Maria da Anunciação		1
Helena	1		:	Maria da Conceição		6
Henriqueta	1	2	:	Maria da Glória		3
Hermínia	3	1	:	Maria da Luz		3
Hortense	2	1	:	Maria da Nazaré		2
Ida	1		:	Maria da Piedade		2
Idalina		1	:	Maria da Purificação		1
Ilda	2	1	:	Maria da Quietação		1
Inês	1		:	Maria das Dores	1	1
Irene	1	1	:	Maria das Virtudes		3
Iria	1		:	Maria de Jesus		6
Isabel	1	4	:	Maria de Lurdes	1	9
Isaura	3		:	Maria do Carmo	1	6
Isménia	1		:	Maria do Espírito Santo		1
Ivone		1	:	Maria do Nascimento		1

Nomes Femininos (Continuação)

	<u>1901</u>	<u>1930</u>	:		<u>1901</u>	<u>1930</u>
Jesuina	3		:	Maria do Rosário		6
Joaquina	2	3	:	Maria dos Anjos	1	1
Jorgina	1		:	Maria dos Prazeres	1	2
Josefa	2		:	Maria dos Reis		1
Judith	1		:	Maria Duarte		1
Julia	6	1	:	Maria Elisa		2
Juliana		1	:	Maria Emilia		3
Laura	2		:	Maria Fernanda		1
Laurinda		2	:	Maria Gabriela		2
Leocádia	1		:	Maria Graciete		1
Maria Helena		7	:	Mariana	4	2
Maria Inês		1	:	Matilde	1	1
Maria Isabel		1	:	Maximina	1	
Maria Isaura		1	:	Milena		1
Maria Ivone		1	:	Natália		1
Maria Joana		1	:	Nazaré		1
Maria Josete		1	:	Noémia		1
Maria José		4	:	Olimpia		1
Maria Leontina		2	:	Olivia	1	2
Maria Ludovica		1	:	Palmira	5	2
Maria Ludovina		1	:	Quitéria	1	
Maria Luísa		9	:	Rita	1	1
Maria Madalena		1	:	Rosa	7	2
Maria Manuel		1	:	Rosalina	1	
Maria Manuela		2	:	Rosária		2
Maria Natália		2	:	Salete		1
Maria Noémia		1	:	Salvação		1
Maria Odete		1	:	Sara	1	1
Maria Ofélia		1	:	Silvina	1	
Maria Olivia		1	:	Sofia	3	1
Maria Olímpia		1	:	Susana		1
Maria Otilia		1	:	Teodora		1
Maria Paula		1	:	Teresa	2	
Maria Regina		1	:	Violante	3	
Maria Rosa		2	:	Virginia	3	1
Maria Selina		1	:	Vitória	5	2
Maria Violante		1	:	Zulmira		1

Fonte: Conservatória do Registo Civil de Torres Vedras, Livros de Registo de Nascimento sm 1901 e 1930.

## ARRAIAIS NO CONCELHO, EM 1900 E 1905

Ano	Local	Mês	Santo Festejado
1900	A-dos-Cunhados	Janeiro	S. Sebastião
1900	Abrunheira	Janeiro	S. Sebastião
1900	Silveira	Janeiro	S. Sebastião
1900	Srã do Amial (Torres Vedras)	Janeiro	S. Vicente
1900	Sto Amaro (Ordasqueira)	Janeiro	Sto Amaro
1900	Caixaria	Fevereiro	N. Srã dos Prazeres
1900	Ermegeira	Fevereiro	S. Braz
1900	Matacões	Fevereiro	N. Srã da Purificação
1900	Monte Redondo	Fevereiro	S. Braz
1900	Ponte do Rol	Fevereiro	S. Sebastião
1900	Runa	Fevereiro	N. Srã da Purificação
1900	Serra da Vila	Fevereiro	S. Braz
1900	Matacões	Abril	Senhor do Calvário
1900	Serra da Vila	Abril	S. Sebastião
1900	Carvalhal	Mai	N. Srã da Quietação
1900	Matacões	Mai	Senhor Jesus do Calvário
1900	Monte Redondo	Mai	Senhor Jesus do Banho
1900	Ponte do Rol	Mai	
1900	S. Cruz (praia)	Mai	Vera Cruz
1900	S. Pedro da Cadeira	Mai	Stã Catarina
1900	Zibreira	Mai	N. Srã Madre de Deus
1900	Amial	Junho	Sto António
1900	Assenta	Junho	S. João
1900	Carvalhal	Junho	Stã Barbara
1900	Ribaideira	Junho	Stã Catarina
1900	Runa	Junho	S. João
1900	Varatojo	Junho	Sto António
1900	A-da-Rainha	Julho	N. Srã dos Prazeres
1900	Freiria	Julho	Imaculada Conceição
1900	Orjarica	Julho	N. Srã da Nazaré
1900	Turcifal	Julho	Senhor Jesus Morto
1900	Azenhas	Agosto	
1900	Cabeça Gorda	Agosto	S. Sebastião
1900	Maxial	Agosto	SS. Sacramento
1900	Maxial	Agosto	Stã Susana
1900	Monte Redondo	Agosto	Sagrado Coração de Jesus
1900	S. Mamede	Agosto	N. Srã das Virtudes
1900	Serra da Vila	Agosto	N. Srã da Pena
1900	Serra do Socorro	Agosto	N. Srã do Socorro
1900	Maxial	Setembro	S. Sebastião
1900	Santa Cruz	Setembro	N. Srã de Lurdes
1900	Serra da Vila	Setembro	
1900	Maxial	Outubro	N. Srã da Piedade
1900	Mugideira	Outubro	Stã Iria
1900	Torres Vedras	Outubro	N. Srã do Rosário
1900	Figueiredo	Novembro	N. Srã da Saúde
1900	Freixofalra	Novembro	N. Srã da Graça
1900	A-dos-Cunhados	Dezembro	N. Srã da Luz
1900	Ponte do Rol	Dezembro	Imaculada Conceição
1900	Torres Vedras	Dezembro	
1905	Freixofalra	Fevereiro	S. Sebastião
1905	S. Mamede	Fevereiro	Stã Catarina
1905	Freiria	Março	Stã Catarina
1905	Caixaria	Abril	N. Srã dos Prazeres

Arraiais no Concelho, em 1900 e 1905 (Continuação)

Ano	Local	Mês	Santo Festejado
1905	Monte Redondo	Maio	Srg do Bonfia
1905	Ponte do Rol	Maio	N. Sra da Assunção
1905	S. Pedro da Cadeira	Maio	Sta catarina
1905	Assenta	Junho	S. João baaptista
1905	Carvoeira	Junho	Coração de Jesus
1905	Matacães	Junho	Sra Jesus do Calvário
1905	Runa	Junho	S. João baaptista
1905	Varatojc	Junho	Sto António
1905	A-da-Rainha	Julho	N. Sra dos Frateres
1905	Aldeia Grande	Julho	Sto António
1905	Carvalho	Julho	N. Sra da Quietação
1905	Freiria	Julho	N. Sra da Conceição
1905	Orjariça	Julho	N. Sra da Nazaré
1905	S. Pedro da Cadeira	Julho	Coração de Jesus
1905	Turcifal	Julho	Sra Jesus Morto
1905	Vila Facata	Julho	Espirito santo
1905	Dois Fortes	Agosto	N. Sra dos Milagres
1905	Fernandinho	Agosto	N. Sra de Lurdes
1905	Freiria	Agosto	Coração de Jesus
1905	Freixofeira	Agosto	N. Sra da Graça
1905	Furadouro	Agosto	N. Sra da Guia
1905	Maxial	Agosto	Santissimo
1905	S. Domingos de Carmões	Agosto	S. Sebastião
1905	S. Mamede	Agosto	N. Sra das Virtudes
1905	A-dos-Cunhados	Setembro	N. Sra da Luz
1905	Cadriçeira	Setembro	N. Sra da Nazaré (cirio à Nazaré)
1905	Carvoeira	Setembro	N. Sra da Luz
1905	Castelhana	Setembro	N. Sra Mãe de Deus e dos Mozens
1905	Fonte Grada	Setembro	N. Sra da Nazaré
1905	Moçafansira e Pedra	Setembro	N. Sra da Encarnação
1905	Pedra	Setembro	N. Sra da Encarnação (cirio à Encarnação)
1905	Povoa de Penafirme	Setembro	N. Sra da Graça
1905	Quinta de Fen, Turcifal	Setembro	N. Sra das Angústias
1905	Runa	Setembro	N. Sra do Livramento (cirio ao Livramento)
1905	S. Domingos de Carmões	Setembro	Santissimo Sacramento
1905	S. Mamede	Setembro	Coração de Jesus
1905	Serra de S. Julião	Setembro	N. Sra dos Remédios (cirio a Peniche)
1905	Silveira	Setembro	N. Sra do Amparo
1905	Torres Vedras	Setembro	Senhor Jesus (cirio ao Carvalho de Obidos)
1905	Cerca	Outubro	N. Sra dos Remédios (cirio a Peniche)
1905	Fonte Grada	Outubro	N. Sra da Ajuda (cirio a Peniche)
1905	Maxial	Outubro	N. Sra da Piedade
1905	Maxial	Outubro	S. Sebastião
1905	Póvoa	Outubro	N. Sra dos Remédios (cirio a Peniche)

Arraiais no Concelho, em 1900 e 1905 (Continuação)

Ano	Local	Mês	Santo Festejado
1905	Serra da Vila	Outubro	N. Sra da Pena
1905	Fernandinho	Novembro	N. Sra do Livramento (Círio ao Livramento)
1905	Figueiredo	Novembro	N. Sra da Saúde
1905	Póvoa	Novembro	N. Sra da Graça
1905	Serra de S. Julião	Novembro	N. Sra da Conceição
1905	Ponte do Rol	Dezembro	N. Sra da Conceição

Fontes: A Feiça e Vinha dos anos de 1900 e 1905, ACCMTV, Livro de Termos de Fiança para Lançar Fogo d'Artificio e Solto em todas as Festividades e Romarias ou Guesques Divertimentos que Houverem de se Dar n'este Concelho.

TABERNAS E TENDAS COM VENDA DE VINHO EXISTENTES EM 1900

<u>Localidades</u>	<u>Tendas</u>	<u>Tabernas</u>	<u>Total</u>
A-dos-Cunhados	2		2
Abadia		1	1
Abrunheira	1	1	2
Alfeiria	1		1
Amial	2	1	3
Assenta	2		2
Azenha Velha	1		1
Benfica		1	1
Bonabal	2		2
Bordinheira		1	1
Bulegueira	1		1
Cadriceira	1	1	2
Caixaria	1	1	2
Cambelas	1		1
Campelos	2		2
Carrasqueira		1	1
Carregueira	1		1
Carreiras	1	2	3
Carvalhal	1		1
Carvalhos	2		2
Carvoeira		2	2
Casais do Riço		1	1
Casal Barbas	2		2
Casal do Pinheiro Manso	1		1
Casalinhos de Alfaiata		4	4
Chãos	1		1
Colaria	2	1	3
Corujeira	1		1
Coutada	2	2	4
Cova da Moura	2		2
Curvel		2	2
Dois Portos	2	3	5
Ereira		1	1
Ermegeira	2	1	3
Fernandinho	2		2
Figueiredo	1		1
Folgarosa		2	2
Fonte Grada	1		1
Freiria	3	1	4
Freixofeira	2	2	4
Furadouro	1	1	2
Gondruzeira	1		1
Lapas Grandes	1	1	2
Louriceira	1	1	2
Maceira	2		2
Maceira (D. Portos)	1	1	2
Matacões	4		4
Maxial	1	1	2
Melroeira	2		2
Moçafaneira		1	1
Monte Redondo	2	1	3
Mugideira	2		2
Murteira	1		1

Tabernas e Tendas com venda de Vinho existentes em 1900 (continua)

<u>Localidades</u>	<u>Tendas</u>	<u>Tabernas</u>	<u>Total</u>
Ordasqueira	3	2	5
Orjariça		1	1
Outeiro da Cabeça	1		1
Panasqueira	2	1	3
Patameira		1	1
Paul		1	1
Pedra	1	1	2
Penedo	1	1	2
Ponte do Rol	1		1
Póvoa	1		1
Ramalhal	3	2	5
Ribaldeira	1	1	2
Runa		7	7
S. Domingos de Carmões		2	2
S. Mamede		1	1
S. Pedro da Cadeira	3		3
Sarge	1		1
Santa Cruz	1		1
Secarias	1		1
Sendieira	2		2
Serra da Vila	2		2
Serra de S. Julião	2	1	3
Sevelas	1		1
Silveira	1		1
Sirol	1	1	2
Tojaes		1	1
Torres Vedras	9	29	38
Turcifal	2	6	8
Varatojo	1	2	3
Vila Facaia	2		2
Vila Seca		1	1

Fonte: AGCMTV, Livro de Registos de Licenças de Estabelecimentos,

OBITOS: TOTAL POR IDADES

idade	1901	1913	1919	1930
recém-nascidos	7	10	3	6
menos de 1 mês	20	35	62	53
1 mês	15	24	17	11
2 meses	14	22	12	24
3 "	21	29	14	24
4 "	16	20	51	16
5 "	7	7	17	12
6 "	12	15	23	22
7 "	10	12	20	10
8 "	6	12	21	12
9 "	4	16	9	14
10 "	6	8	15	12
11 "	3	13	6	7
1 ano	63	81	98	83
2 anos	23	25	49	27
3 "	13	18	29	9
4 "	9	10	18	10
5 "	12	14	19	7
6 "	6	6	10	5
7 "	2	2	6	1
8 "	4	4	10	2
9 "	3	1	4	3
10 "	1	1	4	1
11 "	3	2	2	2
12 "	2	3	2	
13 "	1	2	4	4
14 "	1	3	4	4
15 "	1	5	6	
16 "	2	4	3	
17 "	3	4	4	2
18 "	2	3	4	4
19 "	3	4	5	1
20 "	5	1	9	6
21 "	3	3	8	3
22 "	1	7	4	5
23 "	2	6	5	6
24 "	2		5	6
25 "	5	4	8	5
26 "	2	6	1	5
27 "	1	4	2	6
28 "	4	4	6	2
29 "	2	2	3	2
30 "	5	6	6	2
31 "	2	2	4	3
32 "	3	8	9	2
33 "	2	2	4	8
34 "	2	7	6	7
35 "	1	3	6	3
36 "	5		7	3
37 "	2		2	7
38 "	4	1	9	3

Obitos: Total por Idades (Continuação)

idade	1901	1913	1919	1930
39 anos	6	3	5	3
40 "	8	3	3	7
41 "	1	5	5	
42 "	4	4	5	4
43 "	2	4	4	5
44 "	1	3	3	7
45 "	4	2	5	4
46 "	4	2	5	1
47 "	2	3	2	1
48 "	2	4	5	5
49 "	2	3	5	6
50 "	8	5	12	5
51 "			6	3
52 "	5	8	3	6
53 "	1	6	8	8
54 "	1	6	3	5
55 "	4	8	8	5
56 "	2	6	9	5
57 "	2	2	4	6
58 "	3	7	12	5
59 "	3	2	8	2
60 "	7	16	14	13
61 "	4	4	1	10
62 "	9	7	12	8
63 "	5	5	10	8
64 "	8	7	4	15
65 "	6	4	6	9
66 "	4	8	14	5
67 "	5	4	9	10
68 "	7	10	8	11
69 "	4	7	11	7
70 "	15	6	17	9
71 "	4	4	8	8
72 "	4	5	8	6
73 "	9	6	11	12
74 "	5	3	11	8
75 "	19	9	13	15
76 "	5	5	17	11
77 "	7	5	9	13
78 "	9	11	6	20
79 "	1	5	5	9
80 "	27	18	22	26
81 "	4	4	7	10
82 "	8	6	8	13
83 "	7	7	7	6
84 "	6	9	10	9
85 "	13	10	6	6
86 "	4	10	7	5
87 "	3	4	4	6
88 "	2	1	4	5
89 "		2	2	1
90 "	3	12	4	6
91 "		3	1	5

Obitos: Total por Idades (Continuação)

idade	1901	1913	1919	1930
92 anos	1		2	4
93 "	1		3	
94 "		1	2	2
95 "				1
96 "		5	3	3
97 "		2	2	
98 "	1	2	1	2
99 "		1		
100 "		1	1	
desconhecida	5		5	1
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>796</b>	<b>1070</b>	<b>883</b>

Fonte: Conservatória do registo Civil de Torres Vedras, Livros Registo de Obitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

## CAUSAS DE MORTE

Total

Causa	Anos														
	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1929	1930
Febre Tifóide	5	6	2	9	12	7	6	19	13	12	15	10	5	18	9
Febre Palustre		1	1	2	1	1					1	1		1	1
Variola	55	11	8			6	142	39		7	6				
Sarampo	1	1		4	2	1		24	1		17	4	1	39	4
Escarlatina		1							1				2		1
Tosse Convulsa	22	7	5	3	3		23	9		7	23	24	10		1
Difteria e Sarcosilha	3	4	3	4	8	5	6	11	4	5	4	1		2	15
Gripe	4			3	1	770	2	5	4	5	4	1		2	5
Tuberculoses	54	53	35	47	30	57	48	64	54	61	73	83	24	7	3
Cançores	6	5	10	12	7	6	10	12	14	14	9	12	3	22	27
Meningite Simples	7	3	3	4	2	4	11	10	5	4	9	20	9	9	9
Meningite Cerebro-Espinal	1		1	1		2	1	3	1	3					
Congestão, Hemorragia e Apoplexamento Cerebral	14	16	31	37	33	31	43	53	54	41	42	33	46	53	75
Lesões do Coração	18	12	32	44	41	32	33	51	41	41	34	77	50	47	35
Bronquite Aguda	9	8	14	23	10	14	10	10	10	15	18	3	10	8	7
Bronquite Crónica	1	2	1		4	1	3	7	5	5	2	1	1	3	1
Pneumonia	37	39	21	24	19	42	23	34	19	23	27	26	31	35	28
Doenças D. Apar. Respiratório	19	19	19	17	19	31	19	42	10	5	44	42	41	59	54
Doenças do Estômago				1	2	1				9	1		4	6	3
Diarreia e Enterite	72	53	85	97	88	87	93	130	85	79	107	102	78	115	125
Cirose do Fígado	3	4	2	4	3	2	7	4	6	5	7	1	4	2	7
Nephrite Aguda e Mal de Bright	5	6	2	5	7	3	7	7	5	7	3	17	15	15	21
Debilidade Congénita	13	14	14	6	19	11	15	23	21	14	19	23	23	31	31
Sexualidade	34	37	41	48	22	34	40	51	33	42	30	73	41	34	27
Morte Violenta	10	10	3	7	12	5	11	18	22	12	21	22	20	23	19
Suicídio	10	1	2	6	5	3		3	9	4				11	17
Outras	26	25	15	27	13	22	15	17	33	37	33	31	33	109	116
Causas Ignoradas	373	391	473	488	473	791	497	397	306	304	313	315	167	33	34
<b>TOTAL</b>	<b>324</b>	<b>355</b>	<b>329</b>	<b>320</b>	<b>334</b>	<b>1093</b>	<b>1054</b>	<b>1053</b>	<b>782</b>	<b>790</b>	<b>990</b>	<b>1000</b>	<b>746</b>	<b>853</b>	<b>873</b>

Fonte: Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, 1913 a 1925 e 1929 a 1930.

CAUSAS DE MORTE

Causa	Porcentagem														
	Anos														
	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1929	1930
Febre Tifóide	0,6	0,9	0,2	1,0	1,4	0,4	0,6	1,8	1,7	1,5	1,5	1,0	0,7	2,1	1,0
Febre Palustre	0,0	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Varíola	6,7	1,7	1,0	0,0	0,0	0,3	13,5	2,8	0,0	0,9	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Sarampo	0,1	0,2	0,0	0,5	0,2	0,1	0,0	2,3	0,1	0,0	1,7	0,4	0,1	4,5	0,5
Escarlatina	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1
Tosse Convulsa	2,8	1,1	0,6	0,3	0,4	0,0	2,2	0,9	0,0	0,9	2,3	2,4	1,3	0,2	1,7
Difteria e Garrotinho	0,4	0,6	0,4	0,5	1,0	0,2	0,6	1,0	0,5	0,6	0,4	0,1	0,0	1,0	0,7
Gríge	0,5	0,0	0,0	0,3	0,1	39,1	0,2	0,6	0,5	0,5	0,4	1,8	0,5	0,3	0,3
Tuberculoses	4,1	5,0	4,0	5,3	3,6	2,9	4,6	6,0	7,1	7,7	7,4	8,6	11,3	10,4	10,8
Canceros	0,7	0,3	1,2	1,4	0,8	0,4	0,9	1,1	1,3	1,8	0,9	1,2	1,2	2,5	3,1
Meningite Simples	0,9	0,5	0,7	0,5	0,2	0,2	1,0	0,9	0,7	0,5	0,9	2,0	1,1	1,0	0,7
Meningite Cérebro-Espinal	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,5	0,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Congestão, Hemorragia e Amolecimento Cerebral	2,9	6,6	3,7	5,3	4,2	2,5	4,4	5,6	7,1	5,2	5,0	5,8	6,2	7,3	6,5
Lesões do Coração	3,0	6,3	3,8	5,0	4,9	1,6	3,6	5,3	5,4	5,6	5,5	7,7	6,7	5,3	7,4
Bronquite Aguda	1,1	0,9	1,7	2,6	1,2	0,7	0,9	0,9	1,3	2,0	1,6	0,8	1,3	0,7	0,8
Bronquite Crónica	0,2	0,3	0,5	0,0	0,5	0,2	0,3	0,7	0,7	0,6	0,2	0,1	0,5	0,3	0,5
Pneumonia	4,5	4,0	2,6	2,7	2,1	2,1	2,7	3,2	3,0	3,7	2,8	3,6	4,3	2,9	3,2
Outras D. Apar. Respiratório	3,4	2,0	1,2	1,9	1,9	1,6	1,7	4,0	1,2	1,0	4,5	4,8	5,5	6,2	6,1
Doenças do Estômago	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	1,0	0,1	0,0	0,5	0,7	0,3
Diarreia e Enterite	3,7	8,1	7,8	7,6	7,9	4,4	6,5	12,3	12,5	10,0	13,0	10,2	10,5	14,9	14,2
Cirrose do Fígado	0,7	0,6	0,2	0,5	0,4	0,4	0,7	0,4	0,8	0,6	0,7	0,2	0,5	1,2	0,3
Nefrite Aguda e Mal de Bright	0,6	0,9	1,0	0,6	0,8	0,2	0,7	0,7	0,7	0,9	0,9	1,7	1,3	1,7	2,4
Debilidade Congénita	1,6	2,1	1,7	0,3	1,2	0,6	1,6	2,6	2,8	1,8	1,8	2,2	3,2	7,1	5,6
Senilidade	4,1	5,6	4,9	5,5	3,8	1,7	3,6	4,9	4,3	5,3	6,1	7,6	5,5	7,5	3,9
Morte Violenta	2,4	1,5	1,1	0,9	2,3	0,3	1,3	1,7	2,9	1,5	2,4	2,3	2,7	2,7	2,2
Suicídio	1,2	0,2	0,4	0,7	0,8	0,2	0,0	0,3	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,3	1,9
Outras	3,2	3,3	3,0	2,1	1,6	1,1	1,4	1,6	3,0	7,2	5,9	5,1	9,1	12,7	13,1
Causas Ignoradas	45,3	50,2	57,4	53,2	56,7	32,6	47,2	37,5	40,4	28,4	31,9	31,4	25,1	3,8	3,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estadística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa, 1913 a 1925 e 1929 a 1930.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

#### Fontes Manuscritas

#### TORRES VEDRAS, ARQUIVO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL

Actas da Comissão de Iniciativa das Termas dos Cucos e Praia de Santa Cruz, 2 livros.

Actas da Junta Escolar do Concelho de Torres Vedras, 1929-1930.

Apontamentos Gerais sobre Vários Arrolamentos e Abastecimentos.

Assentos Policiais, 1895 - 1904.

Boletins de Estatística Agrícola, 1917 e 1918.

Consumo Provável de Trigo, Milho e Centeio, 1916-17.

Correspondência, caixas, 1,3,5,6,8,17,18,20,21,23.

Demografia (caixa).

Documentos sobre Instrução.

Livro das Actas da Comissão de Saúde do Concelho de Torres Vedras, nº 1.

Livro das Actas da Comissão Reguladora dos Preços dos Géneros Alimentícios e da Comissão de Subsistências.

Livro das Actas das Reuniões da Comissão de Iniciativa criada pela lei nº 1152 de 23 de Abril de 1921, nº 1.

Livro de Editais, 1897 a 1916.

Livro de Matrícula dos Facultativos, Pharmaceuticos, Parteiras, Dentistas e Sangradores deste Concelho, 1874-1903.

- Livro de Registo da Correspondencia Confidencial da Administraco, 1879 a 1923.
- Livro de Registo da Correspondência da Administraco para o Governo Civil, 1914 a 1916, 1916 a 1919 e 1928 a 1931.
- Livro de Registo da Correspondência da Administraco para o Juiz e Delegado, 1912.
- Livro de Registo da Correspondência Externa da Administraco, 1911, 1912 a 1914, 1925 a 1927.
- Livro de Registo da Correspondência Interna da Administraco, 1907 a 1911 e 1911.
- Livro de Registo das Licncias Concedidas pela Administraco para Celebrao de Quaesquer Actos de Culto Externo.
- Livro de Registo de Cartas de Habilitaco dos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Parteiras.
- Livro de Registo de Licncias de Estabelecimentos, 1900.
- Livro de Termos de Fiança para Lançar Fogo d'Artificio Preso e Solto em todas as Festividades e Romarias ou Quaesquer Divertimentos que Houverem de se dar n'este Concelho
- Mapa do Consumo de pão por Qualidades, Quantidades de Farinha Importada, Gastos Prováveis de Agricultura e Indústrias Locaes Organizado em Conformidade com o Artº 15 do Decreto n 3216, de 28 de Junho de 1917.
- Mapas de Produoes.
- Notas de Preços e Salários e Mapa Estatistico do Concelho.
- Preços de Animais e Carnes, 1897 a 1911.
- Recenseamento Eleitoral de 1904.
- Registo de Licncias de Festejos (Postura de 8-11-1920), n1.
- Vários, caixa 3, n 4, «Inquérito ordenado pela Comissão administrativa desta Câmara sobre o abandono e recusa de serviços a uma parturiente, por parte da parteira municipal Quitéria Maria».
- Vários, caixa 3, n 23, «Processo Referente  Comissão de Estudo das Caracteristicas das Festas Regionais. 1936».

TORRES VEDRAS, CAMARA MUNICIPAL

Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Torres Vedras.

TORRES VEDRAS, CAMARA MUNICIPAL, ARQUIVO DAS OBRAS

Requerimentos e projectos de obras. 1900 a 1930 (3 caixas).

TORRES VEDRAS, CONSERVATORIA DO REGISTO CIVIL

Livros de Registo de Baptismos, 1901, 1913, 1919 e 1930

Livros de Registo de Casamentos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

Livros de Registos de Óbitos, 1901, 1913, 1919 e 1930.

Livro para os Assentos dos Nascimentos dos Não-Catholicos do Concelho de Torres Vedras, 1878 a 1911 (2 livros).

Livro para os Assentos dos Casamentos dos Não-Catholicos do Concelho de Torres Vedras, 1878 a 1911.

Livro para os Assentos dos Óbitos dos Não-Catholicos do Concelho de Torres Vedras, 1890-1910.

TORRES VEDRAS, SANTA CASA DA MISERICORDIA

Banco, 1912 a 1925 (4 livros).

Livro para Registo dos Doentes que se Acolhem no Hospital da Santa Casa da Misericórdia desta Vila, 1901 a 1913 (2 livros).

TORRES VEDRAS, IGREJA DE S. PEDRO

Rol dos Confesados da Freguesia de S. Maria e S. Miguel, 1899.

TORRES VEDRAS, TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA

Inventários Orfanológicos, maços 180, 183, 275, 295, 440.

TORRES VEDRAS, CASA HIPOLITO S.A.

Notícia Histórica sobre a Casa Hipólito.

LISBOA, GOVERNO CIVIL

Carnes Verdes e Produções Agrícolas.

Correspondência Recebida, caixas de 1907, 1909, 1910, 1911, 1913, 1917 e 1921.

Correspondência, caixa de Confidenciais, 1891 a 1930.

Correspondência relativa a carnes verdes e tabelas de preços agrícolas: 1907, 1909, 1910 e 1911.

Recenseamento Eleitoral de 1922. Torres Vedras.

LISBOA, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Ministério da Instrução Pública, caixa 8, processo 2, caixa 121, processo 15, caixa 136, processo 22, caixa 159, processo 27 e maço 50.

Fontes Impressas

Livros

- AGUIAR, A. de Sousa - Salve-se Quem Puder, coplas da revista representada em 9 de Setembro de 1928 no Ramalhal, festa de caridade levada a efeito pelo Exmo Sr. José Antunes Martins, Torres Vedras, Pap. Liv. Tip. Enc. Fernando d'Almeida, (1928).
- " e outros - Já Vi Tudo, coplas da revista representada no Grémio Artístico e Comercial em 1929, Torres Vedras, Tip e Pap. Fernando d'Almeida, [1929].
- Almanach da Folha de Torres Vedras para 1904. Anuario Burocratico, Commercial, Agricola da Região Compreendendo os Concelhos de Arruda, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Obidos, Peniche e Sobral de Mont'Agraço, Torres Vedras, Tip. e Pap. Cabral, 1903.
- Anuario da Folha de Torres Vedras para 1906. Commercial, Burocratico e Agricola Compreendendo os Concelhos de Alemquer, Arruda, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Obidos, Peniche, Sobral de Mont'Agraço e Torres Vedras, Torres Vedras, Livraria Editora Julio Vieira, 1905.
- Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal, 1929 e 1930, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930-1931.
- BORGES, Tenente França - Região de Torres Vedras, Torres Vedras, Tip. e Pap. Fernando d'Almeida, 1931.
- Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica. Elementos de Informação Económica, vol. III, Concelho de Torres Vedras, Lisboa, s.e., 1974
- CALADO, Rafael Salinas - «A Revolução do 19 de Outubro e a Vila de Torres Vedras», in Memórias dum Ferro Velho, Lisboa, Portugália-Editora, s.d., pp. 149-155.
- " - «Tipos Castiços de Torreenses», in Memórias dum Ferro Velho, Lisboa, Portugália-Editora, s.d., pp. 123-130
- Câmara Municipal de Torres Vedras - Relatório da Comissão Administrativa Relativo à Sua Gerência de 30 de Julho de 1926 (Sua Posse) a 31 de Março de 1928, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1928.

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1900, vol. I a III, Lisboa, Imprensa nacional, 1905-1906.

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911 (5º Recenseamento Geral da População). Estatística Demográfica, vols. I a V., Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-17.

Censo da População de Portugal. No 1º de Dezembro de 1920 (6º Recenseamento Geral da População), vols. I e II, Lisboa, Direcção Geral de Estatística, 1923-25.

Censo da População de Portugal. No 1º de Dezembro de 1930 (7º Recenseamento Geral da População), vols. I a V, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística, 1933-34.

Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas). Dados Referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano, Lisboa, Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, 1916.

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, consultada pontualmente.

Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal, 1913 a 1925, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920 a 1929.

Estatutos da Irmandade da Misericórdia de Torres Vedras, Aprovados por Alvará de 22 de Maio de 1912, Torres Vedras, Tip. e Pap. Cabral, 1912.

FERRAZ, José Carlos Duarte Machado de Magalhães - O Concelho de Torres Vedras, Relatório Apresentado ao Digníssimo Conselho Escolar do Instituto d'Agronomia e Veterinária, 1890 (manuscrito).

Inquérito Industrial de 1890, vol. I e IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

JERONIMO, Alberto e ASCENÇÃO, Leal d' - O Grémio que Dança Revista (mas talvez não...), em 1 acto, Torres Vedras, Pap. Tip. e Enc. de F. d'Almeida, [1932].

LAPA, João Ignacio Ferreira - «Relatório Sobre os Processos de Vinificação nos Principais Centros Vinhateiros do Sul do

Reino, pelo Commissario do Governo [...]], in Segunda Memória sobre os Processos de Vinificação Empregados nos Principais Centros Vinhateiros do Continente do Reino Apresentada ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria em Resultado da Excursão Mandada Fazer pela Portaria de 24 de Agosto de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

" - «Relatório sobre os Processos de Vinificação dos Principais Centros Vinhateiros do Sul do Reino, pelo Commissario do Governo [...]], in Memoria sobre os Processos de Vinificação Empregados nos Principais Centros Vinhateiros do Sul do Reino Apresentada ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas, Commércio e Industria pela Comissão Nomeada em Portaria de 10 de Agosto de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.

MORAES, Paulo de - Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7ª Região Agronómica Executado pelo Commissario Especial da Mesma Região [...]], em Cumprimento do Decreto de 30 de Dezembro de 1886, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Movimento da População, 1909 a 1920 (volumes 1909-1913, 1910-1914, 1911-1915, 1912-1916, 1914-1918 e 1916-1920, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915-1922.

Movimento da População. Resumo. Casamentos, nascimentos, óbitos e emigração. Estatística Demográfica, 1907 a 1912 (I volume, 1907 a 1911, II volume, 1908 a 1912), Lisboa, Imprensa Nacional, 1913-1914.

Notas sobre Portugal, Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908, Secção Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

OLIVEIRA, Rogério Victor de - O Custo de Produção do Vinho no Concelho de Torres Vedras (Contribuição), Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia (trabalho realizado na Junta Nacional do Vinho), Lisboa, 1947 (dactilografado).

PEREIRA, Gabriel - «Torres Vedras. Notas d'Arte e Archeologia (1906)», in Pelos Subúrbios e Visinhanças de Lisboa, Lisboa,

Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Cta, 1910, pp. 253 a 305.

Posturas e Regulamentos, Torres Vedras, Pap. Tip. e Enc. da Sociedade Progresso Industrial, 1926.

REGO, Rogério de Figueirôa - Torres Vedras e Seu Concelho. Indículo Histórico, Turístico e Económico, Torres Vedras, Biblioteca Municipal, 1947.

SILVA, José Manuel Carvajal Telles da - O Concelho de Torres Vedras. A Crise Vinícola e a Solução Cooperativista. Alguns Subsídios para o seu Estudo, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1936.

TORRES, Manuel Agostinho Madeira - Descripção Historica e Economica da Villa e Termo de Torres-Vedras, 2a edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862 (fac-simile de 1988).

VIEIRA, Julio - Torres Vedras Antiga e Moderna, Torres Vedras, Tip. da Sociedade Progresso Industrial Victor Fonseca e Almeida, 1926.

#### Periódicos

Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (depois Boletim da Associação central da Agricultura Portuguesa), Lisboa, 1900 a 1924.

Boletim do Ministério da Agricultura, Lisboa, 1918 a 1934.

Boletim do Trabalho Industrial, Lisboa, 1907 a 1931.

Correio de Torres, Torres Vedras, 1926.

Ecos de Torres, Torres Vedras, 1917 a 1921.

Federação Agrícola, Lisboa, 1 de Julho de 1929.

Folha de Torres Vedras, Torres Vedras, 1899 a 1913

Gazeta de Torres, Torres Vedras, 1927 a 1930.

Ilustração Portuguesa, 1ª e 2ª séries, Lisboa, 1903 a 1924.

Jornal (O) de Torres Vedras, Torres Vedras, 1929 a 1930.

Moda (A) d'Hoje. Jornal das Famílias, Porto, 15 de Julho de 1897.

Modas e Bordados, Lisboa, consultado pontualmente.

Moda (A) Illustrada, Lisboa, 1908.

Nossa (A) Terra, Torres Vedras, 1924 a 1927.

Reconstituição (A), Torres Vedras, 1922 a 1923.

Século (O), Lisboa, Janeiro a Março dos anos 1901 a 1913 e outros números intermédios.

Sporting (O), Torres Vedras, 1921.

Torreense (O), Torres Vedras, 1919 a 1925.

Torres-Sport, Torres Vedras, 1925.

Vinha (A) de Torres Vedras, Torres Vedras, 1915 a 1919.

Vinha (A) Portuguesa, Lisboa, 1887 a 1929.

Vida Desportiva do Sport Clube União Torreense, número único de homenagem ao glorioso Sport Clube União Torreense, s.d., (1953?).

Voz de Torres, Torres Vedras, 1914 a 1915.

#### Fontes Orais

Testemunhos de:

D. Maria de Jesus Policarpo

D. Maria dos Anjos Augusta Forcada

D. Deolinda Onofre

D. Maria Costa

D. Belmira Santos

José da Silva Alemão Jr.

Alfredo Borba

Albino Botelho

Dr. Francisco Brites Moita

Fontes Iconográficas

LISBOA, BIBLIOTECA NACIONAL, Secção de Iconografia, Postais Ilustrados (nota: a maior parte destes postais encontra-se repetida na caixa de Fotografias da Biblioteca Municipal de Torres Vedras. A indicação da Biblioteca Nacional reside no facto de, além de termos analisado a fotografia, verificarmos igualmente os textos escritos pelo remetente)

Union Postale Universelle. Portugal. Ed. de Guimarães Jr. & Ca, Torres Vedras, PI 243022.

Union Postale Universelle. Portugal. Ed. de José J. de Miranda. Torres Vedras, PI 234674.

Union Postale Universelle. Portugal. Ed. de José J. de Miranda. Torres Vedras, PI 20784.

Bilhete Postal. Ed. de Victor Fonseca & Almeida, Lda, Torres Vedras, 1925, PI 20070.

Bilhete Postal. Portugal. Torres Vedras. Praia de Santa Cruz. Vista Parcial, PI 19129.

Bilhete Postal. Portugal. Torres Vedras. Largo da Graça. Praça da República, PI 17822.

Union Postale Universelle. Colecção da Havaneza, Torres Vedras. Azenha dos Cucos, PI 17819.

Ed. Guimarães Jr., Lda. Santa Cruz: entrada e bairro novo, PI 17761.

Ed. Guimarães Jr., Lda. Casas de Santa Cruz, PI 17811.

Ed. Guimarães Jr. & Ca, Torres Vedras, Santa Cruz, PI 17023.

Colecção da papelaria Cabral, Torres Vedras. Praia de Santa Cruz, PI 16507.

(301) ed. F. A. martins, Camões, 85, Lisboa. Torres Vedras, Vindima, PI 3729.

Colecção da Papelaria Cabral, Torres Vedras. Praça Mouzinho de Albuquerque (S. Pedro), PI 1109.

TORRES VEDRAS, BIBLIOTECA MUNICIPAL

Fotografias.

## BIBLIOGRAFIA

### Guias

BORGES, Capitão (António Vitorino) França - Bibliografia Estremenha (Subsídios), Caldas da Rainha, Tip. Caldense, 1940.

Guia de Portugal, Vol. I, Generalidades, vol. II, Extremadura, Alentejo, Algarve, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924-27.

MARQUES, A. H. de Oliveira - Guia de História da 1ª República Portuguesa, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

### Estudos

ABREU, Daniel, MATOS, Venerando, HUMBERTO, Jorge - «Carnaval de Torres. O Telecarnaval mais Tele Português de Portugal», in Zona Oeste, nº 13, Fevereiro, 1992, pp. 23-39.

ALÃO, Ana Paula - «Os Direitos do Amor e o Recuo do Puritanismo», in Portugal Contemporâneo, vol. 3 (1910-1926), Lisboa, Alfa, 1990, pp. 369-376.

ALCOCHETE, Nuno Daupias d' - «Registo Paroquial», in Dicionário de História de Portugal, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [1981], pp. 258-260.

- ALMEIDA, Pedro Tavares de - «Comportamentos Eleitorais em Lisboa, 1878-1910», in Análise Social, vol. XXI (85), 1985, pp. 111-153.
- ANDERSON, Michael - Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914, Lisboa, Editorial Querco, [1984]
- ANTONIO, Venerando - «Anos de Luz... Para a História do Cinema em Torres Vedras», in Vedra. Revista de Património e História Local, Torres Vedras, Janeiro, 1990, pp. 23-30.
- APARÍCIO, Maria Ramiro de Stoffel Gualter Carvalho - Alguns Aspectos da Economia do Vinho no Concelho de Torres Vedras, Relatório de Actividades do Curso de Engenheiro Agrónomo (estágio na Junta Nacional do Vinho), Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1978.
- ARIES, Philippe - A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime, Lisboa, Relógio d'Água Editores, s.d.
- " - Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média, 2ª edição, Lisboa, Editorial Teorema, s.d.
- " e DUBY, Georges (direcção de) - História da Vida Privada, vol. 4, Da Revolução à Grande Guerra e vol. 5, Da Primeira Guerra Mundial aos Nossos Dias, Porto, Edições Afrontamento, 1990-91.
- «Assistência», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., pp. 553-555.
- «Atletismo», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 662.
- BADINTER, Elizabeth - O Amor Incerto. História do Amor Maternal (do séc. XVII ao séc. XX), Lisboa, Relógio d'Água Editores, Lda., s.d.
- BARREIRA, Cecília - História das Nossas Avós (Retrato da Burguesa em Lisboa, 1890-1930), Lisboa, Colibri, 1992.
- BASTO, Eduardo Alberto Lima - «Introdução. O Problema da Habitação Rural», in Inquérito à Habitação Rural, vol. I, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 1 a 42.

- BELO, Costa - Medicina Popular no Maxial (Torres Vedras), separata do Jornal do Médico, IX (217), 332-334, 1947, pp. 5-11.
- BORGES, Tenente [António Vitorino] França - Região de Torres Vedras, Torres Vedras, Tip. e Pap. Fernando d'Almeida, 1931.
- BOUCHER, François - Historia del Traje en Occidente desde la Antigüedad hasta nuestros días, s.l., Montanery Simon, S.A., [1967].
- BRANDAO, Maria de Fátima - «A Morte e a Sobrevivência da Casa Rural num Concelho do Noroeste», in A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas, Lisboa, Querco, 1985, pp. 147-161.
- BRIZ, Maria da Graça Gonzalez - A Arquitectura de Veraneio. Os Estoris - 1880/1930, Tese de Mestrado em História da Arte, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989 (mimeografado).
- CABRAL, João de Pina e FEIJO, Rui Graça - «Um Conflito de Atitudes Perante a Morte: A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo», in A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas, Lisboa, Editorial Querco, 1985, pp. 175-208.
- CABRAL, Manuel Vilaverde - O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX, 3ª edição, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- " - Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CAILLOIS, Roger - Os Jogos e os Homens. A Máscara e a Vertigem, Lisboa, Edições Cotovia, 1990.
- CALDAS, João Vieira - A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII, dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987 (mimeografado).
- CAMARA, Eduardo Manuel Silva da - Aspectos da Economia da Viticultura na Zona do Oeste, Relatório final do curso de

Engenheiro-Agrónomo realizado no Gabinete de Estudos da Junta Nacional do Vinho, Lisboa, 1955-1956 (dactilografado).

CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz de Moraes, «A Reforma Educativa nas Páginas de "O Século" em 1913», in A Vida da República Portuguesa, 1890-1990, Congresso, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, Universitária Editora, 1991, pp. 499-525.

«Carnaval», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. V, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 961.

CARVALHO, Agostinho de e outros - Alimentação e Condições de Saúde de Famílias Agricultoras da Sub-Região Vitícola de «Torres», Deiras, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1977.

CARVALHO, Augusto da Silva - História da Medicina Portuguesa, separata de Portugal, Exposição Portuguesa em Sevilha, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

CASCAO, Rui - «Família e Divórcio na Primeira República», in A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Colóquio, 20-22 de Março de 1985. Actas, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras,

CASEY, James - História da Família, Lisboa, Editorial Teorema, s.d.

CATROGA, Fernando - «A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano», in A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Colóquio, 20-22 de Março de 1985. Actas, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, pp. 135-162.

CHAVES, Luís - O Amor Português. O Naamoro. O Casamento. A Família. (Estudo Ethnographico), Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1922.

«Ciclismo», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. VI, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 735.

Congresso Vitícola Nacional em 1895. Relatório Geral, Vol. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896 e 1897.

- COSTA, Bernardino Camilo Cincinato da - «Les Vignobres et les Vins», in Le Portugal au Point de Vue Agricole, Lisboa, 1900, pp. 329-433.
- CRESPINO, Jorge - A História do Corpo, Lisboa, Difel, 1990.
- CRUZ, Alfeu da - «Do Exercício da Medicina em Portugal», in Archivo de Medicina Legal, vol. I, nº 1 e 2, Janeiro e Abril, 1922, pp. 85-92 e nº 4, Julho e Outubro, 1922, pp. 355-377.
- DESCAMPS, Marc Alain - Psychosociologie de la Mode, Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- DIAS, Vitor Manuel Lopes - Cemitérios, Jazigos e Sepulturas. Monografia. Estudo Histórico, Artístico, Sanitário e Jurídico, Porto, ed. do autor, 1963.
- ECO, Umberto - Psicologia do Vestir, Lisboa, Assirio & Alvim, 1982.
- ENES, Carlos - O Carnaval Angrense no 1º Terço do Século XX, trabalho de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989 (mimeografado).
- " - Subsídios para a História do Cinema nos Açores, s.l., RTP/Açores, 1992.
- EVANGELISTA, João - Um Século de População Portuguesa (1864-1960), Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- Feiras (As) no Concelho de Torres Vedras. 1844-1988. No Jornalismo e Actas Camarárias dos Séculos XIX e XX, trabalho escolar do curso nocturno de 1988 e 1989 (dactilografado).
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes - Arquitectura Vernácula da Região Saloia. Enquadramento na Area Atlântica, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- FRANÇA, José Augusto - A Arte em Portugal no Século XIX, vol. II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966.
- " - A Arte em Portugal no Século XX, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.
- " - A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

- FREIRE (Mário), João Paulo - O Saloio. Fisiologia, Psicologia, Etnografia. Infâmias, Mentiras e Disparates que se Têm Escrito sobre o Saloio, seus Usos e Costumes, Porto, s. ed., 1948.
- GALLOP, Rodney - Portugal. A Book of Folk Ways, Cambridge, University Press, 1961.
- GRACIO, Rui - «Ensino Primário e Analfabetismo», in Dicionário de História de Portugal, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [1981], pp. 392-397.
- GUIMARAES, Paulo - Habitação e Modos de Habitar em Setúbal (1910-1920), Vol. I e II, trabalho de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1991-1992 (mimeografado).
- GUINOTE, Paulo - «Vida Boémia, Vida Elegante: à Conquista da Noite», in Portugal Contemporâneo, vol. 3 (1910-1926), Lisboa, Alfa, 1990, pp. 343-368
- HUIZINGA, Johan - Homo Ludens. Essai sur la Fonction Sociale du Jeu, 6ª edição, Paris, 1951.
- ITURRA, Raul - «Casamento, Ritual e Lucro: A Produção dos Produtores numa Aldeia Portuguesa (1862-1983)», in Ler História, nº 5, s.l., Edições Salamandra, 1985, pp. 59-82.
- JUSTINO, David - A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913, vols. I e II, Lisboa, Vega, 1988-89.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy - Montaillou. Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa, 1294-1324, Lisboa, Edições 70, s.d.
- LAINS, Pedro - «Exportações Portuguesas, 1850-1913: A Tese da Dependência Revisitada», in Análise Social, 22 (91), 1986, pp. 381-419
- " - «O Proteccionismo em Portugal, 1842-1913: um caso Mal Sucedido de Industrialização Concorrencial», in Análise Social, 23 (97), 1987, pp. 481-503.
- LANGHANS, Franz Payl de Almeida, «Família», in Dicionário de História de Portugal, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, [1981], pp. 522-528.

- LAYER, James - The Concise History of Costume and Fashion, New York, Charles Scribner's Sons, 1969.
- LEBRUN, François - A Vida Conjugal no Antigo Regime, Lisboa, Edições Rolim, s.d.
- LÉON, Pierre (dir. de) - História Económica e Social do Mundo, vol. IV, A Dominação do Capitalismo, 1840-1914, e vol. V, Guerras e Crises, 1914-1947, Lisboa, Sá da Costa Editora, (1982).
- LINO, Raul - A Casa Portuguesa, separata de Portugal, Exposição Portuguesa em Sevilha, vol. I, Lisboa, 1929.
- " - Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples, Lisboa, Ed. de Valentim de Carvalho, 1933.
- Lisboa nos Princípios do Século. Aspectos da sua Vida e Fisionomia na Colecção de Postais Ilustrados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Exposição, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1977.
- LOPES, Fernando Farelo - A 1 República Portuguesa: Questão Eleitoral e Deslegitimação, Vol. I e II, Dissertação de Doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1988 (mimeografado).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord. de) - Portugal. Da Monarquia para a República, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- " - História de Portugal Desde os Tempos Mais Antigos até a Presidência do Sr. General Ramalho Eanes, III vol., Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias, 2ª edição, Lisboa, Palas Editores, 1981.
- " (dir. de) - A Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base, s.l., Iniciativas Editoriais, s.l.
- " - A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais), 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- " - A Sociedade Medieval portuguesa (aspectos de Vida Quotidiana), 3ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

- " - «Torres Vedras», in Dicionário de Maçonaria Portuguesa, vol. II, Lisboa, Editorial Delta, 1986, p. 1431.
- " - Estudos sobre Portugal no Século XX, Lisboa, s.e., 1968
- MARTINS, António Coimbra - «Cafés», in Dicionário de História de Portugal, vol. I, Lisboa, Livraria Figuerinhas, (1981).
- MARTINS, Conceição Andrade - Memória do Vinho do Porto, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.
- MEDEIROS, Fernando - A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MIRA, Matis Ferreira de - História da Medicina Portuguesa, Lisboa, Empresa Nacional Publicidade, 1947.
- MONICA, Maria Filomena - Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (a Escola Primária Salazarista, 1926-1939), Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, [1978].
- MORAIS, Carlos Belo - «A Medicina em Portugal», in Notas sobre Portugal, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.
- MOUTINHO, Mário - A Arquitectura Popular Portuguesa, Lisboa, Editorial Estampa, 1979.
- NAZARETH, José Manuel - O Envelhecimento da População Portuguesa, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979.
- NOVOA, António - Le Temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIII - XX Siècle), vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- O'NEILL, Brian Juan - Proprietários, Laavradores e Jornaleiras. Desiguaaldade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - «Casas», in Dicionário de História de Portugal, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [1981], pp. 517-519.
- " - Festividades Cíclicas em Portugal, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.

- OSÓRIO, Paulo - Lisboa. Chronicas, Porto, Empresa Litteraria e Typographyca, Editora, 1908.
- <Padrinho>, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XIX, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 940.
- PAIS, José Machado - <A Evolução do Gosto, da Moda e da Beleza>, in Portugal Contemporâneo, vol. 3 (1910-1926), Lisboa, Alfa, 1990, pp.337-342.
- PATRICIO, Manuel Ferreira - <A Instrução Pública: os Limites de uma Reforma>, in Portugal Contemporâneo, vol. 3 (1910-1926), Lisboa, Alfa, 1990, pp. 233-252.
- PAULO, Eulália e GUINOTE, Paulo - <Amor a Quanto Obrigas: Crimes Passionais e Violência Conjugal na I República>, in A Vida da República Portuguesa, 1890-1990. Congresso, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, Universitária Editora, 1991, pp. 415-445.
- PEREIRA, José de Campos - A Propriedade Rústica em Portugal. Superfícies, Produções, Rendimentos, Valores, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- PEREIRA, Miriam Halpern - Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e outros - <Zona 4 [Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral]>, in Arquitectura Popular em Portugal, 3ª edição, s.l., Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, pp. 121-235.
- PIMENTEL, Alberto - A Extremadura Portuguesa, 2ª parte, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1908.
- PINA, Luis de - A Aventura do Cinema Português, Lisboa, Vega, 1977.
- PROENÇA, Maria Cândida - Eleições Municipais em Sintra, 1910-1926, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987
- RAMOS, Rui - <Culturas da Alfabetização e Culturas do Analfabetismo em Portugal: uma Introdução à História da

- Alfabetização no Portugal Contemporâneo», in Análise Social, vol. 24 (103-104), 1988, (4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup>), pp. 1067-1145.
- REBELLO, Amadeu - O Concelho de Mafra, Dissertação Inaugural Apresentada ao Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Tip. Henrique Torres, 1920.
- REBELO, Luís Francisco - História do Teatro de Revista em Portugal, Lisboa, Publicações Europa-América, 1968.
- REIS, António Batalha - A Questão Duriense. O Alcool. Conferência, Lisboa, Tip. a vapor de Adolpho de Mendonça, 1904
- REIS, Célia - «Partido Republicano e Política Local em Torres Vedras antes do 5 de Outubro», in A Vida da República Portuguesa. Congresso, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, Universitária Editora, 1991, pp. 203-221.
- " - Para o Estudo do Quotidiano Açoriano no ultimo Quartel do Século XVI, separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLV, 1988.
- " - De Lisboa a Torres Vedras. O Vestuário como Linguagem Social, trabalho de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989 (mimeografado).
- " - Indústria e Sociedade no Concelho de Torres Vedras, 1890-1930, Relatório apresentado à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1988 (dactilografado).
- " e FRUTUOSO, Eduardo Jorge Miranda - Análise Social, Demográfica e das Mentalidades, a Partir dos Registos Paroquiais da Freguesia de S. Pedro e Santiago de Torres Vedras (a partir de 1 de Abril de 1911 a 31 de Dezembro de 1920), trabalho realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para a cadeira de Teoria das Fontes e Problemática do Saber Histórico no ano lectivo de 1983/84 (mimeografado).
- REIS, Jaime - «A Lei da Fome: as Origens do Protecționismo Cerealífero (1889-1914)», in Análise Social, vol. 15 (60), 1979, pp. 745-793.
- RÊGO, Rogério de Figueirôa - Torres Vedras e seu Concelho, Porto, edição da ROTEPE, Lda., [1949?].

- RIBEIRO, Manuel Félix - Filmes, Figuras e factos da História do Cinema Português, 1896-1949, Lisboa, Cinemateca Portuguesa, 1983.
- " - Os Mais Antigos Cinemas de Lisboa, 1896-1936. A Distribuição de Filmes em Portugal, 1908-1939, Lisboa, Instituto português de Cinema, Cinemateca Nacional, 1978.
- ROWLAND, Robert - «Sistemas Familiares e Padrões Demográficos em Portugal: Questões para uma Investigação Comparada», in Ler História, nº 3, Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1984, pp. 13-32.
- SA, José Corrêa de - A Freguesia de Aldeia Galega da Merceana. Notas para um Inquérito Económico-Agrícola, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia, (Lisboa), 1939 (dactilografado).
- SALGUEIRO, Maria Margarida Marcão Barata - Traços Essenciais da Região de Torres. A Cultura da Vinha (Estudo de Geografia Humana), Dissertação de Licenciatura em Ciências Geográficas, Lisboa, 1960.
- SALGUEIRO, Teresa Margarida Barata - Torres Vedras. A Vila na Região, Dissertação de Licenciatura em Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa, 1970 (dactilografado).
- SAMPAIO, José Salvado - «Escolas Móveis (Contribuição Monográfica)», in Boletim Bibliográfico e Informativo do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, nº 9 (1969), pp. 9-28.
- " - «O Ensino Primário Superior. Contribuição Monográfica», in Boletim Bibliográfico e Informativo do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, nº 12, (1970), pp. 31-64.
- " - O Ensino Primário. 1911-1969. Contribuição Monográfica, vol. I, 1º Período-1911-1926, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975.
- SAMPAYO, Albino Forjaz de - Lisboa Trágica (Aspectos da Cidade), Lisboa, Empresa Litteraria Fluminense, 1910.

- SANCHIS, Pierre - Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983.
- SANTOS, Alves dos - A Nossa Escola Primária (O que tem sido, o que deve ser), Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, s.d.
- SANTOS, Manuel Rodrigues dos - Vilezas (Cartas), Lisboa, Tip. Dores & Santos, 1923.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos - Para um Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX, Lisboa, Presença/Gabinete de Estudos Sociais, 1983.
- SANTOS, Vitor Pavão dos - A Revista à Portuguesa, Lisboa, «O Jornal», 1978.
- SARDINHA, José Alberto - Tradições Musicais da Estremadura (no prelo).
- «Saúde Pública», in Notas sobre Portugal, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 647-650.
- SEQUEIRA, Gustavo Adriano de Matos - História do Trajo em Portugal, Encyclopedia pela Imagem, Porto, Liv. Chardron, [1928].
- " - História do Teatro Nacional D. Maria II, vol. II, Lisboa, 1955.
- SERRA, João B. - «Élites Locais e Competição Eleitoral em 1911», in Análise Social, vol. 23 (95), 1987, pp. 59-95.
- SERRAO, Joaquim Veríssimo - História de Portugal, vol. X, A Queda da Monarquia (1890-1910), vol. XI, A Primeira República (1910-1926). História Política, religiosa, Militar e Ultramarina, vol. XII, A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural, Lisboa, Verbo, 1988-89-90.
- SERRAO, Joel - «Estrutura Social, Ideologias e Sistema de Ensino», in Sistema de Ensino em Portugal, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.
- " - Da Situação da Mulher Portuguesa no Século XIX, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

- SHORTER, Edward - Naissance de la Famille Moderne - 18-20 siècle, Paris, Seuil, 1981.
- SILVA, F. Marques da - O Povoamento da Metrópole Observado Através dos Censos, Lisboa, Publicação do Centro de Estudos Demográficos, 1970.
- SOARES, Mário - «Registo Civil», in Dicionário de História de Portugal, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [1981], pp. 257-258.
- SOURNIA, Jean-Charles e RUFFIE, Jacques - As Epidemias na História do Homem, Lisboa, Edições 70, s.d.
- SOUSA, Vicente de e JACOB, Neto - Portugal no 1º Quartel do Séc. XX Documentado pelo Bilhete-Postal Ilustrado da 1ª Exposição Nacional de Postais Antigos, Bragança, 1984, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 1985.
- TEIXEIRA, Manuel C. - «Estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940», in Análise Social, vol. 27 (115), 1992, (1º), pp. 65-89.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano - «Da Belle-Époque à Era do Jazz-band», in Portugal Contemporâneo, vol. 3 (1910-1926), Lisboa, Alfa, 1990, pp. 313-328.
- TELO, António José - Decadência e Queda da I Republica Portuguesa, vol. I e II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- VALENTE, Vasco Pulido - Uma Educação Burguesa... Notas sobre a Ideologia do Ensino no Século XIX, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- VASCONCELOS, José Leite de - A Barba em Portugal. Estudo de Etnografia Comparativa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.
- " - Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização, vols. I a IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933-88.
- VIDIGAL, Luis - Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

